

VIVIANE SCALON FACHIN

**OS PROCESSOS DE ORDENAMENTO DE TERRAS NO EXTREMO SUL DE MATO GROSSO E
DE REORDENAMENTO NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL:
Da colonização à reforma agrária (1943-2000)**

Dourados - 2015

VIVIANE SCALON FACHIN

**OS PROCESSOS DE ORDENAMENTO DE TERRAS NO EXTREMO SUL DE MATO GROSSO E
DE REORDENAMENTO NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL:
Da colonização à reforma agrária (1943-2000)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD).
Orientadora: Prof^a Dr^a Alzira Salete Menegat.
Área de Concentração: Instituições e Movimentos Sociais.

Dourados - 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F139p Fachin, Viviane Scalon.
Os processos de ordenamento de terras no extremo sul de Mato Grosso e de reordenamento de Mato Grosso do Sul. / Viviane Scalon Fachin. – Dourados, MS : UFGD, 2015. 230f.

Orientadora Profa. Dra. Alzira Salete Menegat.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Mato Grosso do Sul. 2. Ordenamento de terras. 3. Reordenamento de Terras. 4. Colonização e Reforma Agrária. I. Título.

CDD – 333.38

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

VIVIANE SCALON FACHIN

**OS PROCESSOS DE ORNAMENTO DE TERRAS NO EXTREMO SUL DE MATO GROSSO E DE
REORDENAMENTO NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL:
Da colonização à reforma agrária (1943-2000)**

Tese apresentada para obtenção do título de doutora em história
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/FCH/UFGD

Dourados, MS., em 20 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientadora:

Alzira Salete Menegat. (Dr.^a Sociologia/UFGD) _____

1º Examinador

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr. História/UFGD) _____

2ª Examinadora

Marisa Lomba de Farias (Dr.^a Sociologia/UFGD) _____

3ª Examinadora

Marisa Bittar (Dr.^a História/UFSCar) _____

4º Examinador

Jones Dari Goettert (Dr. Geografia/UFGD) _____

Dedico

*Àqueles que caminharam comigo nessa jornada da incessante busca pelo conhecimento e que
contribuíram de forma significativa, mesmo que não saibam.*

Agradeço

A oportunidade de fazer parte de uma família que me orgulha, ensina, acompanha e apoia a cada passo do caminho e que representa o “meu porto seguro”.

Ao meu companheiro Rubens, que me oferece amor, incentivo, conforto e compreensão.

Aos meus filhos, extratos da minha alma, Lucas, Caio e Pedro, dos quais tenho o maior orgulho pelo exemplo de Homens que se tornaram.

A Célia e Neil, meus pais e primeiros Mestres.

A minha caríssima orientadora Alzira, que em todos os momentos me apontou caminhos e percursos, afirmando e reafirmando minha autonomia... Grande companheira!

A minha irmã, Ane, pelas contribuições no aprimoramento da escrita.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, competentes e amigos, pelo acompanhamento e aportes teóricos que me permitiram essa travessia.

Aos amigos que me acompanharam nessa jornada, verdadeiros e parceiros com os quais dividi cada momento, cada movimento e encaminhamento.

A todos o meu reconhecimento pela confiança, paciência e carinho!

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
a mágica presença das estrelas!*

*Das Utopias
Mário Quintana*

RESUMO

A tese comporta análises sobre os movimentos dos homens e mulheres do campo, em seu processo histórico, desde a década de 1940 até 2000, no intuito de investigar e analisar os processos de ordenamento e de reordenamento de terras no Extremo Sul de Mato Grosso (ESMT), atual Sul de Mato Grosso do Sul (SMS). Nessa perspectiva, esses dois processos contribuíram para reconfigurar não apenas o espaço físico do campo na área em pauta, mas também o social, sendo que ambos foram representados pelos aspectos sócioeconômicos, num conjunto de fatores que ao longo da última metade do século XX levaram a organização e aceleração de ações dos movimentos sociais, bem como na criação de novas legislações, mediando a questão agrária. O campo de investigação ocorreu no tempo que cobre o ESMT, atual SMS, iniciando as análises no período da colonização dirigida, fase do ordenamento de terras, tendo como marco a década de 1940, que compreende a abertura da fronteira e o tempo da mecanização da agricultura, na década de 1970, aqui considerada como momento do fechamento ou período de latência da fronteira. A segunda fase, de reordenamento, se reportou a reabertura da fronteira, a qual foi marcada pela implantação da Reforma Agrária (RA), encaminhada pelos movimentos sociais em meados da década de 1980. Para as reflexões apresentadas, além das referências bibliográficas, foram utilizadas como fontes jornais, pronunciamentos de representantes políticos, mapas, gráficos, tabelas e documentos produzidos pelos órgãos responsáveis pela ocupação da terra e reforma agrária. Também foram objeto de análises outras fontes, como entrevistas com representantes dos movimentos sociais, membros da Comissão Pastoral da Terra, assentados da RA e representantes do governo, à época. Na conclusão deste estudo acredita-se que a reconfiguração, tanto territorial quanto social do SMS, foi representada pela ocupação do território no período da colonização dirigida, numa fase em que as políticas do Estado brasileiro ordenaram o ESMT, seguindo pela etapa da mecanização da agricultura que deu continuidade a essa fase, mas criou elementos, tais como a expulsão e conflitos pela terra, que motivaram o fechamento da fronteira. O resultado disso manifestou-se no acirramento da questão agrária no SMS, representada na emergência de movimentos sociais organizados em torno de demandas para a instalação dos assentamentos. Estes passaram a constituir o espaço sul-mato-grossense desde 1984, representando uma nova política agrária que mesmo não atendendo a totalidade dos encaminhamentos dos homens e mulheres do campo, operou transformações na posse da terra, diminuindo a concentração fundiária em Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Estrutura agrária. Movimentos sociais. Plano Nacional de Reforma Agrária.

ABSTRACT

The thesis analyzes the movements of men and women in the countryside, in its historical process, from the 1940s to 2000 in order to investigate and analyze the planning processes and land redevelopment in the extreme south of Mato Grosso (*ESMT*), current South of Mato Grosso do Sul (*SMS*). From this perspective, these two processes contributed to reconfigure not only the physical space of the field in the area in question, but also the social, both of which were represented by economic partners aspects, a number of factors over the last half of the twentieth century led the organization and acceleration of actions of social movements as well as the creation of new laws, mediating the agrarian question. The research field was the time covering the *ESMT*, current *SMS*, starting the analysis in the period of directed colonization, land planning phase, with the March to the 1940s, which includes the opening of the border and the mechanization of time agriculture, in the 1970s, regarded here as the time of closing the border or latency period. The second phase of reorganization, it was reported the border's reopening, which was marked by the implementation of Agrarian Reform (*AR*), directed by social movements in the decade of 1980. For the reflections presented, besides the references were used as sources, newspapers, pronouncements of political representatives, maps, graphs, tables and documents produced by the bodies responsible for land possession and land reform. They were also the object of analysis other sources such as interviews with representatives of social movements, members of the Pastoral Land Commission, setting the *AR* and government officials at the time. At the conclusion of this study is believed that the reconfiguration, both territorial social as *SMS*, was represented by the occupation of the territory during the period of colonization directed at a stage that Brazilian state policies ordered the *ESMT*, followed by agriculture mechanization step that has continued to this stage, but created elements such as the expulsion and land conflicts, which led to the closure of the border. The result of this was manifested in the worsening of the agrarian question in *SMS*, represented the emergence of social movements organized demands the throne for the installation of the settlements. These now form the South Mato Grosso space since the late 1984, representing a new land policy that even not meeting all the referrals of men and women in the field, they operated changes in land possession, reducing land concentration in Mato Grosso do Sul.

Keywords: Agrarian structure. Social movements. National Agrarian Reform Plan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Bacias hidrográficas de Mato Grosso do Sul.....	28
Figura 02 – Extremo sul de Mato Grosso – ESMT	29
Figura 03 – Área de atuação da Mate Laranjeira no século XIX	32
Figura 04 – Vias de comunicação na bacia platina – Destaque para a área dos ervais	34
Figura 05 – Território Federal de Ponta Porã	39
Figura 06: Área da CMD sobreposta ao município de Itaporã (2013)	48
Figura 07 – Divisão político administrativa do Paraguai	70
Figura 08 – Área de abrangência do PRODEGRAN	76
Figura 09 – Município de Amambai (1975) – Na porção sul, destaque para a área ocupada pelo PIC Sete Quedas, fronteira seca com o Paraguai.	95
Figura 10 – Total de famílias beneficiárias e áreas a serem desapropriadas – 1985 – 1989	161
Figura 11 – Acampamentos e assentamentos em Mato Grosso do Sul/1984	164
Figura 12 – Acampamentos e assentamentos em Mato Grosso do Sul – 1985 a 1989.	172
Figura 13 – Acampamentos e assentamentos em Mato Grosso do Sul – 1990 – 1994	185
Figura 14 – Assentamentos em Mato Grosso do Sul – 1995 – 2000	186
Figura 15 – Acampamentos em Mato Grosso do Sul – 2000	189
Figura 16 – Áreas especiais de Mato Grosso do Sul – 2000.....	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Colônias Agrícolas Nacionais	37
Quadro 02 – População brasileira e imigrantes nos censos de 1872 a 2000	42
Quadro 03 - Distribuição de trabalhadores rurais, em território brasileiro, na década de 1950	43
Quadro 04 – Programas Oficiais – 1970	75
Quadro 05 – População residente em Mato Grosso do Sul	84
Quadro 06 - Utilização de terras no Brasil	88
Quadro 07 - Utilização de terras em Mato Grosso do Sul	88
Quadro 08 - Distribuição fundiária de Mato Grosso do Sul (1975-1978).....	104
Quadro 09 – Metas do PNRA para Mato Grosso do Sul	163
Quadro 10 – MS – Área desapropriada e n.º de famílias assentadas	163
Quadro 11 – Municípios em que ocorreram acampamentos em Mato Grosso do Sul.....	165
Quadro 12 – Políticos de Mato Grosso do Sul – proprietários de latifúndios.	166
Quadro 13 – Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul – 1985-1989	176
Quadro 14 – Violência no campo contra a posse/propriedade em Mato Grosso do Sul.....	180
Quadro 15 – Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul.....	183
Quadro 16 – Assentamentos em Mato Grosso do Sul – 1990-1995	187
Quadro 17 – Características das áreas especiais de Mato Grosso do Sul – 2000	191
Quadro 18 – Total de imóveis rurais cadastrados (SNCR)/MS – Área especial	194
Quadro 19 – Programas e recursos de apoio à Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul	196

LISTA DE GRÁFICOS E TABELA

Gráfico 01 – Evolução da população urbana e rural 1940-2000	40
Gráfico 02 – Brasil: mortos em conflito no campo (1964-1994).....	58
Tabela 01 – Preços médios do barril de petróleo importado pelo Brasil: 1967-1979 (em US\$ FOB) ...	73
Gráfico 03 - Proporção da Área em Estabelecimentos por Grupo de Área Total em Mato Grosso do Sul nos Anos de 1975 e 1995 (%).....	87
Gráfico 04 – Formas de utilização da terra em Mato Grosso do Sul (%)	90

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- CAND** – Colônia Nacional Agrícola de Dourados
- CE** – Jornal Correio do Estado
- CEB** – Comunidades Eclesiais de Base
- CMD** – Colônia Municipal de Dourados
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COAAMS** – Coordenação das Associações dos Assentamentos de Mato Grosso do Sul
- COAGRAN** – Cooperativa Agrícola da Grande Dourados
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPARA** – Comissão de Política Agrícola e Reforma Agrária
- DS** – Jornal Diário da Serra
- ELETOBRAS** - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
- ELETROSUL** – Centrais Elétricas Sul S.A.
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira DE Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ESMT** – Extremo sul de Mato Grosso
- ET** – Estatuto da Terra
- ETR** – Estatuto do Trabalhador Rural
- FAG** – Frente Agrária Gaúcha
- FD** – Jornal Folha de Dourados
- FETAGRI** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- FSP** – Jornal Folha de São Paulo
- GERA** – Grupo Executivo da Reforma Agrária
- HO** – História Oral
- HTP** – História do Tempo Presente
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRA** – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDA** – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
- INIC** – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
- JM** – Jornal da Manhã
- JTST** – Jornal dos Trabalhadores Sem Terra
- LC** – Ligas Camponesas
- MA** – Ministério da Agricultura
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MS** – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MT – Mato Grosso
OP – Jornal O Progresso
PC – Partido Comunista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIC – Programa Integrado de Colonização
PIN – Projeto de Integração Nacional
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
PRODEGRAN – Programa Especial de Desenvolvimento da Região de Grande Dourados
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PY – Paraguai
RA – Reforma Agrária
RFO – Região Fronteiriça Oriental
SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco
SMS – Sul de Mato Grosso do Sul
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SOMECO – Sociedade de Melhoramentos e Colonização
SSR – Serviço Social Rural
SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUPRA – Superintendência de Políticas Agrárias
TERRASUL – Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul
UDR – União Democrática Ruralista
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE GRÁFICOS E TABELA	10
LISTA DE ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	14
I CAPÍTULO - ORDENAMENTO DE TERRAS: ABERTURA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO EXTREMO SUL DE MATO GROSSO	26
1.1 Ordenamento de terras no ESMT: início do processo da demarcação de fronteiras	31
1.2 Colônias de povoamento no ESMT: instrumentos para ordenamento de terras	35
1.3 A expansão das colônias de povoamento: demarcando fronteiras no ESMT	44
II CAPÍTULO - FECHAMENTO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO ESMT: 1950 A 1970.	56
2.1 Homens e mulheres do campo: luta pela institucionalização das relações de trabalho na terra ..	60
2.2 A institucionalização do trabalho no campo: ETR e a CONTAG	63
2.3 Ordenamento das terras no pós 1964: Estatuto da Terra.....	65
2.4 Expulsão dos trabalhadores do campo: o movimento migratório para terras paraguaias e o fechamento da fronteira do ESMT	69
2.5 A institucionalização no ordenamento de terras: a criação INCRA	74
2.6 O ESMT: programas desenvolvimentistas e ordenamento de terras	77
2.7 A consolidação da política agrária nos governos militares, as fronteiras agrícolas e a criação do estado de Mato Grosso do Sul.....	79
III CAPÍTULO - A FRONTEIRA EM ESTADO DE LATÊNCIA: A FORÇA SOCIAL DOS SUJEITOS ORGANIZADOS PARA O REORDENAMENTO DE TERRAS	86
3.1 Assentamento Sete Quedas: a latência na fronteira do ESMT.....	91
3.2 A Igreja Católica e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Mato Grosso do Sul.	100
3.4 O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o novo impulso para a reforma agrária em Mato Grosso do Sul.....	108
3.5 Formação dos Movimentos Sociais em Mato Grosso do Sul.....	112
IV CAPÍTULO – REORDENAMENTO DE TERRAS COM O I PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: DILEMAS E POSSIBILIDADES NA REABERTURA DA FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL	118
4. 1 O I PNRA: arranjos e rearranjos das forças envolvidas no processo.....	120
4. 2 A Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul: o acalmar ânimos de ribeirinhos e brasiguaios.....	126
4.3 A Proposta do PNRA: abertura dos debates junto à sociedade brasileira e sul-mato-grossense	133
4.4 Sem terras e latifundiários em movimentos	150
V CAPÍTULO - A REFORMA AGRÁRIA NO SMS: REORDENAMENTO DE TERRAS	160
5.1 A Assembleia Nacional Constituinte e a Reforma Agrária: discussão em Mato Grosso do Sul ...	172
5.2 Movimentos em Movimentos: homens e mulheres, legislações, ocupações e violência em Mato Grosso do Sul.....	175
1985 a 1989.....	180
5.3 A Constituição Federal (1988) e as leis agrárias complementares: comentários e considerações de aplicabilidade.....	181
5.4 As áreas especiais em Mato Grosso do Sul para a instalação de assentamentos rurais no SMS	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	205

INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XX aparecem os primeiros indícios de que a questão fundiária brasileira passaria a ser tratada pelos governantes como uma problemática inerente ao modelo de estrutura agrária e não mais como uma política meramente agrícola, porque os encaminhamentos realizados naquele período emergem na forma de instrumentos contendo intenções de questionar a concentração fundiária, visando inicialmente, equacionar fatores do que e como, onde e quanto se produz no Brasil. Entendemos que foi naquele momento que se iniciaram mudanças, tendo como primeiros passos analisar as variáveis que caracterizavam a questão agrícola, considerando diversos elementos, dentre eles as quantidades e os preços de bens produzidos, vistos pelo prisma do que se definiu na realidade brasileira como questão agrária. Esta levava em conta a maneira como se organizava a produção e o trabalho, as relações de trabalho que se estabeleciam entre quem detinha os meios de produção e os que forneciam a força de trabalho e, principalmente, o nível de renda e emprego dos homens e mulheres que lidavam com a terra, embora parte destes não a possuísse¹.

É nesse tema, envolto ao modelo de estrutura agrária e as problemáticas dele decorrentes que se insere esta tese, objetivando acompanhar os acontecimentos ligados ao movimento dos homens e mulheres do campo, em seu processo histórico, desde a década de 1940 até 2003², no intuito de investigar e analisar, o que denominamos como processos de ordenamento e de reordenamento de terras no extremo sul de Mato Grosso (ESMT)³, atual sul de Mato Grosso do Sul⁴. Entendemos que esses dois processos contribuíram para reconfigurar, não apenas o espaço físico do campo na área em pauta, mas também o social, sendo que ambos foram representados pelos aspectos socioeconômicos, num conjunto de fatores que ao longo da última metade do século XX, levaram a organização e aceleração de ações dos movimentos sociais.

Tratamos ordenamento e reordenamento de terras voltados às comunidades de sem terras que, ao longo do tempo que determinamos para essa pesquisa, passaram a se organizar na luta pela terra, embora não desconsideremos as questões indígenas e quilombolas presentes e latentes nesse território e que ao longo desse mesmo percurso, também foram alijadas dos seus direitos às terras e expulsas pelas forças da ocupação dirigida.

Assim, o nosso campo de investigação é na *faixa* de tempo que cobre o ESMT, atual SMS, iniciando as análises no período da colonização dirigida, fase do ordenamento de terras, tendo como marco a década de 1940, e que compreende a abertura da fronteira. Desse período, percorremos o

¹ Pela conceituação de Graziano da Silva “[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc.” (1987, p.11).

² Ano em que é promulgado o II Plano Nacional de Reforma Agrária.

³ Para designar esse espaço/tempo usaremos ESMT, sigla utilizada por Jocimar Lomba Albanez em *Ervais em queda: transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)* (2013, p. 45).

⁴ Após 1977, devido a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, para identificar a região sul de Mato Grosso do Sul usaremos a sigla SMS.

tempo da mecanização da agricultura, na década de 1970, aqui considerada como momento do fechamento ou período de latência da fronteira, uma vez que aconteceu a criação do Projeto Integrado de Colonização Sete Quedas. Ambas as fases entendemos como momentos do processo de ordenamento do ESMT, entendido nesse estudo conforme a concepção apontada por Gaspar, como “a arte de adequar as gentes e a produção de riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento.” (1995, p. 05). Por isso o ordenamento de terras indica ser um modelo instituído pelo Estado, o qual ocorre à revelia das pessoas que buscam terra de trabalho, porque são impelidas a ocupar um determinado lugar pela idealização e imposição da geopolítica praticada pelos governantes.

A segunda fase desse estudo se refere a reabertura da fronteira, num processo que denominamos reordenamento de terras, a qual é marcada pela implantação da Reforma Agrária (RA), em meados da década de 1980. O reordenamento difere do ordenamento porque para que o mesmo ocorra são necessárias pressões sociais, que no caso brasileiro e de Mato Grosso do Sul (MS), teve nos movimentos sociais a força dos sujeitos envolvidos a encaminhar demandas direcionadas a reconfigurar determinado espaço, viabilizando a efetivação da Reforma Agrária, que se tornou possível por meio de políticas públicas de divisão e distribuição de terras, visando sanar as necessidades apontadas pelos sujeitos constituídos coletivamente.

É preciso destacar que a fase do ordenamento no ESMT constituiu-se em dois períodos, sendo: o primeiro configurado na colonização dirigida, marcado fortemente pela movimentação de homens e mulheres do campo para essa região, entre 1940 a 1960, que culminou com a Marcha para o Oeste, uma política que teve por objetivo nacionalizar o território dessa região e demarcar as fronteiras brasileiras, marcado pela abertura das mesmas com avanço da frente de expansão, conforme apontado por Mondardo e Goettert (2007, p. 39) ao caracterizarem o processo de migração para o Centro-Oeste, nas décadas de 1940 a 1960.

O segundo momento, considerado também como de ordenamento, ocorreu entre os anos 1960 a 1980⁵, período da expansão da agricultura por meio da mecanização do campo, que trazia implícita a proposta de ampliar internamente as fronteiras agrícolas e que é caracterizado por Mondardo e Goettert como “[...] frente pioneira oriunda dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para o Centro Oeste, entre os anos de 1970 a 1990.” (Idem). Pensamos essas geopolíticas, intervencionistas, de abertura de fronteiras agrícolas como movimento de ordenamento das terras no ESMT e que contém dois aspectos, um de expansão agrícola sobre novas áreas, promovendo abertura com expansão da fronteira; outro de fechamento dessa nova fronteira, porque ao ocupar a nova área, fazendo uso da lógica oferecida pelo mercado, promoveu o fechamento da mesma, somente reabrindo-a posteriormente, por meio da movimentação das pessoas excluídas do processo produtivo agrícola, que resultou na implantação da RA, quando fez suscitar um novo mecanismo, o reordenamento de terras.

⁵ Consideramos como ordenamento a criação do Projeto Integrado de Colonização Sete Quedas, que se insere no segundo período, mas que não é resultante da mecanização da agricultura.

Dessa forma, para o reordenamento de terras foi necessário o I Plano Nacional de Reforma Agrária⁶ (PNRA), e sua promulgação representou a conquista de direitos de homens e mulheres do campo, que ao se organizarem coletivamente na luta pela terra de trabalho, contando para tanto com o apoio efetivo de instituições influentes, de sindicatos e federações de trabalhadores na terra, e com a formação dos movimentos sociais, após 1984, pressionaram o poder instituído, contrariando os interesses dos latifundiários e conseguiram tornar a RA uma política pública.

Nossas considerações no que se refere à fase do reordenamento são feitas entendendo que grande parte dos encaminhamentos para a aprovação e posterior efetivação do I PNRA e a sua implementação no SMS propiciou a reabertura da fronteira agrícola brasileira, com a criação e instalação dos assentamentos de reforma agrária, fundamentais para promover o reordenamento social no campo sul-mato-grossense.

A hipótese que orientou a pesquisa foi que o modelo pelo qual foi promovida a ocupação do território do ESMT, primeiro com o ordenamento de terras, num processo de colonização dirigida pelo governo federal, que visava demarcar áreas, e segundo com a frente pioneira, da década de 1970, que concentrou terras e atrelou a produção ao mercado externo, produziram as bases para gestação e posterior emergência de questionamentos e de conflitos agrários, os quais possibilitaram condições para o reordenamento por meio do I PNRA, em meados da década de 1980.

Destacamos que as análises desse primeiro período possibilitaram acumular alguns elementos, tais como processo migratório e abertura de fronteiras, necessários para entender a fase de reordenamento das terras por meio da RA no SMS, a partir da década de 1980 com as lutas dos movimentos organizados coletivamente.

É preciso ressaltar que para analisar períodos separados por décadas e com processos de ocupação distintos: o primeiro, quando da necessidade de demarcar as fronteiras do território brasileiro na região do ESMT; o segundo, suscitado pela necessidade de reordenar esse mesmo território por meio da RA, no SMS, atendendo a pessoas excluídas do processo produtivo, foi necessário uma incursão aos movimentos colonizadores nacionais e suas premissas, razão pela qual tomamos como uma das referências o ordenamento.

Nos distintos períodos estudados, no contexto brasileiro, foram adotadas políticas agrárias nas terras do ESMT e SMS e por isso nos propusemos analisar os anos de 1940 a 1985, considerando a primeira medida representada pela Marcha para o Oeste, combinada com o avanço da fronteira da década de 1970 e a segunda, com a promulgação do I PNRA. Essas medidas, também distintas, tinham alguns objetivos comuns, ao menos no que tange ao esvaziamento de tensões sociais em áreas mais exploradas e conflituosas das terras brasileiras, nos estados do nordeste e sul do Brasil, como as apontadas por Tavares dos Santos (1993), Foweraker (1982), Moreno (2007), Martins (1997), Graziano da Silva (1982) e Minc (1985), entre outros referenciados neste trabalho.

Definimos, como objetivo central da pesquisa, investigar o que o ordenamento, via colonização e o reordenamento, via RA promoveram em relação a estrutura agrária nas terras do ESMT e, no estudo do processo histórico de ocupação deste território, identificando e analisando

⁶ 1985.

como foi construído o I PNRA, pensado enquanto medida de reordenamento das terras na região do SMS, bem como as ações imediatamente anteriores e posteriores a sua promulgação. Intentamos também compreender os elementos e as forças sociais, especialmente dos movimentos sociais que propiciaram a emergência e a constituição do I PNRA e de como essa política pública reordenou o SMS.

Em Mato Grosso do Sul, a manifestação sobre a nova política agrária, representada pelo I PNRA teve reflexos imediatos, especialmente no SMS, lugar de conflitos de terras, motivados pela exclusão de pessoas do processo produtivo, associado ao retorno de migrantes, especialmente os brasiguaios, via Mato Grosso do Sul e também lugar de terras de qualidade para o cultivo agrícola, bem como da existência de terras devolutas. Esses fatores fomentaram condições para a organização coletiva, dentre elas a Comissão Pastoral da Terra (1978) e posteriormente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (1985), constituídos de demandantes por terra, que pressionaram a implantação de assentamentos. Essas características da região, dentre outras, abrigaram inúmeros acampamentos de demandantes de terra e motivaram a criação de uma área especial destinada a RA no SMS.

Assim, além do objetivo geral, buscamos com esta tese atingir quatro objetivos específicos. Nos dois primeiros foi fazer a reconstrução histórica e interpretativa dos movimentos de ocupação na região, a partir da Marcha para o Oeste e da modernização/mecanização da agricultura em relação à questão agrária. No terceiro nos propusemos interpretar a criação do Projeto Integrado Sete Quedas, como uma *reabertura* da fronteira agrícola no ESMT e investigar a história dos movimentos sociais, a partir da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em âmbito nacional, até a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Mato Grosso do Sul e as articulações que estabelece para reivindicar a terra. No quarto objetivo, buscamos analisar a trajetória de crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra no SMS, estabelecendo uma correlação com a articulação dos ruralistas no período imediatamente anterior à promulgação do I PNRA e às formas de reordenamento ocorridas com a adoção de políticas de assentamento, tomando como referência as áreas especiais demarcadas no primeiro mandato no governo estadual de José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002).

O recorte espacial sobre o qual nos debruçamos é a região sul do atual Mato Grosso do Sul, que tratamos aqui por SMS. Importante salientar que esse território pertencia ao estado de Mato Grosso até a criação do estado de Mato Grosso do Sul, em outubro de 1977⁷ e que fizemos um recuo no tempo para interpretar os eventos ocorridos no período da colonização dirigida, que antecede a criação do estado de Mato Grosso do Sul, incorporando análises sobre a porção territorial situada ao sul do Rio Pardo, identificada como ESMT, e que após a criação do Estado de Mato Grosso do Sul passa a ser caracterizado como SMS. (ALBANEZ, 2013, p. 82)

O recorte temporal proposto (1940-2000) justifica-se por ser o período em que ocorreram as ocupações massivas na região em estudo, iniciadas por ocasião da Marcha para o Oeste e mais adiante pela mecanização no campo brasileiro, que estamos tratando como ordenamento⁸ e que

⁷ O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1977 e instalado em 1979. (BITTAR, 2009, p. 356)

⁸ Conjunto de medidas que ordenam um determinado território em sua totalidade.

incidem, em médio prazo, no surgimento dos movimentos sociais culminando com a promulgação do I PNRA. Esses movimentos foram responsáveis pela migração de homens e mulheres do campo de áreas consideradas mais populosas para regiões que eram chamadas, à época, de vazios demográficos.

Na faixa de tempo estudada também foram criados os Territórios Nacionais e as Colônias Agrícolas Federais, localizando-se na área em questão o Território Federal de Ponta Porã e a Colônia Nacional de Dourados (CAND). No mesmo período foi criada a Colônia Municipal de Dourados (CMD) em espaço geográfico próximo da CAND, o que nos levou a incluir dados de sua formação em nossas análises. É importante destacar que algumas Colônias Agrícolas criadas, à época, pelos governos federal, estadual e municipal, mais tarde vieram a se tornar municípios e outras foram integradas aos municípios em cujas áreas se localizavam como iremos ver em relação à CAND e CMD.

O recuo histórico se justifica por que ambos os processos, colonização e modernização da agricultura abriram e fecharam a fronteira do antigo ESMT e atual SMS, e tiveram como finalidade, no primeiro caso, povoar num formato de pequena produção; no segundo produzir em grandes áreas e com os elementos fornecidos pelo mercado. Em virtude da descapitalização dos sujeitos do primeiro processo, o segundo processo acabou por incorporar parte de sua área, mantendo a concentração da terra, aumentando a exclusão de pessoas sem terra e colocando a região em estado de latência, fazendo com que essa mesma fronteira fosse reaberta com a RA.

Assim, para a consecução dos objetivos entendemos como necessário uma definição de temporalidade que nos permitiu e/ou nos obrigou fazer um recuo para de compreender em que grau o processo de colonização e ocupação ocorrido na região nas décadas de 1940 à 1970 gestaram elementos que produziram novas demandas na divisão de terras e foram responsáveis, efetivamente, pela reabertura da fronteira agrícola. Estendemos a perspectiva desse território além das fronteiras geográficas específicas, visto que tratamos, no conjunto, de políticas de colonização e ocupação nacionais e só a partir da década de 1970, visamos às políticas regionais ou locais. Assim, ao atentar para a temporalidade selecionada, considerada pertinente para o entendimento do processo que orienta, *a priori*, esse ordenamento e *a posteriori*, o que estamos tratando como reordenamento. Por isso, fez-se necessário pensar pelo viés das estruturas, conforme proposto por Braudel,

Por estrutura os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente (2005, p.49).

Esse veicular longamente enfatizado pelo autor se aplica, visto que os acontecimentos, foco desse estudo, resultaram de um extenso tempo de “incubação social”, possibilitando análises pela ótica da longa duração, afinal a luta pela terra se constitui em um movimento que já dura mais de meio século⁹ podendo, portanto, ser explicado pela historiografia que busca nos aspectos novos e imprevistos da história, primordialmente, continuidades, raízes e permanências¹⁰. Ainda pela proposição de Braudel, pensamos o conceito de modelo pelos quais se entendem os “feixes de

⁹ Pensando a partir das Ligas Camponesas (1954-1964).

¹⁰ Ver: BRAUDEL, 2005, p.41-79.

explicações", que permitem desvelar os caminhos pelos quais circula a longuíssima duração. Desta forma para utilizar uma teoria dos modelos, é preciso "[...] que os historiadores ocupem aí posições de vanguarda" (2005, p. 64), posição que pretendemos e entendemos ser a mais apropriada para esta tese. Assim, o modelo proposto neste estudo são os encaminhamentos que propiciaram ora avanços ora recuos no processo de ordenamento da terra no ESMT e reordenamento no SMS tentando descobrir o que mudou nas relações sociais pertinentes a posse da terra.

O reordenamento de terras que nos propusemos analisar é parte de um conjunto de medidas políticas tomadas a partir de meados do século XX, no Brasil, período em que a questão agrária começou a ser pensada em termos acadêmicos e as lutas e movimentos que se formaram e passaram a ser tratados na condição de objetos históricos. A terra, desta forma, deixou de ser pensada unicamente como fonte de renda e passou a ter sentido social, como terra de trabalho¹¹ e não de exploração. Nesse processo fizeram parte não somente os grupos sociais que dependiam do trabalho na terra, mas também os intelectuais, os quais se voltaram para o estudo dos fenômenos dos movimentos sociais, de luta pela terra. Nesse campo, temos uma farta representação de estudiosos que contribuíram, determinadamente, para o desenvolvimento deste estudo. Assim é que, no Brasil, a questão da terra é tornada assunto discutido na academia e assumiu aspecto social ressaltado pelas movimentações que surgiram em todo o país, fazendo com que as temáticas relacionadas à ocupação da terra alcançassem a historiografia brasileira e regional¹².

No que se refere às análises direcionadas a compreender os movimentos que antecederam e precederam cada ciclo ou evento¹³, tomamos o período das migrações que ocorreram no Brasil, iniciadas no período da colonização dirigida (1940-1970) e, mais recentemente, da política da RA (1985) relacionando-as, enquanto estruturas, às representações populares e da CPT, aos movimentos sociais que surgiram, bem como a manifestação dos ruralistas no intuito de entender o processo histórico que desemboca na luta pela terra, na atualidade.

É preciso dizer que o interesse em investigar a estrutura agrária do ESMT e SMS foi motivado pelo desejo de entender como foram gestadas as condições que levaram homens e mulheres do campo a se manifestarem, conduzidos por uma vontade férrea de sobreviver em um sistema econômico excludente e aberto a ampliação das desigualdades. Testemunhar essa determinação, entre os anos 1999 a 2006, período em que ministrei aulas no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (1998-2001) como docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e quando pesquisamos¹⁴ em assentamentos da Reforma Agrária em diversas cidades de Mato Grosso do Sul, despertou o interesse em investigar e analisar o processo histórico que desembocou na reforma agrária, dada a importância de sua efetivação na atualidade.

¹¹ Exteriorização do trabalho abstrato sob a égide do capital. A respeito da Terra de Trabalho e Terra de Negócio, ver os trabalhos de Afrânio Garcia Jr., *Terra de Trabalho*, (1983) e *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social* (1989).

¹² Historiadores que trabalham com a História de Mato Grosso do Sul – Paulo Roberto Cimó Queiroz e Marisa Bittar.

¹³ Ver: BRAUDEL, 2005, p.41-79.

¹⁴ *Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos da Reforma Agrária* (2001-2004), CNPq – MS. Projeto de Pesquisa *A gênese dos assentados e sua relação com o desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária*. Termo de outorga Nº 071/03. Edital: 01/2002. Fundação de Apoio a Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT.

Essa experiência foi ampliada com a revisão bibliográfica feita sobre o tema, que possibilitou a elaboração de projeto de pesquisa e o ingresso no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). As leituras de inúmeras obras propiciaram condições para delinear os caminhos metodológicos e para o estudo dessa temática nos propusemos fazê-lo pela metodologia da História do Tempo Presente (HTP), pensada por Dosse, segundo a qual “[...] o historiador tem chance de poder trabalhar, sob controle de testemunhos do acontecimento que analisa”. (2000, p. 175). O autor ressalta que mesmo que esse “manejo” de acontecimentos recentes traga a problemática metodológica, é relevante pensar que a partir da memória é possível utilizar as “[...] fontes orais na escritura do tempo presente.” (Idem.) Já Hobsbawm trata da questão da HTP como uma necessidade,

A despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente, é necessário fazê-la. Não há escolha. É necessário realizar as pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmos critérios que para os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio (1998, p. 156).

Sobre a questão da aplicabilidade da HTP, nos apropriamos da argumentação do autor para reforçar a necessidade de escrever uma história da questão agrária, tão debatida entre os historiadores, sociólogos e geógrafos e que tem tido uma tônica especial nas últimas décadas e chamado atenção dos historiadores voltados para a discussão da História Agrária, em seu amplo campo de estudo, que consiste em combinar a história da agricultura com a história agrária, enquanto modalidade de história social da agricultura. (LINHARES, 1981, p. 153)

Com a consciência de que a HTP pressupõe a existência de testemunhas, buscamos preservar a transmissão idônea das fontes e nessa trajetória, ao nos defrontarmos com os inevitáveis problemas da memória, da objetividade e da verdade na representação de um passado próximo. Utilizamos essa metodologia mesclada com a noção de continuidades, raízes e permanências, no intuito de interpretar as lutas pela terra nas terras do SMS, na temporalidade em foco. Uma vez mais reforçamos o pensamento de “vanguarda” apresentado tão acertadamente por Braudel, e, ao pensarmos “modelos”, descartamos os ciclos agrários, pois que nosso estudo não se inscreve na longuíssima duração, visto que envolve um período de sete décadas, nas quais ocorreram significativos acontecimentos. Por outro lado, permitiu que fossem revisitados esses conceitos pela ótica das continuidades e permanências que visualizamos nos recuos e avanços das políticas de ordenamento e reordenamento de terras no Brasil.

Chartier apresenta interessante argumentação sobre a HTP, em relação ao rompimento com a concepção historiográfica que defende a necessidade do distanciamento para uma análise histórica:

[...] o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história (1993, p. 8).

Respaldados em Chartier nos propusemos aproveitar a HTP, enquanto instrumento que possibilitou investigar fatos e acontecimentos guardados na memória das pessoas que vivenciaram as lutas, obstáculos e conquistas referentes e inerentes aos processos de construção da questão agrária e que após registrados, contribuíram para construir uma compreensão do ordenamento e reordenamento de terras no espaço cotejado, ESMT e SMS, a partir das análises dos movimentos de colonização e reforma agrária.

Para compreender os testemunhos representados pelas fontes orais, determinantes para interpretarmos os acontecimentos acerca da questão agrária brasileira e do ESMT/SMS, respaldamos nossos estudos na História Oral (HO), na forma como é compreendida por Ferreira e Amado¹⁵ e Meihy e Holanda¹⁶ e os demais autores que contribuíram nas duas obras.

Na primeira obra, os autores concluem que a HO, como outra metodologia, configura-se como meio para estabelecer e ordenar procedimentos de trabalho com fontes orais, e ressaltam as implicações de cada um deles para a pesquisa e as variadas possibilidades de transcrição de depoimentos. Acrescentam as vantagens e desvantagens de tal metodologia e as diferentes maneiras que tem o historiador em proceder ao relacionar-se com os entrevistados. Também ressaltam as influências dessa proximidade sobre o trabalho, exercendo papel de ponte entre a teoria e a prática. Os autores deixam claro, no conjunto da obra, que há convergência na área teórica segundo a qual a HO é capaz de suscitar e/ou incitar questões, o que não pressupõe solucionar e nem mesmo oferecer as respostas.

Pelo viés da argumentação presente na obra de Meihy e Holanda adotamos suas perspectivas ao utilizar a HO como ferramenta que propiciou recursos para reforçar ou refutar argumentos, como técnica na utilização e validação das entrevistas a partir de hipóteses e como método, ao indicar procedimento organizado de investigação de forma a garantir obtenção de resultados que puderam ser aferidos de acordo com o proposto neste estudo.

Respaldados na HO fizemos e submetemos a análises, entrevistas com dois representantes da CPT¹⁷, que participaram dos momentos de conflitos entre os homens e mulheres do campo, despossuídos no SMS e que ainda participam de organizações de apoio aos assentados. Entrevistamos também uma liderança¹⁸ do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que participou ativamente das articulações entre os sem terra e os órgãos federais e estaduais responsáveis pela reforma agrária em Mato Grosso do Sul no período em estudo, no intuito de compreender como ocorreram as tratativas para implantar a reforma agrária, como política de reordenamento de terras e quais eram as condições de vida dos acampados, na época imediatamente anterior e posterior a promulgação do PNRA.

No intuito de compreender e comparar as condições que levaram homens e mulheres a se deslocarem para o Paraguai em busca de trabalho na terra, premidos pela escassez de terras e de trabalho no Brasil e que mais tarde, algumas vezes pelas mesmas razões os trouxe de volta ao Brasil,

¹⁵ Ver: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.), 1996.

¹⁶ Ver: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. 2007.

¹⁷ Irmã Olga Manosso e Padre Adriano Vau de Vem, participantes ativos da CPT/MS, desde sua criação em Mato Grosso do Sul e da formação do MST/MS.

¹⁸ José de Oliveira, Diretor de Produção da Comissão Estadual do MST/MS.

entrevistamos cinco assentados¹⁹ no Itamarati I e II, antigos brasiguaios oriundos de estados diferentes no Brasil e de diversos departamentos no Paraguai. Essas entrevistas nos permitiram apreender suas vivências e experiências e analisá-las pelas suas percepções de sobrevivência e do enfrentamento a condições adversas que os motivaram a buscar melhores condições de vida e acreditar na reforma agrária como via de transformação do campo brasileiro.

Para entender a criação e as condições de vida dos ribeirinhos, instalados em Projetos de Colonização Integrados (PIC), provenientes das regiões onde foram construídos os reservatórios das hidrelétricas, construídas no período da expansão da indústria no Brasil, durante o regime militar, entrevistamos um antigo morador do PIC Sete Quedas²⁰ e um memorialista²¹ que atuou na época como vereador e agente de educação regional.

Fizemos também entrevista com o ex-governador²² de Mato Grosso do Sul, em cujo governo foi promulgada a Portaria n.º 110/MDA, de 06 de abril de 2000, que deu origem a criação da área especial destinada a implantação de assentamentos rurais, boa parte dela no SMS. O roteiro semiestruturado preparado para a entrevista tinha por meta entender como se deu a participação do Estado na seleção das áreas em Mato Grosso do Sul, como foram instaladas e em que quantidade de área.

Todas as entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, a maioria foi filmada com consentimento dos entrevistados e com suas permissões para a utilização de suas respostas e impressões para a elaboração desta tese. Apenas uma entrevista, feita com representante do governo²³, na época da elaboração dos documentos estaduais solicitados pela Portaria n.º 110/MDA, de 06 de abril de 2000, foi feita e respondida por correio eletrônico.

No processo de investigação que levou a construção da tese utilizamos gráficos e tabelas visando compreender por meio dos dados apresentados a situação fundiária dos diversos períodos que nos propusemos analisar. Também nos debruçamos sobre mapas que evidenciaram a dimensão das ocupações, dos acampamentos e dos assentamentos ocorridos na área em estudo, bem como elaboramos novos mapas, sistematizando e apresentando os dados da pesquisa²⁴.

Para compreender como se deu a divulgação e os movimentos de embate entre homens e mulheres do campo e os latifundiários, no período que antecede e sucede a promulgação do PNRA e do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) estudamos os jornais editados na época, considerados de maior alcance no interior do estado de Mato Grosso do Sul. Nessas análises procuramos entender, na linguagem subliminar dos editoriais e artigos, como eram noticiadas as ações de cada categoria envolvida, tentando nos isentar de aceitar a informação como premissa da verdade, mas tendo consciência da influência que a mídia exerce na sociedade e de sua intencionalidade em influenciar.

¹⁹ Osvaldo Fincato, Evaristo Rodrigues da Silva, Eva Pinheiro Neves da Silva, João Vicente da Silva e Marli Picler.

²⁰ Donevil Alves.

²¹ Almiro Pinto Sobrinho.

²² José Orcírio Miranda, Zeca do PT. (1999-2007)

²³ Ivan de Oliveira Santos. Representava o Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul (TERRASUL).

²⁴ Com o intuito de evidenciar aspectos considerados relevantes para as análises que fizemos, construímos mapas com a ajuda de profissionais, que compõem este estudo.

Fizemos pesquisas no escritório do MST e na sede da CPT, em Campo Grande, lugares em que tivemos acesso aos acervos desses movimentos sociais, e dentre os materiais pesquisados investigamos arquivos de jornais fora de circulação, os quais fotografamos e utilizamos em nossas análises.

Os dados estatísticos que nos serviram de base para analisar aspectos relevantes da questão fundiária e populacional dos períodos em estudo, encontramos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e diversas informações e planilhas conseguimos na Unidade Avançada do INCRA, em Dourados e no INCRA Regional de Campo Grande.

Para compreensão da problemática proposta, entendemos que o conceito de território é fundamental, como fio condutor para o recorte do estudo. Para compreender território nos respaldamos em Milton Santos que o entende como o lugar “[...] onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” (2002, p. 9). Sob essa perspectiva pudemos compreender os elementos presentes nesse território, que estabeleceram um jogo de forças que imprime ora avanços, ora recuos nas políticas agrárias.

Respaldados pelas teorias e autores referenciados, dividimos essa tese em cinco capítulos. No primeiro capítulo, com o título “Ordenamento de terras e abertura da fronteira agrícola no Extremo Sul de Mato Grosso”, tratamos do ordenamento da terra por meio de análises sobre o processo histórico da chamada questão de terras brasileira e do espaço cotejado, o ESMT, revisitando os movimentos de colonização que iniciam o processo de demarcação de fronteiras, tecendo considerações e analisando o movimento de ocupação, buscando compreender como ocorreu esse processo em seus múltiplos elementos. Para tanto, fazemos um recuo até a década de 1940, dialogando com os autores que se debruçaram sobre ordenamento de terras no Brasil, campo macro, para entendermos e interpretarmos as políticas adotadas em Mato Grosso, unidade de federação na qual o território de Mato Grosso do Sul estava incluso e, conseqüentemente, o SMS.

As políticas de ordenamento que privilegiamos foram as de cunho federal e municipal e como tais precisaram ser visualizadas na sua totalidade para que fosse possível compreender o que suscitaram para a questão da terra na região em estudo. Como política federal de ordenamento estudamos a CAND²⁵ e a CMD, pelas suas similaridades, tanto espaciais quanto temporais e incluímos informações sobre colônias estaduais instaladas no mesmo período. Os autores que respaldaram os estudos no campo macro foram Foweraker (1982), Feliciano (2006), Graziano da Silva (1981)(1987), Lenharo (1986), Morissawa (2001), Oliveira (2001), Palmeira (1989), Pessanha Neves (2009) e Tavares dos Santos (1993).

No campo micro utilizamos os trabalhos acadêmicos de Moreno (2007), Naglis (2007), Menezes (2011),(2012), Bittar (2009), Falchi (2007), Fabrini (2008), Carli (2008), Almeida (2008), Abreu (2008), Queiroz (2003) (2008), Santos (2007), Silva (2004) e Silva (2011).

No segundo capítulo “Fechamento da fronteira agrícola no ESMT: 1950 a 1970” tratamos das estratégias encetadas pelo governo federal para garantir a manutenção do modelo de espaço agrário que interessava ao capital, representado pelos latifundiários com o apoio dos governos,

²⁵ Única Colônia Nacional Agrícola criada no estado de Mato Grosso.

tecendo considerações sobre a falsa ideia da mudança na política de distribuição de terras e apresentando os movimentos reivindicatórios para o reordenamento das terras no Brasil, durante o regime militar, bem como a estrutura agrária e oligarquias rurais no pós 1964, finalizando com a discussão sobre o avanço das fronteiras brasileiras.

Nesse capítulo também analisamos, ainda que de forma breve, as razões que levaram ao deslocamento de emigrantes brasileiros para terras paraguaias, num movimento de expulsão, num primeiro momento²⁶ e de busca por oportunidade, em um segundo momento²⁷ e que, mais tarde, propiciou um deslocamento inverso, que será a base conjuntural para a formação dos movimentos de reivindicação da terra no SMS, promovido pelo retorno dos brasiguaios²⁸ com repercussão nacional.

Entendemos que a construção dos dois primeiros capítulos, nos quais analisamos como se deu a abertura e o fechamento das fronteiras agrícolas no ESMT, nos propiciaram elementos que tornaram possível compreender o processo de expansão da agricultura, por meio da mecanização do campo. Tais elementos criaram as condições para a reabertura temporária da fronteira agrícola no espaço em estudo, com o PIC Sete Quedas, criado pelo governo federal para alojar ribeirinhos expulsos de suas terras de trabalho, em virtude da construção de hidrelétricas. São temas estudados no terceiro capítulo, intitulado “A fronteira em estado de latência: a força social dos sujeitos organizados para o reordenamento de terras”.

Nesse terceiro capítulo também analisamos a formação da CPT, no Brasil e em Mato Grosso do Sul, percebendo a importância da sua representação para a visibilidade no que tange a exclusão dos homens e mulheres do campo. Foi nessa época que começou a se organizar o coletivo, formado pelos sujeitos expulsos da terra em função do aumento da concentração fundiária e das desigualdades sociais. Esses sujeitos organizados e apoiados pela CPT criaram o MST, primeiro em nível nacional e logo em seguida se organizaram em Mato Grosso do Sul e passaram a lutar pela reforma agrária. Desse enfrentamento foram criadas as bases para a emergência no reordenamento de terras no SMS por meio da Reforma Agrária.

No quarto capítulo, nos debruçamos sobre o processo que culminou na promulgação do I PNRA, impelido pela ação dos movimentos sociais que se fortaleceram, imprimindo força social à demanda da terra, promovendo contínuas ocupações de terras no SMS. Nesse capítulo tratamos especificamente do movimento que consideramos como de reordenamento das terras no SMS, seguindo a cronologia que orientou a pesquisa, desde o primeiro capítulo. Trazemos, ainda, para a discussão os movimentos que sucederam a apresentação do I PNRA à sociedade brasileira e sul-mato-grossense, aproveitando os aportes teóricos de Veiga (1990), Graziano da Silva (1985) e de Gomes (1987), prioritariamente, pelos seus estudos específicos sobre os acontecimentos do período. Usamos também para reflexão e análises textos de jornais editados no Brasil, em Mato Grosso do Sul e o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* que subsidiaram as fontes, possibilitando entender como ocorreram os embates entre trabalhadores do campo e latifundiários, no jogo de forças que determinou a estrutura do I PNRA. Na sequência analisamos e discutimos a emergência dos conflitos no SMS e a forma com que esses conflitos eram apresentados à sociedade, por meio da mídia e dos

²⁶ Década de 1950.

²⁷ Décadas de 1970-1980.

²⁸ Final da década de 1980, em fluxo contínuo até meados da década de 2000.

representantes políticos de Mato Grosso do Sul, na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional e como o governo resolvia as questões de terra que proliferaram no período.

Para finalizar, no quinto capítulo, sob o título “A Reforma Agrária no SMS: reordenamento de terras” apresentamos nossa caracterização de reordenamento de terras, analisando a reconfiguração do território com a instalação de assentamentos da reforma agrária que levou a um reordenamento social. Apresentamos e discutimos a criação da área especial de Mato Grosso do Sul, da qual a maioria da área está localizada no SMS e apresentamos uma análise dos documentos produzidos para atender a Portaria n.º 110/MDA, de 06 de abril de 2000, Diagnóstico e Plano de Ação, volumes I e II e o Caderno “Programa de Reforma Agrária a ser implementada no Estado de Mato Grosso do Sul”.

Assim os resultados da pesquisa estão encadeados de acordo com uma ordem cronológica, não excessivamente rigorosa visto que nos permitimos alguns recuos no tempo, a exemplo da discussão sobre o PIC Sete Quedas que se encaixaria, numa ordem rígida, no capítulo II, mas que entendemos ser mais adequado para compor as análises do terceiro capítulo. Adotamos a cronologia para a construção desta tese, levando em consideração a possibilidade do recorte em períodos, visto que assumimos o desafio de analisar uma *faixa* de tempo não tão longa, mas durante a qual houve a ocorrência de inúmeros processos conflituosos relevantes para explicar a problemática a que nos propusemos. Destacamos também a criação do estado de Mato Grosso do Sul, o que nos levou a nomear o mesmo espaço territorial por diferentes identificações.

I CAPÍTULO

ORDENAMENTO DE TERRAS: ABERTURA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO EXTREMO SUL DE MATO GROSSO

A partir dos movimentos e iniciativas de colonização nacional responsável pela ocupação²⁹, por meio da migração massiva que instituiu as bases para o ordenamento de terras e o desenvolvimento do espaço geográfico do ESMT, entre as décadas de 1940 e 1960, hoje SMS, centramos nossas análises neste capítulo, no intuito de interpretar esses movimentos pensando-os enquanto processos de abertura das fronteiras agrícolas na região³⁰.

Entendemos que para analisar períodos separados por uma longa temporalidade³¹ e com processos de ocupação distintos: o primeiro, quando da necessidade de demarcar as fronteiras do território brasileiro na região de Mato Grosso e o segundo, suscitado pela necessidade de reordenar esse mesmo território por meio da RA, atendendo a pessoas excluídas do processo produtivo de diversas regiões brasileiras, faz-se necessário uma incursão aos movimentos colonizadores nacionais e suas premissas, razão pela qual tomamos como uma das referências o ordenamento representado pela política de ocupação de terras consideradas, à época, como vazias e o consequente espraiamento das tensões sociais existentes no Brasil, no mesmo período.

A revisão de literatura propiciou condições para delinear os caminhos trilhados pela colonização nacional das terras no ESMT, que teve início na década de 1940, e que consideramos imprescindíveis para o entendimento da problemática proposta e estudada ao longo dessa tese: o que mudou no território³² em questão, desde o ordenamento até o reordenamento que se deu com a implementação da RA por meio do IPNRA.

A região selecionada para as nossas análises foi palco do movimento de colonização dirigida federal que se deu com a implantação de Colônias Agrícolas Nacionais, principal ação promovida pela Marcha para o Oeste (1943) e da instalação de colônias municipal e estadual.

Desta forma o recorte espacial nos levou a estudar a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)³³, criada no Território Federal de Ponta Porã (1943) e a Colônia Municipal de Dourados (CMD)³⁴, salientando a importância do movimento de colonização, que se apresentou como abertura da fronteira agrícola nesse espaço e que nos possibilitou entender o contexto agrário em que foi

²⁹ Início do ordenamento jurídico, nesse estudo representada pela chamada “colonização dirigida”.

³⁰ Adotamos o conceito de região de Bourdieu no qual o espaço é concebido em duas dimensões, a natural e a social e é construído pela decisão de quem pode determinar sua existência, se constituindo por representações de diferentes ordens e relações históricas (2004, p. 107-132).

³¹ Pela clássica proposição dos níveis de temporalidade, em Fernand Braudel, aplicamos aqui o segundo nível, o conjuntural, o qual o autor exemplifica com a história econômica, em seus ciclos e interciclos e que aqui pensamos em relação às políticas agrárias nacionais de Colonização e Reforma Agrária.

³² Pensado como o lugar “[...] onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p. 9).

³³ Foi a única colônia federal criada em Mato Grosso.

³⁴ Colônia municipal implantada no espaço/tempo cotejado para essa tese.

constituído o ESMT, que após 1977³⁵ passou a constituir o estado de Mato Grosso do Sul e que lançou bases para os movimentos reivindicatórios que irão culminar com a RA, quatro décadas depois (1985).

O recorte temporal, considerado como a abertura da fronteira agrícola no ESMT privilegiou movimentos de colonização públicos³⁶ que, de forma direta e indireta, ordenaram as terras da região enquanto centro das medidas federais que demarcaram limites ao ocupar terras tidas como vazias, sob a ótica capitalista, consolidando o poder que a posse da terra representou e ainda representa na área de investigação, o SMS. São nesses movimentos que buscamos decompor³⁷ o tempo decorrido entre um evento e outro, numa narrativa que pressupõe análises e que se orientam pelo “[...] ‘recitativo’ da conjuntura, do ‘ciclo’, até mesmo do ‘interciclo’ que propõe à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século [...]” (BRAUDEL,1992, p.48). São composições do tempo cronológico, que segundo Braudel representam um tempo novo, do qual dispõe o historiador, que pode ser dividido, de acordo com referências originais, em partes. A essas partes, chamamos de *faixas* de tempo (Idem). A *faixa* de tempo que compõe esse capítulo é de aproximadamente quatro décadas.

Demarcamos uma porção territorial significativamente menor que fosse capaz de apresentar-se, em termos geográficos e históricos, de modo mais homogêneo e por essa premissa delimitamos o território conhecido como ESMT, que segundo Albanez é uma conhecida caracterização³⁸ cuja região corresponderia a toda a porção situada ao sul do Rio Pardo (2013, p. 82) e que caracterizamos como SMS, após a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, visto que trabalhamos com uma temporalidade anterior e posterior a sua criação.

Para tanto, acompanhando a ideia de hidrografia presente na caracterização do ESMT, definimos como espaço histórico neste trabalho a porção correspondente, na atualidade, às áreas das bacias dos rios Ivinhema³⁹, Amambaí⁴⁰ e Iguatemi⁴¹ conforme pode ser visualizado na figura 01.

³⁵ Lei complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977.

³⁶ Definimos por públicos a chamada colonização dirigida, implementada pelo governo federal e municipal ocorridos no espaço de tempo selecionado para essa tese.

³⁷ Conforme proposto por Braudel, 2005, p. 44.

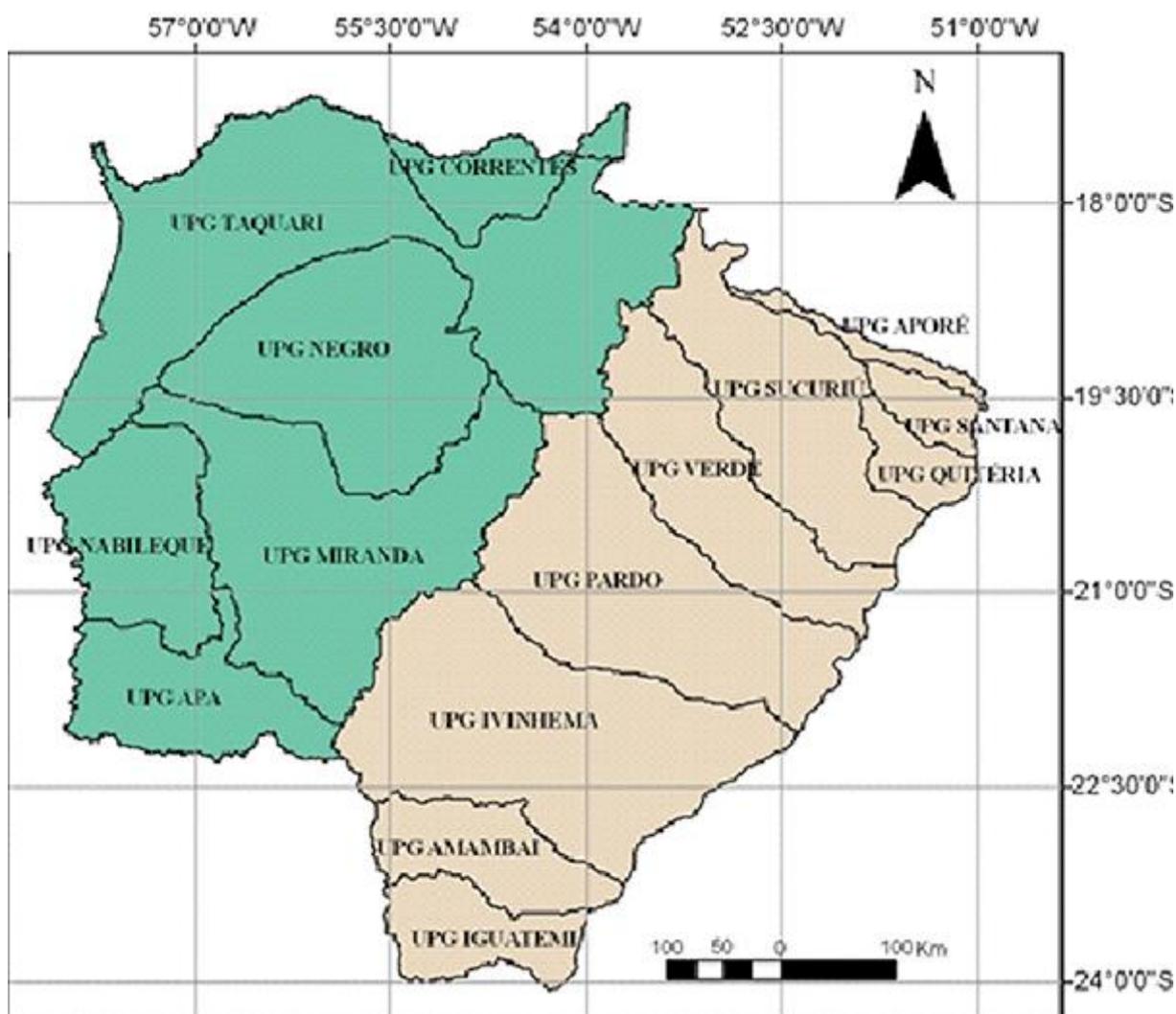
³⁸ Ver: FIGUEIREDO, 1972, p. 47.

³⁹ Municípios de Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Bataiporã, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sidrolândia, Taquarussu e Vicentina.

⁴⁰ Municípios de Amambaí, Aral Moreira, Caarapó, Iguatemi, Itaquiraí, Juti, Laguna Carapã, Naviraí e Ponta Porã.

⁴¹ Municípios de Amambaí, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru, Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo e Naviraí.

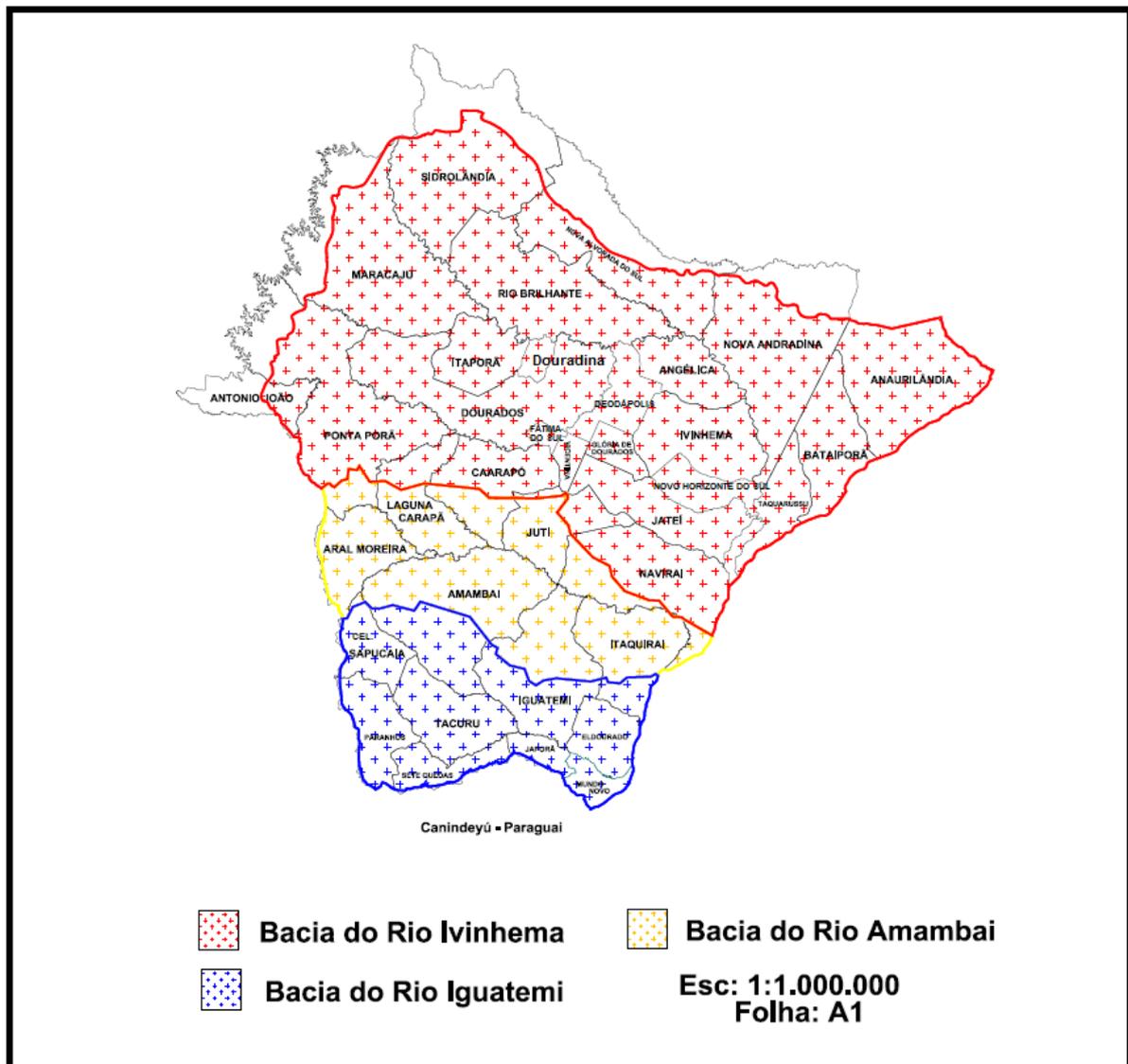
Figura 01 – Bacias hidrográficas de Mato Grosso do Sul



Fonte: [http:// www.aguasdobrasil.org](http://www.aguasdobrasil.org)

Assim o território em estudo, caracterizado como ESMT, é composto, atualmente, pelos municípios de municípios de Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antonio João, Aral Moreira, Bataiporã, Caarapó, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquirai, Ivinhema, Japorã, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sete Quedas, Sidrolândia, Taquarussu, Tacuru e Vicentina. Totalizam 36 municípios, sendo que alguns compõem mais de uma bacia hidrográfica, como podemos ver na figura 02. Todos estão no espaço configurado como ESMT.

Figura 02 – Extremo sul de Mato Grosso – ESMT



Fonte: Bacias hidrográficas IBGE. (Org.) FACHIN, Viviane Scalon.

A visualização das figuras 01 e 02 permite observar que a área geográfica em questão é parte da bacia hidrográfica do rio Paraná, uma das duas grandes bacias que cobre o território em foco, de clima tropical úmido, com estação chuvosa no verão e seca no inverno. A composição do solo é argilosa, arenosa e com grandes manchas originadas por derramamento basáltico⁴². A base de exploração econômica imediatamente anterior à ocupação ocorrida com a colonização se dava pelo extrativismo, o que não implica dizer que as terras, ou grande parte delas, não poderiam ser aproveitadas para a produção agrícola, principalmente as áreas de solos argilosos, mais propícias à agricultura.

⁴² Ver: ALBANEZ, 2013, p.47-48.

A revisão bibliográfica nos permitiu compreender a evolução da situação fundiária da área em questão desde o início da colonização dirigida. Moreno em seus estudos sobre terra e poder em Mato Grosso afirma que

[...] a política fundiária do Estado, até 1930, reduziu-se a uma ação indiscriminada de regularização e legitimação de títulos de domínio, cujas terras já estavam em mãos de particulares. Passando por cima dos atos fraudulentos, praticados pelos proprietários com a conivência dos responsáveis pelo serviço de registro, medição e demarcação das terras, os governos estaduais promoveram a regularização de grandes extensões de terras, forjando as bases para a concentração fundiária do Estado (1999, p. 74).

Desta forma resta esclarecido que a política adotada, anteriormente à Marcha para o Oeste, era de favorecimento aos latifundiários desde a promulgação da Lei de Terras⁴³, que com o apoio dos governos estaduais, respaldados pelos atos emanados do poder central, permitiram e/ou favoreceram a regularização de terras para os grandes proprietários em detrimento dos pequenos, prática essa que influenciou todas as políticas de ordenamento e reordenamento subsequentes. Foi esse entendimento que nos orientou nesta pesquisa.

Foi a partir de meados do século XX que a terra, na condição de capital, passou a ser objeto das Ciências Sociais, da Geografia, da Economia e da História como podemos constatar pelos estudos publicados de Martins⁴⁴, Umbelino⁴⁵, Minc⁴⁶ e Cardoso,⁴⁷ estudiosos que tem se debruçado sobre a temática voltada aos conflitos gerados pela questão agrária e o debate tem tomado corpo cada vez mais adensado, culminando com os conflitos que assistimos na atualidade, noticiados pela mídia e estudiosos da academia, notadamente mais acirrados em algumas regiões do país.

Refletindo sobre os antecedentes da problemática exposta, Moreno explica que a política de povoamento fundada pelo Serviço de Povoamento do Solo Nacional⁴⁸ levou as unidades da federação, com apoio do governo central, a incentivar a fundação de núcleos coloniais e para tanto entregavam, em grande parte, a tarefa a empresas colonizadoras particulares por meio de concessões de terras. Essa iniciativa não apresentou resultados positivos e muitos concessionários aproveitaram a oportunidade para incorporar enormes extensões de terras aos seus patrimônios, onerando o Estado e favorecendo o processo de concentração fundiária.

Assim é que Mato Grosso e, por conseguinte, Mato Grosso do Sul, segundo Moreno (1999, p. 72), são estados da federação que devido à forma como foram conduzidos os processos de

⁴³ Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto n. 1318 de 30 de janeiro de 1854.

⁴⁴ As obras do autor que apontam para a questão agrária e selecionadas para esta pesquisa são "A imigração e a crise do Brasil agrário" (1973), "Os camponeses e a política no Brasil" (1983), "A militarização da questão agrária no Brasil" (1984), "Tempo da vida e tempo da história no mundo camponês" (1992), "O poder do atraso" (1994), "O sujeito oculto (Ordem e transgressão na reforma agrária)" (2003) e "O cativo da terra" (2004).

⁴⁵ "Agricultura Camponesa no Brasil" (1997), "Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária" (2007) O Campo no Século XXI : território devida, de luta e de construção da justiça social" (2004) são os mais visitados nessa pesquisa.

⁴⁶ "A reconquista da terra" (1986).

⁴⁷ "Agricultura, Escravidão e Capitalismo" (1989), "Domínios da História" (Org. 1997), "Camponês, campesinato: Questões acadêmicas, questões políticas" (artigo 2002)

⁴⁸ Agência vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, responsável pela implementação das políticas federais de imigração e colonização. (1907-1930)

regularização⁴⁹ de terras devolutas⁵⁰, propiciou condições para o surgimento dos conflitos tais como os da atualidade, que foram se acumulando ao longo da formação territorial e desembocaram na luta pela RA.

1.1 Ordenamento de terras no ESMT: início do processo da demarcação de fronteiras

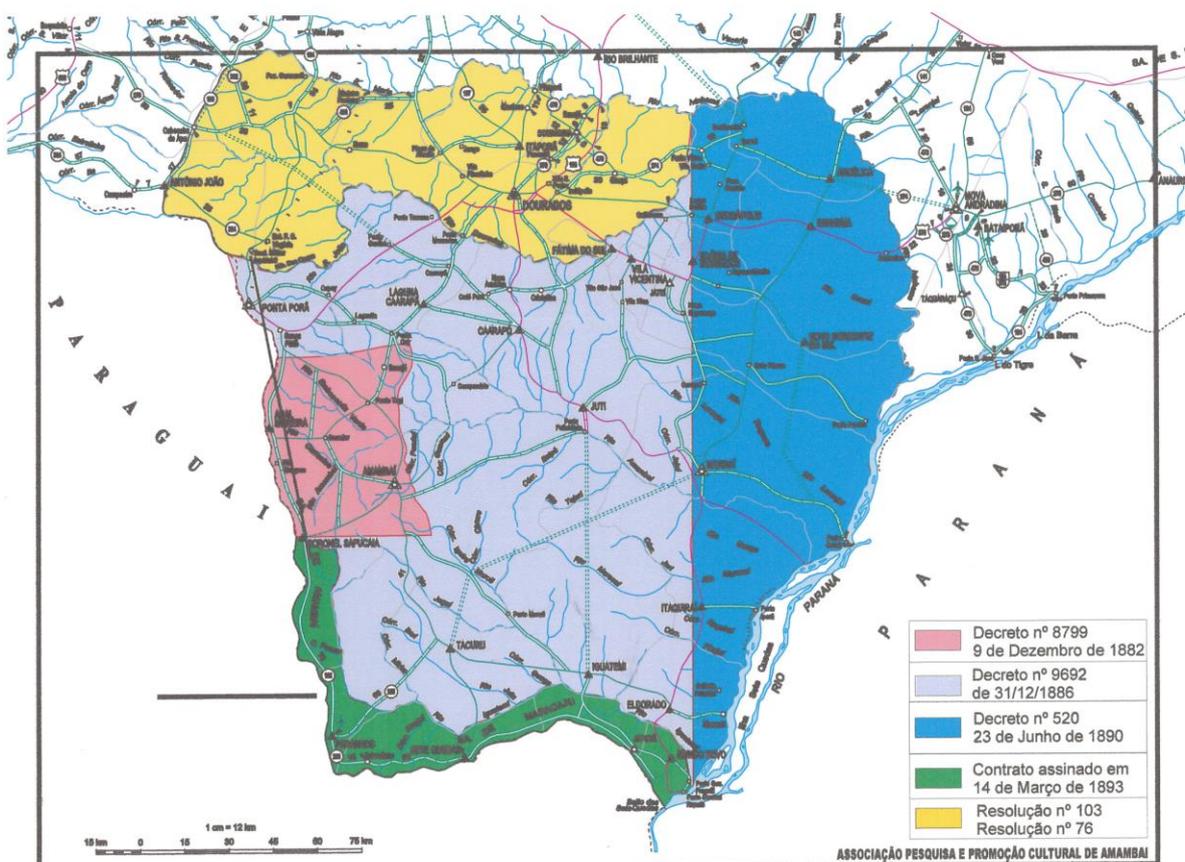
O ordenamento do território do ESMT ocorreu a partir das concessões de direito à extração da erva mate, conforme demonstrado na figura 03, prática que foi iniciada após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) e que avançou pelo período de quase meio século, por meio dos Decretos n.º 8799 (1882), n.º 9692 (1886), n.º 520 (1890). No ano de 1893 foi assinado um contrato a que fechou o contorno da fronteira com o Paraguai e em 1895 foi assinada a Resolução n.º 103 que estabelecia novos limites para exploração da erva mate pela Companhia Mate Laranjeira⁵¹. Assim a cada nova concessão a área foi sendo ampliada.

⁴⁹ Segundo Moreno “[...] a primeira lei de terras do Estado (Lei n.º 20/1892) e o seu regulamento (Decreto n.º 38/1893) deram garantias à regularização das ocupações “consolidadas”(1999, p.68). A autora esclarece que as legislações mencionadas asseguraram direito de preferência para aquisição de terras devolutas que se encontravam em domínio particular mesmo que os títulos não estivessem em regularidade conforme exigia a lei. A legitimação dessas posses ocorreu em grandes áreas, beneficiadas pela economia do Estado representada pela agropecuária e extrativismo e desta forma favoreceu, essencialmente, os grandes proprietários (posseiros), visto que os pequenos não tinham recursos para a compra nem para participar do sistema produtivo vigente à época (1999, p. 73).

⁵⁰ No contexto histórico em estudo são aquelas que não estão aplicadas a uso público em qualquer esfera, nem se acham em domínio particular comprovado por título, seja por aquisição e/ou concessão mesmo que em processo de regularização e aquelas que se não acham ocupadas por posses e que mesmo sem titularidade legal sejam legitimadas por lei (Lei n.º 601, 18.09.1850, art.3º).

⁵¹ Para essa tese utilizaremos apenas Mate Laranjeira, conforme Queiróz (2012), para designar a empresa ervateira, embora seu nome tenha sido grafado também com “g”, visto ser originário do nome de Thomaz Laranjeira.

Figura 03 – Área de atuação da Mate Laranjeira no século XIX



Fonte: Mapa das Concessões da Companhia Mate Laranjeira (Org.) SOBRINHO, Almiro Pinto, 2009, p.42.

Embora haja registros sobre o processo de povoamento⁵² que ocorreu durante a expansão da Companhia Mate Laranjeira (1882-1943), são pouco expressivos visto que não havia interesse oficial em ocupar o território, pelas próprias características da prática do extrativismo. Segundo Figueiredo mesmo que a formação de novos núcleos tivesse tido o apoio da companhia, “[...] as condições de trabalho no mate não estimularam a ocupação a não ser de populações de baixo nível de vida.” (1967, p. 23). Na figura 04 podemos ver assinalado Porto Murтинho, na rota para escoamento da erva extraída na região das concessões o que confirma o compromisso de fundar a cidade conforme a afirmação de Corrêa:

Em contrapartida a ampliação da área de exploração, a partir de 1880, a Mate Laranjeira responsabilizou-se junto ao governo do estado de Mato Grosso por introduzir famílias de colonos nacionais e estrangeiros de forma a promover o povoamento na região de fronteira, inclusive com o compromisso de fundar uma cidade, Porto Murтинho (CORRÊA, 1999, p. 211).

⁵² Em contrapartida a ampliação da área de exploração, a partir de 1880, a Mate Laranjeira responsabilizou-se junto ao governo do estado de Mato Grosso por introduzir famílias de *colonos nacionais e estrangeiros* de forma a promover o povoamento na região de fronteira, inclusive com o compromisso de fundar uma cidade, Porto Murтинho (CORRÊA, 1999, p. 211).

Interessante observar que o espaço enfocado é singularmente construído pelas estruturas e modelos, aqui representadas pelas políticas de concessão e, posteriormente, da colonização e da RA e essas estruturas permanências históricas de concentração fundiária.

Ao observarmos a área em questão, demonstradas nas quatro figuras 01, 02, 03 e 04, representativas do espaço no qual estamos trabalhando a questão agrária, percebemos que estamos a analisar um espaço geográfico muito semelhante, separado por um lapso de tempo relativamente curto, um interciclo, mas que passou por mudanças em relação à exploração e posse da terra. Vale ressaltar que o SMS, foco deste estudo, compreende quase que na totalidade a área de influência da Companhia Mate Laranjeira, salientando a importância das vias de comunicação da bacia platina para o escoamento da erva mate até o porto marítimo, na foz no rio da Prata, que pode ser visualizado na figura 04.

Depreende-se então que o tempo que propusemos para esse estudo foi mensurado de acordo com a percepção das mudanças que ocorreram nesse território “[...] onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p.9), ocasionadas pelas sucessivas ocupações dos trabalhadores da terra, que se deslocaram das áreas onde havia excedente de mão de obra devido à mecanização (sul e sudeste) ou alterações climáticas (nordeste). Emprestamos de Braudel o entendimento que “Todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas, mais ou menos conscientes” (2005, p.44). É desta forma que pensamos a trajetória da luta pela terra, decompondo-a cronologicamente de forma a percebê-la enquanto realidade socialmente construída pelos trabalhadores que fazem do cultivo da terra a sua sobrevivência e principalmente seu modo de vida.

A exploração das terras do ESMT, excetuando o extrativismo representado pela erva mate, manteve-se em estado latente até a implantação do Estado Novo, período em que foi retomada, por meio de uma nova movimentação na área, a Marcha para o Oeste, política pautada na exaltação da brasilidade conforme o próprio discurso⁵³ de Getúlio Vargas, que buscava incentivar a movimentação dos trabalhadores da terra em direção aos espaços ainda não ocupados e equivocadamente ditos “vazios”.

Segundo Arruda, “[...] além das justificativas administrativas, a ‘Marcha’ possuía um conteúdo mítico, recurso utilizado pelo Estado Novo para incentivar a participação das massas em canais não convencionais” (1997, p.18). O autor aponta que a Marcha representava uma estratégia do governo para a unificação do espaço físico que pelo entendimento à época continha uma população estranha, de variadas origens e sem história, assim a tarefa era “[...] integrar a região e sua população na história da nação brasileira, deveria discipliná-los e nacionalizá-los”(Idem, p.19).

A Marcha para o Oeste, no entendimento de Bittar, foi pensada no contexto da derrubada das barreiras regionais que visava ampliar as fronteiras agrícolas por meio da distribuição espacial das atividades produtivas de forma a dar impulso à produção industrial centrada no eixo São Paulo-Belo Horizonte-Rio de Janeiro e surgiu “[...] postulada pelo pensamento geopolítico do regime no decorrer das décadas de 1930 e 1940” (2009, v. I, p. 252).

Com essa política agrária, o Governo Federal buscava minimizar os problemas no campo, numa proposição de interiorização do país, facilitando assim o acesso a terra por colonos, no esforço de nacionalização das fronteiras, em sequência ao processo de colonização oficial, especificamente na porção do ESMT, quase totalmente sob o domínio da exploração da erva mate pela Companhia Mate Laranjeira.

1.2 Colônias de povoamento no ESMT: instrumentos para ordenamento de terras

Pensando a cronologia das ocupações promovidas pela política de nacionalização do Estado Novo, fizemos uma incursão nos estudos sobre o estado de Mato Grosso, mais

⁵³ Ver: VARGAS, 1938, p. 29.

especificamente aqueles que contribuem para o entendimento do movimento de colonização nacional ocorrido no território aqui compreendido como ESMT, destacando a criação, pelo Governo Federal, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, conforme Decreto-lei nº 5941, de 28 de outubro de 1943 e, em 1946, a instalação da Colônia Municipal de Dourados, em área que havia sido reservada para colonização, no ano de 1923.

Segundo Figueiredo (1967, p. 246) foi após a década de 1930, com o fim do monopólio ervateiro da Companhia Mate Laranjeira que os processos de produção passaram a ocupar efetivamente a região. O autor acrescenta que isso se deu por meio das experiências de colonização governamental em Dourados, principalmente, observando que outras iniciativas ocorreram, privadas, tais como a ação do Grupo Bata (1941), da Moura Andrade, nos anos 1950 e mais tardiamente da Sociedade Melhoramentos S.A. (SOMECO-1961).

Foram criadas também Colônias Agrícolas Estaduais⁵⁴ pelo governo de Mato Grosso, são elas a de Bodoquena, na cidade de Miranda, Cipó e Paxixi em Aquidauana, Taquari em Coxim, Ilha Comprida em Três Lagoas, Itá em Bela Vista Caarapá e XV de Novembro em Ponta Porã, Caramaretá em Ivinhema e Botelha em Amambai, hoje localizada no município de Tacuru. Na área da pesquisa estão situadas as cinco últimas colônias relacionadas e as informações reunidas sobre elas não nos permitiram alongar a apresentação.

Ao elegermos a CAND e CMD, o fizemos por ambas se situarem na área de abrangência da Companhia Mate Laranjeira, diretamente ligada às políticas de ordenamento de Vargas no período da Marcha para o Oeste e pelo significado que representaram para a ocupação do espaço selecionado⁵⁵ neste trabalho.

Segundo Terra (2009, p.61) a estrutura territorial imposta pela atividade ervateira não atendia aos ideais do Estado Novo que buscava ocupar e nacionalizar a fronteira e para tanto foi preciso desarticular, definitivamente, a ação da Companhia Mate Laranjeira freando o controle e domínio que estabelecia na região do ESMT. Desta forma foi criado o Território Federal de Ponta Porã (1943), em área de exploração dos ervais e não foi renovado o direito de arrendamento para o extrativismo do mate.

A criação do Território Federal de Ponta Porã que, numa primeira análise, parece atender a política de nacionalização das fronteiras tem várias versões, de acordo com estudiosos do tema. Segundo Oliveira (1999, p. 33) antes mesmo da criação do território o governo Vargas vinha tomando medidas nacionalistas que visavam valorizar o mercado interno da erva-mate, criando impostos para regularizar as exportações.

Com essa política a Companhia Mate laranjeira, dependente do mercado externo, entrou em crise e seus dirigentes passaram a solicitar medidas emergenciais para enfrentar a competição com a Argentina, mas como a empresa era considerada mais estrangeira do que nacional, não conseguiu ser atendida em suas solicitações. Somado a isso houve a preocupação do governo com o poder exercido pela companhia ervateira, conhecida como um “estado dentro do Estado” (ARRUDA,

⁵⁴ Não dispomos de documentação que permita construir um referencial sobre a formação das colônias estaduais.

⁵⁵ Entendemos ser suficiente para o que queremos demonstrar o estudo das duas colônias, a CAND e a CMD, pela farta documentação e produção acadêmica que nos permite compreender o mecanismo de ordenamento sob a égide da colonização dirigida.

1997, p. 29-47), e quando o “[...] Governo Federal decidiu eliminar a Empresa, as medidas tomadas contra ela não permitiram sua defesa” (OLIVEIRA, 1999, p.34).

Assim quando foi criado o Território Federal de Ponta Porã, com o desmembramento das terras do Estado de Mato Grosso a área na qual se localizavam os ervais passou a ser administrada pelo governo federal, cessando o contrato de arrendamento.

É coerente afirmar que a CAND e a CMD, representaram medidas significativas para a ocupação da região do ESMT e nacionalização das fronteiras, conforme evidenciado por CARLI,

[...] parece ficar claro que a origem da área que futuramente daria origem à Colônia Agrícola Municipal de Dourados insere-se numa estratégia de limitar os espaços da Companhia Mate Laranjeira. De fato, como já foi dito, por meio do Decreto nº 616, de 20 de janeiro de 1923, o então presidente do estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, reservou 50.000 hectares de terra na região dos ervais, situada entre os rios Brilhante e Panambi, no então município de Ponta Porã, destinando essa área, segundo o referido Decreto, para a colonização (2008, p. 53).

As Colônias traziam no bojo das políticas de sua criação a intencionalidade de introduzir a agricultura em um espaço dominado por atividades extrativistas e de pecuária extensiva, ambas representativas do latifúndio. Por isso concordamos com Terra quando diz “Consideramos a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados como a primeira e única experiência de assentamento de trabalhadores rurais antes da década de 1980, em Mato Grosso do Sul” (2009, p. 64).

Vemos que as políticas federais de colonização não se prendiam a uma única medida, assim é que na mesma conjuntura da época, embora com diferença de alguns anos, foram criados os Territórios Federais⁵⁶ e as Colônias Agrícolas Nacionais⁵⁷, dentre as quais a CAND foi a única entre as CANs que se localizou em território que atualmente compreende o SMS, conforme demonstrado no quadro 1

Quadro 01 – Colônias Agrícolas Nacionais

Data criação	Documento criação	Colônia/local
19/02/1941	Decreto n.º 6882	Goiás (GO)
30/12/1941	Decreto n.º 8506	Amazonas (AM)
30/01/1941	Decreto n.º 8671	Monte Alegre (PA)
27/08/1942	Decreto n.º 10325	Barra do Corda (MA)
12/05/1943	Decreto n.º 12417	General Osório (PR)
28/10/1943	Decreto n.º 5941	Dourados (TFPP) ⁵⁸
10/10/1944	Decreto n.º 16780	Oeiras (PI)
21/09/1948	Decreto n.º 25547	Jaíba (MG)

Fonte: Decreto lei 3059, 14.02.1941 e decretos que posicionaram as colônias.
(Org.) FACHIN, Viviane Scalon.

⁵⁶ Decreto lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943 - Art. 1º . São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

⁵⁷ Goiás – GO (19.02.1941), Bela Vista – AM (30.12.1941), Monte Alegre – PA (30.01.1942), Barra do Corda – MA (27.08.1942), General Osório – PR (12.05.1943), Dourados – MT (28.10.1943), Oeiras – PI (10.10.1944 e Jaíba – MG (21.09.1948).

⁵⁸ Território Federal de Ponta Porã, Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, extinto em setembro de 1946, por ocasião da promulgação da Constituição de 1946.

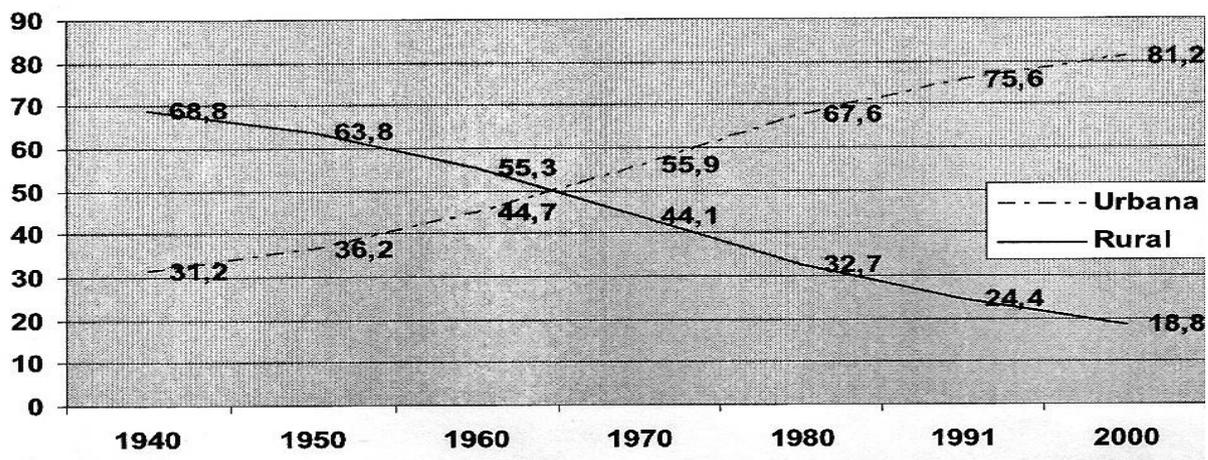
Destacamos que a CAND, na época de sua criação, se localizava no Território Federal de Ponta Porã, conforme demonstrado na figura 05 e significou o avanço em direção a novas fronteiras.

políticas públicas na questão trabalhista, com a formulação de uma legislação específica. Nessa esteira, para limitar a imigração e incentivar a migração foi instituída a colonização dirigida que nada mais era que uma política colonizadora. Nessa vertente, entre as primeiras ações, destacamos a criação da política de integração econômica territorial que buscava articular os diferentes espaços regionais à economia nacional, até então representada pela cafeicultura.⁵⁹

É preciso considerar que entre os anos de 1930 a 1935 o Brasil viveu um período de crescimento econômico, o que legitimou a permanência de Getúlio Vargas no poder. Houve um avanço da produção fabril, principalmente no estado de São Paulo e esta produção ultrapassou a agrícola, num inusitado movimento rumo à industrialização. Cerca de 80% da população brasileira vivia ou era dependente do setor rural e isso causou uma divisão econômica entre as populações urbana e rural, dividindo o país em duas partes antagônicas, uma tida como industrializada e avançada e a outra atrasada e fornecedora de matérias primas, no antigo estigma de economia agroexportadora.

Zamberlam apresenta, no gráfico 01, números que permitem analisar a evolução da população urbana e rural nas décadas que precederam os anos 1940, imediatamente posteriores ao período em estudo. Os dados apontam que a população rural atingia o percentual de 68,8% enquanto que a urbana era de 31,2%. Levando-se em conta que foi um período em que o processo de industrialização esteve em fase crescente, verifica-se que a maior parte da população brasileira era rural e vivia ou dependia diretamente da matéria prima produzida/obtida no campo.

Gráfico 01 – Evolução da população urbana e rural 1940-2000



Fonte: ZAMBERLAN, 2004, p. 69.

Corroborando essa assertiva, Vasconcelos afirma que:

Em 1940, o censo comprovou que o Brasil era um dos países da América Latina com maior proporção de habitantes ocupados na agricultura e um dos de mais baixa

⁵⁹ Com a intensificação da crise do café, que desde a metade do século XIX até a década de 1920 era o principal produto da economia brasileira, há mudanças expressivas no panorama econômico que engendra um jogo de forças políticas da burguesia urbana. GUIMARÃES, 1989, p. 173-175.

produtividade *per capita*. Distingua-se, igualmente, por ser também um dos poucos países que desconhecia problemas prementes de disponibilidade de novas áreas de cultivo, apesar dos efeitos gravíssimos resultantes da continuada exaustão das terras aráveis. Podia dizer-se que não se fazia sentir a pressão da população sobre as terras, exceção feita do Nordeste, pelos motivos de sobejo conhecidos. Cerca de 67% da população ativa e remunerada maior de 10 anos se localizava nas regiões rurais, vivendo da agropecuária (1950, p. 74).

Na publicação da Revista Brasileira de Economia, de 1950, o autor ressaltou a importância do setor rural na economia brasileira, o que pode ser confirmado por meio de estudo de autores como Fernandes (2012), Santos (1993), Guimarães (1989), Martins (1985a), Minc (1985) e Foweraker (1982). Nessa esteira Vasconcelos salienta que:

Este importante grupo da população extraía seus meios de subsistência da exploração [...] de 106,9 milhões de hectares (12 % da superfície total do Brasil -, 18,8 milhões dos quais (2,2 %) aproveitados em culturas permanentes ou temporárias e os restantes 88,1 milhões em pastos naturais. Mais das 3/4 partes do valor total das exportações, em 1940, provieram de 17 produtos fundamentais cultivados nessas terras. Perto de 67% do valor da produção industrial se deveram ao tratamento de matérias-primas de origem agropecuária. Não será lícito afirmar, de pronto, que as modificações registradas durante o decênio tenham alterado profundamente os enunciados da situação. Os mesmos fatores funcionais desfavoráveis sofreriam hoje ainda a sua expansão. Na verdade, a agricultura brasileira conserva, em 1950, embora em menor escala, as mesmas características de atraso e de baixo rendimento que tanto a diminuem em face dos resultados conseguidos em países mais desenvolvidos (1950, p. 74-76).

Assim é que se tornou necessária a idealização de uma unidade modernizadora que pusesse freio ao avanço do latifúndio e apoiasse os pequenos proprietários, dirimindo a contradição na prática da política fundiária adotada. Martins atesta que o estado novo exerceu a função de “[...] dique autoritário” na contenção do “[...] processo de integração de novas camadas sociais à vida política [...]” cerceando com essas medidas a possibilidade de ruptura do “[...] esquema de dominação” (1993, p. 26).

Essa política também visou conter a entrada de imigrantes e para tanto foi criado o Conselho de Imigração e Colonização (1937), que tinha por tarefa estabelecer cotas de admissão de estrangeiros no território nacional, conforme atesta o Decreto-Lei n. 406, de 04 de maio de 1938.

Em continuidade ao controle estatal que passou a ser exercido em nome da política de nacionalização, por meio da mesma legislação, teve-se, ainda, que,

Art. 16. Oitenta por cento (80 %) de cada quota serão destinados a estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais.

Art. 17. O agricultor ou técnico de indústria rural não poderá abandonar a profissão durante o período de quatro (4) anos consecutivos, contados da data do seu desembarque, salvo autorização do Conselho.

Art. 18. Quando entender conveniente as necessidades econômicas do País, o Conselho de Imigração e Colonização poderá permitir que o saldo das quotas seja aproveitado na introdução de agricultores de nacionalidade, cuja quota já se tenha esgotado.

Parágrafo único. A disposição contida neste artigo aplica-se aos tratados bilaterais celebrados com os países de imigração.

Esta disposição do governo denotava a intenção de ampliar as oportunidades aos trabalhadores nacionais. Segundo Tavares dos Santos outras medidas de caráter nacionalista

também foram tomadas, no sentido de cercar às populações imigrantes a manutenção de suas culturas e participação política (1993, p. 27).

Ainda nesse mesmo intuito foram criados a Divisão de Terras e Colonização, incumbido de “[...] coordenar toda a política de colonização”, esse órgão ficou “[...] sujeito ao Ministério da Agricultura (23.12.1938)” e o Departamento Nacional de Imigração (11.12.1939) substituiu o “[...] antigo ‘Departamento Nacional de Povoamento’[...]” (1931) que “[...] continuava sujeito ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” (1993, p. 27).

Uma das possíveis razões da preocupação do governo em regrar a entrada de imigrantes no Brasil pode ser observada analisando o quadro 02⁶⁰, por meio do qual pode ser verificado o aumento da população de 1900 para 1920, evidenciando um crescimento maior que o percentual de 1890 à 1900.

Quadro 02 – População brasileira e imigrantes nos censos de 1872 a 2000

Censos	Total geral da população	População nascida no Brasil	População Imigrante	% População Imigrante
1872	10.112.061	9.722.602	389.459	3,85%
1890	14.333.915	13.982.297	351.618	2,45%
1900	17.318.565	16.244.254	1.074.311	6,20%
1920	30.635.605	29.069.644	1.565.961	5,11%
1940	41.236.315	39.829.973	1.406.342	3,41%
1950	51.944.397	50.730.423	1.213.974	2,33%
1960	70.992.343	69.592.098	1.400.245	1,97%
1970	93.134.846	91.905.718	1.229.128	1,32%
1980	119.011.052	117.790.142	1.110.910	0,93%
1991	146.825.475	146.057.702	767.773	0,52%
2000	169.590.693	168.906.711	683.982	0,40%

Fonte: ZAMBERLAN, 2004, p.63.

Desta forma percebe-se que se houvesse continuidade no fluxo de entrada, considerando a situação ocasionada pela crise mundial (1929-1933) que se abateu também na cafeicultura brasileira, haveria um excedente de trabalhadores que poderia gerar conflitos pela escassez de trabalho.

Por outro lado foi nesse período que ocorreu a formação do proletariado brasileiro, constituído pelos operários necessários para trabalhar na indústria nascente. Para que houvesse essa demanda de pessoas, foi necessário excluir trabalhadores do campo, conforme aponta Ianni⁶¹, com o início da fase que Fernandes denomina de “bomba de sucção”:

A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte das riquezas que conseguia gerar, sem nunca dispor de meios ou de condições de pleno

⁶⁰ O quadro apresenta dados até 2000, sendo que nos interessa neste estudo, são os dados que vão até 1920.

⁶¹ Ver: IANNI, 1979, p. 148-159.

aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico (1979, p. 109).

Zamberlan, ao tratar desse contexto histórico mostra que na década de 1930 a mão de obra do operariado urbano era, em sua maioria, composta por estrangeiros e ao tornar a imigração diretamente ligada ao trabalho na agricultura, fez-se necessário ampliar os territórios agricultáveis, alargando as fronteiras agrícolas e reforçando a política nacionalista de colonização que, sob a égide de ocupar os “espaços vazios”, promoveu a migração.

Sem a pretensão de esgotar o assunto e a guisa de conclusão sobre este aspecto da política de colonização, buscando refletir sobre a importância do tema para o estudo deste período, Tavares dos Santos reforça a assertiva quando afirma que:

[...] esta reconstrução sistemática da política de colonização, nos permite desvendar a forma social que o Estado brasileiro quis dar ao processo de colonização agrícola durante este período [...] é a seguinte: desde que há um excedente de “nacionais pobres” e, portanto, uma situação potencial de “tensão social”, então é preciso que o Estado assuma a orientação das correntes migratórias (1993, p.30).

Somado ao que o autor chama de “excedente de nacionais pobres” temos em Diéguas Júnior dado estatístico que evidencia o panorama de trabalho nas áreas rurais, no Brasil de 1950, pelo qual pode ser constatada a viabilidade de migração dos trabalhadores e sua disposição em acatar as regras de seleção no intuito de mudar sua condição de trabalhadores assalariados, meeiros ou parceiros, para donos das terras de trabalho, conforme o quadro 03 evidencia:

Quadro 03: Distribuição de trabalhadores rurais, em território brasileiro, na década de 1950

Em terras próprias			Em terras alheias	
Discriminação	Nº absoluto	% sobre total	Nº absoluto	% sobre o total
Total	4.888.247	44,5	6.108.587	55,5
Homens	2.559.966	38,3	4.128.938	61,7
Mulheres	1.292.782	53,6	1.120.870	46,4
Menores	1.035.499	54,7	858.779	45,3

Fonte: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Populações rurais brasileiras. In: *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1973.

Assim foi que o assentamento dos colonos se fez pelo Estado e pelas companhias privadas⁶², que impôs, para as terras públicas do Centro Oeste, a organização em “[...] núcleos de

⁶²Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso (1928-1943). No governo Vargas é administrada por Jan Antonín Bata, de origem tcheca, que ao colonizar implanta estruturas básicas tais como escolas, abastecimento de água. Nesse ínterim a empresa prospera e aumenta seus ramos de atuação financeira e com a prosperidade são fundados núcleos populacionais que dão origem, no SMS, as cidades de Batayporã e Bataguassu. CORRÊA L.M., 2012, p. 109. Colonizadora Moura Andrade (1937-1958). No processo de expansão da empresa tem origem, no SMS, a cidade de Nova Andradina. Sociedade de Melhoramentos e Colonização – SOMEÇO S/A (1957) projetou, no SMS, a cidade de Ivinhema para uma população de 10.000 habitantes, numa área de 400 alqueires.

colonização, sob a responsabilidade de órgãos oficiais ou de empresas ou companhias privadas: serão assentados em pequenas propriedades fundadas no trabalho familiar.” Além dessa normativa o autor expõe que “[...] será exigida desses colonos uma ‘boa conduta’”. Na interpretação do autor pode-se entender que era possível garantir [...] “à ‘fixação’ e à ‘estabilidade’ dos colonos no meio rural” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 30).

No entanto, era o sistema de colônias que trazia maior número de pessoas para a nova fronteira, porque descapitalizadas para outras atuações, por lá permaneciam, facilitando a demarcação da área por meio da criação de vilarejos, que mais tarde constituíram-se como municípios.

Somado a necessidade de expandir a produção agrícola no período, também se fazia necessário ocupar os sertões brasileiros e nada mais apropriados em um estado paternalista, do que iniciar uma empreitada colonizadora, conduzida pelo governo federal, dirigida aos trabalhadores do campo, reconhecidamente pobres, distribuindo as terras devolutas da União, principalmente nas fronteiras, o que mais tarde trouxe inúmeras consequências que reconfiguraram os conflitos nessas regiões.

1.3 A expansão das colônias de povoamento: demarcando fronteiras no ESMT

Partindo desse pressuposto, ao final da década de 1940, até meados da década de 1960, a CAND e a CMD foram responsáveis pela migração massiva, empreendimento cujo movimento inicial permitiu que se expandissem as fronteiras agrícolas para a porção meridional do estado de Mato Grosso, trazendo levas sucessivas de homens e mulheres, que em busca da “riqueza da terra”, acabaram por ocupar uma parte substancial do espaço geográfico em pauta, propiciando crescimento, tanto na produção agrícola quanto no espaço urbano do estado de Mato Grosso, notadamente no ESMT.

Segundo os dados apresentados em estudos desse *lôcus* sócioespacial, foram instalados na CMD, na área já mencionada de 30.000 hectares “[...] um número de 175 famílias, sendo 90,85% de brasileiros e 9,15% de imigrantes estrangeiros” (CARLI, 2008, p.112). Enquanto a CAND recebeu, até 1960, aproximadamente 8.732 famílias “[...] em duas etapas: na primeira foram distribuídos 2.232 lotes de 30 hectares e, na segunda etapa, 6.500 lotes rurais e 6.832 lotes urbanos” (SANTANA JÚNIOR, 2009, p. 94).

Historicamente, o momento da criação da CAND foi particularmente apropriado em relação à expansão territorial. Menezes afirma que “A conjuntura nacional sócio econômica brasileira, caracterizava-se pelo avanço da industrialização que se concentrava no Sudeste brasileiro, mais precisamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro” (2011, p. 1). Assim propunha-se minimizar as tensões sociais que surgiram a partir da intensificação do processo industrial, que embora tardio no Brasil, trouxe a matriz de países europeus, com toda a carga de reivindicações e o inchaço populacional nas áreas urbanas. Importante ressaltar que a Marcha para o Oeste ocasionou a migração rural, favorecendo para que os trabalhadores rurais das regiões nas quais se esgotavam as áreas de produção, ou decadência da produção, se deslocassem para locais onde poderiam produzir em novas lavouras em campos incultos.

Somado ao exposto há que se considerar a preocupação dos governos federal e estadual com a ocupação das regiões de fronteira, no sentido de espraiar a população que tendia a se concentrar nos grandes centros urbanos diminuindo desta forma os chamados vazios demográficos como era considerado o Centro Oeste brasileiro.

A ocupação desses chamados espaços vazios, como era tido o ESMT naquele período, desconsiderava os povos indígenas que habitavam esse território, de acordo com seus modos próprios de existência. No contexto de desenvolvimento adotado pelas políticas que visavam minimizar as tensões sociais presentes nas regiões brasileiras mais desenvolvidas, a dinâmica das populações nativas não foi considerada como produtora e geradora de riquezas.

Moreno atesta que o “objetivo nacionalista” era promover “O desenvolvimento econômico [...] deveria ser tarefa comum a todos os segmentos da sociedade: pequenos produtores rurais, industriais, operários e governo” (2007, p. 100). Excluía, portanto, os habitantes originais, que nessa lógica desenvolvimentista, não eram produtores de riquezas.

Essa percepção é comprovada pela afirmação de Carli,

[...] que esse espaço destinado à colonização em 1923 fazia parte do território habitado primitivamente pelos índios, dos quais existe, ainda hoje, um grupo remanescente que habita a Aldeia Panambizinho, à margem do rio Panambi, sob a proteção do Governo Federal. Alcir Lenharo (1985) escreve que “os índios que ocupavam e ainda ocupam a região foram aldeados pelo Decreto n.º 401, de 3 de setembro de 1917”. Isso foi feito, segundo Regina H. Targa Moreira (1990), para diferenciar a terra do povoamento “branco”, por um lado, e a terra do índio, por outro. Essa área reservada para a colonização passou a integrar o município de Dourados, quando este foi desmembrado do município de Ponta Porã, em 1935 (2008, p. 54).

Em continuidade aos estudos a autora afirma que “[...] a área de 50.000 hectares, reservada em 1923, foi reduzida, em 1932, para 30.000 hectares, em decorrência do aumento da área destinada ao patrimônio de Dourados”, assim quando a CMD foi implantada a região pertencia ao Território de Ponta Porã e teria, segundo a documentação do Governo, uma função colonizadora (2008, p.77-78).

Ainda há que considerar que o extrativismo da erva mate na região específica do ESMT, atividade explorada desde o final do século XIX pela Companhia Mate Laranjeira “[...] era responsável pela grande presença de estrangeiros, sobretudo paraguaios” (MENEZES, 2011, p. 2). Na opinião da autora, respaldada em Queiroz⁶³, havia uma grande influência cultural dos costumes do povo guarani, que por ser maioria na atividade, era tido como uma possível ameaça à soberania nacional nessa região. Assim, a intenção era nacionalizar as fronteiras, garantindo dessa forma a segurança do país.

Tais medidas se revestem de intencionalidade na proposta de estender os limites geográficos do território nacional e incentivar a vinda de agricultores para iniciar o processo produtivo dessas áreas, que até então, em grande parte estavam nas mãos da Companhia Mate Laranjeira.

Podemos compreender pelos estudos de Queiroz, que as características regionais, no período foram determinadas pela “[...] vastidão territorial [...]” com inexpressiva e “[...] dispersa população não indígena [...]” e principalmente “[...] com estrutura fundiária marcada pela grande propriedade” (QUEIROZ, 2003, p. 19-20). O autor acrescenta ainda que a área em pauta era

⁶³ Ver: QUEIROZ, 2008.

[...] dotada de um débil aparato estatal local – e é nesse contexto que adquire particular relevância o papel desempenhado aí pelo Estado nacional brasileiro, com vistas a garantir a segurança das fronteiras externas e a integridade territorial (QUEIROZ, 2003, p. 20).

Partindo dessa premissa percebe-se que a criação da CAND respondia a preocupação do governo central em dirimir as peculiaridades regionais e ao mesmo tempo incentivar o desenvolvimento econômico representado pela produção de matéria prima capaz de alimentar o projeto industrial brasileiro, à época, bem como produzir alimentos. Moreno corrobora o pensamento de Queiroz quando faz a seguinte afirmação:

Assim, para a região sul de Mato Grosso, estimulou-se a vinda de migrantes gaúchos que possuíam, conforme visão reformista de Vargas, mentalidade empresarial, experiência agrícola e algum poder aquisitivo para aplicar na sua propriedade (2007, p. 102).

Naquele momento houve intensificação e normatização da política de imigração e migração, conforme já considerado acima, no sentido de *povoar* a região tida como espaço vazio e produzir tanto matérias primas para abastecer as fábricas, quanto alimentos. Para isso, foi preciso selecionar os migrantes de forma a garantir, num curto espaço de tempo, que a produção agrícola se expandisse.

Apontamos que a premissa para a seleção dos trabalhadores, no Programa de Colonização do Governo Federal, na década de 1940, passava pela sua origem agrícola, com a ideia de que os migrantes fossem entendidos no manejo da terra, de forma a garantir a produção diversificada. A prerrogativa desta política, caracterizada como pública, era que fossem trabalhadores *ordeiros* e *produtivos*⁶⁴, sob o risco de serem desempossados⁶⁵.

No acervo da CAND⁶⁶, que reúne diversos documentos da colônia, datados de 1943 até 1960, e que se encontra disponível no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, há um documento⁶⁷ específico que atesta a aptidão de candidato a um lote.

O documento foi firmado pelo Sr. Acácio Alves Arruda⁶⁸, reconhecido em Dourados com a solicitação para que fosse autenticado pelo Tabelionato Veiga em São Paulo. No documento é atestado que o colono, Sr. João Domingos Barbosa não detinha posse de terra, indústria ou comércio, tem conhecimento com “as lides da lavoura” e que estava financeiramente apto a explorar o lote para o qual se candidatava. O documento é datado de 1953.

⁶⁴ Ver: LENHARO, 1986, p. 49.

⁶⁵ O Decreto-Lei nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, determinava que o colono perderia o direito ao lote se deixasse de cultivá-lo, o desvalorizasse ou ainda perturbasse a ordem e o convívio social na Colônia, por má conduta.

⁶⁶ Registrado como “Memória do Mundo” em 04 de dezembro de 2012, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

⁶⁷ ANEXO 1 – atestado.

⁶⁸ Acácio Arruda era agente do Posto indígena Francisco Horta, em Dourados, no ano de 1947, o que permite supor que seja a mesma pessoa que firma o documento (CORREIA, 2011, p. 131).

Essa premissa de seleção também era válida, embora por legislações diferentes e específicas, para os colonos candidatos à CMD, conforme atesta o Decreto-lei nº 70, de outubro de 1946, no

Art. 1º - A Colônia Municipal de Dourados será destinada à localização de lavradores nacionais e estrangeiros, formando um centro agrícola onde serão ministrados os ensinamentos de acordo com os princípios da agro-técnica moderna (CARLI, 2008, p. 83).

Na avaliação da autora “[...] constata-se ter essa legislação, em alguns itens, características seletivas”, visto que havia uma determinação de que o colono que passasse “[...] por uma seleção, seguindo as seguintes condições: quanto à concessão, só seria efetivada a indivíduos que se dedicassem à profissão agrícola”. Esses dados eram informados por meio de requerimento a ser enviado ao prefeito “[...] que, com as informações do fiscal, daria o seu despacho” (Idem, p. 83-84)

Para o estudo aqui proposto é interessante observar as dimensões da CMD , de 30.000 hectares⁶⁹ comparadas com a CAND de 267.000 hectares⁷⁰, no que tange as dimensões sabendo que a primeira tem área correspondente a 10% da área da segunda e que ambas foram ocupadas em tempos concomitantes. O que as diferencia é a administração, enquanto que a CMD⁷¹ foi criada e instalada pelo Governo Municipal, a CAND⁷² teve sua organização subordinada ao Governo Federal. Conforme fica demonstrado na figura 08 e de acordo com Carli, a CMD foi implantada pela iniciativa do governo municipal de Dourados, no final do Estado Novo, no território que atualmente corresponde a uma parte do município de Itaporã (2008, p. 21).

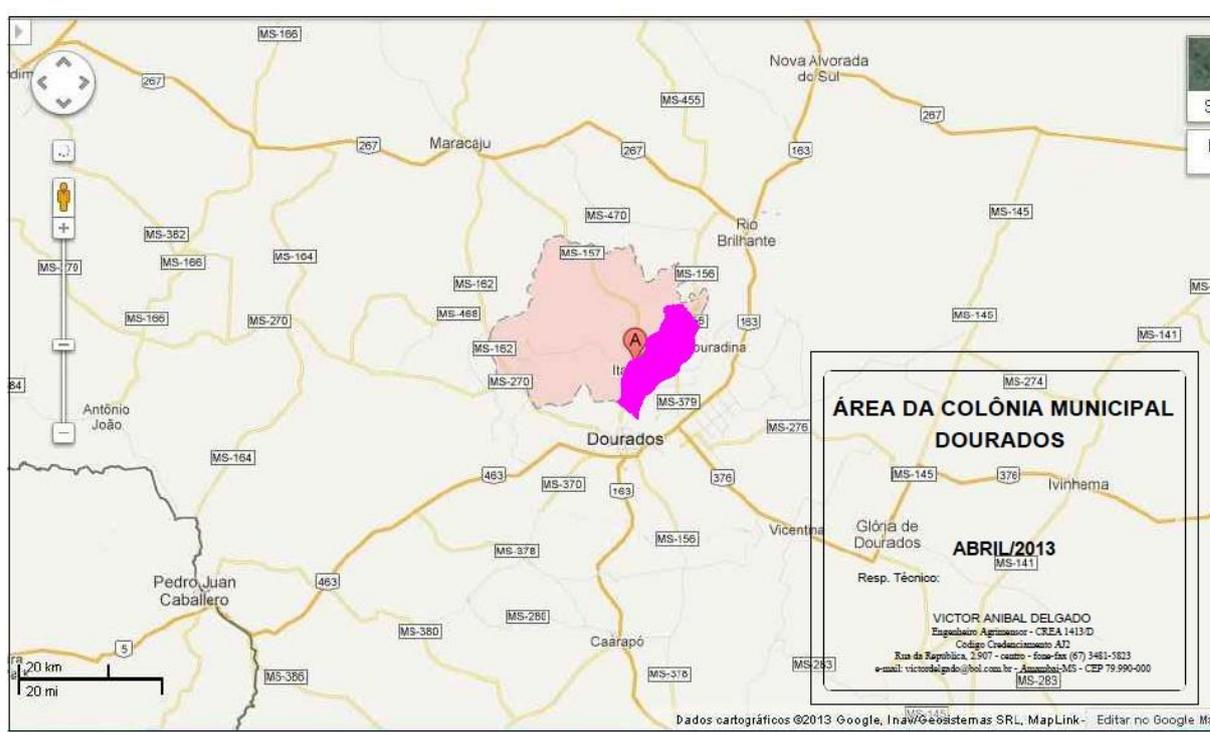
⁶⁹ Ver: CARLI, 2008, p. 78.

⁷⁰ Ver: SILVA, 2011, p. 11.

⁷¹ Ver: CARLI, 2008, p. 81-82.

⁷² Ver: CARLI, 2008, p. 82.

Figura 06: Área da CMD sobreposta ao município de Itaporã (2013)



Fonte: Mapas IBGE. (Org.) FACHIN, Viviane Scalon, abril de 2013.

Na esteira da efetiva ocupação e defesa da área geográfica, Santos afirma que “[...] o espaço sul-mato-grossense caracterizava-se, portanto, por uma área de frágil defesa estatal, o que motivou as iniciativas do governo central, principalmente a partir do governo ditatorial de Getúlio Vargas” (2007, p. 7).

Assim, sob a égide da democratização da terra, o governo do Estado Novo⁷³ propôs “[...] um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo” (LENHARO, 1986, p.15). Sob essa premissa o Estado objetivava subordinar a questão do campo, ao mesmo tempo em que espalhava, e assim enfraquecia, as tensões sociais advindas do surgimento dos movimentos sindicais que buscavam legitimar a identidade do trabalhador rural.

Forçoso constar que esse programa de colonização de áreas tidas como vazias foi responsável diretamente pela chegada de famílias de pequenos agricultores oriundos de todas as regiões do país⁷⁴ cujos descendentes ainda se encontram nas chamadas colônias, localizadas em diversos municípios do SMS e que continuam na lida com a terra, produzindo alimentos. Contudo, trouxe indubitavelmente o avanço da frente pioneira⁷⁵ que com a mecanização do campo⁷⁶ propiciou

⁷³ Construir e reproduzir o mito do presidente pai dos pobres, que redistribuiu de modo gratuito para os laboriosos trabalhadores não só a terra, mas também instrumentos de trabalho, crédito, assistência técnica, formação profissional agrícola para os filhos, animais básicos para constituição de poupança etc (PESSANHA NEVES, 2009, p. 319).

⁷⁴ Ver: NAGLIS, 2007, p. 37.

⁷⁵ Segundo Martins a frente pioneira é vista na condição de fronteira econômica, expressa pelo movimento que apresenta resultado imediato da incorporação de novas regiões pela economia de mercado.

⁷⁶ A mecanização do campo, nas décadas de 1970 à 1980, será objeto de discussão no decorrer desse estudo.

a reconcentração de terras⁷⁷ num movimento inverso ao proposto pela Marcha para o Oeste, que tinha na proposta de Vargas a seguinte representação “E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjará os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial”⁷⁸.

É possível verificar que pela perspectiva ideológica do governo de Getúlio Vargas, a efetiva ocupação do território e a integração das regiões do interior do país, eram consideradas como caminhos certos em direção ao progresso nacional. As medidas de seleção deveriam dar sustentação à integração não apenas territorial, mas racial, moral, cultural e política, definindo territórios e culturas consideradas brasileiras e de “outros” conforme pudemos constatar por meio dos autores estudados. No território compreendido pelo ESMT essa perspectiva visava estabelecer limites geopolíticos, pois conforme já atestado anteriormente, essa era uma região onde se deslocavam variados povos na luta pela sobrevivência, trabalhadores extrativistas, indígenas e trabalhadores rurais. Assim, pensar em fronteiras geográficas leva indubitavelmente a definir fronteiras humanas e sob esse aspecto vemos em Marin que:

A nacionalização da fronteira oeste viria também com a construção ideológica de diferenciações culturais com os países limítrofes. Enfim, criar um “nós”, em oposição a um “outro” com que os brasileiros não poderiam se identificar. A identificação identitária ocorre na medida em que se cria essa fronteira, separando o “nós”, “deles”. Os paraguaios e bolivianos tornaram-se num outro que se infiltrava, ameaçava, transgredia, corrompia, que nada tinha a ensinar e que dessacralizava. Essa “infiltração” do outro, que é diferente, era vista como um perigo à segurança nacional, e eliminá-la garantia a pureza e autoconservação cultural. A mobilidade fronteiriça tornou-se ilegítima (2004, p.74).

Para um governo autoritário, que se pautava pela lógica da interiorização nacional, seguindo a premissa da consolidação do capitalismo pela via autoritária (Bittar, 2009, v. I, p. 256) é possível identificar na definição dada à nacionalização das fronteiras, pela mesma via autoritária e de exclusão do “outro” que nacionalizar a fronteira implicava em disciplinar os “não brasileiros”, aqueles com costumes estranhos, de todas as origens e sem história, como nos aponta Arruda (1999, p. 19).

Guardadas as devidas proporções é possível entender que a própria lei que sustou/cerceou a imigração se sustentava na viabilidade de uma nação forjada no princípio da nacionalidade e que a

A civilização e o progresso de Mato Grosso seria viabilizado com o término dos intercâmbios fronteiriços e com o fim do que era considerado como entrave, ou seja, a presença de paraguaios, bolivianos e indígenas. Na década de 50 a região ainda era representada como desnacionalizada, isolada e múltipla. O livre trânsito fronteiriço, a preponderância cultural estrangeira e a fluidez do Estado eram apontados como os principais problemas à segurança e à soberania. Nesta perspectiva, ser brasileiro era uma identidade política coletiva nacional e os paraguaios, bolivianos e indígenas eram as expressões da alteridade. (Idem, p. 74).

Desta forma o que foi anunciado como um projeto de desenvolvimento agrário acabou por reforçar o já complicado quadro de concentração fundiária no ESMT, região que foi cenário de disputas oligárquicas desde o início da colonização até meados do período republicano, quando os

⁷⁷ Ver: ABREU, 2003, p. 274.

⁷⁸ Discurso: No limiar do Ano de 1938, Saudação aos Brasileiros, Pronunciado no Palácio Guanabara e Irradiada Para Todo o País, à Meia-Noite de 31 de Dezembro de 1937.

latifúndios eram a representação de poder político e econômico, com concentração de terras, expropriação, violência e exploração do trabalho indígena.

Na coletânea *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil*, volume II, a organizadora Pessanha Neves, em seu texto incluso na obra, alerta sobre a dificuldade de pesquisas específicas sobre a ação dessa colonização em todas as CANS, assim utilizaremos aqui também as normativas gerais aplicadas à seleção dos colonos e àqueles que não se adequavam às exigências ou mesmo posteriormente sofriam sanções.

Nesses processos de seleção havia regras restritivas exigindo que os colonos fossem chefes de famílias e ocupassem as terras com suas famílias, pois passavam a ser representados como “Exemplares pioneiros, cidadãos e agricultores, em contraposição ao afluxo para além do inesperado, fizeram constituir mais uma vez os concorrentes que se instalaram no entorno das colônias” (PESSANHA NEVES, 2009, p. 320). Essa contraposição, tomando de empréstimo as palavras da autora, representava os homens e as mulheres que não atendiam à premissa oficial de comportamento, portanto, não estavam entre os escolhidos e desta forma,

Como nesse entorno as regras de fixação não correspondiam às restrições dignificadoras dos escolhidos, muito rapidamente ele passou a ser o *locus* contraposto da liberdade. Assim, o comportamento dos desviantes passou a influenciar a rigidez das formas de organização das colônias e núcleos coloniais, disciplinarmente controlados por representantes das autoridades estatais (estaduais e federais). Os administradores de colônias tiveram então de flexibilizar o modelo ideal de construção do agricultor colono, uma vez que um mundo à parte ia se constituindo com as vantagens da legitimidade dos investimentos pautados em empreendedorismo individuais e autônomos (2009, p. 320).

Naglis, estudiosa da CAND, informa que o Decreto 3.049 determinava algumas exigências para os candidatos se tornarem colonos, documentos precisavam ser providenciados para dar encaminhamento à solicitação da terra, entre os quais a autora destaca atestados de conduta, de vacina, de saúde, certidões de casamento e dos filhos e acrescenta a exigência da declaração de experiência no campo. Essa documentação deveria ser apresentada à administração da CAND além da comprovação de ser maior de 18 anos, não ser proprietário rural e ser *reconhecidamente pobre* (2007, p. 57).

Na sequência, em análises de documentos sob a guarda do Arquivo Público Estadual, a autora declara que tais comprovações não foram exigidas de todos os candidatos a colonos e que em algumas situações esses documentos eram expedidos na própria administração, declarados e firmados pelos postulantes à terra. Importante destacar que Naglis consultou vários processos, em arquivo, da época e suas afirmações se respaldam no resultado de suas meticolosas investigações, portanto são constatações que levam a crer que “[...] para alguns houve exigências, como mandava a lei, parece que para uma grande maioria foi solicitado o mínimo de documentos” (idem, p. 57).

Nessa esteira é importante considerar o documento⁷⁹ que se constituiu em um abaixo assinado organizado pelos moradores da CAND, solicitando ao Sr. Tácito Pace, identificado como Administrador do Núcleo Colonial de Dourados, a intermediação sobre a questão de posse entre dois

⁷⁹ Anexo 2 – Acervo CAND, “Memória do Mundo”, 04 de dezembro de 2012, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

homens, o Sr. Espedito Leite e o Sr. Crispin Eusébio dos Santos, que na alegação os signatários deixava patente a preferência pelo primeiro mencionado, considerado “[...] um homem de bons costumes, trabalhador e honrado”. Já o segundo é tido como “[...] homem de maus costumes, vivendo sempre alcoolizado, perturbando todos seus vizinhos e a ordem deste núcleo”. Solicitavam, além da resolução da questão a favor do morador ordeiro, a “[...] transferência desta zona” (Núcleo Colonial de Dourados, 16.04.1956) do perturbador da ordem. Assim, percebe-se que havia a preocupação para que houvesse manutenção dos critérios de seleção inicial e que os mesmos eram conhecidos pelos moradores, que imputavam a responsabilidade àqueles que não atendessem ao mínimo exigido.

É possível atestar a veracidade dessa afirmação no documento - Carta, 17.11.1951⁸⁰ do acervo da CAND, no qual o Sr Lloyd Ubatuba, administrador da Colônia, se dirige ao Diretor da Divisão de Terras e Colonização informando sobre o abandono do lote pelo Sr. Ulisses Jacinto Pacheco e o revezamento dos ocupantes, considerado irregular e sem respaldo legal. Pede providências, reiterando ofício nº 244, de 22.10.1952, já encaminhado, para que o lote seja cassado mediante cumprimento do regulamento em vigor. Verifica-se que houve tentativa daqueles identificados como “ocupantes” de manter a posse do lote, não ficando claro se eram familiares do desistente ou eram novos colonos, mas o administrador requereu a imediata observação da lei. O documento é datado de 17 de novembro de 1951, um mês após a expedição do ofício mencionado.

Mais uma vez fica patente a diretiva adotada pelo governo federal que buscava encaminhar a questão agrícola e a agrária, mantendo estreito controle sobre os agricultores e selecionando aqueles que melhor se adaptavam ao meio rural e às exigências legais contidas na legislação específica, visto que Constituição de 1934, conforme apresentado por Moreno “[...] restringiu os poderes dos Estados e ampliou os poderes do executivo federal” (2007, p.100-101).

Foi introduzido no texto constitucional o “[...] dispositivo admitindo a ‘função social da propriedade’ e a desapropriação mediante ‘prévia e justa indenização’” (Idem, p.100-101). Posteriormente o primeiro dispositivo foi retirado da Carta Constitucional de 1937.

Ainda sobre o projeto de nacionalização, a CAND, conforme Lenharo,

[...] quanto em Dourados, Mato Grosso, implantada depois de 1948, a ocupação dos lotes levou a uma redistribuição das pequenas propriedades e à concentração de terras acompanhada da implementação do trabalho assalariado. O que o Estado Novo lançara com intenções de um projeto estatista, as companhias reformularam-no, voltando-se particularmente para a especulação febril da terra. Para tanto, o primeiro impulso dado pelos projetos pioneiros ajudou muito; decisivo mesmo seria o aval que os governos estaduais dariam na etapa política da “redemocratização” (1986, p. 53).

Além das exigências, como evidenciado, não houve incentivos permanentes para que os migrantes se fixassem nas novas terras, o que aumentou consideravelmente as dificuldades para o crescimento econômico visado para a CAND. Vários estudos, dentre eles o de Santana Júnior e de Naglis, demonstram que o apoio operacional do Governo federal atendeu apenas as primeiras levas de colonos,

⁸⁰ Anexo 3 – correspondência – Acervo CAND, “Memória do Mundo”, 04 de dezembro de 2012, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Mas as dificuldades permearam de forma constante a ocupação por parte dos migrantes, uma vez que a gratuidade das terras era um excelente atrativo, mas a posse da terra teve seu preço, preço este, que estava associado às adversidades encontradas pelos colonos, já que grande parte dos atrativos que eram oferecidos pelo Governo, no início da implantação da Colônia, foram logo extintos (SANTANA JÚNIOR, 2009, p. 96).

Assim, fica evidente que as dificuldades comprometiam a sobrevivência e permanência nas áreas de colonização daqueles homens, mulheres e crianças que a elas se dirigiam atraídos pelas “facilidades” apontadas pela propaganda das empresas colonizadoras e das políticas públicas dos governos, tanto Federal quanto Estadual, mas que não eram efetivadas, muito embora a desistência dos lotes não tenha registros que demonstrem abandono.

Carli, ao se referir as dificuldades enfrentadas pelos colonos que se fixaram na CMD, atesta que a assistência técnica e estudos de viabilidade de produção que deveriam ser providenciados pelo governo não se efetivavam na prática. Ela afirma que,

Se ocorreram transtornos, eles, na maior parte, se deveram à pouca importância dada ao processo pelo poder público, ou mesmo às dificuldades financeiras do município de Dourados (por estar, este, também em formação, e portanto com poucas condições de investir, a curto prazo, nas ações de estruturação da CMD) (2008, p. 133).

Abreu, ao tratar do mesmo tema, aplicado à CAND, reforça o panorama de dificuldades enfrentado pelos colonos com a seguinte informação,

[...] esse projeto de colonização preconizado como “um projeto social”, se atraiu o pequeno agricultor, não proporcionou condições para que ele permanecesse na terra, expulsando-o, da mesma forma, do campo, normalmente para centros urbanos [...] (2003, p. 275).

Em suas considerações a autora ainda informa que muitos colonos, “[...] após a titulação definitiva, venderam ou fizeram permuta de seus lotes e seguiram para novas frentes de colonização ao norte, abrindo “vaga” para outros” (2003, p. 274)

Segundo Santos (2007) concomitantemente ao processo de formação da colônia, foram surgindo novas formas organizativas de trabalho com o intuito de atender às necessidades dos colonos e aos propósitos da produção agrícola ordenada,

A sociedade que se formou nas áreas da colônia, também contou com a presença de pioneiros que não foram agricultores ou, que pelo menos não se dedicaram apenas à agricultura, mas também a outras atividades como ao comércio e mais tarde às pequenas indústrias como serrarias e olarias (2007, p. 42).

É coerente supor que no entorno da CAND cresceu a população que vivia de trabalhos esporádicos no comércio, nas serrarias e olarias, o que reforçava o fluxo de migrantes em busca de sobrevivência e de terra para plantar visto que era a principal atividade desenvolvida na colônia. De acordo com a autora, a desorganização e ineficiência administrativa favoreceram a ocupação ilegal e

consequentes conflitos para a ocupação dos lotes ao longo da formação da CAND, nesse momento os migrantes se tornaram posseiros e houve conflito pela terra.⁸¹

Embora todas as dificuldades apontadas é fato que as duas colônias, tanto a CAND quanto a CMD, foram exitosas e representaram avanços na medida em que os colonos, arduamente, criaram áreas de produção que hoje ocupam posição destacada na produção nacional e muitas cidades se formaram enquanto núcleos surgidos a partir desses assentamentos rurais . É o reconhecimento desse êxito que nos leva a considerar a colonização dirigida, num processo de ordenamento, como a abertura de uma nova fronteira agrícola, que na década seguinte se fecha e/ou entra em estado de latência, reabrindo, posteriormente e de forma pontual com a criação dos Projetos Integrados de Colonização (1973) e uma década após, reabrindo definitivamente com a RA⁸².

Percebe-se assim que o ordenamento do ESMT ocorreu de forma direcionada, mas num processo de alternância de ausência e presença estatal, o que nem sempre possibilitou condições de ocupação efetiva pelas pessoas que chegaram a essas terras, até meados do século XX.

Desta forma, compreende-se que o ordenamento da terra conduzido nos campos do ESMT, equivocadamente considerados vazios pelos governos, na época, resultou, em grande parte, na forma de ocupação conduzida, que continua se desdobrando em sérios conflitos que envolvem tanto os trabalhadores sem terra, quanto as comunidades quilombolas e indígenas presentes nessas regiões, gerando uma injustiça fundiária⁸³, que ainda não foi resolvida e que em nossos dias expõe a insegurança e fragilidade jurídica da questão agrária em Mato Grosso do Sul. Como consequência direta dessa política de ocupação, a partir dos anos 1950, cresceu o número de trabalhadores sem terra, dentre eles colonos, peões e paraguaios.

Infere-se que a atual luta pela terra na região do SMS emerge como modelo de resistência ao desenvolvimento econômico predominante no país e que os projetos de colonização, responsáveis por atrair grandes levas de trabalhadores rurais, parte dos quais não conseguiram sobreviver do seu labor⁸⁴ e foram excluídos do processo produtivo⁸⁵, tem parcela considerável de responsabilidade no processo histórico de luta pela terra no Brasil.

É preciso considerar que em Mato Grosso do Sul a questão da estrutura fundiária e da posse da terra envolveu diversos grupos sociais, que nas últimas décadas tem encaminhado demandas em relação à distribuição e demarcação de terras, dentre eles destacando-se os grupos de sem terras, de comunidades indígenas e de comunidades quilombolas. Em relação às demandas das comunidades indígenas, nos referimos aos inúmeros conflitos que ocorrem entre latifundiários e indígenas presentes no cenário de Mato Grosso do Sul nas últimas décadas.

⁸¹ Colonização dirigida assume forma de colonização espontânea.

⁸² Nas duas primeiras décadas do século XXI assiste-se a um intenso debate sobre a posse das terras do SMS. Esse fato é movido pelos diferentes grupos, sendo questionada especialmente pelas comunidades indígenas expulsas de parte do território quando da chegada da frente de expansão e mais tarde da frente pioneira. Pelo teor de fertilidade das terras, altamente produtivas, suscita conflitos constantes.

⁸³ A situação posta será abordada, em detalhes, no item que trata dos conflitos, que antecedem e precedem as políticas de reordenamento de terras no SMS. Relatório sobre a situação dos conflitos fundiários rurais no Brasil (1998-2008) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010).

⁸⁴ Ver: ABREU, 2003, p. 275.

⁸⁵ Consideramos força de trabalho sobrando aquela que é resultado da segmentação, na sua estrutura da pirâmide social do trabalho, quando na base avança a precarização e o desemprego. (ANTUNES, 2008, 19-34).

Foram políticas pontuais⁸⁶ que não consideraram a existência das populações que habitavam a região e que aqui produziam para o seu sustento. No contexto de desenvolvimento adotado pelas políticas que visavam espriar as tensões sociais presentes nas regiões brasileiras mais desenvolvidas, a dinâmica das novas regiões não foi considerada como produtora e geradora de riquezas. Moreno atesta que o “objetivo nacionalista” era promover “O desenvolvimento econômico [...] deveria ser tarefa comum a todos os segmentos da sociedade: pequenos produtores rurais, industriais, operários e governo” (2007, p. 100). Excluía, portanto, as populações indígenas que, pela lógica do capitalismo, não são produtoras. Eram “[...] apresentados para a opinião pública como iniciativas direcionadas a corrigir distorções sociais” (TERRA, 2009, p. 52), e refletiam interesses tais como o que foi descrito na política adotada pelo Estado Novo e que foram embrionários dos movimentos sociais surgidos na década de 1980.

Ainda na esteira do pensamento de Terra “O crescimento econômico é arquitetado como valor supremo da sociedade, como se fosse uma lei da natureza inerente à espécie humana [...]” (2009, p. 54) mas

O que está por trás dessa ideologia do crescimento econômico e do desenvolvimento social é uma visão de mundo dominada pela corrida desenfreada pela acumulação e pelo enriquecimento ilimitado de uma minoria em detrimento da maioria, nem sempre por meios civilizados e legítimos algumas vezes, por meio também da sedução e da habilidade retórica (Idem.).

Por uma visão em retrospectiva, pode-se constatar que consequências, a médio e longo prazo, eram previsíveis e ainda ecoam como parte dos problemas sociais da atualidade, visto que a distribuição desigual da renda não produz conflitos apenas no campo, seus efeitos são evidenciados pela exclusão ao mercado de bens industrializados, de grande parcela da população.

Na opinião de Ianni a colonização dirigida impediu que ocorresse uma ocupação espontânea dos grandes latifúndios e isso a caracterizou como uma contra reforma que ao invés de promover a RA a postergou (1979, p. 38). Nos casos aqui estudados constata-se que as colônias CAND e CMD fizeram avançar a produção na área ocupada e de abrangência.

Finalizando as análises sobre a colonização dirigida cabe destacar que as colônias foram responsáveis, além da abertura das fronteiras agrícolas na região do ESMT, pela demarcação de território, aumento da população e da densidade demográfica, ampliação e desenvolvimento do comércio e de estruturas que permitiram a ligação desse espaço com os demais espaços brasileiros, tais como as estradas rodoviárias⁸⁷ e ferroviárias⁸⁸ que permitiram a circulação de pessoas e escoamento da produção agrícola, criação de sistemas de educação e de saúde e propiciando condições para que se tornasse, nas décadas posteriores *locos* de oportunidades para novos migrantes em busca de melhores condições de vida.

⁸⁶ Imediatistas, sem os devidos estudos de impacto social e ambiental, não trazem no bojo da proposta projeções a médio e longo prazo.

⁸⁷ A BR-163 (1960-1970), concebida para interligar as áreas produtoras do Centro-Oeste ao porto de Paranaguá (PR).

⁸⁸ A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) chega ao ESMT em 1914 e é ampliada “[...] já na fase das frentes pioneiras, com a construção de um ramal da NOB, o qual, partindo das imediações de Campo Grande, em 1938, chegaria até Ponta Porã (1953)47” (QUEIROZ, 2008, p. 59-60). Nesse ramal foi inaugurada em 1944 a estação de Maracaju e, em 1949, a de Itaum, situada a cerca de 60 km da cidade de Dourados.

Por meio dessas análises foi possível confirmar a hipótese de que a colonização dirigida trouxe uma frente de expansão que com o passar do tempo e da necessidade de novas terras para exploração evoca o movimento chamado por Martins de frente pioneira e assim à frente de expansão é sucedida pela frente pioneira

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalista e mortas (1997, p. 153).

Desse modo compreende-se que a colonização dirigida foi um movimento que precedeu a modernização da agricultura e que ambos os movimentos influenciaram e propiciaram uma conjuntura que tornou viável e necessária a implantação da RA, por meio do I PNRA.

No capítulo seguinte as nossas análises centram-se na discussão sobre o movimento de fechamento da fronteira agrícola no ESMT, ainda na fase de ordenamento de terras, gestado por medidas políticas e econômicas postas em prática no governo militar, com a mecanização e expansão da agricultura que determinam variáveis específicas ocasionadas por tensões que não se esgotaram, tais como a criação do assentamento de Sete Quedas⁸⁹, de forma que essa fronteira permanecerá latente até a promulgação do IPNRA (1985)⁹⁰.

⁸⁹ Projeto integrado de colonização, criado pela portaria número 1.478, de 04 de outubro de 1973, INCRA, 04 de abril de 1974.

⁹⁰ Em 1984, foi criado pelo governo estadual de Mato Grosso do Sul, via Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), o Projeto de Assentamento Padroeira do Brasil, localizado no município de Nioaque com área de 2.500 hectares. (MARTINS, 2010, p. 239).

II CAPITULO

FECHAMENTO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO ESMT: 1950 A 1970

Após tratarmos do primeiro movimento oficial de ocupação no território do ESMT, que agregou elementos constitutivos das novas comunidades que foram se formando ao longo do processo de colonização, nos debruçamos sobre o momento que identificamos como fechamento provisório ou de latência das fronteiras agrícolas no espaço delimitado no presente estudo e, para tanto, fazemos uma análise do contexto político, econômico e social que lançou bases para que isso ocorresse.

Em nosso entendimento, após a implantação das colônias⁹¹ houve um prenúncio de fechamento da fronteira agrícola no espaço cotejado, encaminhado pelas políticas públicas nacionais adotadas no contexto mundial⁹² que excluíram do processo produtivo homens e mulheres do campo e que, singularmente, provocaram novos movimentos migratórios num contínuo de permanências, pelas quais novos contingentes populacionais, muitos dos quais em constante repetição, se deslocaram buscando melhores condições de vida e de sobrevivência, premidos pelas condições econômicas e sociais.

Destacamos nessa caracterização a criação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Sete Quedas que foi provocada *a priori* pela desapropriação das margens do rio Paraná para formação do reservatório da hidrelétrica Itaipu Binacional, necessária para aquele momento de crescimento da demanda por energia no país⁹³ e que expropriou aproximadamente oito mil famílias.⁹⁴

Assim é que naquele íterim, numa conjuntura marcada por crises política, econômica e social, resultantes, em parte pelo cenário mundial do pós-guerra (1939-1945), com significativas implicações para o desenvolvimento industrial no Brasil, houve intensificação das discussões, levantadas pela sociedade brasileira sobre o futuro do país, e a reforma agrária passou a ocupar posição de destaque, acirrando o debate, tanto do ponto de vista político, quanto acadêmico. Forçoso reafirmar que entre a população rural, bastante expressiva no período, grande parcela vivia em condições de pobreza, o que pode ser constatado pelo processo de urbanização acelerado pelo qual passou o Brasil a partir de meados do século XX. Pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é possível verificar que até 1940 a população rural representava 69% da população brasileira, em 1950 passou a 64%, em 1960 diminuiu para 55% e continuou em declínio até atingir 19% em 2000. (2000)

⁹¹ CAND e CMD.

⁹² Beneficiavam os latifundiários, subsidiando, com dinheiro público a pecuária extensiva e lavouras de monoculturas preciosas para a industrialização.

⁹³ A Itaipu foi idealizada durante os anos do “milagre econômico” que caracterizou o país no pós 1964, nesse período o Estado pôs em prática grandes projetos de investimento no intuito de dar suporte a uma indústria de bens de capital. (SOUZA, 2005.p.6). Em 22 de junho de 1966 é assinada da Ata do Iguazu, considerada como a primeira manifestação oficial para a construção da hidrelétrica.

⁹⁴ Ver: JUY; VANDERLINDE, 2010, p.1.

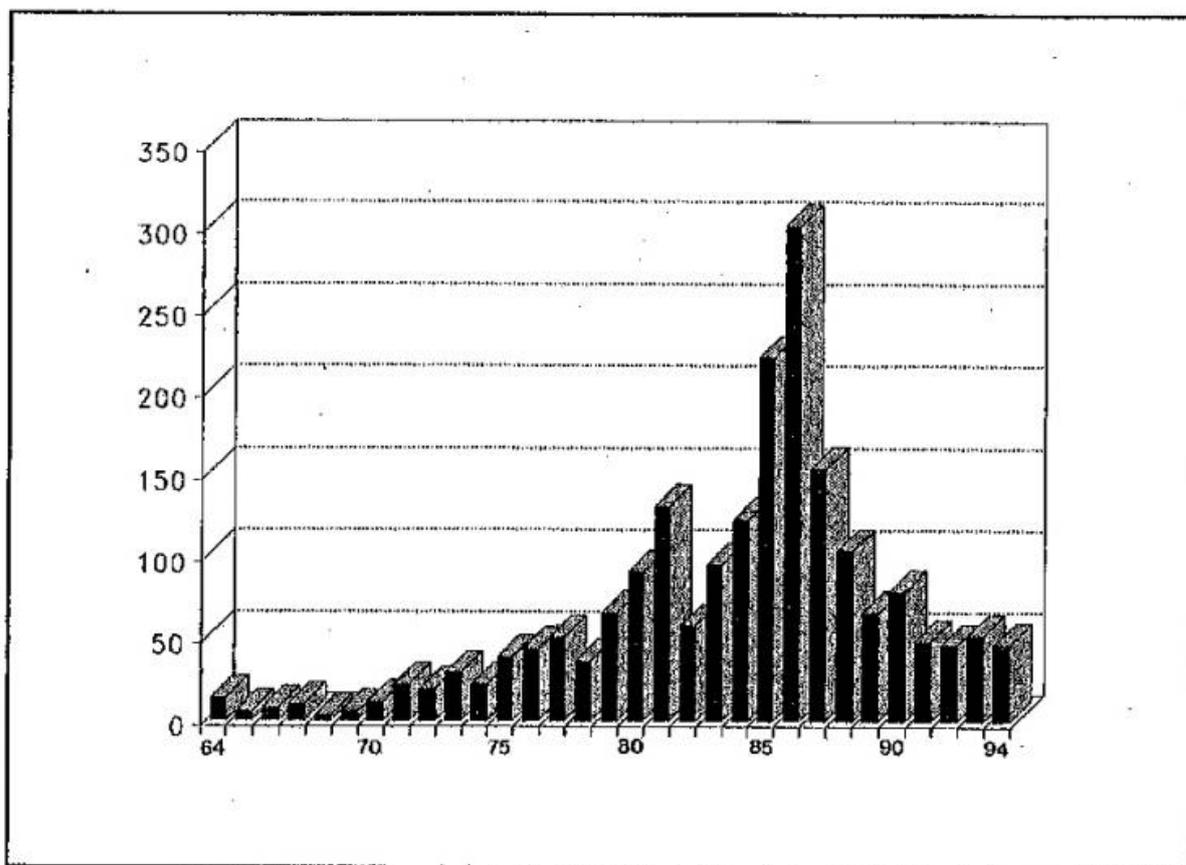
De acordo com Ferreira

Foi neste tempo que ocorreu o chamado debate clássico sobre a questão agrária brasileira, com participação de vários e importantes intelectuais vinculados às diversas forças políticas em confronto. Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr., André Gunter Frank, Ignácio Rangel e Celso Furtado, entre outros, foram alguns destes participantes (2009, p. 157).

Somado aos debates acadêmicos, as reivindicações dos trabalhadores do campo ecoavam pelo Brasil, preocupando os latifundiários, que passaram a pressionar o governo, sobre o qual tinham grande influência visto o apoio dado para a execução do Golpe de 1964. As oligarquias tradicionais no Brasil sempre estiveram à frente ou nos bastidores do poder, nesse sentido Martins afirma “Nem mesmo os militares, secularmente envolvidos num antagonismo histórico com as tradições oligárquicas, conseguiram nos vinte anos de sua recente ditadura destruir as bases do poder local das oligarquias” (1994, p.20).

Desta forma passaram a ser engendrados mecanismos que postos em prática permitiriam ordenar juridicamente a questão agrária, no intuito de evitar a propagação dos conflitos que cresciam em número e violência, conforme fica demonstrado no gráfico 02.

Gráfico 02 – Brasil: mortos em conflito no campo (1964-1994)



Fonte: MTRST/MIRAD/CPT – In: OLIVEIRA, 2003, p. 29.

Observando os dados registrados, podemos constatar que os conflitos decorrentes do modelo agrário foram frequentes, mas houve sua intensificação com mortes na década de 1980, mantendo um contínuo crescente e atingindo o ápice no momento da promulgação do IPNRA, o que demonstra o clima tenso vivido no período em relação à questão agrária.

Segundo Peixoto “A institucionalização das associações representou uma proposta articulada contra a sindicalização dos trabalhadores no campo.” (2008, p.20). Nesse contexto foi promulgada a Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, autorizando a União a criar, no âmbito do Ministério da Agricultura (MA), a Fundação denominada Serviço Social Rural (SSR). O SSR era uma entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Agricultura, com cunho jurídico e patrimônio próprio, sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Bruno explica que

A prioridade do Serviço Social Rural era o trabalho comunitário, expressão de um projeto idealista. “Naquele tempo, havia uma mentalidade de criação de um mundo mais justo, cristão, mas não católico”, diz Ângela Neves, para quem a reforma agrária como política e como projeto não fazia parte da proposta do SSR, contudo o trabalho de organização das comunidades realizado pelo serviço funcionou como uma alternativa à mudança da estrutura fundiária (2012, p. 82).

No bojo dessas ações foi pensado e incluído o artigo 147, § 16 da Constituição Federal de 1946, numa tentativa de ordenar juridicamente a questão fundiária,

É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1946).

Este dispositivo constitucional, incluído na legislação de 1946, longe de facilitar a distribuição de terras no Brasil acabou por se tornar um empecilho ao determinar que a desapropriação fosse garantida ante a prévia indenização em dinheiro, artigo que só será modificado na Constituição de 1967, em seu artigo 157 que autorizava “pagamento prévio em títulos de dívida pública” e, posteriormente, o Ato Institucional n.º 09, de 1969, retirou o “prévio” da redação.

No interstício de 1946 a 1964, foram propostos diversos projetos de lei de reforma agrária refletindo a radicalização do homem do campo e que segundo Ferrante, somaram mais de 200 projetos de leis e representações de órgãos administrativos embora nenhum tenha sido aprovado (1976, p. 193). A autora referencia Caio Prado Júnior como debatedor desses projetos em revistas⁹⁵ de circulação acadêmica nas quais analisava criticamente os projetos de reforma agrária que se constituíam em propostas e que visavam minimizar os problemas agrários, favorecendo a exploração da terra, mas não propondo medidas que mudassem a precariedade das relações do trabalho no meio rural. (Idem, p. 194).

Foi a partir do final da década de 1950 e início de 1960 que passou a se manifestar um real questionamento sobre a questão agrária no Brasil. Nesse contexto foi criada, em 1962, pelo governo federal a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), encarregada de executar a reforma agrária. O órgão absorveu as atribuições do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)⁹⁶ e do SSR, que haviam sido criados no bojo das discussões sobre a extensão rural no Brasil, cujos intentos eram organizar as comunidades rurais.

Segundo Bruno a SUPRA foi criada no governo de João Goulart

[...] em meio a uma mudança significativa na filosofia de trabalho dos órgãos públicos ligados ao meio rural. É quando a problemática fundiária se torna questão para o Estado e assume maior amplitude: por força da pressão das lutas por terra e por reforma agrária, passa a ser concebida como um problema mais abrangente e como parte da luta pelas reformas de base. Como desdobramento, houve uma reorientação do trabalho. Coube à Supra gerir os projetos de colonização existentes, realizar um levantamento das áreas de invasão de terras no Rio de Janeiro e preparar as desapropriações às margens das rodovias federais a serem anunciadas por João Goulart, além de colaborar com o governo no planejamento do comício de 1º de maio da Central do Brasil (RJ) (2012, p. 83).

⁹⁵ Revista Brasiliense, números 28, 29, 43 e 51, publicadas respectivamente em março-abril e maio-junho de 1961, setembro-outubro de 1962 e janeiro-fevereiro de 1964.

⁹⁶ Lei nº 2.163, de 05/01/54. Absorveu as atribuições do Conselho de Imigração Colonização/Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Divisão de Terras e Colonização/Ministério da Agricultura. Fonte: INCRA. Foi criado com o intuito de controlar rigorosamente a entrada dos imigrantes durante o segundo governo de Getúlio Vargas (SOUZA, 2010, p. 118).

Nessa conjuntura no território do ESMT a CMD foi emancipada (1953), dando origem ao município de Itaporã e ao final da década de 1960 os colonos da CAND receberam os títulos de propriedade definitiva. Desta forma resta esclarecido que as aproximadamente 8.907 famílias que ocuparam os lotes de ambas as colônias o fizeram ao longo de quase duas décadas. Vemos então que ultrapassando o período de governo que instituiu a Marcha para o Oeste a terra continuou a ser distribuída aos candidatos, reconfigurando e ordenando as terras no ESMT.

E assim podemos perceber que a instalação das colônias no ESMT se deu em um momento de efervescência, suscitado pela excludente estrutura agrária que adiava qualquer mudança na composição do campo e com isso produzia movimentos contestatórios que evidenciavam a necessidade da RA e que vão se manifestar na forma de organizações e conflitos que evocavam a urgência na resolução.

2.1 Homens e mulheres do campo: luta pela institucionalização das relações de trabalho na terra

Na sequência, os questionamentos sobre a estrutura fundiária brasileira, surgidos entre as décadas de 1950 e 1960 fizeram eclodir no campo nordestino as Ligas Camponesas (LC), que ganharam projeção nacional como consequência do processo de redemocratização, após o longo período da ditadura Vargas. Nos grupos formados pelas ligas a atuação era em defesa da reforma agrária e seus membros se compunham de trabalhadores rurais e camponeses formando associações civis que buscavam formas de acabar com o monopólio da terra, contando com o apoio da Igreja Católica⁹⁷.

Segundo Moraes o retorno do país ao regime democrático (1945), após os anos da ditadura de Vargas incentivou a mobilização das massas camponesas que se espalharam pela maioria dos estados brasileiros⁹⁸. Nessa luta destacou-se o Partido Comunista (PC) como a principal organização e a única que se voltava para as massas rurais, enquanto que outras agremiações se atinham apenas às práticas de condução eleitoral⁹⁹ das pessoas do campo, utilizando a estrutura de poder político em mãos dos latifundiários (2006, p.21)

O autor ressalta que embora não fosse proibido organizar sindicalmente os trabalhadores rurais, as circunstâncias legais criavam restrição ao sindicalismo rural, medida justificada pelo comprometimento do governo com os latifundiários. (Idem p. 22). Na tentativa de contornar o impeditivo estabelecido pelos rígidos limites institucionais, no período entre 1945 e 1947, os ativistas do PC realizaram uma mobilização no sentido de organizar os trabalhadores agrícolas na maioria dos estados.

⁹⁷ O papel da Igreja Católica, especificamente da Comissão Pastoral da Terra, será objeto de discussão no capítulo III.

⁹⁸ Estimativas apontam que em 1963, as Ligas se faziam presentes em 18 dos 22 estados brasileiros e só em Pernambuco existiam 64, sendo o estado com o maior número de Ligas organizadas, de um total de 218 espalhadas pelo país (MOTTA e ESTEVES, 2009, p. 248).

⁹⁹ Coronelismo e curral eleitoral.

Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa (MORAIS, 2006, p. 22).

As LC eram a representação de um movimento camponês centralizado que recebia orientação de variados jornais de cunho comunista e ainda se orientavam por seu próprio jornal, *Terra Livre*. Naquele período havia uma estreita relação entre as LC e o PC, visto a determinação de formar líderes camponeses, de projeção nacional, regional ou local, sendo assim as LC se constituíam enquanto parte da estrutura unitária e centralizada do partido, mas foram desmobilizadas quando ocorreu a proscrição do PC, em 1947, e no setor rural houve uma grande onda de repressão com assassinatos, prisões e perseguições conduzidas pelo governo Dutra (MORAIS, 2006, p. 22-23).

A partir daí as LC ficaram invisibilizadas no cenário político brasileiro principalmente devido ao fato do PC ter concentrado forças, ainda que na clandestinidade, em ações nos centros urbanos, junto ao operariado das fábricas, devido às próprias limitações geográficas/espaciais para reorganizar o setor rural. Nos locais onde o movimento camponês manteve sua independência ideológica as ações não se generalizaram, suas manifestações foram esporádicas, distantes dos centros operários, urbanos onde havia maior articulação política e então acabaram por ser duramente reprimidas pelo governo e seus representantes. Desta forma é que o movimento só vai reaparecer, conforme aponta Morais em, “[...] áreas já politizadas ou ‘conscientizadas’ no período de 1945-1947, localizadas nas novas fronteiras agrícolas socialmente dinamizadas por grupos de imigrantes desgarrados da ideologia tradicional de suas antigas comunidades” (2006, p. 25).

O autor faz o destaque para alguns núcleos de posseiros e para significativos acontecimentos, indubitavelmente exclusivos de camponeses, a Guerra de Porecatu, ocorrido no Paraná, na divisa com São Paulo, em 1950, a revolta de Dona Noca no interior do Maranhão em 1951 e a implantação do Território Livre do Tromba-Formoso, em 1953. No episódio de Porecatu e Tromba-Formoso houve atuação efetiva do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e repressão armada pelo poder constituído.

Outro significativo acontecimento no período que antecedeu o ressurgimento das LC, em 1954, foi o I Congresso Nordeste de Trabalhadores Agrícolas, também sob orientação do PCB, de Pernambuco, na cidade de Limoeiro. O evento foi considerado como um “[...] último esforço das organizações extralegais de trabalhadores agrícolas (ligas camponesas e sindicatos rurais de Pernambuco), no sentido de institucionalizar-se” (MORAIS, 2006, p. 27).

Entre tentativas de tropas da polícia para impedir a sua realização e intensa mobilização dos camponeses, armados de foices e enxadas, o Congresso foi realizado e logo após aconteceu, na cidade de São Paulo, a 2ª Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Nos dois eventos ficou nítida a reorganização dos camponeses e o aumento do número de participantes. No segundo, que contou com 303 representantes de 16 estados brasileiros e do Distrito Federal, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que manteve a orientação do PCB (PAIVA, 1992, p.33), (SILVA, 2006, p.196).

Desta forma pode-se constatar que as LC estiveram, por um período de tempo desarticuladas, mas não desapareceram totalmente, pois embora na ilegalidade suas sementes se mantiveram e, após o período de dormência, ressurgiram no ano de 1955, numa ação dos trabalhadores do engenho Galiléia, provocada pela ação de mando do proprietário. Foi reorganizada então a LC, em represália a tentativa de expulsão dos foreiros e rendeiros do engenho de açúcar, trabalhadores havia décadas e que se revoltaram com o aumento dos aluguéis (ANDRADE, 1986, p. 27-28).

Daquele momento em diante foi desencadeado um longo processo de resistência entre os homens do campo. Mais uma vez para contornar a legislação foi usado o Código Civil no sentido de organizar a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco SAPP como sociedade, atribuindo-lhe “[...] dimensão estadual, criando um conselho diretor interpartidário e levantando o problema da terra na Assembléia Legislativa Estadual” (Idem, p. 27). Posteriormente, em 1959, ocorreu a desapropriação do terreno do engenho.

A partir daí as LC foram criadas em vários estados nos quais havia tensão social visto sua grande penetração em áreas dominadas pelos arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários, projetando-os nacionalmente. Em Mato Grosso as organizações filiadas às ligas camponesas eram débeis e não passavam de duas ou três, com um total de 100 a 500 pessoas. Eram tão pequenas que não justificavam o funcionamento dos congressos de estado (Regionais) respectivos (MORAIS, 2006, p. 66).

Ao mesmo tempo ocorreram congressos e reuniões camponesas e o movimento tomou vulto gerando retaliações por parte dos proprietários que se sentiram ameaçados pela atividade dos militantes. Naquele ínterim a ULTAB vinha desenvolvendo o movimento de sindicalização rural que passou a ter “[...] maior expressão nas áreas onde dominavam os assalariados agrícolas, onde se fazia a cultura da cana-de-açúcar, do cacau e posteriormente do café” (Idem, p. 28).

Morais aponta que “[...] numerosos foram os fatores que influíram para a expansão das Ligas Camponesas” e destaca como principal “[...] a ampliação das liberdades democráticas no país” (2006, p. 37) a partir de 1956 na gestão de Juscelino Kubitschek e de João Goulart (1961-1964), após a renúncia de Jânio Quadros (1961). “A fome e a reforma agrária eram temas que, entre outros, dia após dia, iam deixando de ser tabus para se converter em assuntos correntes tratados pelos jornais e outros meios de divulgação” (Idem, p. 37-38), e desta forma a população brasileira passou a ter acesso a assuntos que até então não eram de seu conhecimento.

Naquele tempo começaram a surgir divergências entre o PCB e os líderes das LC influenciadas por ideologias políticas de ordem teórica. Segundo Andrade “O PCB, bastante autoritário e muito ligado aos postulados oficiais do marxismo-leninismo não podia aceitar[...]” a tese defendida pela liderança da Liga que “[...] defendia que o campesinato era uma classe com grande potencial revolucionário e que poderia dirigir o movimento socialista no Brasil” (1986, p. 31). A hipótese da revolução ser feita pelo movimento camponês não atendia aos interesses do PCB aliado ao fato de que os sindicatos só podiam “[...] funcionar plenamente se reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, que os controla” (1986, p. 31). Foram se acirrando os ânimos entre os sindicatos organizados pelo partido e as ligas e dividindo as mobilizações que nem por isso desapareceram

totalmente do cenário nacional e deixaram de ameaçar a ordem estabelecida e legitimada pelos governantes e seus representantes, mas que enfraqueceram e terminaram por ser colocadas na ilegalidade a partir de 1964, “[...] para voltar a ter maior agressividade e expressão quinze anos depois, a partir de 1979” (Idem).

Frente a resistência e a maior amplitude dada ao movimento camponês pelos meios de informação, o governo passou a articular uma série de mudanças constitucionais no sentido de afirmar uma visão de desenvolvimento social. Assim a possível solução da questão agrária novamente foi frustrada frente aos impeditivos de se efetivar uma reforma agrária agregada às demais mudanças, chamadas de reformas de base, que requeriam alterações constitucionais e que demandavam um apoio de 3/5 do Congresso Nacional.

Infere-se a partir daí que esse foi o tempo da construção, nas diferentes dimensões do conhecimento, acerca da questão da terra e uma das marcantes diferenças entre o governo de João Goulart e seus antecessores foi o envolvimento que o poder executivo passou a ter com a questão agrária, evidenciado pelos seus atos, entre os quais destacamos a extensão dos direitos trabalhistas básicos aos trabalhadores do campo, existentes havia duas décadas para os trabalhadores urbanos, por meio da publicação do Estatuto do Trabalhador Rural, no ano de 1963.

2.2 A institucionalização do trabalho no campo: o ETR e a CONTAG

Na sequência das ações arquitetadas com o propósito de acalmar os ânimos, foi aprovado, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). O ETR se constituiu como uma das respostas à pressão sobre a questão agrária no Brasil, frente a crescente manifestação de interesse que a questão despertava no imaginário popular.

É coerente afirmar que sob a torrente de proposições e criação de órgãos, conforme apontado na abertura deste capítulo, o objetivo era ordenar a questão agrícola sem maiores cuidados com a questão agrária. Ferrante contribui com esse entendimento, mostrando que a tentativa de ordenação, sob a prática da criação de órgãos regulador-mediadores da questão agrícola, não propiciou mudanças capazes de fazer alterações na questão fundiária que efetivamente beneficiassem o trabalhador rural.

O ETR, por dar margem a imprecisões favoreceu os empregadores o que corrobora o argumento de que representou uma solução conjuntural com o objetivo de inibir as manifestações rurais, não passando de “[...] uma expressão ideológica, de uma tática política empregada pelo Estado Populista na sua prática de concessão às massas” (FERRANTE, 1976, p. 197), que não influenciou na forma de trabalho dos trabalhadores rurais, pretensão alvo dessa política, à época, dando dessa forma a *falsa ideia* de garantia trabalhista enquanto na prática o trabalhador rural continuou à mercê das manipulações dos empregadores.

Embora o ETR tenha sido uma expressão ideológica de diferentes configurações do Estado Brasileiro, que se valeu dessa legislação para manter uma articulação que foi vital do ponto de vista da realização do modo de produção capitalista na formação social brasileira (FERRANTE, 1976, p.

192-193) não resta dúvida que o governo Goulart foi o que mais efetivamente investiu na aprovação de uma reforma agrária pelo Congresso.

E, desta forma, foi apresentada a proposta pelo Estado Brasileiro, que preocupado com os rumos tomados pelos movimentos e pelo fortalecimento dos sindicatos, após 1962,¹⁰⁰ com a regulamentação e a criação das Federações e realização de Congressos em âmbito estadual e nacional, se antecipou e promulgou o ETR¹⁰¹, aceito como uma conquista, mas que trouxe nas entrelinhas, uma premissa de subordinação do movimento sindical ao Estado, visto sua criação pelo Ministério do Trabalho. Faz-se necessário considerar a clara intenção de manter sob controle os trabalhadores rurais tanto quanto mantinha os trabalhadores urbanos sindicalizados, conforme atesta Moraes

[...] o governo sentia a necessidade de estender também ao campo a tutela que exercia sobre o movimento dos trabalhadores urbanos. Assim, a arrancada impetuosa do sindicalismo rural era questão de mais ou de menos dias. Com esse propósito, derrotado o regime parlamentarista no *referendum* de 4 de janeiro de 1963, o Partido Trabalhista Brasileiro, em frente unida com o Partido Comunista, tentou exercer grande pressão sobre o governo. No entanto, independentemente dessa pressão, o Ministério do Trabalho criou o instrumento da sindicalização rural (2006, p. 59).

Ressaltamos que a elaboração do ETR se fez em meio ao desinteresse, inclusive por parte das forças políticas de esquerda, por não guardar especificidades das relações de trabalho rural. Segundo Ferrante, o ETR propiciava a extensão da legislação social trabalhista para o campo e a concretização da proteção legal, que deveria ser estendida aos trabalhadores rurais e se efetivamente aplicado viria “[...] promover algumas transformações econômico-sociais, importantes em nossa estrutura agrária” (1976, p. 194). Como o ETR reduziu a variabilidade das relações de trabalho foi falho em refletir o quadro real do meio rural, definindo o trabalhador rural como “[...] toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro” (Idem, p. 195). Desta forma ficaram indistintas algumas categorias de trabalhadores rurais, como o dos parceiros, dos meeiros e dos que trabalhavam por contratos de empreitada e indistintas ficaram as suas próprias relações de trabalho.

Foi a partir do ETR e em meio às divergências dos grupos que disputavam o controle do movimento rural que foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG¹⁰². Segundo Andrade “Numerosos foram, no período 1958/64, fase final dos governos populistas (Juscelino Kubstichek, Jânio Quadros e João Goulart), os congressos em que os trabalhadores rurais participaram, apresentando suas metas e reivindicações” (1986, p. 33).

Naquele período foram realizadas Conferências e Congressos de Trabalhadores Rurais, nos estados de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e assim nasceu a CONTAG, durante a realização do I Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, em dezembro de 1963, “[...]”

¹⁰⁰ Realização da I Convenção Brasileira dos Sindicatos Rurais, Natal-RN, 1963.

¹⁰¹ A Lei Nº 4.214, de 02 de março de 1963.

¹⁰² Artigo 131, § 20 “ A Confederação Nacional se constituirá de pelo menos três federações, havendo uma confederação de trabalhadores e outra de empregadores”.

formada por dezenove federações, controladas pelo PCB, pela AP (Ação Popular) e pelos chamados Círculos Operários, de posição política mais conservadores” (Idem, p. 33-34).

Morais afirma que “[...] a fundação da CONTAG foi o acontecimento mais importante da história do campesinato brasileiro.” E informa a rapidez da sua extensão “[...] Em poucos meses de funcionamento, reunia um milhão de trabalhadores rurais, dos quais expressiva maioria era formada pelos associados da ULTAB” (2006, p. 61). Enquanto isso e em meio à violenta repressão, os homens e mulheres do campo continuavam a se articular e a conseguirem, minimamente, organizar seus espaços de socialização política, com o intuito de promoverem transformações estruturais no uso da terra. Segundo Fernandes,

O crescimento da luta pela terra dimensionava a questão agrária, colocando a reforma agrária na pauta política. Esse avanço foi acompanhado por disputas pela sua representação. A ULTAB era controlada pelo Partido Comunista. A Igreja Católica estava dividida em dois setores: o conservador e o progressista. O primeiro, no Rio Grande do Norte, criou o Serviço de Assistência Rural. Em Pernambuco criou o Serviço de Orientação Rural e no Rio Grande do Sul a Frente Agrária Gaúcha. O segundo setor da ação católica era liderado pela Confederação dos Bispos do Brasil - CNBB, e formou o Movimento de Educação de Base, que trabalhava com a alfabetização e com a formação política dos camponeses. (2000, p. 4).

Naquele momento o Congresso foi pressionado pelos movimentos sociais que exigiam a reforma agrária conforme estabelecia o lema das LC, “na lei ou na marra” e no jogo de pressões Goulart anunciou, no Comício das Reformas no Rio de Janeiro, à 13 de março de 1964, a desapropriação de terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas, medida que longe de ser mostrar eficaz aprofundava rupturas com os grupos mantenedores do poder, os latifundiários, bem como abria caminho para o golpe de 1964.

2.3 Ordenamento das terras no pós 1964: Estatuto da Terra

A ruptura representada pelo golpe de 1964 pôs fim às mínimas garantias constitucionais e consuetudinárias conquistadas pelo trabalhador brasileiro, de um governo populista que, embora executando políticas comprometidas com o capitalismo e com o capital estrangeiro fazia concessões aos trabalhadores, passando a um sistema autoritário e repressivo cujos interesses estavam longe de continuar a atender às demandas sociais apresentadas pelos trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos.

Com o apoio das classes dominantes, avessas à participação popular nas decisões do poder, em que se realizavam greves e manifestações na busca de atendimento a suas reivindicações, o novo modelo de governo, com bases ditatoriais, passou a cassar direitos de todos os que eram considerados subversivos, palavra de ordem para imputar culpa à políticos, militares, professores, jornalistas e demais pessoas que se insurgissem contra o poder estabelecido, procurando “[...] orientar a política geral do país em vários setores, incluindo o agrário e o agrícola” (FERNANDES, 2000, p. 8).

Silva, ao tratar da questão fundiária em Mato Grosso do Sul¹⁰³, salienta que a partir dos anos de 1950 ocorreu o início do processo de modernização da agricultura no estado, que se caracterizou por meio do desenvolvimento do capitalismo no campo e ressalta que ao longo da década de 1970 se expandiu e consolidou. Assim, esse processo contribuiu para a expulsão e demissão dos trabalhadores/as que tinham acesso a terra, através da parceria, do arrendamento, sem escritura legal ou outro termo de posse que propiciasse a participação nos Sistema de Crédito Rural (SCR), criado em 1965,

Em decorrência desse processo, denominado por José Graziano da Silva (1987) de “modernização dolorosa”, a partir da década de 1970, dá-se no Estado a mecanização da monocultura de soja, ocupando as áreas de arrendamento que vinham sendo utilizadas para o cultivo de culturas de subsistência, desalojando milhares de famílias de arrendatários, transformando-os em bóias-frias. O plantio de pastagens para a pecuária também contribuiu para esta situação, visto que, a pecuária extensiva é a atividade econômica tradicional desenvolvida por latifundiários no Estado (SILVA, 2004, p. 33).

É também na década de 1950, segundo Graham e Holanda Filho (1980, p. 745), que houve o maior fluxo migratório registrado no Brasil, assinalando a ocorrência de dois fluxos principais, um do Nordeste para a fronteira agrícola que se expandia nas regiões Centro Oeste e Paraná e concomitantemente para o eixo industrial Rio de Janeiro-São Paulo e um segundo fluxo que partiu dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em direção ao Paraná e Mato Grosso do Sul, que é o que nos interessa especificamente para pensar o estabelecimento dos nexos buscados e propostos no crepúsculo do golpe militar e que segundo os autores é o mais acentuado. Além desses dois intensos fluxos, verificou-se a existência de fluxos internos e ainda um que partiu da Região Sudeste em direção ao Paraná e Mato Grosso do Sul.

Podemos constatar que esses fluxos migratórios eram resultados diretos dos incentivos da colonização dirigida, tais como já apontados e que inseriam os trabalhadores rurais nas áreas de expansão da agricultura trazendo consequências, a médio e longo prazo para a formulação da questão agrária, pensadas como reflexos da política integracionista adotada pelos governos militares e que serão estudadas no transcorrer dos vinte um anos que compõe esse capítulo, tempo não tão longo para se constituir enquanto estrutura, mas de duração suficiente para manter as permanências da questão agrícola no território do ESMT e, posteriormente a 1977, no SMS.

Naquele íterim a SUPRA (1962) foi extinta (1964) e substituída pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Por fim foi promulgado o Estatuto da Terra (ET), uma resposta governamental, que embora reconhecendo a necessidade de uma política fundiária e traçando diretrizes para sua implementação, denotou a intenção de resolver isoladamente os conflitos fundiários, evitando que os problemas do campo se disseminassem, do regional para o nacional, no intuito de aquietar os ânimos.

Fica evidente que as estruturas fundiárias, seculares no Brasil, bem como as relações de trabalho no campo tornaram-se alvo de questionamentos de variados setores sociais que aliados a pressão externa cobravam uma consolidação para a política agrária no país, levando em conta que a

¹⁰³ A autora se reporta às décadas imediatamente anteriores a criação de MS em suas análises.

situação social e econômica, da época, podia ser considerada extremamente propícia às ideias socialistas que “aterrorizavam” as elites brasileiras, influenciadas pelo imperialismo norte americano.”¹⁰⁴ No período havia “[...] estarrecedora pobreza, uma classe rural excluída da participação política, um problema crônico de balanço de pagamentos e elevada taxa de inflação” (PARKER, 1977, p. 17).

Tanto é que a tônica das discussões que culminaram na elaboração da Carta de Punta del Leste¹⁰⁵, em 1961, que previa garantias para que os países signatários adotassem medidas para impulsionar programas de reforma agrária em substituição ao regime de latifúndios e minifúndios e que provesse de terra o homem que a trabalha, se manteve presente na definição de Reforma Agrária Integral¹⁰⁶ incorporada à Mensagem n.º 33, de 26 de outubro de 1964, de apresentação do projeto de lei que dispôs sobre o ET, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Neste instrumento legal, evidenciava-se o interesse do coletivo sobre o individual, expresso no artigo 2º deste Estatuto, e definia a finalidade da função social da propriedade, identificando as formas de acesso a terra, uma delas pela desapropriação¹⁰⁷ por interesse social, além de acentuar que a desapropriação ocorreria geralmente em latifúndios e minifúndios¹⁰⁸.

O ET apresentava, basicamente, duas metas, a primeira era a execução da reforma agrária e a segunda o desenvolvimento da agricultura. A segunda meta teve preponderância nas ações governamentais, visando a inserção do campo no sistema capitalista de produção em larga escala e, sob essa ótica, foi também instituído o Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária – GERA (1969).

Para dar conta do proposto os dois órgãos criados com a extinção da SUPRA, tinham por objetivo trabalhar articuladamente e segundo Ramos, o IBRA tinha, “[...] em teoria, a atribuição de democratizar o acesso a terra [...]”, e o INDA era “[...] incumbido de executar políticas de desenvolvimento agrícola, racionalizando o uso da terra via inserção de novas tecnologias no campo, bem como fomentar a colonização e o cooperativismo rural” (2005, p. 5). Sobre a função dos dois órgãos, Bruno comenta que

[...] coube ao Ibra a responsabilidade de implementação da política de reforma agrária baseada no Estatuto da Terra, e ao Inda, o desenvolvimento agrícola. A criação de dois órgãos de certa forma funcionou como um divisor de águas: trabalhar no Ibra significava “trabalhar com reforma agrária”, enquanto trabalhar no Inda era “não ir para a reforma agrária” (2012, p. 84).

¹⁰⁴ Mensagem do Departamento de Estado americano ao presidente John Fitzgerald Kennedy, uma semana após a posse de Jango “Até ficar mais esclarecida a orientação americana, propomos tratar com o novo governo na pressuposição de que não houve solução de continuidade nas relações tradicionalmente estreitas e cordiais entre os Estados Unidos e o Brasil. Quanto ao Presidente Goulart, estamos preparados para dar-lhe o razoável benefício da dúvida, tentando ao mesmo tempo induzi-lo a acreditar que a cooperação com os Estados Unidos será vantajosa para ele e para o Brasil (PARKER, 1977, p. 22-23).

¹⁰⁵ Firmada na Conferência do Uruguai, em 1961, caracteriza-se como documento contra revolucionário orquestrado pelos Estados Unidos da América – EUA, objetivando impedir/frear outras vitórias do regime socialista na América Latina, à exemplo da Revolução Cubana de 1959.

¹⁰⁶ Ver: SIQUEIRA, 2007 p. 33.

¹⁰⁷ O ET não revoga o artigo 147 da Constituição de 1964, que só será modificado na Constituição de 1967, em seu artigo 157 que autoriza “pagamento prévio em títulos de dívida pública” e, posteriormente, pelo Ato Institucional n.º 09, de 1969 que retira o “prévio” da redação do artigo.

¹⁰⁸ São definidos, em cada região, por meio do chamado módulo rural, que foi instituído pelo Estatuto da Terra para classificar as propriedades agrárias relacionado com suas dimensões, condições de aproveitamento da terra e situação geográfica.

A autora reúne memórias da atuação de um grupo de servidores públicos, entre os quais se inclui, denominando-os de *Guardiões da Reforma Agrária* e que, em seus cargos, agiram em defesa de uma Reforma Agrária no período da ditadura militar.¹⁰⁹

O processo de modernização da agricultura brasileira com a inserção da rápida mecanização do campo e conseqüente incorporação de milhões de hectares ao processo produtivo que, conforme Esselin e Oliveira (2011, p. 360-389), se caracterizava pela nova lógica da exploração capitalista com a introdução dos insumos modernos, representados pela disseminação no uso das sementes selecionadas, dos herbicidas, fungicidas, pesticidas e da adubação química.

Se podemos depreender que o uso das tecnologias proporcionaram sensíveis aumentos de produção e produtividade, promoveram também sérias modificações nas relações de trabalho nas regiões de fronteira agrícola, atingindo de forma diferenciada o meio rural, tanto espacial quanto temporalmente. Foi uma política excludente que ao incorporar produtores e trabalhadores ao processo de produção moderno, ocasionou a exclusão de um enorme contingente de pessoas do processo produtivo (SANTOS, 1989).

Santos e Silva afirmam que,

O processo de modernização da agricultura brasileira tem na variável tecnológica uma de suas dimensões fundamentais. A tecnologia, aqui, é entendida como um conceito que transcende sua dimensão econômica. É um recurso social e historicamente produzido, portanto, traz consigo o conjunto das contradições inerentes à sociedade da qual é fruto. Os recursos tecnológicos utilizados no processo de modernização da agricultura, no País, são frutos de um conjunto de relações estabelecidas entre os principais atores sociais envolvidos no processo produtivo no campo. São eles: os trabalhadores rurais, os pequenos produtores rurais, os grandes produtores, os proprietários de indústrias ligadas ao setor e o Estado (2010, p. 355).

Porém, ressaltam os autores que essa modernização atingiu de formas diferentes os atores sociais que permeavam o mundo rural. Desta forma os trabalhadores rurais que não possuíam escrituras de posse da terra ficaram excluídos do SCR e ainda àqueles que não possuíam as credenciais solicitadas para obter e/ou manter os financiamentos não tiveram outra saída que não migrar para os grandes centros ou se submeterem a condições degradantes de trabalho no campo.

Assim, ao invés de cumprir o ET, foi implementada uma política de desenvolvimento industrial urbana, a qual ao concentrar a renda e as terras, promoveu intenso êxodo rural, construindo um discurso a partir da realidade, mas que obstaculizava o processo de integração pelas vias da naturalização das dificuldades enfrentadas pelo homem do campo que reforça a ideia da dificuldade na lida com a terra e que este é realmente um trabalho árduo, entendimento que atendia aos interesses daqueles que defendiam a manutenção/acomodação da situação, sem a presença de conflitos.

Desta forma a proletarização do trabalhador rural ocorreu no Brasil sob o agravante da ausência das garantias sociais vigentes nos centros urbanos, pois mesmo com a extensão legal dos direitos trabalhistas para o meio rural, na prática, de forma geral, os trabalhadores rurais brasileiros

¹⁰⁹ *Guardiões da Reforma Agrária, servidores públicos e técnicos na defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar no Brasil* (2012).

estavam submetidos a condições de trabalho desumanas, incompatíveis com uma sociedade de direitos (Idem, p. 356).

Os pesquisadores Esselin e Oliveira constataram que a modernização tecnológica do campo no Brasil acelerou o processo de expropriação e expulsão de centenas de milhares de pequenos produtores rurais, notadamente nos estados de Mato Grosso e Paraná, nesse último agravada pela construção da hidrelétrica de Itaipu.

2.4 Expulsão dos trabalhadores do campo: o movimento migratório para terras paraguaias e o fechamento da fronteira do ESMT

Sobre a expulsão e/ou exclusão dos trabalhadores rurais na fronteira agrícola de Mato Grosso e Paraná é interessante observar o movimento de emigração para o Paraguai (PY), ocorrido em meados da década de 1950, quando o país foi presidido por Alfredo Stroessner (1954-1989), que tinha por meta um programa político de crescimento econômico capitaneado por um processo de reforma agrária. A intenção era a de expandir a fronteira agrícola do PY com a utilização das modernas técnicas de plantio visando principalmente a exportação. Segundo Priori & Klauk o processo se tornou conhecido com a *Marcha para o Leste* e incluía a aproximação definitiva do PY com o Brasil, possibilidade que já vinha sendo pensada desde o governo Vargas. Os autores dizem que,

Para viabilizar e incentivar a imigração de camponeses brasileiros, o governo paraguaio substituiu em 1963 o Instituto de Reforma Agrária (IRA) pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR). Nesse mesmo ano, é promulgado o novo Estatuto Agrário. Entre os anos de 1962 e 1965, é construída a Ponte Internacional da Amizade, inaugurada em 27 de março de 1965. Destaque para o ano de 1967, quando houve a revogação da lei que não permitia a venda de terra para estrangeiros na região de fronteira. Em 1973 foi assinado o Tratado de Itaipu para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná. Muitos dos trabalhadores brasileiros que construíram a Usina irão se deslocar para o Paraguai (2010, p. 97).

A expansão da fronteira agrícola na Região Fronteiriça Oriental (RFO)¹¹⁰ deu origem aos deslocamentos dos trabalhadores rurais brasileiros, desde a década de 1960 e acelerou a partir de 1970 com milhares de trabalhadores optando por tentar obter terras no país vizinho ao invés de se deslocar para as terras ao norte do Brasil, ainda de difícil acesso e totalmente inóspitas.

Na figura 07 podemos observar que os departamentos de Canindiyu, Haut-Parana e Amambay fazem fronteira com Mato Grosso do Sul, o que facilitou o retorno dos brasiguaios para o Estado a partir da década de 1980, como veremos na sequência deste estudo.

¹¹⁰ Formada pelos Departamentos de Canindiyu, Haut-Parana e Amambay.

Figura 07 – Divisão político administrativa do Paraguai



Fonte: <http://maisondemarie.free.fr/wordpress/paraguay-mapa.gif>

Forçoso constar que é preciso distinguir as movimentações¹¹¹ de emigração de brasileiros para o PY, a que ocorreu em meados de 1950 foi a que iniciou o processo de abertura das fronteiras agrícolas, totalmente incentivada pelo governo que via no imigrante brasileiro a oportunidade de melhorar o processo produtivo visto que era conhecedor de técnicas de manejo mais avançadas que as praticadas pelos agricultores paraguaios, assim é que foram dadas as condições para que os colonos brasileiros tomassem as terras paraguaias, configurando-as aos moldes brasileiros, o avanço sobre o território paraguaio e sobre a primitiva agricultura praticada pelo indígena e por camponeses tradicionais não foi cerceada e desta forma o trabalhador rural excluído no Brasil, excluiu e expulsou no PY (ESSELIN; OLIVEIRA, 2011, p. 373). E os autores concluem,

¹¹¹ Houve três movimentações de emigração de trabalhadores rurais brasileiros para terras paraguaias, a primeira entrada ocorreu em 1954 e era constituída, na sua grande maioria, por proprietários de terras atraídos pelo programa de RA praticado no PY. O segundo movimento ocorre a partir de 1960 com a venda de imóveis rurais a latifundiários e empresas estrangeiras. Entre 1960 e 1970 as terras férteis e com baixo preço no PY atraíram uma nova leva de emigrantes, descendentes de imigrantes, que haviam por sua vez migrado de regiões do sul do Brasil para o oeste do Paraná e a partir dessa experiência, descendentes dos primeiros colonos optam por emigrar para o PY, onde adquirem terras, se estruturaram e expandem a produção de soja em solo paraguaio (FIORENTIN, 2010, p. 28).

Ocupando as terras, o primeiro passo a ser cumprido pelos recém-chegados era o de se livrar dos “inconvenientes indígenas”. Os expropriados brasileiros consolidavam mecanismos diversos de expropriação dos indígenas paraguaios, obrigando-os a procurar regiões mais distantes (ESSELIN; OLIVEIRA, 2011, p. 373).

Assim os autores esclarecem que esse primeiro movimento, que pode ser caracterizado como uma frente pioneira de brasileiros no PY, era formada por trabalhadores rurais expropriados que não se dedicaram à agricultura extensiva, esses trabalhadores se ocuparam da policultura, cultivando produtos básicos e criando animais para a sua sobrevivência, comercializando ou fazendo troca dos excedentes nos mercados ou com outros produtores, respectivamente. Enfrentavam inúmeras dificuldades para a comercialização, visto a carência de transportes e era comum a atividade artesanal como a confecção de vestimentas e móveis, visto que a madeira era abundante na região.

Durante alguns anos os trabalhadores rurais brasileiros “[...] trabalharam o seu roçado sem qualquer tipo de incômodo, construindo uma infraestrutura em seus lotes e desenvolvendo suas lavouras com o trabalho de toda sua família” (Idem, p. 374). Embora esse aparente sossego, o governo paraguaio mantinha controle sobre os trabalhadores brasileiros, que ficavam a mercê da estrutura de poder das autoridades do PY e o maior empecilho para sua estabilidade era a obrigatoriedade de renovar o permiso¹¹² a cada três meses, uma licença paga por meio de taxas e de propina¹¹³. Além do permiso, havia outro imposto cujo pagamento lhes dava o direito de transitar pelo país, a livreta¹¹⁴. Devido aos ganhos baixos que obtinham com sua atividade de sobrevivência tinham também dificuldades para manter os pagamentos de todas essas taxas e sob a ameaça de prisão pelas dívidas, muitas vezes optaram por entregar suas terras, voltando à condição de empregados.

Resta claro que o governo do PY ao incentivar a emigração buscava modernizar sua agricultura e abrir novas fronteiras agrícolas e nesse intento os trabalhadores brasileiros foram de grande valia, desbravaram florestas e amansaram as terras. Enquanto foram úteis eram tolerados, mas após o período de abertura de fronteiras, passaram pelo mesmo processo de expropriação e proletarização que já haviam enfrentado e que os havia levado a sair do Brasil, “Muitos deles foram transformados em peões de fazendas no Paraguai; grande parcela retornou em busca de uma nova fronteira agrícola; outros conseguiram se estabelecer como médios e pequenos proprietários rurais” (Idem).

Oliveira afirma que quatrocentos mil brasileiros se internaram no Paraguai e se estabeleceram na condição de pequenos produtores rurais, embora haja certa dificuldade de estabelecer com exatidão esses números (2003, p. 75).

Na década de 1970 ocorreu uma segunda movimentação, que levou trabalhadores rurais brasileiros para o PY e que teve outra motivação que não apenas a expropriação e proletarização. A introdução das inovações tecnológicas na agricultura brasileira, que deram um novo direcionamento às atividades produtivas do país tinha por meta expandir a produção visando a expansão da

¹¹² Documento emitido pelo Departamento de Migração, no Paraguai, que permite a entrada e circulação de estrangeiros no país, com tempo determinado.

¹¹³ Cobrança que caracteriza corrupção/suborno.

¹¹⁴ Taxa diferenciada por tipo: a pé, de bicicleta, de burro ou de carro (ESSELIN; OLIVEIRA, 2011, p. 374).

industrialização. Com os homens e mulheres do campo se adequando as novas exigências agroindustriais houve a necessidade de reestruturar o trabalho para gerar matéria-prima. Ao mesmo tempo se tornava necessário, para produzir mais, o uso de produtos industrializados, tais como agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas.

Desta forma a economia brasileira passou a ter sua premissa acentuada pelo capital industrial que envolveu todos os setores, inclusive o campo. Por outro lado esse avanço não significou igualdade, nem todos os produtores foram favorecidos pelo crédito agrícola e puderam assumir os compromissos de gastos inerentes ao uso dos modernos equipamentos e insumos. Assim foram os grandes proprietários que conseguiram manter a produção de interesse da indústria e da exportação.

Essa modernização que se acentuou nas décadas 1970 e 1980, no Brasil, elevou o preço da terra e fez com que os agricultores buscassem terras mais baratas impelindo-os a rumarem para regiões de novas fronteiras agrícolas, no norte do Brasil, ou para o Paraguai.

Segundo Fiorentin,

Os migrantes brasileiros que foram para o Paraguai, eram no Brasil pequenos proprietários, meeiros, arrendatários e bóias-frias que perderam suas terras por dívidas contraídas a bancos, ou impossibilitados de adquirir terras no Brasil. Ou ainda, pessoas cujo trabalho e condições de vida traziam grande instabilidade. Essas pessoas, não tendo nenhuma possibilidade de possuir terras para trabalhar, foram atraídas pela propaganda de corretores, que, por um baixo preço, prometiam terras abundantes e boas, financiamentos para a lavoura, estradas e escolas para os filhos no Paraguai (2010, p.28).

Some-se a isso a possibilidade de comercializar a safra no Brasil, pois as plantações ficavam próximas da fronteira entre os dois países, ao tipo de solo que era similar ao brasileiro e as condições de financiamento¹¹⁵ facilitadas pelo governo do PY e temos a motivação para o grande contingente de trabalhadores rurais que se deslocou em busca de terra para plantar naquele país. Outro fator significativo eram os preços¹¹⁶ das terras paraguaias em comparação com as brasileiras e com um custo menor para a produção.

A mesma modernização que alcançava o campo, iniciada na década de 1970, impulsionou a demanda por energia e é preciso destacar que nesse período houve a crise do petróleo, capitaneada pela alta de preços do produto elevando o custo do consumo internacional de petróleo, que passou a exceder a produção. Como no sistema capitalista a procura determina a oferta, entre 1973 e 1974, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo¹¹⁷ (OPEP) elevou os preços do petróleo bruto para um valor próximo de 12 dólares o barril. Em 1979 e 1980, os membros da Organização votaram uma nova alta de preços e o barril passou a valer 30 dólares¹¹⁸. O diesel, subproduto do petróleo, era o combustível mais utilizado e conforme pode ser observado na tabela 01 era consumido em ritmo crescente pela indústria brasileira.

¹¹⁵ O Banco Nacional do Fomento (BNF) financiava a produção e os impostos eram baixos.

¹¹⁶ Os paranaenses e sul-mato-grossenses foram atraídos pela proximidade geográfica e pelas terras baratas; logo, foram sendo ocupadas as colônias de Santa Rosa, Naranjal, Katuete, General Diaz, Gleba 4, Cedrales, Corpus Criste e La Paloma (BATISTA, 1990, p. 22).

¹¹⁷ Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é criada em 1960.

¹¹⁸ Crise do petróleo (anos 70 do séc. XX). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-06-05]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$crise-,do-petroleo-\(anos-70-do-sec.-xx\)>](http://www.infopedia.pt/$crise-,do-petroleo-(anos-70-do-sec.-xx)>).

Tabela 01 – Preços médios do barril de petróleo importado pelo Brasil: 1967-1979 (em US\$ FOB)

Ano	Preço
1967	1,42
1968	1,50
1969	1,50
1970	1,51
1971	1,85
1972	1,99
1973	2,80
1974	11,13
1975	10,72
1976	11,50
1977	12,30
1978	12,44
1979	17,11

Fonte: Conant e Gold (1981, p. 175) In: LINS, 2004, p. 22.

Como pode ser verificado na tabela 01 com a alta dos preços do petróleo e a ampliação do processo industrial e mecanização agrícola o governo brasileiro passou a buscar alternativas energéticas e, nesse contexto, foi criado o PROALCOOL¹¹⁹ e retomadas as tratativas para a construção de hidrelétricas.

Considerando que na década de 1970 a política econômica brasileira estava voltada para o crescimento da indústria é preciso destacar a necessidade de avançar também na produção de energia, assim é que,

[...] para o incremento das forças produtivas, por meio do incentivo às exportações e da ampliação do parque industrial, inclusive com a entrada de capital transnacional. Neste projeto de modernização, havia um obstáculo a ser transposto: a deficiência na oferta de energia elétrica para os estados do sudeste, centro-oeste e sul do Brasil. Estas regiões concentravam 65% da população brasileira” (FIORENTIN, 2010, p. 18).

Dessa forma, paralelamente ao processo de modernização agrícola, foi iniciada a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu¹²⁰ que ao tempo que intentava solucionar o déficit energético no Brasil, causou o desalojamento de milhares¹²¹ de agricultores que moravam e trabalhavam na área prevista para o reservatório da usina, resultando em um paradoxo, visto que ao

¹¹⁹ Após a primeira crise do petróleo (1973) é criado, no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) o Programa Nacional do Álcool (Proálcool/1975), com o intuito de substituir combustíveis derivados do petróleo, como a gasolina, por uma fonte alternativa e renovável.

¹²⁰ A usina de Itaipu é, atualmente, a maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia. Com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, fornece cerca de 17% da energia consumida no Brasil e 75% do consumo paraguaio (<http://www.itaipu.gov.br/energia/geracao>)

¹²¹ Estima-se que tenham sido expropriadas 43 mil pessoas, entre proprietários de terras, posseiros, arrendatários e índios guaranis, os residentes em propriedades agrícolas familiares na área rural totalizaram 38 mil pessoas (FIORENTIN, 2010, p. 20)

buscar o “desenvolvimento e modernização” (FIORENTIN, 2010, p. 18), representou a exclusão de milhares de agricultores que tiveram suas áreas inundadas no represamento do rio Paraná pela barragem da usina.

Ainda segundo a autora,

[...] além do salto de Sete Quedas, no município de Guaíra, a represa fez submergir uma ampla parcela de terras agricultáveis no extremo-oeste do Paraná, abrangendo parte dos atuais municípios paranaenses de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Missal, Itaipulândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes (Idem).

Além dessas áreas no estado do Paraná, acrescentamos sob o respaldo dos estudos de Ribeiro; Cassuli e Frassão que as águas represadas na margem direita do rio Paraná, alagaram 1.471 hectares do município de Mundo Novo, localizado no ESMT, atualmente SMS.

O histórico da Itaipu Binacional segue a seguinte cronologia, em 1970, o governo militar brasileiro iniciou a tarefa de construção com a Seleção do Consórcio Unicon-Conempa que ficou responsável pela engenharia civil da hidrelétrica, em 1973 é assinado o Tratado Itaipu (BR – PY) e em 1974 foi criada a entidade Binacional Itaipu que gerenciou a construção da obra, iniciada em 1975. A inauguração ocorreu em maio de 1984. O alagamento final que ocorreu em 1985, inundou uma área total de 1.350 quilômetros quadrados, sendo 780 quilômetros quadrados em território brasileiro e 570 quilômetros quadrados em território paraguaio (FIORENTIN, 2010, p. 18).

Foi a partir dos anos 1970, que os brasileiros atingidos pela expulsão representada pela construção da hidrelétrica se deslocaram para outros lugares que lhes foram destinados¹²², sendo que muitos fizeram opção pelo PY. Esta entrada, segundo Souza, se dá por duas razões, a primeira seria a oportunidade de mão de obra na própria obra de construção, mas a que nos interessa nesse estudo é a segunda razão apontada e anteriormente mencionada pelos demais estudiosos do assunto, conforme abordamos no transcórre desse tema, que é a oportunidade representada pelo momento “[...] para tentar a sorte em outro país, levando em conta que o preço de terras no Paraguai era mais barato que no Brasil” (2013, p. 20).

Para tanto, os expropriados pela inundação da barragem usaram as indenizações obtidas com a desapropriação de suas terras, muitas vezes insuficientes para a compra de novas terras no Brasil. A autora destaca ainda que em 1967, o governo paraguaio aboliu a lei que proibia a compra de terras por estrangeiros, numa faixa de 150 quilômetros de suas fronteiras, desta forma incentivando e facilitando a migração de vários brasileiros (Idem).

2.5 A institucionalização no ordenamento de terras: a criação do INCRA

No dilema do ordenamento e reordenamento da estrutura fundiária brasileira e, conseqüentemente do espaço em estudo ESMT, no período posterior à colonização dirigida e anterior a promulgação do I PNRA, os governos militares criaram meios para manutenção do modelo de

¹²² No capítulo III analisaremos a criação do PIC Sete Quedas, em grande parte ocupado por ribeirinhos expulsos pelas construções de barragens, entre elas a Binacional de Itaipu.

concentração de terras, especialmente quando extinguiram os órgãos IBRA e INDA e criaram o Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA¹²³(1970), como resposta aos movimentos que se fortaleciam em torno da questão agrária. O INCRA tinha a atribuição e responsabilidade da execução do projeto Plano de Integração Nacional (PIN) e logo após assumiu o Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste (PROTERRA). Com isso houve uma tentativa dos governantes de demonstrar que reconheciam a importância da luta pela terra, mas ao mesmo tempo tais medidas visavam reter os avanços dos movimentos reivindicatórios, atribuir visibilidade às políticas públicas, minimizando e tentando invisibilizar a bandeira de luta dos trabalhadores rurais.

O quadro 04 apresenta as localizações e responsabilidade dos programas oficiais levados a efeito no período, nas áreas consideradas para o povoamento.

Interessante analisar que os programas oficiais, nos anos de 1970 a 1972, apresentavam como objetivos ocupar vazios demográficos de forma genérica, enquanto que após 1974, já descrevem no objetivo como deveria ser feita essa ocupação, recomendando que isso viesse a acontecer por meio de agropecuária e agrominerais, e, assim, a exploração das áreas, passou a uma espécie de ocupação dirigida, num modelo de atividade econômica viável para a alimentação da indústria e atendimento às exigências dos financiadores dessas operações de ocupação.

Quadro 04 – Programas Oficiais – 1970

Programa	Ano da criação	Objetivo
PIN	1970	Programa de Integração Nacional. Tinha como objetivo ocupar parte da Amazônia, ao longo da Transamazônica
PROTERRA	1971	Tinha como objetivo, assim como o PIN, ocupar os vazios demográficos da Amazônia
PROVALE	1972	Programa Especial para o Vale do São Francisco
POLAMAZÔNIA	1974	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONORDESTE	1974	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

Fonte: INCRA, Departamento de Projetos e Operações – DOP, junho de 1993.
In: GUERRA, 2002, p.26.

Na esteira dos programas de desenvolvimento idealizados pelos governos militares é preciso dar destaque ao Programa de Desenvolvimento dos Cerrados¹²⁴ (POLOCENTRO), pensado e executado para a região Centro Oeste, que segundo Esselin e Oliveira é considerado como a mais importante ação do governo federal para o Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul e ao Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados¹²⁵ (PRODEGRAN).

¹²³ Decreto lei nº 1.110, de 09.07.1970.

¹²⁴ Criado pelo decreto n.º 75.3, de 24 de janeiro de 1975. Nos limites do espaço mato-grossense atingiu inicialmente quatro áreas, Campo Grande/Três Lagoas, Bodoquena, Xavantina e Parecis, abrangendo 58 municípios, entre os quais 28 passariam a pertencer ao estado de Mato Grosso do Sul, após 1979 (ABREU, 2001, p. 147).

¹²⁵ Criado pela Exposição de Motivos CDE nº 007/76, de 07 de abril de 1976.

O POLOCENTRO propunha desmatar e incorporar ao processo produtivo, em curto prazo, mais de um milhão de hectares de cerrados e implantar alta tecnologia na produção, para tanto houve a disponibilização de crédito subsidiado aos produtores com doze anos de prazo para pagamento e carência de até seis anos (ESSELIN; OLIVEIRA, 2011, p. 368).

O PRODEGRAN, segundo Abreu tinha como metas e objetivos “[...] fortalecer as atividades produtivas da região e a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais” (2001, p. 173).

O programa visava o aproveitamento da potencialidade agrícola da região sul de Mato Grosso, envolvia inicialmente os municípios de Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante e Sidrolândia (ABREU, 2001, p. 172).

Figura 08 – Área de abrangência do PRODEGRAN



Fonte: ABREU, 2001, p. 175.

É possível verificar que a área de abrangência do programa abarcava o espaço dessa pesquisa, conforme mostra a figura 08¹²⁶, sendo que dos vinte e dois municípios que esse programa contemplava, dezoito estavam situados no ESMT, atual SMS.

2.6 O ESMT: programas desenvolvimentistas e ordenamento de terras

Os programas desenvolvimentistas implantados desde a década de 1967, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO)¹²⁷ trouxeram profundas modificações para o campo em Mato Grosso, especialmente para o ESMT. Além dos programas específicos é importante destacar a instalação de destilarias espalhadas pelo espaço que estamos a analisar em finais da década de 1970, resultantes do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), criado em 1975, como fonte alternativa energética para o uso do petróleo, conforme já apontamos nesse capítulo.

Esselin e Oliveira, concluem que esses programas “[...] tiveram efeitos monumentais sobre a economia e a sociedade sul-mato-grossense” (2011, p. 368). Menos de uma década após a implantação dos programas especiais pelo governo federal a área utilizada para agricultura temporária passou de 450 mil hectares para 1,600 milhões de hectares e a produção de soja, que até o início da década de 1970 era praticamente inexpressiva nos anos finais da mesma década refletiu a introdução da mecanização e dos novos insumos passando de 14 mil toneladas com área de 15 mil hectares para um milhão de toneladas em área pouco superior à seiscentos mil hectares. No final da década de 1970 a produção de soja em Mato Grosso do Sul correspondia a 70% da produção no Centro Oeste (Idem, p. 369).

Podemos inferir que o modelo desenvolvimentista que se baseava na monocultura em larga escala para exportação se consolidou nesse período e isso ocorreu em detrimento da produção de alimentos básicos para o consumo interno. O *novo celeiro* que deveria ser constituído como espaço vital para alimentar o povo brasileiro, se tornou pouco acessível para os homens e as mulheres do campo, antigo colonos que não conseguiram acompanhar a modernização devido às exigências das políticas de crédito agrícolas e incentivos fiscais, pensadas para os grandes latifundiários que no processo de acumulação capitalista incorporaram milhares de hectares de terras amansadas¹²⁸ pelos colonos e arrendatários, conforme atesta Silva,

Essa política dos militares acreditava que a grande propriedade aliada à modernização era o caminho para o desenvolvimento econômico no campo. Assim formula-se uma política fundiária direcionada apenas para os interesses da classe dominante, desenvolvendo-se sob a égide da concentração de terras, de riqueza e de poder (2004, p.33).

¹²⁶ A figura construída por Abreu apresenta os municípios abrangidos pelo PRODEGRAN e àqueles que foram criados após 1976, a partir do desmembramento dos seus territórios.

¹²⁷ Lei nº 5.365, de 1 de dezembro de 1967. Era uma autarquia federal, com sede e foro na cidade de Brasília e com jurisdição sobre os estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal e após 1979 sobre Mato Grosso do Sul.

¹²⁸ Ver: TAVARES DOS SANTOS (1993).

Assim, mais uma vez no tempo proposto para esse capítulo, verificamos a expulsão do homem do campo, por meio da concentração fundiária, que para atender ao mercado deixa de produzir gêneros alimentícios e se volta para a “[...] produção de cana-de-açúcar, soja, trigo ou, ainda, à criação de gado de corte, com extensivas pastagens, atividades que exigiam um menor número de trabalhadores” (Idem).

Mantiveram-se as estruturas fundiárias e as oligarquias rurais presentes no SMS que segundo Bittar são representativas quando observamos o quadro populacional de Mato Grosso do Sul que “[...] possui cerca de vinte e cinco milhões de cabeças de gado e uma população de pouco mais de dois milhões de habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (2009, v. 2 p. 32).

E assim percebe-se que foi sendo construído no Brasil e no ESMT um discurso oficial de RA, distante anos luz das proposições feitas pelos movimentos e organizações que inferiram e inferem que a terra é meio de produção e de reprodução da vida e não reserva de valor, condição recente ocorrida na consolidação do capitalismo no Brasil contemporâneo.

Foi nesse contexto que foram criados em vários estados brasileiros diversos cursos de graduação em agronomia e veterinária e também cursos de nível médio de técnicos agrícolas. Segundo Esselin e Oliveira, a criação dos cursos tinha por objetivo a rápida inserção desses profissionais no mercado para que atuassem junto aos produtores, preparando-os e instruindo-os no uso das novas tecnologias e na difusão dos novos métodos de produção, pondo fim às práticas pré-capitalistas que ainda eram usadas no campo.

Ainda segundo os autores, na pecuária, economia mais representativa à época no ESMT, também foram inseridas novas práticas visando uma maior produtividade, houve a incorporação de novas técnicas com a formação de pastagens artificiais, melhoria no padrão racial do rebanho, a vacinação do gado contra variadas doenças passou a ser anual, sobretudo contra a aftosa, houve também maiores cuidados em relação aos vermífugos, controle de monta e divisão de pastagens (ESSELIN; OLIVEIRA, 2010, p. 370).

Queiróz, ao se referir ao período de 1970 a 1985, afirma que eram perceptíveis os avanços da mecanização e da utilização de insumos modernos na agropecuária sul-mato-grossense e que esses avanços se deviam, em grande parte, aos financiamentos do governo a juros subsidiados, prática adotada em todos os estados do país visando a rápida modernização do campo (1998, p. 34).

Na continuação das análises o autor compara dados das propriedades que fizeram utilização de insumos agrícolas nos anos de 1970 a 1980 e constata que o uso de fertilizantes teve um aumento de 23% no período e de defensivos o aumento foi de 85%. Também apresenta o número de colheitadeiras, que triplicaram no mesmo período. Embora considerando todos os dados significativos, o autor salienta que o que melhor expressa à extensão da modernização capitalista no campo sul-mato-grossense foi o aumento do número de tratores usados na agropecuária, com um crescimento de mais de 70% em pouco mais de uma década e que em 1985 ultrapassou 30 mil unidades (Idem).

Segundo Queiróz esses mesmos dados percentuais, quando aplicados ao número de estabelecimentos rurais, evidenciava o caráter da modernização operada no espaço sul-mato-

grossense visto que todos os tratores referidos estavam concentrados em 30% dos estabelecimentos do estado, excluindo 2/3 da mecanização/modernização propiciada pelo equipamento. No SMS o processo da mecanização da agricultura se fez perceber por meio do aumento da produção que passou a utilizar modernos insumos (1998, p. 37).

Nesse contexto foram criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)¹²⁹ e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)¹³⁰, com o objetivo de fortalecer o processo de modernização da agricultura, bem como promover a pesquisa e divulgação de novas tecnologias que viabilizassem aumento na produtividade do setor agrícola. Enquanto isso, como forma de obstaculizar o processo de implementação da reforma agrária, os governos militares apostaram no enfraquecimento do movimento do campo, porém o que se constata é que em resposta e ocasionado pela “[...] repressão política e da expropriação resultantes do modelo econômico, nasceu o mais amplo movimento da história do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST” (FERNANDES, 2000, p. 60).

Como já atestado anteriormente, a distribuição de terras e as relações de trabalho no ESMT Mato Grosso e posteriormente à 1979¹³¹, em Mato Grosso do Sul, foram definidas por políticas impostas e originárias da colonização conflituosa, liderada por grupos econômicos e políticos e que resultou, a partir da década de 1980, em uma luta declarada pela terra.

Silva esclarece que “[...] o lema dos militares era transformar ‘Mato Grosso do Sul no novo celeiro do Brasil’, por meio de políticas de crédito agrícolas e dos incentivos fiscais aos grandes latifundiários.” (2004, p. 33). Desta forma “[...] formula-se uma política fundiária direcionada apenas para os interesses da classe dominante, desenvolvendo-se sob a égide da concentração de terras, de riqueza e de poder” (Idem).

2.7 A consolidação da política agrária nos governos militares, as fronteiras agrícolas e a criação do estado de Mato Grosso do Sul

Nos estudos acerca da questão de terras no Brasil é forçoso reconhecer o papel do Estado na implementação das políticas agrárias tais como o chamado processo de modernização da agricultura no Brasil, que foi iniciado em 1950 por meio das importações de meios de produção mais avançados¹³² e que se consolidou a partir de 1960, quando houve a viabilização do setor industrial propriamente dito, a partir da produção de equipamentos e insumos, numa tentativa de transição da agricultura de subsistência tradicional para uma agricultura moderna, fazendo frente às exigências da expansão industrial nacional e internacional, pensando numa alternativa para a posição ocupada, até então, de país agroexportador de matérias primas.

¹²⁹ Em 1972 e em 1975 foi criada a Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Dourados (UEPAE de Dourados), com o objetivo de dar suporte ao desenvolvimento de uma fronteira agrícola de grande potencial econômico que surgia no sul do Estado. Os resultados de pesquisa gerados pela UEPAE de Dourados contribuíram efetivamente para o desenvolvimento regional.

¹³⁰ 1974.

¹³¹ Ano de criação do estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.

¹³² Modernização da agricultura.

Naquele momento o modelo econômico que se apresentava ainda era ligado à oligarquia rural, que preocupada com as tensões presentes no campo, gestadas pelos movimentos sociais dadas às condições de trabalho, tanto no setor rural quanto urbano, tentavam ampliar suas áreas de atuação conforme nos mostra Minc,

Aproveitando a situação criada com o golpe, os fazendeiros se apressaram a ocupar áreas de posse dos camponeses, desconhecer os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e usurpar os sítios e roçados dos trabalhadores residentes no interior das usinas e fazendas (1985, p. 27).

O processo de ocupação/usurpação não ocorreu de forma homogênea em todo o espaço geográfico brasileiro, no período de 1965 a 1967 houve a reorganização do novo regime, mas é inegável que ocorreu. Ainda segundo Minc “A resistência dos trabalhadores foi lenta e pouco coordenada, por força de adversas circunstâncias [...]” (1985, p. 27) referindo-se a desmobilização e desmantelamento das diversas formas de resistência existentes até a repressão advinda com o golpe de 1964. Assim é que em menor ou maior grau os trabalhadores “[...] resistiram contra a deterioração de suas condições de vida e de trabalho, e contra a tomada de suas terras dedicadas às culturas de subsistência” (Idem)

De acordo com o autor, em outubro de 1965, numa tentativa de refrear os descontentamentos que se manifestavam entre os trabalhadores do campo, mais notadamente na região nordeste, o Governo Federal decretou a *Lei do Sítio*,

Considerando a “necessidade de adotar medidas que estimulem a fixação do homem à terra (...) que o sítio pode representar um complemento de salário (...e que) a localização dos trabalhadores próximos dos locais de trabalho é um fator de maior produtividade...”, este dispositivo legal determina que: “(...) o trabalhador rural com mais de ano de serviço contínuo terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima a sua moradia, suficiente para plantação e criação de subsistência; (...) esta área será de dois hectares(...)”(MINC, 1985, p. 28).

Pelos estudos dos autores aqui referenciados, essa legislação não foi aplicada, mesmo após denúncias e reivindicação dos sindicatos que, embora desestruturados e desmobilizados¹³³, ainda resistiam. Era um período de intensas e variadas manifestações das forças sindicais que se aquietaram após a decretação do Ato Institucional nº 05, medida que ameaçava todos que se indispusessem contra o *poder revolucionário* e alertava,

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (BRASIL, AI 5, 1968).

No mesmo ano foi decretada a medida restritiva com o Banco Mundial, que por meio da Associação Internacional de Desenvolvimento anuncia o empréstimo¹³⁴ de US\$ 77, 52 (setenta e sete

¹³³“O golpe rompeu com o quadro constitucional e partiu para o ‘saneamento’ político do país, utilizando para isso as famosas ‘Operações limpeza’. Só no primeiro ano, 454 sindicatos e 44 federações sindicais tiveram seus membros afastados” (MINC, 1985, p.26).

¹³⁴ Folha de São Paulo, 14.12.1986, p. 12.

milhões e cinquenta e dois mil dólares) a projetos nacionais na esteira dos quais estava a chamada modernização da agricultura que indicava a necessidade do avanço das fronteiras. Assim, “As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculados a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros” (MARTINS, 1997, p. 86).

Desta forma e sob essas diversas percepções o sentido de fronteira se estendeu a outros significados tais como os apontados por Graziano da Silva (1982), fronteira como reserva de valor e armazém regulador, pela ótica do plano econômico¹³⁵, como orientação migratória e válvula de escape pelo plano político¹³⁶.

Naquele período, entre as variadas estratégias implementadas pelos governos militares havia especificamente a geopolítica¹³⁷, medida que visava guarnecer as áreas de fronteira geográficas, tanto as nacionais quanto as regionais e ao mesmo tempo povoar as áreas mais remotas do espaço físico brasileiro. Ocorreram, então, dois sentidos no avanço das fronteiras, os quais estão intrinsecamente ligados, ou seja, o sentido da orientação migratória, levando para as novas terras o excedente de trabalhadores e, contendo o outro sentido, a migração como o da válvula de escape, diminuindo as pressões produzidas pelas pessoas excluídas nos estados mais desenvolvidos na produção e ocupação do solo.

É concebida a partir dessa premissa a colonização da Amazônia Legal que também se presta a pagamento de dívidas contraídas com os empresários brasileiros, principalmente àqueles ligados ao setor agropecuário que apoiaram o golpe de 1964, mas que não foram os únicos, segundo atesta Bianchi,

A contra-revolução de 1964 contou com o apoio decidido do empresariado e inaugurou um terceiro momento na organização e representação de seus interesses. A participação do empresariado na preparação do golpe através do complexo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD), foi intensa [...] (2001, p.16).

Ao analisarmos os indicadores da modernização, verificamos uma mudança significativa no âmbito da agricultura nacional, mas a pergunta é, a que preço? Como se deu a modernização nas pequenas roças é o que interessa interpretar e para tanto os dados que são apresentados por Minc, ao avaliar as consequências da chamada *modernização dolorosa*¹³⁸ tem suas raízes fincadas na política desenvolvimentista, ainda do governo de Juscelino Kubitschek pela política de *integração nacional*.

Conforme Dreifuss,

Os associados e colaboradores do IPES moldaram o sistema financeiro e controlaram os ministérios e principais órgãos de administração pública,

¹³⁵ Ver: GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 118.

¹³⁶ Ver: GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 119.

¹³⁷ Segundo Catherine Prost “O regime militar entre 1964 e 1985 representa o ápice da influência da geopolítica no Brasil. Incluindo um severo controle da população e uma ambiciosa política de ocupação da Amazônia, cujo saldo revela muitos resultados opostos aos objetivos anunciados” (2000, p.1).

¹³⁸ Graziano da Silva (1982) definiu o avanço das fronteiras como uma Modernização Dolorosa porque na década de 1970 ocorreram incentivos para expandir a produção para novas áreas, mas isso se deu sem modificar o modelo e as relações de produção. Assim, foi uma modernização dolorosa porque foi conservadora, levou para novas áreas tudo o que provocava conflitos nas antigas áreas, dentre elas a concentração de terras.

permanecendo em cargos privilegiados durante o governo Castello Branco, exercendo sua mediação no poder. Com um programa de governo que emergia da direita, os ativistas do IPES impuseram uma modernização da estrutura sócio-econômica e uma reformulação do aparelho do Estado que beneficiou as classes empresariais e os setores médios da sociedade em detrimento da massa (2006, p. 479).

Desta forma resta esclarecido que “Essa política representou a ampliação do domínio exercido pelo centro nacional (São Paulo e Rio), reforçado com o desenvolvimento da indústria automobilística e fortemente articulado com o capita multinacional” (MINC, 1985, p. 34).

Assim sob o *slogan Terra sem homens para homens sem terra* o governo militar incentivou, por meio de programas financiados com capital externo, à ocupação da Amazônia Legal. Teve início, desta forma, a migração massiva de homens, mulheres e crianças para “povoar” essas regiões consideradas *vazias*, desrespeitando, mais uma vez, as populações nativas e migrantes que viviam do extrativismo nessas paragens.

E as fronteiras geográficas se ampliaram, enquanto a frente pioneira avançou como rolo compressor sobre tudo que impedia a expansão da agricultura e da pecuária, num movimento contraditório, segundo Martins, visto que a forma de ocupação proposta “[...] a da agropecuária, uma atividade econômica que dispensa mão-de-obra e esvazia territórios” (1997, p. 86). Pela ótica desenvolvimentista e integradora de território resultariam na obtenção de matéria prima para a indústria que se expandia, financiada pelo capital estrangeiro.

Dessa forma a modernização adotada pelo regime militar foi caracterizada como conservadora, visto que se apoiou no capital industrial, aliado ao latifúndio, financiado pelo Estado que privilegiou apenas algumas culturas¹³⁹, regiões e unidades específicas¹⁴⁰, com pesados custos sociais como pode ser constatado nas análises dos resultados do processo de colonização instituído por meio dos Projetos Integrados de Colonização – PIC, criados ao longo das estradas brasileiras como em Rondônia que só na década de 1970 [...] passou de 113 mil para 493 mil habitantes, a maior taxa de crescimento demográfico do país nesta década” (MINC, p. 34) e que “[...] até fins de 1984 cerca de 1/3 dos colonos instalados já haviam vendido seus lotes” (Idem).

A fase de modernização conservadora, entre os anos de 1960 e 1970, se caracterizou pela acentuada modernização da agropecuária subsidiada pelo crédito agrícola com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, e a implementação da política de preços mínimos que não permitia a adesão dos pequenos produtores rurais, mais uma vez alijados do direito à terra e à produção. Assim é que as “[...] políticas oficiais de isenção fiscais e de créditos para grandes projetos atraíam diferentes agentes econômicos ligados ao capital financeiro, agrícola e industrial” (Idem, p. 35).

A grande massa camponesa que naquele período buscava melhores condições de cultivo, sem acesso a crédito e sujeitas ao processo de grilagem presente na região ficava à mercê dos fazendeiros e se constituíam em mão de obra para dar continuidade aos grandes projetos, executados pelos conglomerados econômicos nacionais e internacionais que obtinham do governo

¹³⁹ Café e algodão.

¹⁴⁰ Logo que é criado (1970) o INCRA aloca quase a totalidade de seus recursos materiais e humanos na abertura de áreas pioneiras (MINC, 1985, p. 31).

doação de 75% do capital necessário, cabendo-lhes apenas 25% de aplicação de recursos próprios (MARTINS, 1997, p. 87).

As novas áreas passaram a ser controladas por oligarquias fundiárias, parte delas formada por empresários urbanos, assim como já ocorria nos estados nucleares¹⁴¹. Os grandes proprietários de terras e os empresários que haviam sustentado os militares para a efetivação do golpe de Estado tiveram, com a abertura da fronteira, o pagamento da dívida assumida pelo regime. Tal situação estreitou alianças entre latifúndio e indústria, que manteve intacta a estrutura agrária nas áreas nucleares e concentrou domínio nas áreas novas. O fechamento da fronteira gerou conflitos porque muitos despossuídos continuaram nessa condição.

Segundo Minc,

[...] a partir de 1974, valendo-se como alegação, dos fracos resultados econômicos da colonização oficial baseada em nordestinos pobres e sem recursos próprios, a *Polamazônia* (Programa de Pólos de Desenvolvimento Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia) *deslocou todos os recursos da colonização oficial* (onde os colonos recebem lotes do INCRA) *para a colonização particular* (onde as empresas privadas de colonização vendem lotes) e *para o apoio das grandes empresas que se instalavam na região* (1985, p. 36).

Temos ainda em Martins (1997, p. 87-88) que a opção de financiar grandes projetos de colonização assegurava a sobrevivência econômica e política das oligarquias fundiárias, controladoras do poder regional nos estados do Centro-Oeste e do Norte, o que torna forçoso refletir sobre a intenção do regime militar ao criar o estado de Mato Grosso do Sul, pensado enquanto estratégia geopolítica do período, conforme atesta Bittar “[...] preponderou, além da geopolítica, a preocupação de Geisel ‘com os dias de amanhã, ou seja, o fortalecimento da base política do regime diante da luta cada vez mais crescente pela redemocratização do Brasil’ (2009, v. II, p. 338). E a autora acrescenta, ainda, que “De fato, o regime militar operou com essa lógica ao dividir Mato Grosso, isto é, além de satisfazer os interesses da elite agrária sul-mato-grossense, visava a aumentar a sua base de sustentação” (2009, v. II, p. 339). E assim, atendendo a interesses para a manutenção da ordem estabelecida, tanto a política quanto a agrária, a partir da divisão de Mato Grosso, foi criado o estado de Mato Grosso do Sul.

Estava posta a continuidade dos conflitos que emergiram a partir da adoção das políticas de expansão das fronteiras agrícolas do estado de Mato Grosso do Sul, fruto das questões imersas na problemática do ordenamento da terra que embora tendo variado na forma, permaneceram inalteradas nas *estruturas* e garantiram a manutenção das oligarquias no controle das terras. Dessa forma o estado que deveria ser modelo mantém as amarras do plano econômico concentrado em mãos dos grandes proprietários de terras e dos políticos que continuaram suas rodadas no poder¹⁴².

Assim é possível inferir que permaneceu a desigual a distribuição de terras em Mato Grosso do Sul, o que possibilita entender a evolução quase nula da questão agrária no período que precedeu a criação do estado de Mato Grosso do Sul, pensando o movimento de ordenamento que levou ao conflito agrário que se manifestou de diferentes maneiras conforme apontaremos no capítulo IV.

¹⁴¹ São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁴² Ver: BITTAR, 1998, p. 33-39.

Segundo Teixeira, no mesmo período houve redução dos estabelecimentos com menos de 10 hectares, certo equilíbrio nos de 10 a 100 hectares e um aumento acentuado no número de estabelecimentos de 100 a 1000 hectares e de 1000 a 10.000 hectares, denotando o crescimento dos estabelecimentos que puderam introduzir, por meio de financiamentos, a tecnologia avançada que os levou a concentrar mais a terra em Mato Grosso do Sul (2009, p. 9-11).

Desta forma, resta claro que houve expressiva diminuição de trabalhadores no campo em Mato Grosso do Sul e que os ocupantes de terras estiveram em declínio no mesmo espaço evidenciando o êxodo rural representado pela modernização e/ou mecanização do campo que não possibilitou aos pequenos agricultores se manterem como proprietários de suas terras, evidenciando a expulsão de trabalhadores arrendatários e parceiros no período de 1975 a 1995. Essa situação criou o clima de insatisfação que gestou os Movimentos Sociais no espaço de estudo e que é objeto de discussão no Capítulo III desta tese.

Quadro 05 – População residente em Mato Grosso do Sul

Distribuição	1950	1960	1970	1980
Urbana	113.018	242.182	452.153	919.123
Rural	193.553	341.665	544.889	450.444
Total	306.571	583.849	997.052	1.369.567

Fonte: BITTAR, vol. I, 2009, p. 354.

Com base nos dados do quadro 05 e nas informações de Teixeira, estabelecemos um comparativo quanto a evolução da população residente urbana e rural em Mato Grosso do Sul¹⁴³, no período de 1950 a 1980, conforme apresentados por Bittar, que demonstra que entre os anos de 1950 a 1970 a evolução da população rural e urbana se manteve equilibrada, enquanto que a partir da década de 1970, finalizando com dados apurados para 1980, houve uma diminuição expressiva no aumento da população rural em relação a população urbana, caindo de 544.889 (1970) para 450.444 (1980) enquanto que, pela primeira vez no comparativo das décadas, a população urbana cresceu de 452.153 (1970) para 919.123 (1980) o que torna evidente o processo gradativo de esvaziamento do rural com a expulsão do homem do campo, em grande parte causada pela modernização da agricultura e das políticas agrárias dos governos militares, que significaram o fechamento, mesmo que provisório e parcial das fronteiras agrícolas em Mato Grosso do Sul.

Pelo exposto, paralelamente aos acontecimentos, os movimentos sociais se fortaleceram no Brasil e repercutiram em Mato Grosso do Sul no final do período do regime militar e o embrião do que viria a ser o maior movimento de reivindicação da terra¹⁴⁴ se espalhou pelo território brasileiro levando a esperança de mudança para aqueles que desde a colonização não viram cumpridas as promessas de garantir a posse da terra para quem nela trabalha.

Na sequência desse estudo nos debruçaremos sobre as causas que levaram ao fortalecimento dos laços entre os homens e mulheres do campo e as organizações que possibilitaram

¹⁴³ Após 1979, quando MS é instalado.

¹⁴⁴ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

o surgimento e a escalada dos movimentos sociais de reivindicação da terra no Brasil e ESMT, fazendo com que a fronteira fechada estivesse em latência.

III CAPÍTULO

A FRONTEIRA EM ESTADO DE LATÊNCIA: A FORÇA SOCIAL DOS SUJEITOS ORGANIZADOS PARA O REORDENAMENTO DE TERRAS

O objetivo desse capítulo é analisar os movimentos de luta pela terra nas décadas de 1970 a 1980, intentando ver até que ponto o coletivo organizado foi decisivo para que a fronteira no ESMT não fosse fechada de forma definitiva, mas mantida em estado de latência, apresentando características ora de fechamento ora de abertura, com a presença de movimentos reprimidos, tais como aqueles que se manifestaram na formação do Projeto Integrado de Colonização de Sete Quedas (PIC Sete Quedas).

A presença de uma fronteira em estado de latência ocorreu em virtude da emergência de coletivos organizados, que se moviam e com seus movimentos moviam a fronteira, analisados nesse capítulo, dentre eles aqueles que mais se destacaram como a CPT, um principal movimento ligado a reivindicação de terras no SMS, e o MST. Para atingir o objetivo investigamos documentos e ouvimos suas representações daquele período sob o respaldo de Meihy e Holanda em suas perspectivas de utilização da história oral como ferramenta capaz de propiciar recursos para reforçar ou refutar argumentos daqueles que vivenciaram o período histórico relatado e os fatos que analisamos.

Como vimos no capítulo II, entre as décadas de 1970 a 1980¹⁴⁵ ocorreu uma nova movimentação de homens e mulheres no campo, e o deslocamento desse contingente de pessoas ligadas ao trabalho na agricultura, ao final do regime militar, resultou diretamente do ordenamento de terras no Brasil e no SMS que se deu com a mecanização da agropecuária e concorreu para o recrudescimento das manifestações que reivindicavam cumprimento da função social da terra¹⁴⁶, prerrogativa da legislação em vigor¹⁴⁷.

Desta forma, assistimos, nesse ínterim, uma mudança no aproveitamento das áreas consideradas produtivas e não utilizadas e passíveis de serem consideradas para desapropriação. Entre as décadas de 1980 à 1985, segundo Rodrigues e Rollo,

Em termos absolutos, a área com terras produtivas não-utilizadas nos estabelecimentos agropecuários do país passou de 24,8 milhões de hectares em 1980 para 24,5 milhões em 1985 e 16,4 milhões em 1995 (2000, p. 47).

¹⁴⁵ Período, como apresentado no capítulo anterior, da intensificação da frente pioneira.

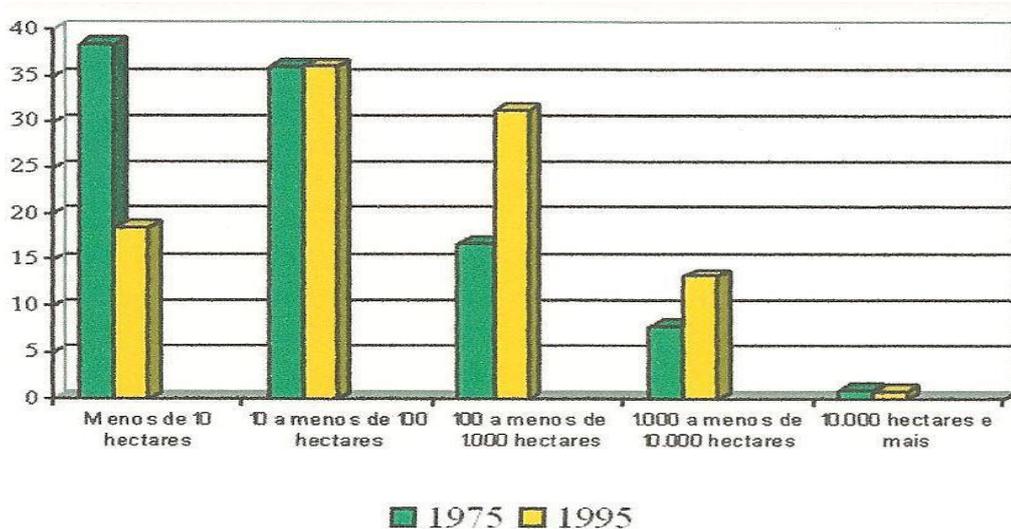
¹⁴⁶ São essas manifestações que foram reiteradas posteriormente, quando da divulgação do I PNRA publicado em 10 de outubro de 1985, ao estabelecer a função da terra. A respeito da função social da terra o texto do I PNRA mantém, na íntegra, o teor do Estatuto da Terra, publicado em 1964, quando afirmou que a propriedade rural deveria, simultaneamente, favorecer o bem estar dos proprietários e de todos quantos nela trabalham e dela sobrevivam. Para tanto, a terra precisa manter níveis satisfatórios de produtividade, assegurando a conservação dos recursos naturais e garantindo cumprimento das disposições legais que regulam as relações de trabalho entre as partes, os que a possuem e os que a cultivem (Art. 2º, § 1º, 1964).

¹⁴⁷ Desde a promulgação da Constituição de 1934 ficou estabelecido que o direito à propriedade não poderia ser exercido contra o interesse social ou coletivo (Artigo n. 113, n. 17).

É interessante observar esse movimento no Centro Oeste, onde ocorreu aumento da área total de cada estabelecimento agropecuário, no período em pauta, justificado, segundo os autores, pela expansão de soja para o cerrado brasileiro (Idem, 46). No entanto, isso se deu num movimento contraditório, uma vez que houve aumento da posse das áreas, mas redução no uso produtivo das mesmas, o que leva a conclusão que ocorreu aumento da área parada, não utilizada com nenhum tipo de atividade. Isso promoveu a manutenção do que Graziano da Silva (1982) denominou como áreas de reserva de valor, com o objetivo de especulação imobiliária, em um ciclo de ocupar para dominar, num modelo agrário que enfraqueceu a terra de trabalho e fortaleceu o predomínio da terra de negócio.¹⁴⁸

Teixeira (2009, p. 10) aponta que no primeiro censo agropecuário de Mato Grosso do Sul¹⁴⁹, de 1975, conforme demonstrado no gráfico 03, os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam 38,5% da área total dos estabelecimentos, num percentual de 0,4%. Dez anos após, em 1995, houve diminuição para 18,6% do total de estabelecimento, apresentando uma área de apenas 0,1%. No mesmo período os dados apontavam que ocorreu expansão de estabelecimentos com área de 100 ha a 10.000 hectares, possibilitando concluir que a concentração de terras foi acentuada e desta forma foi mantido o predomínio dos grandes proprietários, embora possa ser observada uma pequena diminuição dos estabelecimentos com área acima de 10.000 hectares.

Gráfico 03 - Proporção da Área em Estabelecimentos por Grupo de Área Total em Mato Grosso do Sul nos Anos de 1975 e 1995 (%)



IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul dos anos de 1975 e 1995/96. In: TEIXEIRA. (2009, p. 10).

Esse fato evidenciou a expansão da área de exploração agropecuária, mas sem a intensificação do uso produtivo da terra, o que é facilmente verificado ao observarmos o quadro 06,

¹⁴⁸ Onde exteriorizam o trabalho abstrato sob a égide do capital. A respeito da Terra de Trabalho e Terra de Negócio, ver os trabalhos de Afrânio Garcia Jr., *Terra de Trabalho*, (1983) e *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social* (1989).

¹⁴⁹ O autor aproveita dados anteriores a criação de Mato Grosso do Sul (1979) para estabelecer o comparativo.

utilização de terras no Brasil, bem como o quadro 07, referente a utilização de terras em Mato Grosso do Sul, comparando-a com o gráfico 04, que retrata a situação no Estado, nos mesmos períodos.

Quadro 06 - Utilização de terras no Brasil

1980	Total		Terras produtivas não-utilizadas	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Norte	408 173	41 559 420	160 780	2 900 418
Nordeste	2 447 513	88 443 907	496 169	12 293 317
Sudeste	890 869	73 502 906	120 236	2 059 980
Sul	1 145 548	47 911 723	183 400	1 210 132
Centro-Oeste	267 748	113 436 463	56 190	6 332 720
BRASIL	5 159 851	364 854 421	1 016 775	24 796 570
1985	Total		Terras produtivas não-utilizadas	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Norte	543 713	62 566 719	219 914	4 862 700
Nordeste	2 798 239	92 054 181	549 465	13 031 828
Sudeste	993 978	73 241 423	130 599	1 663 935
Sul	1 198 542	47 940 106	178 835	958 968
Centro-Oeste	267 337	99 122 399	42 957	4 001 709
BRASIL	5 801 809	374 924 929	1 121 770	24 519 143
1995	Total		Terras produtivas não-utilizadas	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Norte	446 175	58 358 880	150 027	3 407 183
Nordeste	2 326 413	78 296 096	439 651	8 624 961
Sudeste	841 661	64 085 893	91 275	1 301 840
Sul	1 003 180	44 360 364	112 275	618 916
Centro-Oeste	242 436	108 510 012	28 556	2 407 185
BRASIL	4 859 865	353 611 246	821 784	16 360 085

Fonte: RODRIGUES; ROLLO, 2000, p. 47.

Quadro 07 — Utilização de terras em Mato Grosso do Sul

Utilização das terras	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Área total (mil ha)	-	28.693	30.744	31.109	30.943
Área explorada/área total (%)	-	91,47	90,32	91,61	94,34
Área trabalhada/área total (%)	-	31,91	46,41	55,55	61,93
Produtivas não utilizadas/área total (%)	-	3,70	2,73	1,88	1,31

Fonte: GUIDOLIN, 2003, p. 08.

Assim é que, numa visão geral em relação a ocupação da terra no Brasil, entre as décadas de 1970 a 1990, pode-se observar que,

Para o total do país, destaca-se, inicialmente, o importante crescimento da participação de proprietários entre as categorias de produtores, relativamente ao número de estabelecimentos agropecuários, entre 1985 e 1995. Tal crescimento ocorreu concomitantemente a uma redução da participação de todas as outras

categorias de produtores no mesmo período. Com efeito, enquanto participação dos proprietários passou de 64,59% em 1985 para 74,17% em 1995, os arrendatários apresentaram redução de 9,91% para 5,52%, os parceiros, de 7,66% para 5,71% e os ocupantes, de 17,83% para 14,60% (RODRIGUES; ROLLO, 2000, p.49).

Os autores acrescentam ainda que,

As regiões que apresentaram os maiores aumentos de participação dos proprietários no número de estabelecimentos agropecuários entre 1985 e 1995 foram o Norte (de 57,70% para 79,87%) e o Centro-Oeste (de 71,88% para 87,50%). Da mesma forma, foram nessas duas regiões que se concentraram as maiores reduções da participação das demais categorias de produtores, com especial destaque para a região Norte, onde a participação de arrendatários passou de 5,12% para 0,69%, a de parceiros, de 3,09% para 1,29% e a de ocupantes, de 34,09% para 18,16% (Idem).

Se na região Centro Oeste os dados apontados pelos autores levam a concluir que houve significativa expulsão de homens e mulheres do campo, Teixeira complementa informando que, nesse período, em Mato Grosso do Sul isso ocorreu atrelado a uma mudança nas relações de produção nos estabelecimentos, uma vez que as forças produtivas foram modificadas, seguindo a lógica da mecanização da agricultura, da pecuária extensiva¹⁵⁰ e da monocultura, colocando para fora arrendatários, posseiros, parceiros e outras pessoas com relações de produção ligadas a fragilidade legal do trabalho na terra pelos que dela dependem, mas não a possuem.

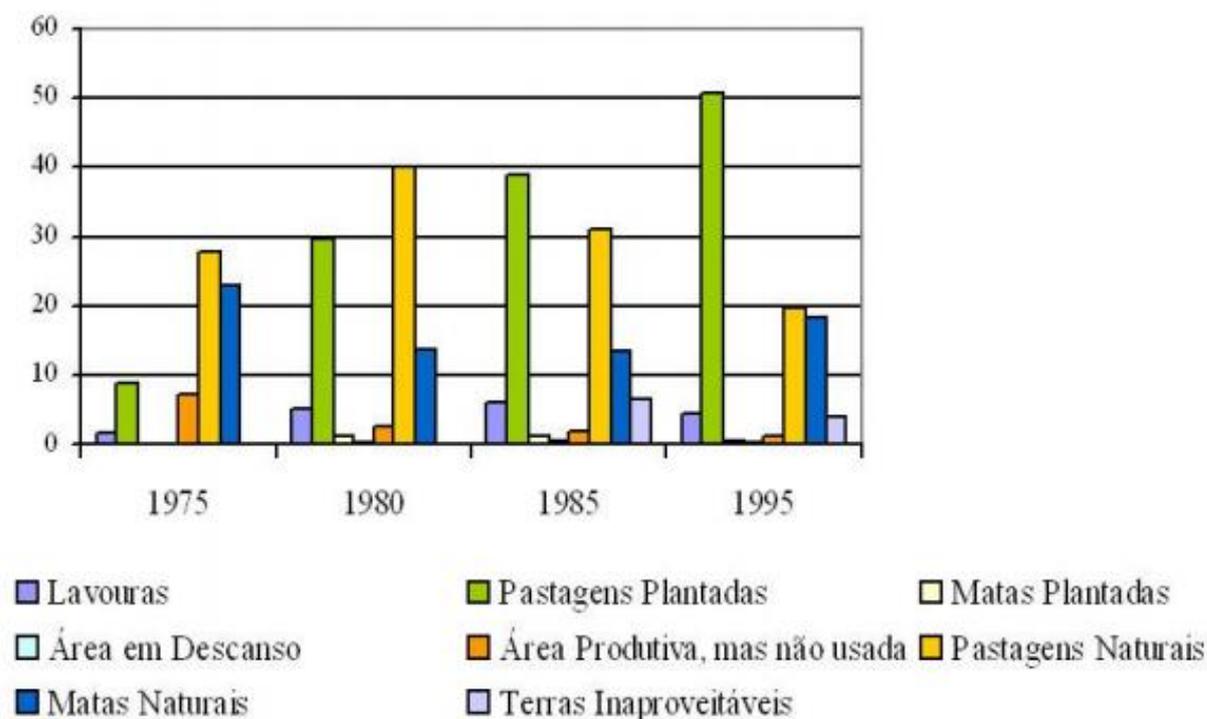
Na sequência o autor considera que

No entanto, a proporção das áreas ocupadas aumentou apenas 6,3 pontos percentuais, passando de 50,1% para 56,4%, pelos dados do IBGE. Esse fato se deu em razão da diminuição no número de estabelecimentos geridos por arrendatários e ocupantes, que caíram, respectivamente, de 23,3% para 6,2% e de 18,2% para 9,2% entre 1975 e 1995 (Teixeira, 2009, p. 8).

Voltamos aos dados apontados por Queiroz, quando demonstrou que, nos anos de 1980, a introdução de tratores em Mato Grosso do Sul, substituiu significativamente as pessoas ocupadas na agropecuária (1998, p. 34). Essa situação está representada no período em discussão pela expansão das lavouras da soja, conforme atesta o gráfico 04, organizado por Teixeira.

¹⁵⁰ Declínio das áreas de pastagens naturais, que deram lugar para as pastagens plantadas, principalmente com a introdução da braquiária no Estado, viabilizando a expansão da pecuária bovina (TEIXEIRA, 2009, p. 10).

Gráfico 04 – Formas de utilização da terra em Mato Grosso do Sul (%)



IBGE – Censos Agropecuários de Mato Grosso do Sul dos anos de 1975, 1980, 1985 e 1995/96. In: TEIXEIRA, 2009, p. 09.

Os dados apontados pelos autores permitem concluir que, no período de 1970 a 1990, houve intensa movimentação de homens e mulheres que, ao perderem seu espaço de trabalho no campo, iam se deslocando para outros locais em fase de expansão, e/ou se uniram a organizações coletivas reivindicando terras. Aliado a isso, outra razão que levou ao deslocamento de homens e mulheres do campo, nesse ínterim, foi a construção de grandes hidrelétricas, tidas como alternativa à produção de energia em larga escala, decorrente do crescimento industrial no Brasil, e para que suas construções fossem possíveis, foram desalojados inúmeros ribeirinhos, forçando a migração para outras regiões, nem sempre adequadas ao modo de vida de tais pessoas¹⁵¹.

Martins ao estudar o período, se refere a política de desenvolvimento agropecuário como fator provocativo do aceleração das transformações no campo, que com a política de incentivos aos grandes proprietários, aprofundou o fosso de desigualdades existente e “Num certo sentido tem promovido o esvaziamento político do campo” (1985, p. 15).

Esse é o movimento no ordenamento de terras que estamos considerando como uma reabertura pontual da fronteira agrícola no ESMT, no período imediatamente anterior a criação do Estado de Mato Grosso do Sul e que permitiu concluir, conforme apontamos no início do capítulo e reforçamos aqui, que essa fronteira agrícola se manteve em um estágio de latência, que em determinados momentos apresentava características de fechamento, e em outros, apontava a presença de movimentos reprimidos, permitindo ou levando a que se expandisse.

¹⁵¹ O PIC Sete Quedas, que será analisado na sequência desse capítulo, pode ser tomado como exemplo dessa situação.

No tempo que antecede essa reabertura da fronteira, há que se considerar que em junho de 1966 foi assinada a Ata do Iguçu, considerada como a primeira manifestação oficial para a construção da hidrelétrica Binacional e em dezembro do mesmo ano foi baixada a Portaria nº 521, que criava o Distrito de Terras do Sul de Mato Grosso, instalado em Campo Grande em janeiro de 1967 e em abril de 1972, por meio do Decreto 70.356.

Nesse interim, foi declarada de interesse social uma área de aproximadamente 90.000 hectares, já incluída anteriormente no Decreto n.º 63.153, de agosto de 1968, situada na faixa de fronteira com o Paraguai, sendo 90% da área localizada no município de Amambai e 10% no município de Iguatemi, como área prioritária para fins de Reforma Agrária¹⁵², formando o PIC Sete Quedas. Foram as forças da fronteira que a mantinham em latência, reabrindo-a.

3.1 Assentamento Sete Quedas: a latência na fronteira do ESMT

A nova movimentação de homens e mulheres do campo, entre as décadas de 1970 e 1980, a que nos referimos no início desse capítulo se deu de forma temporária e/ou esporádica, ocasionada pela desapropriação das margens dos rios para construção de hidrelétricas, visto a demanda por energia representada pela ampliação das indústrias no país. Várias hidrelétricas foram planejadas e executadas na época e para este estudo selecionamos aquelas¹⁵³ que foram ponto de deslocamento de pessoas que vieram para o espaço que estamos tratando, de forma massiva, direcionados ou espontaneamente, fazendo assim com que a fronteira agrícola fosse aberta ou expandida. Constatamos nas nossas pesquisas que, na sua maioria, os deslocamentos se constituíam de ribeirinhos e homens do campo desalojados pelos alagamentos das áreas de reservatórios e a vinda para o ESMT/SMS¹⁵⁴ figurou como solução para o reassentamento dessas pessoas. Com isso, a fronteira que aparentemente encontrava-se fechada, foi reaberta pelo movimento dos grupos organizados coletivamente que se deslocaram em sua direção, como apresentado na sequência desse capítulo.

Consideramos que a construção das hidrelétricas de Passo Real¹⁵⁵, no salto do rio Jacuí, no Rio Grande do Sul (RS) entre os anos de 1962 a 1973 e a Binacional Itaipu, construída no rio Paraná, estado do Paraná (PR) em divisa com o Paraguai (PY) entre os anos de 1973 a 1985 foram propulsoras da vinda de muitas pessoas para o ESMT/SMS, sendo, portanto, necessário analisar os elementos que contribuíram para essa fronteira reabrir. Ressaltamos que as áreas de alagamento que contribuíram para a formação dos reservatórios destas duas hidrelétricas foram respectivamente de 204,22 km² (CEEE, 2008) e 1.350 km² (Eletrobrás, 2014) sendo 780 km² em território brasileiro e 570 km² em território paraguaio (FIORENTIN, 2010, p.18), e esse alargamento de terras colocou

¹⁵² Informações obtidas no Histórico do Projeto Integrado de Colonização Sete Quedas (PICSQ), de 26.04.1977, de autoria de Telmo Marciano Jimenez - Executor Substituto do PICSQ.

¹⁵³ Passo Real – RS (1962-1973) e Binacional Itaipu – PR (1973-1985).

¹⁵⁴ É um tempo no qual optamos por nos referirmos as duas denominações, haja vista que o PIC Sete Quedas recebeu dois fluxos de ribeirinhos deslocados e nesse ínterim Mato Grosso do Sul foi criado.

¹⁵⁵ No nº 17 do jornal *Terragente*: publicação do Grupo de Estudos Agrários – Porto Alegre – RS (maio-junho 82, p.11) consta que após 12 anos ainda restavam em torno de 500 famílias despejadas pelas águas do Passo Real que aguardam realocação.

muitas famílias para fora de seus lugares, impulsionando-as a migrarem, chegando então ao ESMT/SMS.

Como marco inicial para receber a leva de migrantes, decorrente da construção das hidrelétricas citadas, apontamos a criação pelo INCRA do PIC Sete Quedas¹⁵⁶, por meio da portaria número 1.478, de 04 de outubro de 1973 (IBGE, Cidades), em área desapropriada pelo Decreto 70.353, de abril de 1972, com “[...] objetivo de promover a ocupação estratégica da Faixa de Fronteira, aproveitando a potencialidade dos solos, para promoção do desenvolvimento sócio-econômico da região.”¹⁵⁷ Foi o início da reabertura da fronteira no ESMT, configurada na formação do PIC Sete Quedas.

A forma como as terras do PIC Sete Quedas foram desapropriadas seguiu o modelo adotado pelo governo militar pensado para a reforma agrária que tinha por objetivo eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo. Nesse intuito a desapropriação da propriedade ocorria de acordo com o dispositivo constitucional que “[...] por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante pagamento prévio em títulos da dívida pública”.¹⁵⁸ Após o Ato Institucional nº 09, (1969) o “prévio” é retirado do artigo.

Esse dispositivo legal permitiu que os proprietários fossem indenizados ao longo dos anos, após a desapropriação, com títulos da dívida pública. Ressaltamos que além do objetivo oficial há que ser considerada a necessidade de abrir um novo espaço, com capacidade de atender os expropriados das barragens construídas no período e o PIC Sete Quedas foi criado como solução para o reassentamento de parte dos desalojados.

Importante destacar que existiram outros projetos integrados de colonização criados à época, e que possuíam o mesmo objetivo, evidenciados na matéria veiculada no nº 17 do jornal *Terragente*: publicação do Grupo de Estudos Agrários – Porto Alegre – RS (maio-junho 82, p.11, p. 08), por meio do qual a CPT denunciou a situação crítica em que se encontravam as 170 famílias assentadas no Projeto Lucas do Rio Verde, no município de Diamantino – MT, também desalojadas pelo alagamento do Passo Real. Essa publicação lançava um apelo para que as famílias que aguardavam por terras lutassem para obtê-las no Rio Grande do Sul e não se deixassem iludir com as promessas do INCRA e do governo.

Dados obtidos em nossas pesquisas permitiram concluir que o PIC Sete Quedas, desde sua criação, passou a receber famílias desalojadas pela desapropriação das áreas que seriam alagadas com a abertura das comportas, primeiramente de Passo Real e posteriormente de Itaipu, mais especificamente da área da cidade paranaense de São Miguel do Guaçu, que de um total de 122.188 hectares, teve 26.253 hectares comprometidos com a barragem e formação do lago, desalojando

¹⁵⁶ Ah! O nome de Sete Quedas, foi pra modo de comemoração à respeito das Sete Quedas lá do Paraná, porque quem comandaram o assentamento aqui foram o Capitão Freitas e o Capitão Chuchu, então eles por bem, eles mesmos falaram que queriam dar o nome de Sete Quedas, porque tinha visto falar que com o tempo ia desaparecer as Sete Quedas, aí deram o nome de Sete Quedas, pois o dia que desaparecesse, porque represaram a água lá, se um dia desaparecesse mesmo, vai ficar de recordação em respeito as Sete Quedas [...] (Entrevista com Luiz Vieira. In: ROSATI, 2007, p. 54). No ano de 1980 foi criado o município de Sete Quedas.

¹⁵⁷ Informações obtidas no Histórico do Projeto Integrado de Colonização Sete Quedas (PICSQ), de 26.04.1977, de autoria de Telmo Marciano Jimenez - Executor Substituto do PICSQ.

¹⁵⁸ Constituição de 1967.

8.639 pessoas o que representava, à época, 23,71% da população residente no município, tendo sido a cidade mais atingida pelo alagamento (RIBEIRO; CASSULI; FRASSÃO, 2012, p.5-7).

Tendo em vista que a constituição do PIC Sete Quedas é relativamente recente foi possível coletar, por meio de entrevistas e depoimentos, informações de moradores e ex-moradores do local, tanto da área urbana quanto da rural e de pessoas que acompanharam o seu desenvolvimento até o processo de emancipação. Também obtivemos por intermédio de Ursina Peña Delgado, esposa de Antônio Delgado Martinez¹⁵⁹, na edição especial¹⁶⁰ de aniversário de 31 anos de Amambai (1979), uma matéria na qual o desenvolvimento do distrito¹⁶¹ de Sete Quedas é assim descrito:

Seus passos vertiginosos de gigante, no progresso do extremo-sul de Mato Grosso, causam assombros. Tem poucos anos de vida. É o distrito caçula de Amambai. No curto tempo já conta com vida própria. No seu seio começa se desenhar uma nova história (p. 15).

O autor¹⁶² do texto do jornal esclareceu que o Projeto Sete Quedas havia se tornado realidade a partir de um sonho e de ações empreendidas por homens que abraçaram esse sonho, visto que cerca de seis ou sete anos antes a área era uma mata virgem de terras fecundas e o paraíso dos animais silvestres, descritos pelos desbravadores da região.

Sobre memórias¹⁶³ e vivências tomamos em entrevistas específicas para essa tese, os depoimentos de Donevil Alves¹⁶⁴, servidor público aposentado e primeiro prefeito da cidade de Sete Quedas quando o distrito foi emancipado e de Almiro Pinto Sobrinho¹⁶⁵, memorialista,¹⁶⁶ fundador e curador do Museu José Alves Cavalheiro, em Amambai e que no período dos sete anos, entre a criação do PIC Sete Quedas até sua emancipação, ocupou os cargos de vereador e Agente Regional de Educação em Amambai.

Quanto à formação do PIC Sete Quedas, as memórias de Donevil Alves são profícuas visto que o entrevistado acompanhou a trajetória das 370 famílias que formaram inicialmente o PIC Sete Quedas. Atualmente reside em Bela Vista e por ocasião da implantação do PIC trabalhava como guarda fiscal do estado de Mato Grosso, cargo que após a criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1979 foi transformado para agente tributário estadual.

Sobre sua vivência no PIC Sete Quedas, Donevil Alves lembra que “Quando o INCRA entrou, derrubou tudo, veja como que era não tinha esse problema de meio ambiente, ficou só a

¹⁵⁹ Nascido no PY (1925-2000), jornalista e professor, veio para Amambai em 1960. O jornal *A notícia* publicou cinco edições especiais, (1973, 1975, 1976, 1979 e 1980) alusivas aos aniversários de emancipação do município. Os cadernos eram distribuídos gratuitamente e continham os fatos políticos e sociais mais marcantes de cada período (SOBRINHO, 2009, p. 225). Atualmente o acervo se encontra sob a guarda de Ursina Peña Delgado.

¹⁶⁰ Publicação anual do jornal *A Notícia*, de Amambai, fundado em 1971, registrado de acordo com a Lei n.º 5260 de 1967. Em 1983 foi vendido a Eraldo Rodrigues Maciel e circulou até 1985 (SOBRINHO, 2009, p. 225).

¹⁶¹ Lei n.º 3.765, de 10.06.1976. Publicada no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul, s/n.º, p. 4.

¹⁶² As edições especiais publicadas todos os anos, por meio do periódico, eram de autoria de vários colaboradores, todos voluntários selecionados para escrever sobre os temas propostos, portanto não há a indicação de quem escreveu sobre Sete Quedas.

¹⁶³ Para a reconstituição das memórias dos moradores utilizamos o trabalho monográfico de Bianca Juliana Rosati, egressa do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no ano de 2007, no qual analisa especificamente a criação da cidade de Sete Quedas.

¹⁶⁴ Entrevista filmada pela pesquisadora em 30.06.2014.

¹⁶⁵ Entrevista escrita, feita pela pesquisadora, em 29.09.2014.

¹⁶⁶ Autor de *Amambai: memórias e histórias de nossa gente*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

terra” (30.06.2014) Para ele o interesse dos que chegavam para receber a terra era exatamente a produção e sobre isso ele afirma que a terra produziu muito, só que por pouco tempo. Após os primeiros anos os colonos começaram a vender as colônias que foram retornando a formação das pastagens e os próprios fazendeiros que tinham tido suas terras desapropriadas as compraram de novo, “[...] fazenda que tá lá novamente, foi desapropriada a área dele e ele comprou dos colonos, tá lá novamente...” (Idem).

A conclusão de Donevil Alves é

Eu cheguei em 1974 e em 1975 a colônia tava bonita demais, tudo plantado e produzindo, eu saí de lá em 1983 e já tinha pouco colono... Nessa época surgiu uma febre de terras muito boas no Mato Grosso, que começava a desenvolver e atrás do melhor começaram a vender aqui e foram pra lá... (Entrevista: Amambai/MS, 2014).

Donevil Alves relatou que entre os motivos que levaram a saída dos colonos do PIC Sete Quedas, o mais recorrente foi a adaptação, considerando que os ribeirinhos, embora acostumados na lida com a terra, traziam sonhos de crescimento rápido, condição que não encontraram numa terra que embora apta à agricultura, precisava ser desmatada, tombada e destocada para posteriormente ser plantada. Nas suas lembranças os que saíram iam também embalados pela propaganda de abertura de grandes extensões de terras nas cidades de Mato Grosso, como Sinop e Alta Floresta.

Almiro Pinto Sobrinho lembra que a região era conhecida como uma mata inexplorada, de difícil acesso e que embora constituísse parte do território geográfico de Amambai era pouco conhecida pelos amambaienses, a área era ocupada por grandes fazendas, cujos proprietários, na sua maioria eram de outras regiões, grande parte do Paraná.

Em seu depoimento, afirmou que quando foi estipulada a área para desapropriação do PIC Sete Quedas a decisão veio pronta do governo federal, não houve discussão local entre os legisladores municipais e estaduais para essa demarcação e/ou desmembramento da área geográfica de Amambai. Rememora a formação de uma grande erosão na área urbana que preocupou muito as autoridades na época e, na condição de vereador, acompanhou vários emissários do governo federal para estudo de contenção do processo erosivo que causou desabamentos com destruição de residências erguidas no local.

A existência desta erosão consta no texto da Lei n.º 936/80, de 27 de junho de 1980, que dispõe sobre a criação do perímetro urbano do Distrito de Sete Quedas, no item descrição “O Distrito de Sete Quedas, apresenta configuração irregular, sua topografia é variável, formando um talvegue no sentido norte e sul, onde começam os avanços das erosões na área urbana.” Esse dado reforça a fala de Donevil Alves quando diz que toda a mata era derrubada sem nenhum estudo de impacto, por ser desnecessário naquele período.

A figura 09 retrata a representação do município de Amambai, no ano de 1976, em que o PIC Sete Quedas ainda não havia sido emancipado e nela podemos observar que sua porção sul e sudeste faz fronteira com o Paraguai, uma área que na época era inexplorada e preservada, na qual foi preciso fazer todo o trabalho de desmatamento e destoca para se tornar agricultável. Donevil Alves diz que as fazendas situadas na área, nos anos da instalação do PIC Sete Quedas, eram de criação

ordenamento das décadas de 1940 quando as terras do ESMT foram distribuídas à colonização oficial e particular com o cunho de esvaziar áreas de tensões sociais em ocorrência no nordeste e centro sul do Brasil,

[...] daí por bem, eles... o Incra fizeram três propostas: se quisesse receber dinheiro , recebia em dinheiro e ficava lá, comprava terra lá e o dinheiro que dava lá era muito menos ... desfavorável para ficar lá porque comprava terra pouca, lá terra é mais cara e comprava pouca terra; e dava terra lá né. Quem não quisesse terra lá davam disposição pra escoie terra aqui no Mato Grosso do Sul, aqui dava uma área mais grande, área de 34/36 hectare, então varia, pessoas pegou o dinheiro e ficou lá, outras pegou terra aqui, resorveru pega aqui área mais grande, e nós fomos uns que resorvemos pega aqui¹⁶⁷

A barragem a qual o entrevistado se referiu é a Passo Real que desalojou ribeirinhos de Ronda Alta, Passo Fundo, Rondinha, Linha Trindade, Liberato Salzano, Três Palmeiras e Erechim, no Rio Grande do Sul e que, conforme o relato estendeu a desapropriação por um trecho muito grande e sem perspectivas de obtenção de terras com preço equivalente ao pago pela desapropriação, na mesma região.

As análises de Rosati nos levaram a entender os transtornos enfrentados pela população que vivia nesses espaços e que neles haviam construído uma trajetória de luta e sobrevivência e que, ao serem expulsos, os levou, obrigatoriamente, a se movimentarem em direção aos lugares que lhes eram dados como alternativa para viverem. Um dos depoentes de Rosati diz que os serviços da barragem começaram já no ano de 1968 e conseqüentemente logo começaram os alagamentos a partir dos quais as inscrições para o deslocamento começaram a ser feitas, mas o corte dos lotes nos locais determinados para o assentamento desses ribeirinhos não tinha a mesma agilidade.

Segundo consta, em suas pesquisas, a permanência desses colonos no PIC Sete Quedas, não foi de grande duração, muitos não chegaram a permanecer na terra mais que dois anos, outros ficaram um período maior, mas até o ano de 1980 várias famílias tinham vendido suas pequenas propriedades em busca de novos horizontes, de terras em regiões de desbravamento, com menores valores, de forma que pudessem comprar uma extensão maior,

[...] acredito que não tenha 10% dos colonos que foram assentados na época, que estão assentados em cima da terra hoje. As pessoas venderam e foram para outros lugares, pro norte [...] o valor da terra valorizou muito e as pessoas procurou novos horizontes, por exemplo: vendeu aqui por 10 o alqueire e comprou no norte por 02 o alqueire, então sobrou muito dinheiro, comprou mais terra e ainda sobrou dinheiro, na época a mentalidade era essa [...]¹⁶⁸

Em nossos estudos constatamos que o ponto de partida que determinou o deslocamento das pessoas atingidas pela construção da hidrelétrica de Itaipu ocorreu no ano de 1973, com a assinatura do Tratado de Itaipu e que, até a abertura das comportas em 1985, expropriou aproximadamente 43 mil pessoas, entre proprietários de terras, posseiros, arrendatários e índios guaranis, entre os quais 38 mil eram residentes em propriedades agrícolas familiares, muitos dos quais foram deslocados para o PIC Sete Quedas (FIORENTIN, 2010, p. 20).

¹⁶⁷ Luiz Vieira, Sete Quedas, 10.06.2007, In: ROSATI, 2007, p. 30.

¹⁶⁸ Dirson Aparecido Guilhen, Sete Quedas, 01.05.2007. In: ROSATI, 2007, p. 44.

É certo que durante a fase de colonização houve intensa movimentação que também trouxe para o PIC Sete Quedas pessoas que não tinham interesse em se fixar como agricultores e que se estabeleceram no comércio e em madeireiras. No local existia um núcleo urbano se formando e o desmatamento propiciava a entrada de serrarias e impulsionava a procura por serviços diversos que evitavam o deslocamento dos parceleiros, difícil à época, em busca de mantimentos e outros materiais que necessitavam para se manterem no local.

Almiro Pinto Sobrinho contou que, nos anos em que foi Agente de Educação em Amambai, por várias vezes se deslocou até o PIC Sete Quedas para, junto com representantes federais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), vistoriar a construção de escolas no local e reitera as extremas dificuldades no percurso devido as condições precárias das estradas vicinais.

Para o PIC Sete Quedas, pelo que pudemos apurar das falas dos nossos entrevistados e dos depoentes de Rosati, vieram pessoas de diversas partes do sul do país que ao tomarem conhecimento da distribuição dos lotes, se deslocavam em busca de trabalho nas fazendas de gado que circundavam o assentamento. Foram citadas, como pontos de origem desse deslocamento, várias cidades, entre elas destacam-se Guaíra, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Coronel Vivida e Maringá todas do Paraná. As informações também mostraram que nem todos que vieram, tinham o propósito de trabalhar a terra, alguns requeriam a terra, construíam e revendiam, numa forma de especulação.

Sobre as condições que esses colonos tinham para produzir é importante salientar que os lotes foram cortados na forma de módulos agrícolas e pecuários, além da área reservada para o núcleo urbano. Donevil Alves informou que os lotes para a prática da agricultura e da pecuária eram destinados, na sua maioria, para os desalojados pelas barragens. Quando destinados para agricultura tinham aproximadamente 30 a 40 hectares, já os reservados a pecuária, eram de terras consideradas mais fracas, com aproximadamente 100 hectares.

A garantia de posse da terra era dada pelo INCRA na forma de um documento provisório, uma Autorização para Colonização que comprovava que o seu portador não era invasor, segundo relato dos antigos parceleiros que ainda residem em Sete Quedas. Mais tarde recebiam a Carta de Anuência e/ou Termo Provisório de Ocupação¹⁶⁹ no qual constava o número da parcela e as obrigações inerentes à ocupação do lote, entre as quais ressaltamos as alíneas,

b) cultivar a parcela com sua família; g) não ceder, arrendar, hipotecar ou alienar de qualquer forma a parcela, antes de decorridos 5 anos do registro em cartório do Título Definitivo de Domínio, salvo se houver prévia anuência do INCRA, ressalvadas as operações de crédito garantidas por penhor agrícola de culturas, bens imóveis ou semoventes; h) pagar pontualmente as prestações estipuladas no contrato; j) não mudar a destinação do imóvel, salvo se houver perdido sua condição de exploração agrícola, à juízo do INCRA; e para finalizar l) não se tornar elemento de perturbação, por má conduta ou inadaptação à vida comunitária.

Analisando as obrigações expressas no documento podemos observar que toda e qualquer mudança na destinação do lote deveria passar pela anuência do INCRA, tanto no que tange a venda do lote para sair em busca de novas terras, quanto para conseguir financiamento que possibilitasse a

¹⁶⁹ Anexo 04.

produção. Desta forma podemos constatar que todas as ocorrências constatadas no PIC Sete Quedas foram acompanhadas pelo órgão, visto que por meio da análise dos documentos e impressos de comunicação local, o executor do INCRA, Fernando Chuchu Monteiro, Capitão Chuchu, e seu assistente Dirson Aparecido Guilhen¹⁷⁰, estiveram presentes no local até 1981, destacando que o PIC Sete Quedas se tornou distrito em 1976 e foi elevado a município em 1980.

O título definitivo¹⁷¹ trazia no preâmbulo que estava condicionado, ou seja a terra, no caso específico constituída por uma área de 43.7802 hectares, estava alienada ao agricultor conforme disposto no artigo 25¹⁷² da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, e no Decreto 68.153, de 1º de fevereiro de 1971, que aprovou o regulamento do INCRA.

Na Cláusula Primeira, era feita uma descrição geral da área e indicado o INCRA como “[...] senhor e legítimo possuidor.” Na Cláusula Segunda era determinado o preço do lote e a forma de pagamento, que deveria ser feita em seis prestações anuais e sucessivas, já inclusos os juros de 6% a.a., nos dois parágrafos dessa cláusula, era informado o preço da terra nua e os juros de mora de 12% a.a. que incidiriam em caso de atraso superior a 30 dias de pagamento, num máximo de 60 dias de tolerância, sobre cada prestação vencida.

Nas Cláusulas Terceira, Quarta e Quinta, respectivamente, ficavam estabelecidas as obrigações de dar cumprimento às exigências e a proibição de alienar a terra, sem a prévia anuência do INCRA sob pena de nulidade absoluta, autorização da constituição de hipoteca em garantia de financiamentos concedidos por entidades oficiais de crédito, desde que voltadas para melhoria e/ou exploração da área. Havia carência de três anos a contar da data da assinatura do documento e as sanções, em caso do não cumprimento dos dispositivos, autorizava a adjudicação do imóvel pelo INCRA. Elegia o foro de Brasília para dirimir quaisquer questões que resultassem do documento. Acompanhava o Memorial Descritivo que detalhava a área, traçando suas confrontações.

Importante salientar que a expedição do Título Definitivo estava condicionada aos pagamentos das prestações para os parceiros que não vieram pelo convênio INCRA/ELETROSUL.

¹⁷⁰ Morador atual de Sete Quedas, entrevistado por ROSATI, 2007.

¹⁷¹ Obtivemos acesso, via Cartório de Registros de Sete Quedas ao Título Definitivo e Memorial Descritivo de Nelson Oliveira da Rosa. Anexo 05.

¹⁷² Art. 25. As terras adquiridas pelo Poder Público, nos termos desta Lei, deverão ser vendidas, atendidas as condições de maioria, sanidade e de bons antecedentes, ou de reabilitação, de acordo com a seguinte ordem de preferência:

I - ao proprietário do imóvel desapropriado, desde que venha a explorar a parcela, diretamente ou por intermédio de sua família;

II - aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

III - aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar da região;

IV - aos agricultores cujas propriedades sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

V - aos tecnicamente habilitados na forma da legislação em vigor, ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas.

§ 1º Na ordem de preferência de que trata este artigo, terão prioridade os chefes de família numerosas cujos membros se proponham a exercer atividade agrícola na área a ser distribuída.

§ 2º Só poderão adquirir lotes os trabalhadores sem terra, salvo as exceções previstas nesta Lei.

§ 3º Não poderá ser beneficiário da distribuição de terras a que se refere este artigo o proprietário rural, salvo nos casos dos incisos I, III e IV, nem quem exerça função pública, autárquica ou em órgão paraestatal, ou se ache investido de atribuições parafiscais.

§ 4º Sob pena de nulidade, qualquer alienação ou concessão de terras públicas, nas regiões prioritárias, definidas na forma do artigo 43, será precedida de consulta ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que se pronunciará obrigatoriamente no prazo de sessenta dias.

Analisando os dois termos, o provisório e o definitivo, observamos que havia restrições expressas para a venda dos lotes o que não impediu que muitos o fizessem e pudemos inferir que a maioria não vendeu o lote e sim as benfeitorias edificadas nas terras. Outro fator relevante para nossa análise é a questão dos financiamentos e mais uma vez buscamos nas memórias dos entrevistados a forma de operacionalização desse crédito e os pagamentos devidos. Segundo consta havia os financiamentos de custeio a que todo parceleiro tinha direito e que eram garantidos pelo INCRA à instituição financeira. Os pagamentos das parcelas referentes a esse financiamento também era critério para emissão do documento de posse dos lotes.

Sete Quedas foi emancipada¹⁷³ em 12 de maio de 1980, naquela data o Distrito de Sete Quedas foi desmembrado da área de Amambai e Mundo Novo, passando a município de Mato Grosso do Sul.

No contexto de independência política, nos anos subsequentes a cidade de Sete Quedas passou por um declínio populacional considerável. Poucos colonos permaneceram na terra, principalmente devido à falta de políticas concretas para a Reforma Agrária¹⁷⁴ no âmbito dos atingidos pelas barragens hidrelétricas. Donevil Alves afirma que

Hoje só tem boi, produção muito pouco, é assim Sete Quedas, e a terra continua de primeira, mas tá cheio de colônião, de grama. A maioria dos fazendeiros são os mesmos que venderam pra implantar a colônia, poucos são de fora...
Faz tempinho que estive em Sete Quedas e tive conversando com uns amigos que me disseram que tem poucos colonos, umas vinte a trinta famílias. Tem comerciante que era da época (da implantação) e continua lá, uns morreram e ficam os filhos e o comércio continua.

A criação e implantação do PIC Sete Quedas, que evidenciou um novo movimento de abertura da fronteira agrícola no ESMT/SMS, latente desde a expansão ocorrida com a mecanização da agricultura, foi contraditória no sentido de não ter garantido a permanência dos trabalhadores despojados de suas terras quando da construção das barragens que os deslocou para lá. Assim uma área que havia sido planejada para a produção agrícola deixou de cumprir sua tarefa pela ausência de políticas públicas voltadas a terra, anteriores à Reforma Agrária, que eram obrigações inerentes à política de colonização, mas que não foram cumpridas e o acesso a terra não trouxe a garantia de sobrevivência aos homens e mulheres do campo nesse local.

No período de criação e implantação do PIC Sete Quedas, a Igreja Católica, que na década de 1970, por meio da Teologia da Libertação valorizou “[...] o compromisso com a realidade histórica presente em que a Igreja exerce sua missão” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 32) deu apoio e incentivo aos necessitados, participando diretamente nas manifestações que grassavam pelo país, prestando assistência e dando formação para o fortalecimento das organizações coletivas, exercendo um papel fundamental para o avanço e disseminação das discussões sobre a questão agrária.

Por meio do estudo da atuação da Igreja podemos refletir sobre o papel desempenhado pelas instituições que participaram diretamente na organização coletiva e por meio das quais

¹⁷³ Lei n.º 73, de 12 de maio de 1980. Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, n.º 337, p.1.

¹⁷⁴ Embora o INCRA tenha sido criado em 1970, a RA só começou a ser efetivada a partir do I PNRA (1985) e em Mato Grosso do Sul a partir do Plano Regional de Reforma Agrária (1986).

fortaleceram as decisões que levaram à proposta de reforma agrária, exposta anos após a formação do PIC Sete Quedas, no I PNRA, em 1985.

3.2 A Igreja Católica e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Mato Grosso do Sul

Toda discussão/reflexão sobre formação dos movimentos sociais reivindicatórios de mudança na estrutura fundiária brasileira passam, necessariamente, pela percepção da condição a qual vem sendo relegada a categoria representativa de homens, mulheres e crianças que lidam no campo. É uma população significativa prejudicada, à temporalmente, pela manutenção das dificuldades passadas e presentes, ao acesso a terra. Desse entendimento partilha Mitidiero Júnior ao afirmar que,

[...] o estatuto social da concentração ilimitada de terras em forma de propriedade privada legítima (garantida pelas leis) ou ilegítima (que burlam as leis) é uma característica essencial na formação social e territorial do Brasil. Ou seja, concentrar terra nas mãos de poucas pessoas adquiriu a característica de ser um estatuto social porque é garantido historicamente pelas instituições e pela sociedade civil. Isto significa afirmar que a desigualdade no acesso à terra – bem supremo e fonte de alimentação das sociedades – é um predicado elementar na construção e desenvolvimento deste país (2011, p.2).

Na luta para efetivar mudanças que minimizasse a situação de desigualdade existente no Brasil é possível afirmar que a Doutrina Social¹⁷⁵ da Igreja Católica foi altamente influenciadora, nos aspectos sociais e políticos, da reforma agrária, legitimada no princípio da função social da terra, presente na Constituição de 1946¹⁷⁶. A Igreja foi atuante no campo, enquanto Instituição¹⁷⁷ e Pastoral¹⁷⁸, como assinala Martins, quando diz que durante o período imediatamente posterior ao golpe militar “Há um primeiro momento de expectativa, de apoio da Igreja ao Estado, de coincidência de concepções e de posições” (1985a, p. 111).

Ocorre que após a instalação do regime militar houve uma exacerbação nas ações de repressão empreendidas pelo governo em relação aos camponeses, o que fez surgir o segundo momento, o qual, retomando as considerações de Martins “[...] é de conflito cada vez mais agudo, de dificuldades e de tensões muito graves nas relações entre Igreja e Estado, tendo como centro o problema da terra, suas variações e conseqüências” (Idem, p.111).

Nesse ínterim, surgiu, segundo Scherer-Warren, um movimento no interior da Igreja que apresentava como um dos seus aspectos mais relevantes “[...] ser relacionado com à criação e desenvolvimento da Teologia da Libertação que é a vida da própria Igreja” ao reconhecer, por meio do Documento do Conselho do Vaticano II (1960), “[...] a validade dos valores temporais, das experiências da vida diária e da mudança. Isso ocasiona uma reorientação básica ao ativismo católico” (2005, p. 34).

¹⁷⁵ A partir do Concílio Vaticano II (1965), a justiça social é enfocada como importante tarefa para a Igreja e a questão agrária toma corpo dada a participação massiva dos bispos latino americanos.

¹⁷⁶ A Constituição de 1946 condiciona o exercício do direito de propriedade ao bem-estar social, vinculando a justa distribuição de terras (art. 147).

¹⁷⁷ Enquanto Instituição, no Brasil, esteve presente, desde o período colonial, ao lado das elites agrárias.

¹⁷⁸ Enquanto Pastoral atua junto aos camponeses e trabalhadores urbanos.

Nesse contexto a atuação da Igreja se tornou mais efetiva a partir dos anos 1950-1960, com fundação de uma conferência nacional de bispos - CNBB, em 1952 e após 1975 com a criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT,

Os movimentos que se formaram com fundamento em uma série de reivindicações referentes aos problemas que envolviam os camponeses tiveram e têm, durante os seus processos de formação e desenvolvimento, o apoio efetivo e, quando não, o patrocínio direto de um segmento específico da Igreja brasileira e mundial à articulação de grupos sociais contestadores. São clérigos e agentes pastorais que enxergaram no Evangelho um projeto ou um sinal revolucionário das condições sociais existentes. Essa forma de ver a doutrina cristã culminou na proposição de uma nova interpretação da fé que ficou notadamente conhecida como Teologia da Libertação e, principalmente, que gerou uma série de ações (MITIDIERO JÚNIOR, 2011, p. 3).

Assim, a importância da Igreja no avanço das garantias aos trabalhadores do campo foi vital no período do governo militar (1964-1984) e a participação ativa de seus membros teve extrema relevância, ressaltando que a sua atuação resultou em atitudes de repressão por parte do regime, conforme atestadas por Martins “Até 1976, sobretudo entre 1968 e 1973, há prisões de bispos, padres e até agentes de pastoral” (1985a, p. 118). Essa situação, que em um primeiro momento foi pontual, se intensificou e teve a intervenção institucional com a produção de “[...] documentos, que são praticamente tomadas de posição e que expõem a preocupação da Igreja com a imensa miséria que assolava o campo brasileiro” (Idem, p. 119).

Martins faz reflexões sobre o papel da CPT, que foi muito além de proteger os camponeses, atuando diretamente na divulgação dos fatos ligados a repressão do regime militar num período em que os jornais eram censurados e não podiam noticiar a violência que grassava nas regiões de ocupação de terras, principalmente na Amazônia Legal onde, segundo o autor, havia um “[...] ingrediente adicional: a descarada omissão das autoridades em casos de flagrante violação da lei, nos casos de grilagem, invasão de domicílios, torturas, assassinatos” (1985, p. 92).

Desta forma “A Igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva da *acumulação*, mas na perspectiva da *distribuição*” (Martins, 1985a, p. 118) e passou a mobilizar a população, não apenas a do campo, mas também a urbana que vivia em condições de miséria e assim fez surgir novas perspectivas de luta nas quais houve a possibilidade de organização dessas populações que se uniram e se comprometeram com a luta pela terra contando com o apoio da Igreja, por meio de suas pastorais. Nesse sentido o autor atesta que “Foi nessa situação que a revolta das formigas tornou-se importante, fundamental” (1985, p. 94).

Sobre a formação das pastorais foi preciso abrir um espaço dentro da organização da Igreja enquanto Instituição e refletir sobre a sua formação. Poletto¹⁷⁹ apresenta a seguinte assertiva “É importante ressaltar, desde logo, que a Pastoral da Terra, e a serviço dela a Comissão Pastoral da Terra, nasceu, cresceu e está vivendo sob o signo da contradição.” (1985a, p. 129). No transcorrer de sua argumentação o autor esclarece que a CPT enfrentou dificuldades externas e internas, justamente pelo seu papel político frente ao posicionamento assumido em relação aos camponeses e demais desvalidos dentro a população visto que ela é enquanto organismo pastoral “[...] uma

¹⁷⁹ Ivo Poletto é sociólogo e na época secretariava a CPT nacional.

realidade social, e o pessoal que nela atua deve ler a realidade com uma avaliação política e teológica” (Idem, p. 130).

Sob a articulação da CPT, formou-se uma rede¹⁸⁰, a partir da necessidade de espriar as ideias que surgiram nos encontros de bispos pelo Brasil afora e a deliberação de enfrentamento das inúmeras dificuldades, dada a extensão do território brasileiro e à repressão do governo federal, violenta e aberta e que impedia/obstaculizava a publicação e divulgação dos documentos¹⁸¹ produzidos pela Igreja com propósito de minimizar a pauperização da população brasileira, entre elas a do campo. “A CPT surge como um organismo pastoral a serviço da causa dos camponeses” (MARTINS, 1985a, p. 134) e colocava-se a serviço da causa, especificamente a dos trabalhadores rurais.¹⁸²

Em outro artigo publicado em comemoração aos dez anos da CPT, Poletto afirma que “[...] cabe à CPT contribuir para que os camponeses e trabalhadores rurais construam suas próprias organizações, sem dependências e tutelas de quem quer que seja” (1985, p. 55).

Temos também em Schwengber informações que levam a inferir que os fundamentos ideológicos nos quais se baseou a Igreja, no final do período do regime militar, foi a Teologia da Libertação¹⁸³, cujos seguidores retomaram as origens do cristianismo, visto pelo prisma libertador e passaram a exercer o papel da instituição pensada e criada para atender aos desvalidos e assim alguns religiosos¹⁸⁴, “[...] comprometidos com a caminhada do povo simples e lutador, elaboraram uma doutrina[...]” que tinha por objetivo levantar os ânimos daqueles que se encontravam em condições ínfimas de sobrevivência e por meio desta doutrina enfrentarem a luta por melhores condições de vida e de trabalho, sempre “[...] de forma ordenada e profunda[...]”, assumindo postura “[...] político e social, no campo e na cidade” (2008, p. 66-67).

Por meio dessa nova visão de setores da instituição e de seus seguidores progressistas houve o enfrentamento direto da Igreja ao regime militar, por meio de denúncias e ações voltadas ao preparo de líderes¹⁸⁵ no campo e cidade, iniciando o trabalho de organização de movimentos sociais¹⁸⁶ reivindicatórios, envolvendo os trabalhadores rurais e orientando-os em relação à criação e/ou revitalização dos sindicatos que, por sua vez, se fortaleceram, no meio rural, na capacidade de combate às repressões advindas do governo, tanto federal quanto estaduais.

¹⁸⁰ “[...] as redes [...] percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania” (SCHERER-WARREN, 2006, p.3).

¹⁸¹ Em referência aos três documentos preparados pela CNBB sobre a questão agrária: A Igreja e a reforma agrária (1954); A Igreja e a situação do meio rural brasileiro (1961) e a Mensagem da Comissão Central (1963) (CARVALHO, 1985, p.87).

¹⁸² Segundo Palmeira o termo “camponês” foi censurado pelo governo, razão pela qual o movimento sindical dos trabalhadores rurais adotou “trabalhador rural” como termo designativo aos trabalhadores do campo, usando-o “[...] para unir todos os que vivem do trabalho da terra (1989, p. 103).

¹⁸³ Coelho explica que essa prática “[...] não foi pensada por acaso, mas sim para tentar processar um novo olhar sobre as questões sociais e políticas por meio dos Evangelhos” (2010, p. 52).

¹⁸⁴ Nominados *progressistas*.

¹⁸⁵ Importante ressaltar o papel educativo das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e das CPTs.

¹⁸⁶ Pensando movimentos sociais pelo viés de Gohn, como [...] ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas de população se organizar e expressar suas demandas. (2003, p. 13). Complementada por Scherer-Warren, “[...] são redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social” (2008, p.3).

Nesse tempo com a divulgação das notícias sobre a injustiça e violência no campo sob censura, a estratégia adotada pela CPT foi fundamental para conscientizar os camponeses e os defensores da reforma agrária ao tempo em que burlava os censores,

As formigas também resolveram morder o pé da censura: as notícias não saíam nos jornais na proporção real dos conflitos por que a censura não deixava, mas saíam no Boletim da CPT e nos muitos pequenos boletins locais que começavam a surgir. A CPT, com seu trabalho de divulgação, reforçou o trabalho da CONTAG, que desenvolveu uma paciente atividade de denúncia de cada conflito, mandando para os jornais detalhes sobre o que acontecia no campo. Uma parte importante do noticiário publicado sobre a luta pela terra foi produzida pela CPT. Com isso, criava fora, mas também dentro da Igreja, a consciência da questão agrária, das injustiças e violências no campo (MARTINS, 1985, p. 95).

Desta forma “A CPT contribuiu para colocar a questão da terra, com toda a sua força política, não somente no âmbito da Igreja, mas, sobretudo, no cenário político brasileiro” (PERONI, 1985, p. 69) e assim a causa dos camponeses passou a fazer parte das discussões do cotidiano brasileiro, formando opiniões favoráveis e desfavoráveis e gozando de razoável visibilidade.

Por todo o exposto depreende-se que o papel da Igreja, por meio das Pastorais Populares das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁸⁷ e das CPTs, na solidificação dos movimentos sociais na cidade, e aqui visto principalmente em relação ao campo, foi preponderante para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que segundo Coelho “[...] foram presenças marcantes nas lutas no campo [...]” (2010, p. 82), com contribuições significativas para a organização civil popular do MST fundado na região sul do Brasil, como resultado do objetivo político pedagógico da atuação educativa e conscientizadora, exercida pela CPT. O MST é considerado como o movimento social mais relevante na luta pela terra, desde a década de 1980 até a atualidade.

No entanto, é preciso salientar que ao final da década de 1980, parte das lideranças da CPT criaram uma nova organização coletiva, MST, desligando-se da CPT e estabelecendo um enfrentamento com o poder público mais efetivo em relação à ocupação de áreas destinadas a implantação de assentamentos. Com isso, na década de 1990, a CPT, como nos mostra Farias, intensificou mais suas ações junto às famílias que já se encontravam assentadas, preocupando-se com a organização dos assentamentos já implantados. Com isso, o MST assume a frente de luta por novas áreas (2006, p. 88).

Sobre a questão, Farias esclarece que novos direcionamentos são tomados pelas duas organizações e, assim, “[...] o MST passa a liderar mais a luta pela terra, procurando adaptar essa metodologia” (2006, p.89) passando a se envolver cada vez mais com a liderança das ocupações e com a formação de novos acampamentos.

A CPT, em Mato Grosso do Sul foi criada em 1978, na Diocese de Dourados e posteriormente se expandiu para outras cidades (FARIAS, 2006, p. 81) No trabalho de pesquisa “Lutas dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992): a participação da Comissão

¹⁸⁷“Na perspectiva de Igreja-Povo são comunidades de fé. Reunião de pessoas que têm a mesma crença. Há diferenças em termos de pontos de partida e em termos de maneira como veiculam a identidade político-religiosa através da qual se apresentam ao público” (NOVAES, 1985, p.232-233).

Pastoral da Terra¹⁸⁸ (1994) é feito um histórico abrangente sobre a atuação da CPT em Mato Grosso do Sul, a partir de registros documentais contidos nos livros de Atas, pelas quais foram identificadas as linhas de atuação priorizadas junto aos trabalhadores rurais.

Assim, verificamos que a atuação da CPT em Mato Grosso do Sul teve a mesma diretriz do restante dos estados, se balizado no apoio aos homens e mulheres do campo para que se organizassem na *luta pela terra* e posteriormente na *luta na terra*, da mesma forma que ocorreu nos demais espaços nos quais a CPT se movimentou e continua se movimentando na atualidade.

Sua ação esteve pautada na concentração da terra no período imediatamente anterior a sua criação em Mato Grosso do Sul. Os dados apresentados no trabalho apontam uma situação de enorme concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, semelhante aos quadros presentes nos demais estados da federação, conforme nos possibilita à análise no quadro 08, na qual se pode constatar que houve diminuição de 4.915 propriedades, sendo que a mais significativa ocorreu nos imóveis de até 100 ha e a ampliação da área de posse das grandes propriedades em 6.449,001 ha ocorreu nos imóveis com mais de 1.001 ha.

Quadro 08- Distribuição fundiária de Mato Grosso do Sul (1975-1978)

		1975		1978	
ÁREA		IMÓVEIS	ÁREA (ha)	IMÓVEIS	ÁREA(ha)
Até 100 ha		43.113	748.599	33.606	948.743
101 a 1000	Há	9.735	3.549.308	12.909	4.880.015
1.001 a	10.000 ha	4.491	12.964.321	5.867	16.800.440
Mais de	10.000 ha	528	11.122.743	579	16.204.784
TOTAIS		57.876	28.384.971	52.961	34.204.784

Fonte: INCRA/MS (Levantamento fundiário realizado pela CPT/MS em dezembro de 1980).

É nesse cenário que, após a reunião realizada em Itaiçi (GO), durante a XIV Assembleia Geral da CNBB, de 19 a 22 de junho de 1975, que contou com [...] a participação de 67 pessoas, representando 26 regiões eclesiais e como fruto deste encontro nasce a CPT Nacional ligada a Linha Missionária da CNBB” (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994, p.9), a CPT passou a ser organizada.

Na continuidade das ações que levaram a expansão e a solidariedade para com os homens e mulheres do campo de Mato Grosso do Sul, foram feitos contatos com agentes do regional Extremo Oeste e começaram a serem articulados encontros preparatórios para a criação da CPT/MS.

As reuniões foram acontecendo, os lavradores e agentes de pastoral vão se encontrando, como fruto dessa caminhada, acontece o I Encontro da CPT de 21 à 23/04/78, em Glória de Dourados, com o objetivo de trocar experiências, conhecer a

¹⁸⁸ Resultado de projeto de pesquisa realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no período de 1992 a 1994, coordenado pelo professor Jesus Eurico Miranda Regina, com participação dos agentes da CPT Mieczslau Kudlavicz e Sebastiana Almire de Jesus. (1994, p. 5)

realidade e traçar objetivos comuns para a luta pela conquista e permanência na terra (Idem).

Essas reuniões contribuíram para a tomada de consciência dos homens do campo sobre a necessidade de se unirem para lutar por melhores condições no uso da terra em Mato Grosso do Sul, onde as melhores, na época, eram reservadas ao pasto e as que sobravam para o arrendamento, além dos preços exorbitantes, eram menos férteis e com maiores dificuldades de preparo e manejo. Ficava claro que “O boi é prioritário e o capim precede a lavoura”¹⁸⁹

Uma das precursoras do trabalho na CPT/MS foi Olga Manosso¹⁹⁰, Irmã da ordem de São José, formada em Garibaldi, Rio Grande do Sul que chegou ao ESMT em 1972 “[...] tendo presente que essas regiões do estado precisavam mais da presença de religiosas do que no Rio Grande do Sul” (2014), e, segundo o seu depoimento, veio para Mato Grosso do Sul com a tarefa de implantar o atendimento às pessoas mais necessitadas.

Olga Manosso, nossa entrevistada durante a pesquisa, tem, além da formação religiosa, convivência familiar com o movimento sindicalista ligado a questões da terra desde o berço, visto que seu pai foi fundador do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Marcos e da primeira cooperativa mista de agricultores e de vinhos, no Rio Grande do Sul, e desta forma, deixa claro que foi motivada desde cedo para a luta pela terra. Ao chegar ao ESMT foi para Glória de Dourados, onde já havia toda uma manifestação dos sindicatos, e entre 1975 e 1976, se mudou para Naviraí.

Nessa cidade os trabalhadores da terra já não tinham mais para onde ir, após o término dos três anos dos contratos de arrendamentos que firmavam com os proprietários de terras, pelos quais tinham como incumbência fazer a derrubada do mato e plantar pastagens e, após essa etapa, deveriam mudar. As áreas do SMS já estavam aptas a prática da agricultura e o mercado exigia que a produção fosse intensificada, desta forma as áreas eram totalmente cultivadas em grande escala, sem espaço para agricultura familiar ou de subsistência como a praticada pelos arrendatários. A fronteira agrícola encontrava-se fechada.

Naquele momento ocorreu uma manifestação das famílias que sem opção de deslocamento, decidiram questionar a estrutura da questão agrária em suas permanências históricas e permanecer na terra, dando início aos primeiros conflitos na região. Na ocasião a CPT estava estruturada no Centro Oeste, com sede em Goiás e segundo Irmã Olga ainda não estava bem organizada.

Foi nesse período que Ivo Poletto, fez duas visitas ao grupo formado pelas Irmãs Olga Manosso, Rosa de Maniotto, de Naviraí e Inêz¹⁹¹, de Taquarussu/Bataiporã, trazendo material para estudo e incentivando-as acerca da importância da formação da CPT em Mato Grosso do Sul e garantindo que lá de Goiânia dariam apoio à organização. Assim iniciaram os trabalhos, com a adesão de leigos, como Rosalvo da Rocha Rodrigues e Carlos Ferrari. A dificuldade apontada pela

¹⁸⁹ Declaração assinada por D. Teodoro Leitz (Bispo de Dourados) em 1978 (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS,1994, p. 9).

¹⁹⁰ Entrevista em 03.09.2014, no PA Itamaraty I – Ponta Porã/MS.

¹⁹¹ No seu relato Irmã Olga Manosso disse não se lembrar do sobrenome da Irmã Inêz.

depoente esteve na organização das pessoas, principalmente dadas às distâncias que separavam os locais e a tímida militância¹⁹² dos trabalhadores.

A partir da década de 1980 passaram a organizar encontros intermunicipais com participação de várias categorias entre as quais sindicalistas e o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), instituição criada em 13.02.1979.¹⁹³

Segundo os relatos do trabalho de pesquisa da CPT

Como consequência da organização dos lavradores e dos agentes de pastoral, bem como, dos contatos feitos por Irmã Olga Manosso desde 1976, com a "Nova Comissão Pastoral", Dom Teodoro Leitz, através de uma declaração oficializada, em benefício dos lavradores e com sua bênção, a CPT na Diocese de Dourados, em maio de 1978 (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994, p.10).

Desta forma a CPT em Mato Grosso do Sul, passou a representar um espaço no qual os homens do campo se encontravam e passavam a refletir acerca de sua realidade e a partir daí se organizaram possibilitando a expansão para as demais regiões de Mato Grosso do Sul (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994, p.10-11).

Na continuidade da atuação da CPT/MS podemos inferir que contribuiu para com a formação de sindicatos e organizações de trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul¹⁹⁴, a exemplo do ocorrido no Brasil, exposto no item anterior. Os anos 1980 foram significativos para a organização dos homens e mulheres do campo visto a promulgação, em 1985 do I PNRA. Olga Manosso informa que até 1985 a CPT trabalhou muito na luta pela terra e depois surgiu o MST que “[...] teve também muitas dificuldades, disputas de lideranças, essas questões e aí numa assembleia nossa, aqui de Mato Grosso do Sul, decidimos então que a CPT ia cuidar da luta na terra e deixaríamos a luta pela terra para o MST.”

Sobre essa transição de campos de trabalho Olga Manosso conta que não foi fácil a aceitação e argumenta que houveram tentativas de pessoas, tanto da CPT quanto do MST para que continuassem a atuar juntos e esclarece “[...] mas na verdade, nos movimentos e também na Santa Madre Igreja Católica não é tranquila essa questão de lideranças e luta pelo poder”, desta forma então foi decidido que se ajudariam, mas cada um atuando numa luta diferenciada.

Nas análises do documento produzido pela CPT verificamos que foram anos de atuação em várias cidades de Mato Grosso do Sul organizando os homens e mulheres do campo, realizando campanhas sindicais pelas quais formaram e deram assistência aos sindicatos existentes, assumindo o papel de denunciar de forma vigorosa as situações de violência e exploração¹⁹⁵ que presenciavam pelo Brasil a fora. Embora a ação da CPT como fomentadora e organizadora do trabalho de homens e mulheres no campo, a entidade nunca deixou de lado a atuação no campo religioso.

¹⁹² Olga Manosso se reporta a tradição de luta existente no Rio Grande do Sul e comparando ao que encontrou aqui, fala da falta de tradição da luta nos sindicatos, nas cooperativas e afirma que não foi fácil a tarefa de organizar a CPT.

¹⁹³ Após a divisão do Estado, acontece a fundação da FETAGRI/MS, em 13.02./1979, sendo reconhecida por parte do Ministério do Trabalho três meses após a sua fundação, o que ocorreu em 23.05.1979 (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994, p. 24).

¹⁹⁴ Segundo Olga Manosso o MST em Mato Grosso do Sul surgiu de quadros da CPT, assim como também a Organização das Mulheres Camponesas presentes atualmente em diferentes pontos do Estado.

¹⁹⁵ Relatórios anuais de Assassinatos no Campo editados pela CPT desde o ano de 1986.

Durante os primeiros anos existiam núcleos da CPT em várias cidades do SMS apoiados pelos Bispos¹⁹⁶, os quais contavam com mais de doze pessoas dedicadas às ações da CPT junto a comunidades diversas, especialmente de assentamentos, e essas pessoas contavam com salários e veículos destinados a seu deslocamento, bem como realizavam transporte de produtos. No entanto, com o passar do tempo essa situação foi mudando e é importante ressaltar que esse foi um momento de crise que ocorreu no seio da Igreja Católica influenciado pelo cenário mundial que na década de 1980, prenunciava a imposição de um novo movimento conservador. Segundo Menezes Neto,

O neoliberalismo e a derrocada do chamado "socialismo real" repercutem no Vaticano, de modo que as alas mais conservadoras da Igreja Católica passaram a questionar as ações motivadas pelas idéias da Teologia da Libertação. A queda do muro de Berlim é apresentada como paradigmática do fim da idéia socialista e da vitória definitiva do sistema de mercado que o capitalismo representava (2007, p. 08).

A partir daí houve um novo direcionamento para as ações da Igreja que ocasionou “[...] sufocamento dos setores progressistas da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, devido a rápida e bem sucedida ‘contra-revolução’ conservadora, vinda do Vaticano” (CICONELLO, 2008, p.09).

A repercussão desses fatos pode ser constatada por meio da diminuição dos núcleos da CPT, inicialmente formados em diversas cidades de Mato Grosso do Sul, dos quais permanecem a CPT regional, sediada em Campo Grande e três núcleos nos quais o trabalho é voluntário, dentre eles Dourados, Corumbá e Três Lagoas.

Sobre esse aspecto Farias (2006, p. 86-87) informa que nos outros estados do Brasil a CPT surgiu a partir de uma Regional enquanto que em Mato Grosso do Sul a CPT se formou a partir das Dioceses, o que a tornava ligada ao orçamento das Dioceses e das Pastorais. Segundo depoimento do Padre Alfeo¹⁹⁷, obtido pela autora, dadas as características da formação da CPT em Mato Grosso do Sul o apoio era mantido até que houvesse alguma indisposição entre o Bispo e os Padres que atuavam diretamente com os agentes e, nesses casos, o apoio era cortado pelas Dioceses.

Assim, nos anos que antecederam a promulgação do I PNRA podemos afirmar, com base nos dados estudados, que a CPT/MS foi de grande importância para a organização dos trabalhadores do campo, movimentando uma fronteira que parecia fechada, com destaque para os anos iniciais da década de 1980 em que houve uma atuação¹⁹⁸ específica em favor dos ribeirinhos atingidos pela construção da barragem de Itaipu Binacional que foram instalados no Projeto Integrado de Colonização Sete Quedas, criado pela portaria número 1.478, de 04 de outubro de 1973, INCRA, 04 de abril de 1974, movimento que consideramos como uma reabertura da fronteira agrícola de Mato Grosso do Sul, que se encontrava em latência desde a finalização do processo de colonização dirigida e/ou espontânea.

¹⁹⁶ O apoio financeiro vinha de Bispos e cristãos da Alemanha “Adviant Misoror” e de um programa da Igreja Luterana “Pão para o Mundo”. Esse apoio foi sendo, gradativamente, diminuído e findou de vez com a queda do muro de Berlim, relata Olga Manosso, afirma que apoio do dízimo da Igreja para a Reforma Agrária nunca houve.

¹⁹⁷ Não há menção ao sobrenome do depoente que é qualificado como membro da CPT de Campo Grande/MS.

¹⁹⁸ Ver: REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994, p. 69-88.

Além do papel preponderante da CPT no atendimento aos excluídos e despossuídos da terra, temos que considerar sua importância na formação dos quadros do MST que surgiu a partir dos membros da CPT, lembrando que a instituição era e é composta, também, por pessoas leigas. Assim é que o MST foi fundado em 1984 e passou a ocupar posição de destaque na luta pela terra no Brasil e posteriormente em Mato Grosso do Sul.

3.4 O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o novo impulso para a reforma agrária em Mato Grosso do Sul

Como vimos o MST nasceu a partir do trabalho da CPT em vários estados, entre os quais estava Mato Grosso do Sul, foco dos estudos sobre ordenamento e reordenamento de terras, lembrando que estamos a tratar por ordenamento os movimentos de colonização (dirigida e espontânea) apresentados no I e III capítulos e por reordenamento, a implantação da Reforma Agrária.

Assim, analisar o MST é observar um movimento social que provocou encaminhamentos em direção a RA, o qual agrega além dos sujeitos que o compõem, uma gama imensa de expectativas, exclusão, esperanças, sonhos, enfrentamento ao desafio da ordem estabelecida e, principalmente, muita luta. São homens, mulheres, jovens e crianças que guardam sentimentos de pertencimento a uma terra que lhes vem sendo negada há séculos e que, paradoxalmente, é de onde tiram o fruto de seu trabalho e sobrevivência, mesmo que na condição de força de trabalho dos arrendatários e fazendeiros.

Segundo Mitidiero Júnior, o MST tem um evento fundador que pode ser explicado pela promessa não cumprida aos colonos do sul do Brasil, que foram para a Amazônia em busca de terra para plantar,

Foi justamente esse o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os colonos gaúchos que iam perdendo suas terras para os bancos e para grandes fazendeiros, ocuparam áreas do Rio Grande do Sul designadas aos índios Kaiagang, o que colocou em confronto direto dois grupos sociais marcadamente oprimidos na sociedade brasileira: índios e camponeses. Eram índios e camponeses lutando pelo mesmo espaço. A solução proposta pelo governo foi fornecer terras para essas famílias nas fronteiras da Amazônia brasileira, mas como ao chegar nessa região não havia possibilidades infra estruturais fornecidas pela administração pública, muitos desses colonos retornaram e se uniram para lutar pela terra em seu próprio Estado. Essas lutas foram organizadas e incentivadas por quadros da CPT nos anos de 1978 e 1979, constituindo o germe de formação do MST (2010, p. 254).

O projeto de luta pela terra empreendida pelo MST pode ser observado nos encaminhamentos efetivados pelo movimento, especialmente nos documentos e *slogans* que em sua trajetória de existência construíram como “terra para quem nela trabalha”, contida no Documento “Igreja e Problemas da Terra”¹⁹⁹, aprovado pela 18ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB/Itaici-SP, em 14 de fevereiro de 1980. O documento no item Fundamentação

¹⁹⁹ Ver: BORGES. 2010, p. 95.

Doutrinal, parte II Terra de exploração e terra de trabalho, alíneas 84 e 85, trata especificamente da função da terra, com a seguinte redação:

84. **Terra de exploração** é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade.

85. **Terra de trabalho** é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é a terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse. Essas formas de propriedade, alternativas à exploração capitalista abrem claramente um amplo caminho, que viabiliza o trabalho comunitário, até em áreas extensas, e a utilização de uma tecnologia adequada, tornando dispensável a exploração do trabalho alheio (CNBB, 1980).

A matriz de organização e luta do MST teve os seus princípios ideológicos fundados em concepções oriundas do pensamento progressista dos membros da CPT, com cunho marxista e pressupostos da Teologia da Libertação e embora tenha ocorrido sua desvinculação posterior, mantiveram práticas organizacionais herdadas da CPT e vínculo com as bases, além de espírito missionário.²⁰⁰

Segundo Fernandes o MST nasceu como resultado direto “[...] da intensificação da questão agrária”, visto que a política de expansão das fronteiras agrícolas por meio do capital, adotada durante o regime militar “[...] (1964-1984) intensificou a questão agrária com a implantação de um modelo de desenvolvimento da agropecuária que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa” (2004, p. 3). Sua organização ocorreu num momento de expansão das plantações de soja, cana de açúcar e da pecuária extensiva, culturas agroexportadoras e excludentes e que segundo Terra entraram em expansão devido a coadunação de variados fatores, dentre eles,

[...] o esgotamento da fronteira agrícola da região Sul do Brasil, expansão significativa do mercado internacional da soja e, principalmente, das políticas do Estado Desenvolvimentista de incentivo à expansão da agricultura capitalista voltada para a exportação (2006, p. 29).

Fernandes denomina esse movimento de *territorialização do capital* que, em sua opinião, significa a *desterritorialização do campesinato*, ambos os processos que subvertem a ordem do uso da terra num movimento contraditório, exprimido pelo fato de que “No interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar”, enquanto que “Da territorialização do campesinato produzem-se o trabalho assalariado e o capitalista” e como não são processos lineares nem separados “[...] na territorialização de um está contida a produção e a reprodução de outro” (2004, p.3-4).

Ainda de acordo com Fernandes, em pensamento publicado no artigo no qual analisa a comemoração dos 20 anos de existência do MST, o autor diz que “Nas últimas três décadas, a territorialização da agricultura capitalista desterritorializou grande parte do campesinato, concentrando

²⁰⁰ Ver: SCHWENGBER, 2008, p. 73.

ainda mais a estrutura fundiária.” (Idem). E como resultado direto da ineficiência de políticas públicas voltadas aos camponeses surgiram organizações que reivindicavam terra para trabalho.

Do surgimento dos primeiros conflitos em 1979 até a criação do MST, em 1984, várias ocorrências assinalaram a necessidade de organização dos homens e mulheres do campo. Segundo José de Oliveira²⁰¹ foi nesse período que se deu a primeira luta organizada pela terra, com a ocupação da fazenda Macali, no dia sete de setembro de 1979 e em seguida a fazenda Anoni no município de Ronda Alta no estado do Rio Grande do Sul. Segundo seu relato, na sequência de acontecimentos foi ocupada a fazenda Burro Branco, no estado de Santa Catarina, ação que teve represália com o despejo violento por meio de intervenção do Estado, do Exército e de jagunços do fazendeiro. Nesse período também foi ocupada a fazenda Primavera em Andradina, estado de São Paulo, por 300 famílias.

Após várias tentativas frustradas em que ficou nítida a intenção do governo em desviar o objetivo da luta para os projetos de colonização, não legitimando um projeto que pudesse ser caracterizado como reforma agrária²⁰², houve o recrudescimento dos movimentos e foram reforçadas as intervenções objetivando enfraquecer as mobilizações o que acabou realmente por ocorrer, em algumas situações²⁰³, devido à necessidade de sobrevivência das famílias, cansadas da situação precária em que se encontravam.

Esse jogo de forças durou até ocorrer a manifestação de várias organizações civis denunciando a situação de verdadeiro “campo de concentração” dentro do acampamento e com a visibilidade e divulgação, por meio da imprensa, dos atos de extrema violência por parte do regime militar, “[...] provando que a resistência e o apoio da sociedade são armas mais poderosas para a luta contra a política do governo e seu modelo econômico” (GOHN, 2008, p. 128) Assim, o acampamento foi abandonado pelas forças repressivas do governo e após mais três anos de negociações as famílias foram assentadas em área desapropriada.

Esse período, imediatamente anterior e posterior à criação do MST, é classificado por Gohn como “A época da Negociação e a Era dos Direitos: 1982-95” (2008, p. 125), a sexta fase da evolução dos movimentos sociais no Brasil. O MST representa homens, mulheres, jovens e crianças que buscam justiça social na distribuição de terras no Brasil e trás em seu bojo a esperança de todos aqueles que migraram, ao longo da trajetória apresentada, e ajudaram a expandir o Brasil durante a construção das grandes rodovias e as usinas hidrelétricas e barragens.

Em 1984, durante o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, ocorrido em Cascavel-PR, o MST foi reconhecido sob essa denominação e rapidamente se espalhou por demais estados do Brasil e em 1985, no I Congresso Nacional do Movimento Sem

²⁰¹ Diretor de Produção da Comissão Estadual do MST/MS. Entrevista: Bataiporã/MS, 2014.

²⁰² São os acontecimentos que antecedem a promulgação do I PNRA, momento em que se oficializa a Reforma Agrária, embora o INCRA tenha na denominação essa atribuição, desde 1970, ano de sua criação.

²⁰³ Projeto Lucas do Rio Verde – MT para o qual se dirigiram mais de 100 famílias do acampamento Encruzilhada – RS. Essas famílias viveram confinadas no acampamento sem as mínimas condições de sobrevivência sendo transferidas posteriormente para o acampamento Quero-quero, sob vigilância dos interventores do governo. (MORISSAWA, 2001, p.128).

Terra, em Curitiba-PR contou com a participação de 1.500 delegados de delegações de 23 dos 27 estados brasileiros.²⁰⁴ Importante destacar a representação de Mato Grosso do Sul.²⁰⁵

Segundo Fernandes, entre 1985 e 1990, o movimento inicialmente “[...] se territorializou nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e em parte da região amazônica e após nas demais regiões brasileiras” (2000, p.33). Por territorializar o autor compreende o desenvolvimento de um processo de luta e de conquista da terra, que ocorre por meio da ocupação das áreas que não cumprem a função social da terra, prevista em legislação e não cumprida pelos governantes.

Segundo o processo de territorialização da terra o MST se territorializou a cada assentamento conquistado e desta forma se fortaleceu nas novas comunidades em que se estabeleceu, abrindo perspectivas para a conquista de novos assentamentos e defendendo que a luta não acaba na conquista da terra, ela se renova e, segundo Fernandes, é isso que torna o MST diferente dos demais movimentos nos quais a luta termina com a posse “Os sem-terra organizados no MST, ao conquistarem a terra vislumbram uma nova conquista. Assim, também dimensionam a luta pela terra em luta pela educação, saúde, moradia, crédito agrícola, cooperação agropecuária etc” (Idem, p. 34).

O autor divide o período de formação e territorialização do MST em três momentos históricos específicos que são: 1) gestação e nascimento do MST; 2) territorialização de consolidação do MST e 3) Institucionalização do MST (2000, p. 36-40).

Na publicação *MST: lutas e conquistas* (2010) é possível verificar a informação segundo a qual nos 26 anos de luta do MST foram organizados, entre acampadas e assentadas, mais de 15,5 milhões de pessoas em 23 estados e no Distrito Federal e as pessoas assentadas, vivem hoje em melhores condições do que se encontravam anteriormente, sendo que muitas famílias estão organizadas em cooperativas e associações coletivas e semicoletivas com a renda familiar elevada²⁰⁶.

A emergência do MST está associada à estrutura agrária brasileira. No caso de Mato Grosso do Sul nesse período podemos constatar pelos dados apresentados por Avelino Júnior²⁰⁷, que em 1970, a década da criação do Estado, a evolução de propriedades com concentração de área superior a 1000 hectares passava de 44,7% (1960) para 45,0% e em 1975, diminuiu para 41,5%, enquanto que as propriedades com mais de 10.000 hectares que, em 1960 representavam 44,8%, em 1970 passaram à 41,6% e em 1975 diminuíram para 40,0% das áreas totais do espaço que em se constituirá Mato Grosso do Sul, apresentando um contínuo na sua evolução e ocupando, somadas as duas proporções de áreas 89,5%, em 1960, 86,6% em 1970 e 85,1% em 1975 da área total aproveitada para a agropecuária no Estado (2004, p. 47 e 56).

²⁰⁴ Ver: BORGES, 2010, p. 99. FERNANDES, s/d, p. 4.

²⁰⁵ Ver: MORISSAWA, 2001, p. 139.

²⁰⁶ Uma pesquisa da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) aponta que a média de renda nos assentamentos é de 3,7 salários mínimos mensais por família, e onde as agroindústrias estão implantadas essa média sobe para 5,6 salários mensais por família. *MST, lutas e conquista*. (2010, p.11). Há que ser considerado entre as ações do MST a garantia de manter o tema da Reforma Agrária em constante visibilidade junto a sociedade brasileira, elevando as reais possibilidades de efetivar essa política tão necessária, não apenas do ponto de vista do desenvolvimento da agricultura familiar, responsável pelo maior percentual de empregos e comida na mesa do brasileiro, mas também da justiça social e do cumprimento da legislação no que concerne ao uso da terra.

²⁰⁷ Ver: AVELINO JUNIOR, 2004, p. 47 e 56.

É pertinente compararmos esses dados sobre as áreas de latifúndio em Mato Grosso do Sul, lembrando que estamos a tratar de um período que antecede a criação do MST e do Estado de Mato Grosso Sul, com a diminuição ocorrida, no mesmo período, do número de estabelecimentos de 10 a 100 hectares. Vejamos: em 1960 o Censo Agropecuário do IBGE apresentou um percentual de 29,1% (menos de 10 hectares) e 45,6% (10 a menos de 100 hectares), representando, respectivamente, 0,2% e 2,1% da área total de Mato Grosso do Sul. Em 1970 esses percentuais passaram a 40,6% e 37,2% com a representação de 0,4% e 2,3%, respectivamente, da área total destinada a agropecuária no Estado e, por fim em 1975 esses números representaram 38,5% e 36,5% do número de estabelecimentos por 0,4% e 2,2% da área em produção (AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 47 e 56). Assim, podemos constatar que os estabelecimentos onde se praticava a agricultura de subsistência, com menos de 10 hectares, tiveram uma pequena evolução de 1960 para 1970 e em 1975 voltaram a diminuir, o mesmo correndo com as áreas que ocuparam nesse mesmo tempo, que acompanharam essa alteração.

Essa significativa redução no número e na área total das pequenas unidades de produção permite inferir que foi fator determinante para a organização dos coletivos que se puseram em movimento em Mato Grosso do Sul e fizeram com que esses homens e mulheres do campo, excluídos de suas terras de trabalho e dos meios de produção, pelas razões que apontamos, passassem a juntar forças e se organizar com maior intensidade, por meio de movimentos sociais, notadamente do MST.

3.5 Formação dos Movimentos Sociais em Mato Grosso do Sul

Entendemos que para pensar as formas organizativas dos movimentos sociais da terra é preciso reconhecer a existência de conflitos sobre a função social da terra e isso nos leva indubitavelmente a perceber as condições em que os homens e mulheres do campo se encontravam quando passaram a reivindicar a posse das terras nas quais já trabalhavam no SMS.

Para entender essa condição tomamos as análises de Fabrini (2008) ao descrever como se deu a apropriação e as lutas por terra no SMS. Na sua avaliação uma situação específica dos trabalhadores que se deslocavam para a abertura de fronteiras agrícolas no SMS era a sua condição de trabalhador e não proprietário, essas pessoas vinham como arrendatários, para fazer a abertura das terras. Grande parte das famílias era de nordestinos que já vinham se deslocando há anos, sempre em busca de trabalho na terra, passando pelos estados de São Paulo e Paraná (p. 70) e também famílias, oriundas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná²⁰⁸, expulsos de suas regiões de origem, pela expansão da agricultura e/ou pela necessidade de terras quando da ampliação das famílias. Esse deslocamento teve seu fluxo aumentado com a abertura das fronteiras agrícolas primeiro do sudoeste do Paraná²⁰⁹ e posteriormente de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Estudos de Cardim; Vieira e Viégas²¹⁰ apontam que a região sul do país, embora tenha sido ocupada inicialmente pela criação extensiva de gado que gerou a grande propriedade, pela forma de

²⁰⁸ 1970 a 1990 (MONDARDO; GOETTERT, 2007, p. 39).

²⁰⁹ 1850 a 1940 (Idem).

²¹⁰ *Análise da estrutura fundiária brasileira* (1998, p. 20).

colonização europeia adotada na região democratizou o acesso a terra visto que o “[...] núcleo familiar, alojado em pequenos lotes (colônia) foi modelo de distribuição e ocupação massiva de terras” (1998, p. 20).

Desta forma houve a divisão gradativa das propriedades, conforme a ampliação das famílias o que, segundo os autores, configurou um problema fundiário específico que fez com que a desapropriação nessas áreas, “[...] além de caras, pela valorização da terra, são tópicas e precisam de muito apoio para viabilizar o pequeno proprietário assentado” (Idem). Decorrente dessa situação essas populações, com grande experiência em colonização, foram levadas a se deslocarem em fluxos migratórios para outras regiões com abundância de terras e em processo de abertura de fronteiras agrícolas, a exemplo do ocorrido no ESMT/SMS nas décadas de 1970-1980.

Morissawa esclarece que na região que corresponde ao SMS, nos anos de 1980, viviam cerca de “[...] mil famílias de arrendatários, assalariados, posseiros e desempregados das cidades e brasiguaios” (2001, p. 130).

Conforme José de Oliveira²¹¹, a luta pela terra em Mato Grosso do Sul de 1980 até 2010, está dividida em cinco fases. O período que vai de 1980 a 1985 corresponde à primeira fase, cujo marco inicial é a ocupação das fazendas Recanto e Macuco, em Taquarussu e Itaquiraí respectivamente, por aproximadamente mil homens. José de Oliveira fez questão de salientar que as ocupações, nesse período, eram feitas somente por homens, visto a violência com que os fazendeiros e representantes do governo tratavam os ocupantes. Consideradas como o marco da luta organizada em Mato Grosso do Sul resultaram na conquista de 03²¹² assentamentos criados pelos governos Federal²¹³ e Estadual²¹⁴, considerando que ainda não havia sido promulgado o I PNRA, o que ocorreu em 10 de outubro de 1985.

Sobre esse período Menegat atesta que a organização dos homens e mulheres do campo no SMS, teve o primeiro foco em 1979, na movimentação que deu visibilidade a questão de concentração de terras, no município de Naviraí e que foi o estopim para que surgissem as ocupações subsequentes. Esse enfrentamento foi decorrente da ação judicial movida por 250 famílias de arrendatários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá na tentativa de permanecer nas áreas por mais três anos. (2009, p. 42).

Fabrini aponta que a ação se baseava em irregularidade existente nos contratos de arrendamento (2008, p. 73) e Terra acrescenta que contrariando a legislação em vigor os primeiros contratos foram firmados por apenas dois anos (2009, p. 86). A justiça reconheceu o direito dos arrendatários, dando-lhes ganho de causa no ano seguinte (1980) e autorizando a permanência dos litigantes nos lotes por mais um ano. Na sequência os arrendatários reivindicaram a desapropriação da fazenda Jequitibá como área para reforma agrária. A reação não se fez esperar e o fazendeiro liberou cerca de 5.000 cabeças de gado bovino nas plantações dos arrendatários. O autor acrescenta ainda que

²¹¹ Diretor de Produção da Comissão Estadual do MST/MS. Entrevista em 08.10.2014.

²¹² Retirada da Laguna (13.02.1985) Sucuriú (01.04.1985) e Nioaque (25.08.1985)

²¹³ INCRA.

²¹⁴ TERRASUL.

O advogado dos arrendatários pediu a aplicação das normas legais do Estatuto da terra, com a desapropriação da área para fins de reforma agrária, e, ao passo que a pressão e organização dos arrendatários aumentavam, recrudesciam as represálias dos proprietários. O conflito resultou no assassinato do advogado dos arrendatários em 1982 (2008, p. 73).

Segundo Olga Manosso²¹⁵ esse assassinato até hoje não foi esclarecido²¹⁶. Pela cronologia podemos apreender que de 1979 a 1986, data indicada como marco de criação do primeiro movimento de reivindicação de terras em Mato Grosso do Sul até a oficialização do MST/MS, os ânimos eram exaltados de parte a parte, muitos enfrentamentos com maior e/ou menor violência ocorreram no interstício que precede a formalização do MST/MS.

José de Oliveira relata que a situação no SMS a partir de 1980 ficou insustentável, já não havia mais para onde ir, não tinha mais terra para arrendar, principalmente na região do SMS, constituída pelo cone sul e vale do Ivinhema²¹⁷. Segundo o depoente é importante lembrar que naquele momento surgiram dois focos de resistência, um em Naviraí e outro em Itaquiraí. É interessante observar que embora uma das questões mais emblemáticas da luta pela terra em Mato Grosso do Sul tenha surgido em Naviraí, nenhum assentamento foi criado na cidade, na época. Segundo a percepção de José de Oliveira, todas as vezes que era organizada a ocupação, quando os caminhões de acampados se dirigiam para a área em questão, eram barrados com forte aparato policial, por solicitação dos fazendeiros que tomavam conhecimento da ação e uniam suas forças²¹⁸ aos governos, local e estadual, e mais tarde se juntaram à UDR²¹⁹, impedindo as ocupações.

Na sequência das memórias, José de Oliveira afirmou que entre 1986 a 1990 começaram os problemas do movimento com a pastoral “[...] na tomada da Santa Idalina mesmo, pra ocupação veio alguns militantes de fora, mas veio como pastoral ainda, veio pra ajudar a fazer as ações mais radicais que a CPT não fazia”, segundo seu relato a CPT apaziguava, intermediava, mas não ia para o embate, isso era feito pelos trabalhadores, com alguém os instruindo visto que em sua opinião “[...] ainda não tinham maestrea pra fazer isso”, desta forma contaram inicialmente com apoio do MST nacional. José de Oliveira citou algumas pessoas que teriam participado nessa época, Carlos Aparecido Ferrari²²⁰, João Luiz e mais um pessoal que hoje reside em Mundo Novo. Essas foram algumas das lideranças que ajudaram a organizar o MST, em Mato Grosso do Sul.

Segundo seu depoimento, foi no acampamento formado pelos brasiguaios, em Amambai, após a tentativa frustrada de ocupação da Fazenda Itapotí, que ocorreu o principal “racha” entre o MST e a CPT. No relato José de Oliveira diz que após o embate ocorrido a CPT interveio no acampamento, trazendo doações e executando ações isoladas, o que gerou descontentamento entre os militantes do MST, que se retirou de vez da organização do acampamento. Desse grupo de acampados o MST “levou apenas dez famílias” para o assentamento Amparo, em Dourados. As

²¹⁵ Entrevista em 11.10.2014.

²¹⁶ A esse respeito iremos tratar no próximo capítulo no qual analisaremos os conflitos e as formas de violência resultantes da questão da terra no SMS.

²¹⁷ Ressaltamos que a área foco desta tese é a bacia do rio Ivinhema, abrangendo ainda ao sul as bacias dos rios Amambai e Iguatemi.

²¹⁸ Segundo relatos dos entrevistados era comum a presença de jagunços armados na repressão às ocupações.

²¹⁹ Criada em 1985, organizada inicialmente em Dourados/MS. (FALCHI, 2007, p. 85).

²²⁰ Reside atualmente em Itaquiraí/MS e é citado como um dos fundadores do MST/MS por Padre Adriano Vau de Ven. Entrevista em 25.08.2014.

demais famílias permaneceram mais tempo no acampamento e posteriormente foram assentados no assentamento Corona, em Ponta Porã.

Para entender como foi a atuação dos primeiros militantes do MST/MS, é importante analisar a declaração de Carlos Aparecido Ferrari no depoimento dado a Regina, Kudlavicz e Jesus, no qual deixa transparecer a imbricação que permanecia nas ações dos membros da CPT e do MST/MS:

Nós começamos a trabalhar com as famílias de Jequitibá, Entre Rios e o pessoal de Taquarussu, discutíamos com eles que saídas existiriam para os seus problemas. Foi, então, que os companheiros disseram que seria interessante organizar uma Comissão e um grupo maior para reforçar a luta. A partir daí saímos fazendo um trabalho nos municípios e organizando o pessoal que não tinha terra, que pretendia lutar pela terra ou estava envolvido em conflitos. A infra-estrutura que era necessária para o trabalho era toda da CPT, inclusive eu não sentia clareza de quem eu era, se eu era um membro da CPT ou se era um dos sem-terra, por isso, criei alguns atritos com alguns membros da CPT, que achavam que o Movimento dos Sem Terra não era um Movimento consolidado, mas uma Comissão subordinada à CPT. E eu começava a defender a autonomia do Movimento dos Sem Terra. Posteriormente, eu que era tido como assessor entrei em choque com a Comissão dos Sem Terra, e me afastei (1994, p. 38).

Na época da cisão entre a CPT e o MST foi criada a Coordenação das Associações dos Assentamentos de Mato Grosso do Sul (COAAMS). Farias informa que a CPT/MS passou a apoiar a COAAMS²²¹ a partir de 1989 e no ano de 1991 foi fundada a Cooperativa Agrícola da Região de Jardim (COARJ) e a Cooperativa Agrícola da Grande Dourados (COAGRAN) e, conseqüentemente, ocorreu “[...] um distanciamento da luta pela terra, principalmente em casos de ocupação de terra e acampamentos, e esse espaço é assumido pelo MST” (2006, p. 85).

Sobre a presença do MST em Mato Grosso do Sul, José de Oliveira registrou o momento que marca o início da ação do MST em Mato Grosso do Sul “[...] quando se ergue pela primeira vez a bandeira vermelha do MST nas ocupações, na área correspondente à fazenda Itassul em Itaquiraí, em fevereiro de 1989.”²²²

No Histórico utilizado por José de Oliveira para os cursos de formação e palestras constam algumas ocupações consideradas emblemáticas pelo MST em Mato Grosso do Sul, constituída pelo entrevistado como fases da luta pela terra no Estado, salientando que a primeira e segunda fases marcam o início da movimentação que criou as condições para a formação do MST/MS, período que já vimos analisando nesse texto.

PRIMEIRA FASE: marca o início da luta pela terra no estado, período de 1980 a 1985, com a conquista de 3 assentamentos realizado pelo Gov. Estadual e Federal.

SEGUNDA FASE: de 1986 a 1990, com anúncio do plano nacional de reforma agrária grande expectativa de acesso a terra pelos trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul e também a vinda dos brasiguaios, neste período foram 16 assentamentos implantados.

TERCEIRA FASE: de 1991 a 1995, o período mais trágico no qual foram reduzidas as políticas de assentamentos no estado, apenas 6 assentamentos e as ocupações combatidas tragicamente pela polícia do estado e pela pistolagem.

QUARTA FASE: período de 1996 a 2000 representou a retomada da luta pela terra e de conquistas de assentamentos, no período foram criados 67 assentamentos, totalizando 97, desde 1980 a 2000.

²²¹ José de Oliveira informa que atualmente a atividade na qual a COAAMS mais atua é junto as Escolas Técnicas, Escolas Família Agrícola. Entrevista em 08.10.2014.

²²² Histórico do MST, utilizado nas palestras de formação, disponibilizado pelo autor. Entrevista em 08.10.2014.

Nesse período muitos militantes foram presos, e prisões preventivas em perseguição a vários militantes do MST foram determinadas, Ex: Nina (ficou presa quatro meses), Beto, Borborema etc., Ocorreram mortes como as de Silvio Rodrigues e Ranildo da Silva, além de despejos executados com muita violência pela polícia (2014, p.4).

A partir dessa classificação,²²³ José de Oliveira relatou as ocupações que são consideradas emblemáticas pelo MST/MS, ocorridas na década de 1990, terceira fase, e descreveu cada uma delas, sendo elas: Primeira, a ocupação da Fazenda Santa Lúcia em Jateí, que durou só quatro dias e de lá o grupo saiu e foi para o município de Ivinhema para organizar a ocupação em Bataiporã. A segunda, ocorrida em 16 de outubro até 25 de novembro de 1990, momento em que ocuparam a fazenda São Luiz em Bataiporã, de onde foram despejados na ação mais violenta efetivada pelo Estado, com a ação de mais de 1000 homens da polícia militar promovendo tiroteio. Os sem terra foram retirados em caminhões de boi e foram levados pra Casa Verde sem que soubessem pra onde iam, lá se organizaram novamente e retornaram para ocupar o mesmo lugar. Ocorreram onze ocupações até que conseguissem conquistar a terra, em 1994. No local, hoje estão assentadas 114 famílias.

Nessa fase foi feita a primeira ocupação do MST (1990), sem a participação da CPT, que ocorreu na Fazenda Urtigão, em Tacuru, por 120 famílias. Na ocupação houve reação violenta dos fazendeiros contra os acampados, com “pistolagem²²⁴” e vigilância cerrada no acampamento. As famílias não conseguiram ser assentadas, foram despejadas e levadas para outras regiões.

Após a tentativa frustrada dos acampados brasiguaios, formados por aproximadamente 200 famílias, de ocupar a fazenda Itapoti (Cardinal) em Amambai, no ano de 1991, os quais foram recebidos a bala pela “pistolagem”, tiveram os pneus dos caminhões e dos ônibus de transporte furados, os brasiguaios retornaram para Amambai e fizeram uma manifestação em frente a Prefeitura. Os latifundiários, em caminhonetes, rodearam a Praça Valêncio de Brum numa tentativa de acuar os manifestantes, que foram acolhidos dentro do pátio da prefeitura pelo prefeito Anílson Rodrigues de Souza e posteriormente encaminhados para o acampamento.

Na terceira fase, na qual José de Oliveira esclarece ter havido um recrudescimento da violência da polícia do Estado contra as ações dos movimentos, foi ocupada a fazenda Ramallete (1992), em Rio Brilhante, que era de propriedade da família de Lúdio Coelho. Nessa ocupação as famílias foram despejadas em cima de caminhões de boi por pistoleiros contratados pelos proprietários, sem ação da polícia. Foram acampar em Rio Brilhante e posteriormente foram assentados em Nioaque, divididos entre os PAs Marçal de Souza e Andalucia.

Logo após ocorreu a ocupação da fazenda Taquaralzinho, em Bonito, que teve uma reação muito violenta por parte dos proprietários, promovendo o despejo das famílias e as levando para outro local, sendo, posteriormente, assentados no município de Anástacio.

²²³ José de Oliveira apresentou ainda uma quinta fase que vai de 2000 a 2010 na qual a luta dos trabalhadores avança, a partir de 1997, com o surgimento de outros movimentos sociais na luta na terra, Departamento Rural da CUT (CUT), Federação da Agricultura Familiar (FAF), nas conquistas de grandes latifúndios que resultou no assentamento de mais de 30 famílias. Salientamos que essa é uma fase que não será analisada nesse trabalho, visto que a mesma vai além do recorte temporal estabelecido.

²²⁴ Pistolagem, na fala de José de Oliveira, representa a presença de jagunços armados, a mando dos latifundiários.

Há que se assinalar a singularidade do ocorrido na fazenda São João, em Bonito. Após muitos conflitos, o assentamento foi constituído e os assentados receberam crédito do INCRA, de fomento e de apoio, já tinham iniciado suas atividades para a produção quando foi emitida ordem judicial para desocupação. Em cumprimento à ordem, o grupo foi despejado pela polícia federal com extrema violência. É o único caso, no período, em que mesmo tendo sido assentadas, as famílias foram despejadas por determinação da justiça e não conseguiram permanecer na área. As famílias foram transferidas para Corumbá.

Na quarta fase ocorreu a ocupação da fazenda Andalucia, em Nioaque que era de propriedade de um conde espanhol. Nessa área houve sucessivas ocupações com despejos violentos e por fim foram assentadas 166 famílias, entre elas algumas que haviam ocupado a Fazenda Ramalhete.

Na sequência foi ocupada a fazenda Sul Bonito, em Itaquiraí, que era parte da Fazenda Indaiá/Sul Bonito. Nessa área as ocupações foram sucessivas e geraram muitos despejos, todos muito violentos. Nessa fazenda foi instalado o primeiro assentamento organizado pelo MST em Mato Grosso do Sul, era um latifúndio improdutivo que foi conquistado pelos trabalhadores e hoje está totalmente ocupada por assentamentos.

Podemos concluir que o MST em Mato Grosso do Sul foi constituído a partir da organização de militantes, formados nos quadros da CPT e que sua atuação foi e continua sendo de suma importância para a concretização da Reforma Agrária no Estado.

Observamos que a criação do MST, tanto em âmbito nacional quanto estadual surgiu da necessidade de organizar as ocupações e pressionar os governos estadual e federal no sentido de fazer cumprir a legislação no que toca a questão da terra no Brasil, dessa forma diminuindo a ocorrência de conflitos como os que foram relatados por José de Oliveira. Essa atuação, especialmente da CPT e do MST produziu forças sociais que promoveram latência na fronteira, fazendo com que a mesma fosse reaberta na década seguinte, por meio da gestão do I PNRA, assunto que será abordado no próximo capítulo.

IV CAPÍTULO

REORDENAMENTO DE TERRAS COM O I PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: DILEMAS E POSSIBILIDADES NA REABERTURA DA FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL

O objetivo, nesse capítulo, é analisar a reabertura da fronteira de Mato Grosso do Sul por meio do I PNRA, bem como a correlação de forças que determinaram as alterações pelas quais passou o texto inicial do plano, culminando em sua promulgação em 1985 e que em nosso estado representaram, principalmente no SMS, o reordenamento da estrutura agrária com a criação de pequenos lotes de agricultura familiar em assentamentos rurais.

Para ambientar essa discussão dialogamos com autores de diversas obras publicadas em relação ao tema e analisaremos também o teor expresso no PNRA, bem como fazemos leitura de documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Fazemos, ainda, análises de informações divulgadas pelos meios de comunicação impressos que veicularam matérias referentes à questão fundiária no país e em Mato Grosso do Sul, bem como de discursos e pronunciamentos feitos em congressos classistas e no Congresso Nacional, em período imediatamente anterior e no interstício da apresentação da Proposta, de maio de 1985 até a promulgação do I PNRA, em outubro de 1985.

Tratamos discursos e pronunciamentos enquanto fontes que, segundo Albuquerque Júnior, remete à “[...] uma peça de oratória proferida em público ou escrita como se fossem para ser lida para um dado público,” no que toca aos discursos cotejados, enquanto que pronunciamento “[...] aqui será entendido como o ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas,” no caso em pauta a Proposta do I PNRA “[...] podendo ser feito também por meio de divulgação de uma peça escrita, dirigida e ou veiculada pelos diferentes meios de comunicação social” (2009, p. 223-225).

As análises buscam estabelecer um diálogo entre os autores que referenciamos nas publicações, associando as informações obtidas por meio dos seguintes procedimentos metodológicos: entrevistas e manifestações de membros dos movimentos sociais, discursos em congressos e declarações para a mídia, de representantes políticos de diversos partidos, publicitados em jornais e notícias veiculadas pela mídia local e nacional, com considerações dos latifundiários²²⁵ de Mato Grosso do Sul, buscando nexos com o que se propunha no âmbito do governo federal, associado ao contexto de Mato Grosso do Sul.

Em relação às entrevistas feitas com representantes dos movimentos sociais, consideramos de suma importância suas vozes e por isso, essa outra fonte de pesquisa se fez necessária em nosso trabalho e pela perspectiva da história oral nos permitiu compreender a correlação de forças que em Mato Grosso do Sul se mostrou fundamental para a instalação da RA,

²²⁵ Os latifundiários de Mato Grosso do Sul se identificam como produtores rurais nas publicações que serão analisadas.

uma conquista obtida a partir da organização coletiva dos movimentos sociais, como evidenciado no capítulo anterior.

As vozes desses sujeitos organizados coletivamente, que participaram da construção e encaminhamento do IPNRA em Mato Grosso do Sul foram importantes para interpretarmos os dilemas que permearam a efetivação do processo. Nesse sentido, o referencial da História Oral nos trouxe a possibilidade de tomar como fontes as entrevistas e depoimentos considerados relevantes para a interpretação do passado recente, representado pela apresentação e discussão do IPNRA, com o intuito de compreendermos como essas pessoas perceberam os acontecimentos dos quais fizeram parte.

As entrevistas nos propiciaram acompanhar a trajetória dessas pessoas, em suas organizações coletivas e analisarmos sua participação naquele momento, buscando entender que forças organizaram em torno de um projeto de reforma agrária, pautado no contexto do Governo Federal, na condição de sujeitos partícipes que vivenciaram e encaminharam os acontecimentos.

Analisar a participação de organizações coletivas, configuradas nas representações do MST e da CPT, os movimentos sociais mais articulados na década de 1980, período do auge no encaminhamento da demanda pela reforma agrária²²⁶, representa em nossa pesquisa, a busca pelo entendimento das lacunas que se mostraram no IPNRA, as quais suscitaram arranjos e rearranjos para que fosse efetivado.

Em relação aos entendimentos dos representantes políticos e dos latifundiários, analisamos o teor de suas visões, expressas e publicadas pela mídia da época, numa discussão, concomitantemente, das manifestações da mídia nacional, representadas pela *Folha de São Paulo* (FSP) e revista *Veja* e da mídia de Mato Grosso do Sul. Para tanto cotejamos as notícias publicadas nos jornais de maior circulação em Mato Grosso do Sul, por ocasião do lançamento da Proposta e do I PNRA, o *Correio do Estado*²²⁷ (CE), o *Jornal da Manhã* (JM), o *Diário da Serra*²²⁸ (DS) sediados em Campo Grande e *O Progresso*²²⁹ (OP) e a *Folha de Dourados*²³⁰ (FD) sediados em Dourados e em circulação na maioria dos municípios que compõem o SMS, nosso foco de estudo.

²²⁶ No capítulo III mostramos que a RA esteve em pauta por inúmeras vezes na sociedade brasileira, especialmente quando da emergência das ligas Camponesas, na década de 1950, e, posteriormente, já nos governos militares, essa demanda foi sendo constantemente adiada por meio de medidas que visavam acalmar ânimos. Cita-se como exemplo o Estatuto da Terra, publicado em 1964 e que por meio dele postergou-se a RA.

²²⁷ Segundo SCWHENGBER, o jornal foi lançado em Campo Grande/MS, por um grupo ligado à UDN, em 07.02.1954 e seu objetivo era disseminar as ideias do partido. Em meados da década de 1960 foi adquirido por José Barbosa Rodrigues que o administrou até 2003, atualmente o administrador é seu filho, Antônio João Hugo Rodrigues. Na administração dos Rodrigues, manteve orientação conservadora, priorizando os acontecimentos locais e os assuntos econômicos e políticos divulgados pela imprensa nacional e circula em 58 municípios de Mato Grosso do Sul com tiragem de aproximadamente 20 mil exemplares diários (2008, p.35-40).

²²⁸ Do grupo *Diários Associados*, criado em Campo Grande/MS, pertenceu a José Rodrigues Barbosa e foi extinto em 1998 (SCWHENGBER, 2008, p. 40).

²²⁹ Sediado em Dourados, é o mais antigo periódico do estado em circulação ininterrupta, fundado por Weimar Gonçalves Torres (1951-1969) posteriormente por Vlademiro do Amaral(1969-1985) e Adiles do Amaral Torres até a atualidade. A empresária argumenta que possuir uma tradição conservadora facilita a conquista “[...] de novos leitores e anunciantes, como também para permanecer com os que já possui(SCWHENGBER, 2008, p. 29-30).

²³⁰ Primeiro jornal diário de Dourados/MS, criado em 08.03.1968, por Theodorico Luiz Viegas, douradense udenista e empreendedor regional na área de comunicação. Dono de distribuidora de jornais, foi correspondente da *Folha de São Paulo* e pioneiro no serviço de notícias com autofalantes instalados nos postes da rua Marcelino Pires, antes da Rádio Clube de Dourados, a primeira emissora de rádio de Dourados. Foi editor-chefe de *O Progresso* de onde saiu para montar seu próprio jornal e publicar o que queria. No final da década de 1990

As notícias selecionadas, dos periódicos da mídia nacional, regional e local, serão analisadas no intuito de perceber a intenção explícita e/ou implícita adotada pela publicação e a representação que fizeram dos diversos sujeitos envolvidos e partícipes, que se posicionaram no período de discussão da proposta, bem como o desfecho de suas atuações. Entendemos que as representações expressas pela mídia exercem influência no imaginário social, em relação a determinado modelo de produção e/ou composição social, servindo à classe dominante, por vezes, como meio que possibilita manter intocado tal modelo, dependendo dos interesses regionais e de poderes estabelecidos.

Sabemos que a fonte midiática, como objeto da historiografia, requer do pesquisador minuciosa atenção em suas análises visto que, embora a imparcialidade seja um paradigma procurado pela imprensa, Schwengber nos diz que na prática a situação é outra “[...] as notícias são construções sociais e as reconhecemos como narrativas marcadas pela cultura dos membros da rede noticiosa e da sociedade em que os jornalistas estão inseridos” (2008, p. 24). Foi nesse sentido, a preocupação que tivemos em analisar as publicações dos jornais, associando-as as falas dos representantes dos movimentos sociais e também as reflexões apresentadas em obras acadêmicas.

4. 1 O I PNRA: arranjos e rearranjos das forças envolvidas no processo

Na análise do material impresso, bem como das entrevistas que realizamos, observamos que os encaminhamentos pela RA são antigos, como salientamos ao longo do trabalho, mas que as condições se mostraram mais favoráveis quando em 1984, em meio ao processo de abertura política no Brasil, foi proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira (MT) uma emenda constitucional visando a implantação de eleições diretas para a presidência da república. Com a repercussão da proposição a discussão ganhou as ruas com enorme pressão popular num movimento que foi chamado de Diretas Já²³¹.

Assim é que, em consonância com a transição democrática, o debate sobre a importância da reforma agrária, segundo Barquete “[...] ganha peso no âmbito das proposições que substantivavam o movimento pelas Diretas Já, no ano de 1984”, (2006, p. 81) visto que as políticas adotadas pelos sucessivos governos militares resultaram no recrudescimento da crise agrária no início da década de 1980 (Idem, p. 80).

Em 25 de abril de 1984 a Emenda Constitucional Dante de Oliveira foi rejeitada pela Câmara dos Deputados numa votação de 298 a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 ausências registradas de parlamentares. Pela sua especificidade de alterar a Constituição Federal (CF) o dispositivo legal determinava que para a aprovação da emenda pela Câmara e posterior envio ao Senado eram necessários dois terços de votos favoráveis do total dos parlamentares o que

interrompeu a circulação, ficando cerca de cinco anos inativo. Em 2004 foi adquirido pelo jornalista José Henrique Marques e passou a ser editado apenas de forma eletrônica. O acervo físico foi doado pelo atual proprietário para o Centro de Documentação da UFGD (Informado por José Henrique Marques).

²³¹ Três anos antes do movimento das “Diretas, Já!”, mais precisamente em junho de 1980, uma pesquisa do IBOPE, realizada com 5.300 eleitores em 15 estados do país, apontava que 85% dos moradores das principais capitais e regiões metropolitanas brasileiras apoiavam a votação direta para presidente, ante 13% que preferiam a votação indireta, na qual os cargos eram preenchidos por nomeação, o que garantia a continuidade do regime militar. Nas cidades do interior, esses índices eram de 81% e 16%, respectivamente (Fonte: ibopecom.br/pt-br/noticias/Paginas/Comicio-Diretas-Ja-no-Rio-de-Janeiro-completa-29-anos.aspx, 10.04.2013)

totalizaria, na época, 320 votos, desta forma embora a votação expressiva a emenda não foi aprovada (FSP, 26.04.1984)

Após a rejeição da emenda rearticularam-se os encaminhamentos para a eleição indireta e a base governista, embora constituísse a maioria no Congresso Nacional, entrou em dissenso e Tancredo Neves (PMDB) foi escolhido para o cargo de Presidente da República, representando a Aliança Democrática²³². Com esse desfecho encerrou-se a sucessão de presidentes militares que havia sido iniciada em 1964 e o debate sobre a questão fundiária retornou ao cenário nacional implicando em resolução imediata pela coligação vitoriosa, conforme estabelecido em seu programa eleitoral.

Segundo Schwengber, nesse momento foram fortalecidos em âmbito nacional os debates em torno do PNRA, que passou a ser considerado como o primeiro plano (2006, p. 70) e, para conduzir a reforma agrária, foi criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD).

No entanto, é preciso lembrar, que já vimos fazendo essa discussão, no capítulo II, expondo a sequência de criação, fusão e extinção de órgãos²³³ instituídos para tratar da reforma agrária, entre as décadas de 1960 a 1970, que culminou com criação do INCRA(1970) e posteriormente do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários²³⁴ (MEAF). O MIRAD substituiu o MEAF, com o compromisso de cumprir com a missão que lhe foi designada, pela inclusão da expressão “reforma” como uma mostra da disposição do Governo em dar sequência ao trabalho de resolução da questão agrária, tantas vezes adiada (SILVA, 1987, p. 46). Ainda segundo o autor, foi um grupo independente do governo, do qual fazia parte, que elaborou o roteiro, chamado de Documento 1 ou 1ª versão e o entregou ao ministro Nelson Ribeiro²³⁵(Idem, p. 51).

Assim, em 23 de março de 1985 foi entregue ao Ministro Nelson Ribeiro, um primeiro roteiro²³⁶ para a preparação do PNRA, carimbado como “1ª Versão” e que consistia em um documento que reafirmava “[...] a decisão política de realizar a Reforma a partir das posições anunciadas por Tancredo, confirmadas por Sarney e formalizadas no protocolo de constituição da Aliança Democrática” (SILVA, 1987, p. 51). Também constava desse documento as características as metas e os prazos que deveriam ser cumpridos pelos grupos constituídos para a elaboração da proposta, igualmente informados no texto (Idem)

Oliveira compartilha desse entendimento, quando trata sobre a necessidade que existia no contexto brasileiro para concretizar um projeto de reforma agrária,

Como a pressão social vinha aumentando desde o final dos anos 70 e início dos 80, o governo da Nova República aceitou a elaboração do 1º PNRA. Durante a visita que Tancredo Neves fez ao Vaticano, inclusive, a única coisa que o Papa lhe pediu foi a realização da Reforma Agrária. Por esse motivo, Nelson Ribeiro, ligado à Igreja, foi o primeiro ministro da Reforma Agrária (2001, p. 08).

²³² Coligação dos partidos de oposição.

²³³ SUPRA, INDA e IBRA.

²³⁴ Decreto nº 87.457, de 1982. O ministério tinha, primordialmente, objetivo de garantir o controle militar nos conflitos por terras e criar um espaço de atuação para aliados (SILVA, 1987, p. 44).

²³⁵ Tancredo Neves nomeou, em 11.03.1985, Nelson Ribeiro para assumir o MEAF, que em 30.03.1985 foi transformado em MIRAD e Nelson Ribeiro foi confirmado como ministro por José Sarney (FERREIRA;ALVES;CARVALHO FILHO, 2009, p.161).

²³⁶ José Gomes da Silva, Documento 1, Sugestões, Campinas, 18.03.1985 (não publicado) (SILVA, 1987, p. 51).

Conforme discutimos no capítulo III deste estudo, a Igreja Católica teve papel fundamental, por meio dos seus setores progressistas representados pelas Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e CPT na formação dos movimentos sociais, entre as décadas de 1970-1980. Naquele momento de abertura política esses setores se mostraram organizados coletivamente e pautaram fortemente a demanda, porque viram florescer a possibilidade real de fazer a reforma agrária.

Nessa vertente para escolher o ministro do MIRAD, Tancredo Neves, um amalgamador segundo Silva, visto que aquele foi um período democrático, mas com forte influência das forças conservadoras, representada especialmente pela figura de Tancredo Neves, buscou combinar interesses que atenderiam aos aliados regionais e, ainda, à Igreja Católica e aos movimentos sociais. A escolha recaiu em um católico praticante, com sólida formação religiosa o professor Nelson Ribeiro, da Universidade Federal do Pará, advogado e que ocupava, na época, a posição de presidente do Banco do Estado do Pará S.A. Sua indicação²³⁷ foi vista mais como imposição do CNBB do que uma escolha da coligação para auxiliar o presidente (1987, p. 35-44).

Veiga, ao conhecer o nome do ministro do MIRAD, afirmou que “[...] apesar de não ser conhecido pelos agraristas do ‘sul maravilha’, tratava-se de uma pessoa profundamente ética, estreitamente ligada à Igreja dos oprimidos e absolutamente compromissada com a realização da reforma agrária” (1990, p. 80).

Com a morte de Tancredo Neves, que veio a falecer por complicações de saúde em 21 de abril de 1985, foi efetivado no cargo de Presidente do Brasil, José Ribamar Ferreira de Araujo Costa, conhecido como José Sarney, vice-presidente eleito em 1984, já empossado em 15 de março de 1985, em vista do impedimento do presidente Tancredo Neves que se encontrava em tratamento médico na ocasião.

Até a sua indicação para compor a chapa da Aliança Democrática, José Sarney ocupou o cargo de senador, em dois mandatos consecutivos, durante os quais sua filiação partidária foi Aliança Renovadora Nacional (Arena) de 1971-1978 e Partido Democrático Social (PSD) de 1979-1984²³⁸. Interessante constar que a Arena, criada em 1965 compunha, junto com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o bipartidarismo que se seguiu a promulgação do Ato Institucional n.º 02, que extinguiu os partidos políticos existentes na época. A Arena era o partido da situação e o MDB, da oposição. Em 1979 José Sarney se tornou líder do PSD, partido situacionista, criado para atuar em apoio ao regime militar, quando há a restauração do pluripartidarismo. Resta claro que o presidente do Brasil, a frente da Nova República, em seus dois mandatos no Congresso liderou o apoio ao regime militar, tendo inclusive se oposto a Emenda Dante de Oliveira segundo Zaverucha,

²³⁷ Segundo Graziano da Silva, entre os critérios para a escolha dos ministros havia a chamada “cota de cada governador”, que era uma contrapartida ao lançamento de Tancredo Neves a presidente, que se atribuía a iniciativa dos governadores da oposição. Tancredo Neves transformou “cota” em “critério regional”. Temendo que a escolha recaísse em quem mantivesse a colonização como premissa da RA, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) indicou nomes que considerava comprometidos com questão agrária, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) entendeu-se no direito de vetar nomes que não considerasse identificados com o movimento sindical e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) declinou de indicar nomes, mas garantiu que, se consultada, emitiria opinião. Foi o último ministério a ser escolhido e cogitava-se também o nome de Sérgio Cabral, que acabou sendo preterido por Nelson Ribeiro (1985, p. 63-64).

²³⁸ Fonte: <http://www.senado.leg.br/senadores/dinamico/paginst/senador47a.asp>.

[...] Sarney, o ex-presidente do PDS, o mesmo que se havia oposto à aprovação de emenda constitucional favorecendo a eleição presidencial direta, tornou-se o líder de um governo que tinha como meta liderar a transição de um regime autoritário para outro democrático (1994, p. 162).

A escolha pelo seu nome se deu no contexto dos encaminhamentos ocorridos no período de transição, quando ocorreu a divisão do PSD que indicou o nome de Paulo Maluf ao Colégio Eleitoral para concorrer a presidente do Brasil. José Sarney, então presidente da Comissão Executiva Nacional do PSD, propôs uma consulta partidária nos estados buscando confirmar as preferências das bases pedessistas. A ideia, segundo Mendonça, era fortalecer o grupo contrário à indicação de Paulo Maluf, baseado na sua baixa popularidade fora estado de São Paulo, mas a estratégia não funcionou, pois “[...] Maluf possuía a maioria dos votos da executiva do partido governista” (2005, p.167) e foi indicado para disputar a presidência pelo PSD.

Mendonça diz que, após esse insucesso, José Sarney renunciou ao cargo que ocupava no partido e em 1984 passou a compor a Frente Liberal, formada pelos dissidentes do PSD que selaram o acordo político-eleitoral com o PMDB. Por este novo grupo José Sarney foi designado para vice-presidente na chapa da coligação que elegeu Tancredo Neves presidente do Brasil. O autor esclarece ainda que a escolha pelo nome de José Sarney obedeceu a dois critérios,

[...] o primeiro, de caráter legal, uma vez que era vedado a um parlamentar sair de um partido e concorrer na legenda de outro numa mesma legislatura. Sarney não incorria nessa ilegalidade, pois tinha sido eleito senador pela ARENA em 1978, portanto antes do surgimento do PDS e da legislação partidária em vigor na época. A segunda e mais importante razão foi o fato de que Sarney conhecia muito bem o PDS, do qual havia sido presidente nacional e que, portanto, tinha condições de transitar no interior do partido em busca de mais adesões à candidatura da Aliança Democrática (2005, 168).

Foi desta forma que o político situacionista no governo militar se tornou, por uma fatalidade, presidente do Brasil num momento em que urgia a adoção de políticas sociais e a reorganização econômica, de forma a garantir a redemocratização e o crescimento do país, tendo como uma das bandeiras a Reforma Agrária.

Quanto ao planejamento da política agrária, nesse período, Silva (1987) esclarece que houve dois momentos, no ano de 1985, de encaminhamento do PNRA, o primeiro, que identifica como Proposta²³⁹ ocorre quando foram levados a cabo estudos com base no roteiro, carimbado como 1ª Versão e que traduzia uma retomada, ainda que de forma tímida dos propósitos do Estatuto da Terra (ET) de 1964, balizado pelo processo de redemocratização do país.

Conforme Silva, o documento chamado de 1º Versão era composto por cinco páginas e preconizava que o PNRA deveria ter metas claras e viáveis, levando em conta que sua implementação deveria se dar por meio da estrutura institucional existente (MIRAD e INCRA). Ainda segundo o autor havia a preocupação, por parte da equipe de elaboração, que ao serem criadas

²³⁹ Para melhor entendimento adotamos, para essa discussão, as nomenclaturas conforme diferenciadas por Silva, entendendo por Proposta o documento elaborado pelo grupo, sob coordenação do presidente do INCRA e supervisão do ministro do MIRAD, divulgado em maio de 1985 e posto em discussão aos segmentos da sociedade brasileira, e Plano em referência ao I PNRA conforme foi aprovado e promulgado (1987, 49).

novas estruturas administrativas estas seriam demoradas, protelatórias e desgastantes (1987, p. 52).

O autor acrescenta que,

O PNRA deverá ser simples, pragmático, não-sofisticado, passível de ser entendido, acompanhado e avaliado pelo povo em geral. Os futuros beneficiários – trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente – deverão participar da sua elaboração, execução e avaliação. O Governo deverá submeter o PNRA ao IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais a ser realizado em maio próximo (1ª Versão, *apud* 1ª SILVA, 1985, p. 51).

Interessante constar que a equipe de governo²⁴⁰ teria sido indicada pelo presidente Tancredo Neves durante as tratativas no período de transição como esclarece Silva²⁴¹, sendo assim o tema reforma agrária constava da pauta de discussão do governo, conforme a fala do presidente por ocasião de entrevista coletiva concedida no dia 15 de janeiro de 1985, após sua eleição pelo Colégio Eleitoral para um mandato de seis anos, na qual esclarece ao jornalista do *Le Monde*, Charles Vanhecke, que o interpela sobre quais os interesses que o governo estaria disposto a atingir com as reformas profundas anunciadas, sob o risco de romper a coalizção pela qual havia sido eleito. A resposta do presidente merece destaque, principalmente na parte em que abordou a reforma agrária,

Tancredo Neves - Eu acho que essa sua preocupação é realmente legítima, mas não tem procedência. Evidentemente, fomos eleitos por uma sustentação de forças as mais díspares do ponto de vista da conotação ideológica ou da orientação do seu pensamento político. [...] Realmente eu tenho nessa minha heterogeneidade de forças que me apóiam não um aspecto negativo da minha candidatura, mas, antes, um aspecto positivo e que realmente na sustentação desses diversos setores de pensamento político que me apóiam eu encontro realmente autoridade política e, sobretudo, autoridade para comandar o processo de mudança e transformação por que a Nação reclama. [...] Vamos realmente levar a efeito as mudanças nas reformas institucionais, vamos levar a efeito mudanças políticas e sociais reclamadas por este País. Abrangendo inclusive a reforma monetária, a reforma universitária, a reforma educacional a reforma agrária e todas as outras dentro desse programa fixados por essas correntes políticas que nos apóiam (Diário do Congresso Nacional (seção II) n.º 0350, 22.03.1985).

Compreende-se que havia um projeto de reforma agrária que vinha sendo construído pela coligação de forças indicadas no discurso de Tancredo Neves e que pretendia por em prática as diretrizes do ET. Essa intenção prevaleceu mesmo após a morte de Tancredo Neves e posse de José Sarney. No dia 08 de abril de 1985 o Presidente José Sarney, ao entrevistar José Gomes da Silva, com a intenção de chama-lo para a pasta de presidente, perguntou ao mesmo, naquela oportunidade, o que faria se assumisse o cargo e recebeu como resposta “A do Estatuto da Terra, presidente; o senhor votou essa lei em 1964 e sabe em que consiste...” (SILVA, 1987, p.46).

²⁴⁰ Veiga diz que a indicação de José Gomes da Silva, que já ajudava a conceber o MIRAD, para a presidência do INCRA e “[...] o respaldo com que contou para formar uma equipe altamente competente progressista,” foi recebida com otimismo pelos defensores da RA. O autor informa que nem todos da equipe acumulavam experiência sobre RA, visto que nos vinte anos de ditadura esse tema não havia formado uma intelectualidade que o respaldasse. Em várias passagens do texto o autor menciona colaboradores, que teriam sido acusados de pertencerem ao Partido Comunista, sem nominá-los. O autor ocupava uma das diretorias regionais do INCRA e participou da equipe de elaboração da Proposta. (1990, p. 110). Medeiros diz que na elaboração da Proposta houve ativa participação de dirigentes e assessores sindicais vinculados a CUT e ao MST. (1994, p.20-24).

²⁴¹ Existe registro de uma lista de nomes dos futuros ocupantes de cargos na gestão acertados por Tancredo Neves e esses compromissos assumidos foram mantidos até o segundo escalão, tomando como exemplo a presidência do INCRA (SILVA, 1987, p.45).

Observamos pelas relações que passaram a se estabelecer nesse período que as representações ditas democráticas, conservadoras num passado bem próximo, deixavam entrever um ranço na movimentação, tanto no campo governamental quanto político, implicando em maiores recuos que avanços na composição e construção da reforma agrária enquanto política inovadora.

Na vertente do processo de democratização da Nova República e movido pelos pactos sociais, o Estado introduziu a Proposta, que não alterou a forma em que fora assumida pelo capitalismo, ao tempo em que pretendeu recompor as relações entre as classes sociais, representadas pelos trabalhadores rurais, os camponeses e os latifundiários, gerando controvérsias na sua aplicabilidade e operacionalização.

Foi desta forma que a Proposta do I PNRA trouxe em seu bojo as contradições que permeavam a correlação das forças que compunham o Estado, numa tentativa de atender aos interesses antagônicos expressos pelos movimentos sociais pela terra e latifundiários, representados pela União Democrática Rural (UDR). A Proposta é avaliada, por ambos os lados que travavam o embate, como não apropriada, conforme veremos na sequência deste capítulo.

O resultado não poderia ter sido diferente, conforme atesta Fernandes,

Em maio de 1985, um comitê de trabalhadores e intelectuais elaborou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, estabelecendo metas para a implantação de assentamentos. Ruralistas no congresso, com o aval do Sarney, conseguiram desfigurar o plano antes de ser assinado pelo presidente. Uma recomendação foi a formação de um novo ministério para cuidar reforma agrária, desvinculando o assunto da pasta do Ministério da Agricultura (MA) (2010, p. 18).

Sobre a UDR é importante ressaltar que a sua criação surgiu como uma resposta à divulgação e discussão da Proposta do I PNRA, foi nesse momento que a UDR se organizou e se estruturou. Segundo Cunha Filho,

[...] a UDR teria nascido em junho de 1985, a partir do encontro entre o médico e pecuarista goiano Ronaldo Ramos Caiado e o pecuarista paulista Plínio Junqueira Jr, que passaram a organizar reuniões entre líderes pecuaristas contrárias à proposta do MIRAD-INCRA (2007, p. 48).

Em seus discursos a UDR conclamava a categoria “produtor rural”, sem distinção entre grandes, médios e pequenos produtores rurais. No início da sua formação se ateve aos estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais e posteriormente se espalhou pelos demais estados. Seu objetivo precípua era defender a propriedade privada, independentemente dos meios necessários para tanto. Inicialmente a organização usou de extrema violência, formando milícias e armando seus associados, cobrando respostas às ocupações de terras e à proposta do governo.

Como organização era independente de contribuições sindicais, para financiar suas ações e atender juridicamente aos latifundiários, promovia leilões com objetivo de arrecadação nos estados onde se constituiu. Cunha Filho a caracteriza “[...] como uma alternativa aos tradicionais órgãos de representação de proprietários rurais que, em grande parte, eram atrelados ao Estado por pertencerem à estrutura sindical” (Idem, p. 49).

A *Folha de São Paulo* noticiou a oficialização da UDR na edição de 12 de dezembro de 1985, “Fundada no interior de SP entidade ruralista”, na qual especificava que naquela semana, “[...] com a presença das lideranças rurais da região de Presidente Prudente, a União Democrática Ruralista (UDR), realizou sua assembléia de fundação e aprovação de estatutos” (FSP, 12.12.1985, p.36) Na ocasião foram eleitos os membros da diretoria provisória, indicando que posteriormente se faria a eleição definitiva.

4. 2 A Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul: o acalmar ânimos de ribeirinhos e brasiguaios

Nesse ínterim, em Mato Grosso do Sul a mídia regional já se manifestava, visto que o estado era considerado foco de conflitos²⁴², principalmente na fronteira com o Paraguai e acreditava-se que haveria, conforme se constatará posteriormente, previsão de área para desapropriação tão logo o PNRA fosse aprovado. Um dos focos do conflito e o que maior repercussão teve na mídia foi o retorno para o Brasil dos homens e mulheres do campo, que desde 1954, conforme já apontado nesse estudo, haviam se deslocado para o Paraguai, pressionados pela mecanização da agricultura, perda de terras e/ou condições de trabalho em terras brasileiras. Esses personagens passaram à história agrária do Brasil sob o nome de “brasiguaios”.

Para Baller,

[...] o sujeito social brasiguai surge, num primeiro momento, com uma nova e diferente bandeira de luta pela terra, tanto no Paraguai quanto no Brasil, na medida em que ele se diferencia dos demais integrantes de movimentos sociais de luta pela terra. Com o passar do tempo, o tratamento do termo passa a ser de uso corrente, especialmente difundido pela imprensa e representando o brasileiro que está no Paraguai, que está ou esteve ligado às atividades rurais no País vizinho (2014, p. 94).

O autor explica que as relações de trabalho a que foram expostos no Paraguai não permitiu que tivessem êxito, visto que reproduziu a mesma condição pela qual haviam sido expropriados no Brasil, “[...] pequenos produtores, arrendatários, meeiros, parceiros, parceiros, entre outros [...]” (Idem), desta forma podemos inferir que ao irem para o Paraguai em busca de terras para produzir sustento, se tornaram apenas força de trabalho o não lhes deu condições de obter a terra e dela fazer seu meio de produção.

Segundo Sprandel, a identificação de brasiguai foi firmada pelo Serviço Pastoral dos Migrantes, fundada em outubro de 1985, como um braço da CPT, e assim caracterizada,

[...] trabalhadores migrantes (...) brasileiros que, impossibilitados de encontrar terra em seu país, viram-se forçados a ‘invadir’ o Paraguai, numa desesperada tentativa de sobreviver. Hoje, dadas as condições de vida naquele país, milhares deles estão retornando ao Brasil e sendo recebidos como verdadeiros bandidos (1992, p. 220).

A presença dos brasiguaios, noticiada pela imprensa das mais variadas formas, mostrava que vinham como “retirantes” do Paraguai (PY), sem nenhuma preocupação em dizer o que os

²⁴² Publicado em “As principais regiões em conflito” (FSP, 29.05.1985) e “O mapa dos conflitos” (Veja, 29.05.1985).

levava para terras estrangeiras, sem menção a sua expropriação durante o processo de modernização da agricultura, ocorrido a partir da década de 1970, nem o que os fazia retornar, sob risco de vida, trazendo consigo a força da demanda que lançaram ao Estado, pelo ônus de terem sido colocados para fora do Brasil (Idem, p. 225).

Sobre a situação dos brasiguaios o deputado federal por Mato Grosso do Sul, Sérgio Cruz, em pronunciamento no Congresso Nacional, fez um apelo à Nação no qual esclarecia que “Este problema antecede a Nova República e é responsabilidade do Governo e da sociedade brasileira que não pode alhear-se, sob pena de perder-se o controle da crise e não se impedir o contratempo de atos de intranquilidade” (*Diário do Congresso Nacional*, 26.06.1985, p. 6836).

Na continuidade de seu pronunciamento informava as condições precárias nas quais viviam homens, mulheres e crianças que se encontravam acampadas em Mundo Novo/MS, sobrevivendo da ajuda de entidades e de pessoas que lhes manifestavam solidariedade, enquanto aguardavam solução para a situação em que se encontravam. O intuito do pronunciamento era assegurar assistência imediata, enquanto os governos federal e estadual tomavam as devidas providências em relação à desapropriação de áreas para assentamento.

Ainda no ano de 1984, os brasiguaios haviam protagonizado uma das mais emblemáticas ocupações de terras no SMS, a tomada da Fazenda Santa Idalina, em Ivinhema por mais de 1000 famílias, conforme relatado²⁴³ por José de Oliveira²⁴⁴ e Padre Adriano²⁴⁵.

José de Oliveira, lembrando a trajetória do movimento de reivindicação pela terra em Mato Grosso do Sul, esclareceu que a ocupação da Santa Idalina se fez com total apoio da CPT, visto que ainda não havia sido criado o MST/MS, “Quanto a Santa Idalina, ainda veio militante do MST nacional, veio ajudar pra fazer as ações mais radicais que a pastoral não fazia. Foi o ponto de partida para a criação do MST em Mato Grosso do Sul.”(Entrevista: José de Oliveira, Bataiporã, 09.10.2014).

Padre Adriano acompanhou a ocupação da Santa Idalina e sobre ela relatou que,

Foi uma organização muito bonita, foram fazendo as reuniões juntamos 12 municípios e começamos a preparar esse povo, que estava abandonado, sem assistência. Sempre falamos que a luta não é da CPT, a CPT dá uma mão, mas quem deve assumir a luta são vocês, vocês devem assumir a luta, uma luta popular, nós damos respaldo, apoio, naquele tempo nossa Igreja era muito mais revolucionária, profética... Depois resolveram ocupar a terra, 29 se não me engano, de abril de 1984 e tudo foi em segredo porque a polícia não podia saber, reuniões noturnas, telefonemas meio disfarçados, códigos... Isso foi uma preparação muito bonita, e sempre nós falando o protagonismo é de vocês. Tudo foi muito democrático, em todas as tomadas de decisão (Entrevista: Adriano Vau de Ven. Dourados, 25.08.2014).

Na sequência de seu depoimento, Padre Adriano lembra que nesse momento tiveram apoio de alguns sindicatos mais combativos, “A ocupação foi de mais ou menos 1000 pessoas, 24 caminhões de gente para ocupar Santa Idalina que era no município de Ivinhema, na penúltima noite

²⁴³ Histórico do MST, utilizado nas palestras de formação, disponibilizado pelo autor. Entrevista em 08.10.2014.

²⁴⁴ Diretor de Produção da Comissão Estadual do MST/MS. Assentado no PA São Luiz – Bataiporã/MS. Iniciou no MST a partir de 1989. Entrevista em 09.10.2014, Assentamento São Luiz, Bataiporã.

²⁴⁵ Padre Adriano Vau de Ven, membro da CPT/MS. Entrevista em 25.08.2014, Dourados/MS.

a polícia descobriu alguma coisa, a polícia secreta do Estado...” (Idem) e continua seu relato contando que ao tomarem conhecimento do vazamento da informação sobre a ocupação, souberam que o local exato não era de conhecimento da polícia e se reuniram, secretamente, as duas horas da manhã para deliberarem sobre qual atitude tomar. A decisão foi de agirem na mesma noite e assim foram lotados os 24 caminhões com as famílias e se dirigiram para a terra, que era desabitada. Padre Adriano faz questão de falar sobre o cuidado que tinham ao decidir as ocupações, somente o faziam com a garantia de que era terra improdutiva e prossegue,

Só a polícia não sabia muito bem onde era a terra, foi bom, então, como vinha gente de muitos lugares para ocupar, a polícia pensava que era mais perto de Ivinhema, lá tinha polícia principalmente e seguraram quatro caminhões, então entraram vinte naquela noite, de sábado para domingo, 28 para 29 de abril de 1984. Mas depois esse mesmo povo andou 80 quilômetros, fugiram dos caminhões e foram a pé, chegando lá no outro dia também. Foi incrível! Depois, no outro dia, domingo a polícia rodeou o acampamento (Entrevista: Padre Adriano Vau de Vem. Dourados, 25.08.2014).

Segundo o Padre Adriano, foi a firmeza do grupo que permitiu que mantivessem a ocupação, enfrentando a possibilidade de violência por parte da polícia que tentou impedir que atravessassem o rio Guaraí em barcos para atingirem o destino, que ficava na outra margem. Muitas pessoas acabaram por atravessar o rio a nado, carregando companheiros nas costas. Assim se mantiveram, contrariando a determinação para que voltassem aos caminhões e retornassem as suas cidades de origem. Com o apoio da CPT optaram por continuar a luta, embora a ordem judicial fosse de despejo. Quinze dias depois, em 14 de maio, não foi mais possível atrasar a desocupação e tiveram que acatar a decisão do poder judiciário. A própria Sociedade de Melhoramento e Colonização (SOMECO)²⁴⁶ arrumou os caminhões para a retirada das famílias.

A CPT se manteve junto, vieram membros de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas, lembra o Padre “[...] e em cada caminhão seguiam dois agentes da pastoral, eu fui no primeiro caminhão.” E assim, graças ao apoio prestado pelo bispo de Dourados Dom Teodardo Leitz, presente na desocupação, não houve violência contra os sem terra naquele momento. O entrevistado atribuiu ao papel desempenhado pelo clérigo a saída pacífica da Santa Idalina, a quem considera um homem muito justo. Embora a determinação de que retornassem as cidades de onde haviam saído, o Bispo encaminhou todos os caminhões para a paróquia de Ivinhema que os recebeu com alimentação e acomodação provisória.

No outro dia decidiram o que fazer a seguir, que atitude tomar para prosseguir a luta e assim foi feito, se dirigiram para a Vila São Pedro e lá ficaram, sob a guarda da CPT, até outubro do mesmo ano. Nesse meio tempo Dom Teodardo procurou o governador Wilson Barbosa Martins e cobrou uma decisão sobre o assentamento das famílias, se o qual não pudesse ser na Santa Idalina, que ele, enquanto governo, determinasse outra área, o que acabou ocorrendo,

Esse povo não voltou mais para a Santa Idalina [...] o governador ofereceu provisoriamente terras em Nioaque, Fazenda Padroeira do Brasil, cada um recebeu 4 hectares, provisoriamente, por que tem que respeitar o módulo mínimo de 24 hectares e lentamente começou a aparecer outros assentamentos, por que lá

²⁴⁶ Colonizadora que detinha a posse da Fazenda Santa Idalina.

naquela terra de 4 hectares ficaram cerca de 150 famílias (Entrevista: Adriano Vau de Vem, Dourados, 25.08.2014).

Desta forma as famílias restantes que ocuparam a Fazenda Santa Idalina foram distribuídas em outros assentamentos que surgiram após o Padroeira do Brasil²⁴⁷.

Sobre esse assentamento, em junho de 1985, o *Correio do Estado* divulgou a realização de uma reunião entre os colonos e o governador Wilson Barbosa Martins na qual ficou registrada a reclamação dos assentados acerca da precariedade de atendimento que estavam recebendo, os colonos reivindicavam serviços de segurança, saúde e educação e diziam que o governo “[...] não pode deixar de fornecer os alimentos necessários às famílias, porque o assentamento na gleba foi muito em cima da hora e mal deu tempo para derrubar a mata e fazer as queimadas” (CE, 19.06.1985, p. 3). Ao final do encontro, conforme a notícia, o governador disse que iria atender as solicitações e informava que os problemas relativos a improdutividade da terra, alegada pelos colonos, seriam resolvidos com a aplicação do PNRA, em discussão na ocasião da audiência. Desta forma, podemos perceber que o assentamento das famílias retiradas da Santa Idalina, no processo de desocupação, foram assentadas em área pouco apropriada para o cultivo e completamente sem assistência, uma forma apenas de protelar a resolução sobre o assentamento dessas famílias.

Retomando as análises das narrativas dos acontecimentos, os brasiguaios continuaram retornando em levadas sucessivas²⁴⁸ sob a bandeira de expropriados, esperançosos com a possibilidade de ocorrer reforma agrária no Brasil, em plena abertura política, muitos deles expulsos literalmente²⁴⁹ do PY.

Sobre isso o *Jornal da Manhã*, de Mato Grosso do Sul, publicou no dia 19 de maio de 1985, matéria referente à entrega ao ministro do MIRAD, pela Comissão Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de documento que tratava da problemática da questão fundiária no país. A especificidade de Mato Grosso do Sul relatada se referia ao permanente conflito em que viviam aproximadamente doze mil famílias, entre as quais se encontravam àquelas que retornaram ao Brasil “[...] diz o documento que cerca de três mil famílias foram intimadas pelas autoridades paraguaias a abandonarem aquele país num prazo de 30 dias [...]” (JM, 19.05.1985), essas famílias encontravam-se acampadas no município de Mundo Novo aguardando deslocamento para áreas onde pudessem ser assentadas, juntamente com as demais famílias.

A *Folha de São Paulo*²⁵⁰, no dia 18 de junho de 1986, publicou duas matérias sobre a situação dos brasiguaios, uma em que informava as providências tomadas por Nelson Ribeiro junto ao Ministro das Relações Exteriores no sentido de intervir junto ao governo paraguaio buscando dilatar o prazo de retirada dos brasiguaios do Paraguai “[...] que lá se encontram e que estão ameaçados de expulsão” (1985, p.4) e outra sob o título “Os agricultores brasileiros começam a sair

²⁴⁷ Na planilha Projetos de Assentamentos criados e/ou reconhecidos pelo INCRA/MS (2010) é informado o número de 243 famílias em área de 2.500,000 hectares assentadas no PA Padroeira do Brasil.

²⁴⁸ Segundo Sprandel começam a voltar para o Brasil no início da década de 1980 e continuam até o início da década de 2000. O que não significa que não continuarão a retornar visto que ainda tem muitas famílias de pequenos produtores rurais residindo no PY.

²⁴⁹ Depoimento de Osvaldo Fincato, assentado no Itamarati I – Ponta Porã/MS (Entrevista em 11.10.2014).

²⁵⁰ É a primeira matéria publicada pela FSP sobre os brasiguaios, o que evidencia que os periódicos de Mato Grosso do Sul estavam dando maior realce a chegada dos brasiguaios e à situação de abandono em que se encontravam esses brasileiros, que estavam sendo coagidos a retornar ao Brasil.

do Paraguai” que relatava os procedimentos de cobranças e despejos além de torturas físicas perpetradas pelas autoridades paraguaias contra os brasiguaios.

Pelas publicações ficava implícito que os brasiguaios estariam retornando para o Brasil a partir de 1985, dando a entender, numa linguagem subliminar que alude à divulgação da reforma agrária no Brasil a causa do retorno dessa categoria de homens e mulheres, minimizando as denúncias e desqualificando seu direito a terras no Brasil, como qualquer outro brasileiro sem terra.

Nessa linha o *Correio do Estado*, no texto “Em nome da Reforma Agrária” anunciou,

Se faltava indício mais forte sobre as reais consequências da divulgação da flagrante dificuldade do Governo fazer entender os critérios do Plano Nacional de Reforma Agrária, não falta mais. Ele foi fornecido esta semana, especificamente ontem, sobre a forma de um panfleto produzido, segundo as informações, por pessoas ligadas à Comissão Pastoral da Terra, para orientar debandada de centenas de famílias que estavam vivendo no Paraguai de volta ao Brasil (CE, 15-16.06.1985, p. 3).

Na sequência, o mesmo jornal sob o título “Brasiguaios na Câmara Federal”, reproduziu a entrevista de Ruben Figueiró, deputado federal por Mato Grosso do Sul, pedindo providências a Nelson Ribeiro e convocando-o para depor no Congresso Federal sobre a proposta do PNRA e em um subtítulo “Efeitos irreversíveis” alega que embora bem intencionada e com propósitos lógicos e válidos, ocasionou “[...] a rebelião no campo, desestruturou as forças produtivas, fez cruzar os braços dos trabalhadores e desestimulou a força dos fazendeiros” (1985, 28.06.1985, p. 5), essa insegurança, em sua opinião, era razão para que o Congresso Nacional se preocupasse e se ocupasse dessa questão.

Esse jogo de palavras, como era de se esperar, fez com que a população visse com resistência a vinda dos brasiguaios, muitas vezes tratados como bandidos nas cidades onde acampavam. Em Amambai, na década de 1990, numa das ocupações consideradas emblemáticas por José de Oliveira, que relatou ter sido a segunda ocupação²⁵¹ “[...] sozinha do MST, sem a participação da CPT”, vivemos essa realidade. Em entrevista, Almiro Pinto Sobrinho²⁵² lembrou que se falava muito na época que o PT filiava essas pessoas para garantir seus votos, em sua opinião, era uma forma de responsabilizar e diminuir a imagem do prefeito²⁵³ e acrescentou que a permanência dessas famílias era motivo de preocupação por parte dos moradores que se precavam de sua proximidade temendo suas manifestações. O entrevistado foi secretário de Fazenda na gestão de Nestor Silvestre Tagliari²⁵⁴ e conta que participou de negociações com os brasiguaios que eram apoiados por representantes do magistério local, como intermediadores, e por várias ocasiões em que os brasiguaios se dirigiram ao centro da cidade, em manifestação, portando suas ferramentas de trabalho, o comércio era fechado ante sua passagem.

Nesse sentido a *Folha de São Paulo*, em edição de 16 de novembro de 1985, noticiava “Diretas para prefeito” e no texto informou,

²⁵¹ A primeira foi na Fazenda Urtigão em Tacuru, em 1990.

²⁵² Memorialista. Entrevista em 11.12.2014. Amambai.

²⁵³ Anílson Rodrigues de Souza, primeiro prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em Mato Grosso do Sul (1989-1992) e Deputado Estadual, pelo PT (1994-1997).

²⁵⁴ Foi prefeito de Amambai por duas vezes, a primeira, em 1979 por nomeação durante o governo militar e em 1993 voltou ao cargo como prefeito eleito. (SOBRINHO, 2009, p. 108).

Em Foz do Iguaçu-PR, dos 80 mil eleitores, pelo menos 20 mil vivem do outro lado da fronteira, no Paraguai. O comparecimento dos “brasiguaios” às urnas foi grande. Os candidatos enviaram um grande número de ônibus e caminhões para buscá-los (FSP, 1985, p. 15).

A mensagem permite inferir que os brasiguaios tinham como correlacionar suas forças, em conjunto com os movimentos sociais e ter representatividade na escolha de políticos que eram parceiros da reforma agrária, lembrando que o IPNRA havia sido promulgado um mês antes das primeiras eleições diretas para prefeito, após o regime militar. Na verdade os brasiguaios retornavam numa leva imensa de famílias, conforme vimos e não voltavam cooptadas pelas relações com políticos, que supostamente seriam por eles eleitos, mas pela abertura política da sociedade brasileira, que sinalizava para a RA e, especialmente, pelas adversidades que viviam com o governo de Alfredo Stroessner²⁵⁵, no Paraguai. Assim como as dificuldades que tiveram para se manter na terra, acentuadas com a mecanização da agricultura, os havia expulsado do Brasil, a política adotada pelo governante paraguaio os colocou para fora daquele país.

São muitas as edições de jornais de Mato Grosso do Sul, com várias matérias na mesma edição que tratavam dos brasiguaios no período que antecedeu a promulgação do IPNRA e que, com certeza, influenciaram o debate da Proposta. Vejamos os principais títulos “Caso dos brasiguaios é estudado: Comissão seguiu para Mundo Novo” (DS, 25.06.1985, p.1), “Brasiguaios terão alimentos” (CE, 27.06.1985, p.2), “Balanço aponta 900 famílias” e “A reforma e as invasões” (CE, 28.06.1985, p.2-5), “Ministro garante dar terra aos brasiguaios” e “Comissão já discute o caso dos brasiguaios” (DS, 03.07.1985, p. 1-2), “O alto preço das invasões” (CE, 06.07.1985, p. 2), “Brasiguaios já recebem assistência no Estado” (JD, 11.07.1985, p. 2).

Ao analisarmos o teor das notícias publicadas podemos constatar que havia a intenção em divulgar o número de famílias que voltavam para o Brasil, destacando o que representava em gastos para os cofres estaduais manter as famílias acampadas. Segundo o editorial “O alto preço das invasões”, implicava em gastos no montante de “[...] quase 90 milhões de cruzeiros que se destinam a custear alimentação para os ‘sem terra’ de Mundo Novo e para os que já têm terra, da Gleba Nossa Senhora Aparecida, no município de Nioaque” (CE, 06.07.1985).

Em todas as notícias cujos títulos estão citados a linguagem subliminar sugeria o quanto era oneroso ao Estado fazer a reforma agrária e deixavam explícito que ao atender essas famílias, poderiam incentivar *outras invasões* e implicitamente salientavam que uma reforma agrária, apenas anunciada, já onerava o estado que, naquele período, apresentava déficit orçamentário. Na mesma linha de apresentar gastos ao apontar o número de famílias também era dito que os prefeitos das cidades nas quais os brasiguaios estavam acampados já estavam recorrendo ao governo estadual para ajudar na manutenção dos acampados.

É importante perceber que a imprensa de Mato Grosso do Sul estava se posicionando num momento crucial em que se discutia a Proposta do PNRA e que ao salientar o quanto seria custoso

²⁵⁵ Alfredo Stroessner Matiauda por meio de um golpe de Estado assumiu a Presidência do Paraguai e governou ditatorialmente durante oito mandatos consecutivos entre os anos de 1954 e 1989. Fonte: Dicionário Político. https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/stroessner_alfredo.htm.

ao Estado fazer a RA influenciava no debate, pendendo para os latifundiários e visando colocar a sociedade contra a reforma. Não podemos esquecer que esses embates não consideravam a possibilidade de interesse dos latifundiários pela desapropriação, desde que fosse feita dentro dos termos que contrapunham à Proposta e que acabaram por imprimir sua marca no processo de reordenamento de terras em Mato Grosso do Sul, como será visto a seguir.

As notícias veiculadas com o intuito de informar, ao mesmo tempo traduziam a inquietação presente na sociedade frente à situação dessas famílias²⁵⁶, tanto havia preocupação com a sua permanência nas áreas de acampamento, quanto era exercida pressão sobre o governo para que resolvesse a questão, a exemplo do ocorrido após a ocupação da Fazenda Santa Idalina.

Segundo Falchi, foi nesse momento que a UDR foi criada em Dourados, no ano de 1985, “[...] em oposição à ocupação da Gleba Santa Idalina” (2007, p. 85). Os latifundiários de Mato Grosso do Sul se manifestaram contrários a Proposta do PNRA e desta forma se organizaram no intuito de “[...] inviabilizar projetos de assentamentos na região e difundir uma imagem negativa dos movimentos a fim de impedir sua legitimação e aceitação social” (Idem).

Há que se considerar a enorme pressão exercida pela imprensa que embora tentasse dar legitimidade aos movimentos sociais, faziam pender a balança para o conservadorismo presente no imaginário do povo sul-mato-grossense e senão inviabilizar, pelo menos dificultar o processo de reordenamento, via RA.

Sobre o comportamento da sociedade frente às manifestações dos movimentos sociais e do apoio dado aos acampados pela CPT, Padre Adriano e Irmã Olga Manosso contam episódios que viveram no período em análise. Classificando de *pitoresco*, Padre Adriano relata que logo após a ocupação da Santa Idalina era chegado o tempo de uma das festas beneficentes, tradicionalmente organizada pela Igreja Católica em Caarapó e como em todos os anos foram feitas solicitações aos apoiadores da festa. Segundo conta, em represália a participação da CPT nas ocupações ocorridas, naquele ano os fazendeiros que contribuíram em anos anteriores, com doação de bois para a festa, se negaram a fazê-lo. Padre Adriano acredita que essa atitude foi uma reprimenda pelo apoio da CPT aos movimentos dos sem terra, mas a organização, liderada por ele não teve dúvidas e para manter a festa decidiu *Se não temos bois faremos a festa do frango* (Entrevista, Adriano Vau de Ven, Dourados, 25.08.1985), e a festa aconteceu.

Irmã Olga Manosso, participante ativa na mesma ocupação diz que muitas vezes foi refreada pelos seus superiores da Igreja pela sua atitude de apoio aos movimentos sociais “Não estou julgando, eu vivi em paróquias em que mandavam eu calar a boca, me aquietar por que senão não teríamos mais os bois pras festas, pra terminar a parede da Igreja...” E ela conclui “[...] e eu é que não ia dar, de onde ia tirar né?” (Entrevista. Olga Manosso, Assentamento Itamarati. 08.10.2014).

Esses depoimentos evidenciam o poder dos latifundiários, que atingia todas as instâncias da sociedade, até mesmo de instituições seculares, comprometidas com o social, que acabavam por ser coagidas a se omitir em determinadas situações, preocupadas com as represálias que poderiam advir.

²⁵⁶ Havia a preocupação de que trouxessem doenças, visto a miséria e precariedade das condições de higiene em que viviam nos acampamentos, “Há ameaça de fome e doença”. (Pronunciamento do deputado federal Sérgio Cruz, Diário do Congresso Nacional, 26.06.1985, p. 6837)

4.3 A Proposta do PNRA: abertura dos debates junto à sociedade brasileira e sul-mato-grossense

A pressão para que se acelerasse o processo da Reforma Agrária se fez sentir no início do governo de José Sarney, a presença dos conflitos era percebida e novos embates passaram a ser divulgados nos periódicos de Mato Grosso do Sul, governado, à época, por Wilson Barbosa Martins (PMDB)²⁵⁷, primeiro governador eleito após o regime militar

A representação política do SMT e de Mato Grosso do Sul, após sua criação, sempre esteve ligada à família Barbosa Martins, representada pelos dois irmãos, Wilson e Plínio Barbosa Martins, ambos profissionais liberais que embora proprietários de terras em Mato Grosso do Sul “[...] privilegiaram a formação profissional e o engajamento político, distanciando-se, em parte, da pecuária. Nessa condição não são considerados pelos seus pares ‘fazendeiros de expressão’” (Idem, p. 81). O papel desempenhado por Wilson Barbosa Martins, governador no ano da promulgação do IPNRA e Plínio Barbosa Martins, deputado federal, ambos filiados ao mesmo partido, PMDB, que José Sarney no período de apresentação, discussão e aprovação do I PNRA é analisado ao longo deste capítulo.

Foi no governo de Wilson Barbosa Martins, no mês de abril de 1985, que foi noticiado pelo *Diário da Serra* o enfrentamento ocorrido na Fazenda Conceição, em Nioaque, área adquirida pelo INCRA para assentar os posseiros que estavam acampados em reserva Kadiwéu, na Bodoquena. A invasão à fazenda deveria ocorrer em comemoração à ocupação da Gleba Santa Idalina, no ano de 1984 e os posseiros provenientes de Naviraí, Mundo Novo, Itaquiraí, Caarapó e Dourados encontraram forte aparato policial ao chegarem à área, o que os obrigou a recuar.

Por esse episódio, o deputado federal Sérgio Cruz²⁵⁸ enviou manifestação ao governador Wilson Barbosa Martins em nome dos manifestantes, criticando a presença dos milicianos fortemente armados, aludindo aos novos tempos da Nova República em que não caberia mais esse tipo de ostentação de força. O deputado lamentava o fato que considerou repulsivo e constrangedor (DS, 30.04.1985).

Antes mesmo da divulgação da Proposta, a *Folha de Dourados* publicou a matéria “O Velho Tema: a reforma agrária” a qual apontava a expectativa do meio político sobre a programação do governo de José Sarney, antevendo as “[...] primeiras propostas de mudanças estruturais para o país, considerando a criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário” (FD, 10.05.1985, p. 2), lembrando que a criação do MIRAD é sucedânea da política herdada do regime militar que criou, extinguiu e fundiu órgãos sem dar continuidade ao projeto de reforma agrária, explícito no Estatuto da Terra.

A notícia citava a aprovação do Estatuto da Terra, a qual qualificou como “mero instrumental político de oportunidade” visto que nada se fez efetivamente para mudar a estrutura fundiária

²⁵⁷ Governou Mato Grosso do Sul em dois mandatos, de 1983 a 1986 e de 1995 a 1999. Foi senador da República de 1987 a 1995. (Fonte: Portal Senado Federal.) Filiado a UDN até a implantação do bipartidarismo (1965) quando se filiou ao MDB, partido da oposição, que posteriormente se transformou em PMDB no qual permaneceu toda a sua carreira política.

²⁵⁸ Sérgio Cruz, Deputado Federal (PMDB/1983-1987), jornalista e radialista.

brasileira nos últimos decênios, nem para educar o homem do campo²⁵⁹. Na continuidade da argumentação é enfatizada a necessidade de que a reforma agrária não fosse apenas “[...] alguma reforma política e ideológica acobertada por uma pseudo mudança que tenha agrário apenas no nome.” (Idem), mas que visasse promover o homem do campo, dando-lhe condições reais de produzir tecnologicamente por meio de assistência técnica permanente, de forma associada e não isolada, o que considerava inócuo. E prognosticava:

Ao Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, e que faça ao longo de sua história que se inicia, justo ao nome inteiro que recebeu, cabe a tarefa de reformar a estrutura fundiária do país, levando em consideração o que existe de positivo, no mapeamento das propriedades rurais, respeitando os módulos mínimos estabelecidos, utilizando-se da legislação em vigor que até agora “não pegou”, para desapropriar e dar outra destinação à terra hoje improdutivo, e promover o seu desenvolvimento no quanto o país precisa (FD, 10.05.1985, p. 2).

O autor remete a fala de Silva quando diz que a inclusão da palavra reforma, “seguido por agrário, mesmo tendo desenvolvimento como divisor foi fundamental para garantir que, enfim, se fizesse a reforma agrária, começando por um mapeamento que levantasse e mostrasse a real situação das propriedades da terra no Brasil, tanto em relação a sua existência quanto a sua titulação pelos proprietários, que nunca ficou convenientemente esclarecida e, ainda, cobrava que se esclarecesse a questão dos módulos fiscais²⁶⁰ e o conceito de terra improdutivo²⁶¹, um dos maiores embaraços que se iria enfrentar, representada pela posição dos latifundiários, absolutamente contrários à desapropriação, durante as discussões que antecederam a promulgação do IPNRA (Idem).

Na segunda metade do século XX, várias iniciativas buscaram equacionar a questão agrária ou fundiária no Brasil, tanto é que Silva aponta que foi preciso batizar de 1º da Nova República, o PNRA de 1985, justamente para diferenciá-lo das demais tentativas de executar a reforma agrária, ou mesmo fundiária no Brasil²⁶².

Em Mato Grosso do Sul, no governo de Wilson Barbosa Martins (1983-1986), foram criados, via Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), o Projeto de Assentamento (PA) Padroeira do Brasil (1984), localizado no município de Nioaque com área de 2.500 hectares, para assentar os brasiguaios após a desocupação da fazenda Santa Idalina e o PA

²⁵⁹ Infere-se na fala do autor, Henrique Paraguassu, a crítica sobre a omissão dos sucessivos governos em relação a uma assistência técnica que capacitasse homens e mulheres do campo a lidar com as novas tecnologias advindas com a modernização da agricultura.

²⁶⁰ Módulo fiscal é estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município (Fonte: <http://www.incra.gov.br/perguntas>)

²⁶¹ O imóvel (propriedade rural) considerado produtivo pelo Incra é aquele que, explorado econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra (GUT) e de eficiência na exploração (GEE) segundo índices fixados pelo órgão federal competente. O Grau de Utilização da Terra (GUT), deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento) e o Grau de Eficiência na Exploração da terra (GEE), deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento) (Fonte: <http://www.incra.gov.br/perguntas>)

²⁶² Em 1966, foi elaborado pelo governo federal um documento “[...] obediente à sistemática estabelecida pelo Artigo 35, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra)” (SILVA, 1987, p. 55) que pode ser caracterizado como um primeiro PNRA e que promoveu apenas a colonização, em 1968 foi publicado o segundo PNRA “[...] com a mesma marca não-reformista”(Idem) que criou os Projetos Integrados de Colonização (PIC) do qual fez parte a formação de Sete Quedas, estudado no capítulo III dessa tese e em 1982 foi lançado por meio do Decreto 87.457, de 16 de agosto o Plano Nacional de Política Fundiária “[...] no qual as ações de ‘reforma agrária’ propriamente dita não tem qualquer incidência” (Idem, p. 56).

Tamarineiro I (1984), em Corumbá para reassentar especialmente ribeirinhos, oriundos da desapropriação de terras para a construção de usinas hidrelétricas (MARTINS, 2010, p. 239), conforme vimos no capítulo III.

Naquele momento, em que havia a tentativa de viabilizar a abertura política, com o fim da ditadura ocorreram diversas mobilizações populares, reuniões de grupos políticos e de estudantes que defendiam as reformas necessárias para que o país, definitivamente se tornasse democrático e é nessa conjuntura que ocorre o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná (22.04.1984), ficando essa data marcada como ponto de partida da construção do MST (Morissawa, 2001, p. 12).

No âmbito federal constatamos que, embora o sentimento de euforia dos trabalhadores organizados com a proposta do PNRA era também perceptível, no discurso oficial, a intenção de apaziguar os ânimos dos movimentos sociais organizados, mesmo que a equipe, formada por grupos de trabalho participativo se constituísse por

[...] membros do INCRA, de um trabalhador rural ou pessoa ligada diretamente às suas organizações, de representante de entidade não-governamental e um consultor independente que atuasse como massa crítica. Nessa composição procurava-se manter o equilíbrio interdisciplinar e regional, assim como a independência de posição da CONTAG (SILVA, 1987, p. 54).

Graziano da Silva acrescenta que os componentes dos 17 grupos de trabalho²⁶³ eram voluntários, somando mais de cem pessoas que representavam “[...] entidades ligadas à CONTAG, organizações ligadas à Igreja (CPT e Sem Terra), ABRA²⁶⁴, IBASE²⁶⁵, professores universitários, etc” (1985, p. 64).

Sobre as pessoas que compunham os Grupos encontramos menção em Mendonça de que eram “[...] conhecidos defensores da reforma agrária e de dirigentes e assessores sindicais ligados à Contag [...]” (2010, p. 74).

No texto que apresenta a série *Memória do 1º PNRA da Nova República*²⁶⁶ há a indicação de Flávio Teles de Menezes, Horácio Martins de Carvalho, João Pedro Stédile, José Francisco da Silva, José Sarney, Moacir Palmeira, Nelson Ribeiro, Osvaldo Russo, Roberto Rodrigues, Rubens Bayma Denys e Simão Jatene como entrevistados para o “[...] resgate da memória da elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), coordenada por Abdias Vilar de Carvalho, tendo como vice coordenadora, Regina Angela Landin Bruno [...]” (2010, p.1).

O *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* (JTST), em matéria de junho de 1985, ao apresentar a Proposta informa que na sua elaboração houve participação de “[...] cinco lavradores da Executiva

²⁶³ Silva especifica os 17 Grupos de Ação, como preferiu chamá-los, Grupos de Recursos Legais, de Recursos da terra, de Integração e Descentralização, de Recursos Financeiros, de Família-Tipo e do Assentamento-Tipo, de Recursos Humanos, de Medidas de Apoio, de Terras Indígenas, de Terras urbanas, de Projetos Especiais, de Atividades-Meio, de Atividades Complementares, de Planejamento, de Estratégia da Reforma Agrária, Institucional e de Coordenação.(1987, p. 55).

²⁶⁴ Associação Brasileira de Reforma Agrária.

²⁶⁵ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

²⁶⁶ Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo CPDA/EFRRJ. (http://www.eduardoferrao.com.br/nucleo/acervo/Serie_MP.pdf)

Nacional e dois assessores indicados pelo Movimento dos Sem Terra [...]” (JTST, junho/1985, n.º 44, p. 10).

O produto do trabalho organizado pelos grupos serviu de base para a elaboração, pelo “[...] grupo coordenador – constituído pelo ministro, pelo secretário geral do MIRAD e pela diretoria do INCRA” (Idem), do documento final, uma “[...] singela apostila” (SILVA, 1987, p.57), contendo 69 páginas mimeografadas, resultado do esforço conjunto dos 17 grupos participantes e de seus coordenadores (Idem).

Essa “singela apostila” conforme Silva, nada mais era que uma adequação do ET e, portanto, não deveria ter sido tratado como ameaça à ordem constituída, causando uma reação adversa antes mesmo de ser anunciada. Segundo Silva “[...] o texto preliminar acabou vazando e a divulgação daqueles nomes foi suficiente para assustar ainda mais os conservadores, cujas orelhas há muito já se tinham colocado de pé” (1987, p. 55).

Buscamos informações com os nossos entrevistados, membros da CPT e MST/MS, que atuavam na época e todos disseram desconhecer se houve participação de representantes de suas organizações locais na elaboração do IPNRA, o que é sabido e inclusive consta em estudo produzido pela CPT/MS é,

[...] em 1985, em nível nacional, estava sendo debatido pela sociedade o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, da "Nova República". A CPT, o Movimento dos Sem Terra, a CONTAG, a ABRA, desencadearam uma série de debates, levantando propostas para a execução de tão sonhada Reforma Agrária. Foi um período de muita propaganda e até "Campanha Nacional pela Reforma Agrária". Os trabalhadores estavam divididos. Uns acreditavam que o governo iria fazer a Reforma Agrária e outros que defendiam a organização dos Trabalhadores Sem Terra como o único caminho para pressionar o governo na execução da Reforma Agrária (REGINA, KUDLAVICZ, JESUS, 1994, 42).

Tentava-se, segundo Silva, imprimir à proposta uma reforma agrária que atendesse aos anseios dos homens e mulheres do campo, conforme podemos confirmar pelo discurso de José Sarney, na apresentação da Proposta, para os participantes do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), que ocorreu nos dias 26 e 27 de maio de 1985,

Ao afirmar, na posse, que seria maior do que eu mesmo, tinha visão do cargo e das minhas responsabilidades perante a História. Conheço a amargura das injustiças no campo e sei que elas começam na paisagem dos trabalhadores sem terra, dos posseiros, dos expulsos e de todos que são vítimas da violência, da cobiça e da exploração. Aqui estou para prestigiar os trabalhadores na agricultura, que se reúnem para analisar as condições de vida da categoria e sustentar a luta pelo pleno exercício de suas liberdades (José Sarney, 26.05.1985, Ginásio de Esportes Presidente Médici, Brasília-DF, Biblioteca da Presidência da República).

O discurso pressupunha sensibilização, por parte do governo federal, para com os problemas do campo e anunciava a intenção de levar adiante uma política agrária que propiciaria a diminuição das desigualdades, criadas pela forma como a terra, tradicionalmente, foi apropriada no Brasil, o que na opinião de Silva foi o suficiente para deixar de sobreaviso os mais conservadores que viam na dinâmica de trabalho e nos participantes um grande perigo ao direito de propriedade (SILVA, 1987, p.55)

Medeiros ressalta que a CONTAG fez da reforma agrária a bandeira que unificou o conjunto de lutas no campo entre as décadas de 1970 a 1980 e no IV Congresso Nacional, em 1985, se aglutinaram forças que vinham se posicionando desde o III Congresso, ocorrido em 1979, quando foi defendida a tese “[...] somente uma redistribuição fundiária seria capaz de romper com as bases do poder do ‘latifúndio’” (1994, p. 17). Segundo a autora,

Se foi possível, pois, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais construir um "consenso" a nível do documento de resoluções, na prática, as diferentes forças afirmavam suas concepções, marcando posições e buscando ganhar espaços numa conjuntura que parecia abrir múltiplas possibilidades políticas. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer o fato de que parece ter havido uma certa conjugação de esforços para que o Plano tivesse algum avanço, especialmente a partir do momento em que ele passou a ser profundamente questionado por diferentes setores políticos e rarefez-se sua base de sustentação (1994, p. 22).

Fica entendido que as forças que se manifestaram no IV CONTAG se mantiveram coesas e embora tivesse ocorrido confronto de ideias e nem todas as proposições tenham sido unânimes, os esforços se conjugaram no sentido de exercer pressão para viabilizar a execução da RA.

No dia 27 de maio, na abertura do I Congresso Brasileiro sobre Reforma Agrária, organizado pelos latifundiários de todo o país, que segundo Silva era “[...] réplica latifundista do IV Congresso CONTAG” (1987, p. 18), foi entregue a Proposta às lideranças políticas, ministros e entidades de classe da agricultura (Idem). Vê-se pela concomitância das datas que ambas as categorias, homens e mulheres do campo, sem terra e latifundiários, estavam atentos, naquele momento, ao que se propunha e que viria a ser debatido pela sociedade, conforme disposto na formação da Comissão para formulação do PNRA de 1985. Vale salientar que o prazo inicial para finalização do PNRA era 15.07.1985. (FSP, 27.05.1985, p. 6) e foi estendido para debates, para 20.08.1985 e o prazo final para ser submetido pelo MIRAD ao Presidente da República passou para 20.09.1985 (CE, 26.06.1985, p. 3).

Desta forma percebe-se que a sociedade sul-mato-grossense estava sendo informada pela mídia que, atenta ao panorama político que se anunciava no período que sucede a abertura democrática, se mostrava interessada em divulgar as propostas de retomada do crescimento econômico, político e social, tanto do país quanto do estado de Mato Grosso do Sul. Podemos constatar, pela maior frequência com que divulgou matérias relacionadas aos latifundiários e suas ações, que a mídia era reticente em relação à execução da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul.

Essa correlação de forças assumiu proporções nacionais, com debates constantemente veiculados pela imprensa de forma a garantir que a reforma agrária que se propunha não contrariasse os latifundiários do Brasil e de Mato Grosso do Sul e atendesse aos interesses dos beneficiários, implicando em um contraditório de propostas.

Nessa vertente, vemos que enquanto a CPT e os Movimentos Sociais consideravam a Proposta limitada, tímida, os latifundiários a consideravam um grave perigo ao direito de propriedade e se movimentavam no sentido de modificar o texto inicial. Enquanto o *Diário da Serra*, em 11 de junho de 1985 publicava “Áreas de conflito são prioritárias” no qual o presidente da FETAGRI, Pedro Ramalho defendia um programa de RA mais ágil que reduzisse de quinze para cinco anos o

assentamento de 10 milhões de sem terra (DS, 11.06. 1985, p.2) o *Correio do Estado*, edição de 15/16 de junho trazia “Produtores advertem” na qual foi reproduzida a fala de Eduardo Machado Metello, presidente do Sindicato Rural/MS, dizendo que os latifundiários não eram contra a RA, “[...] só acha que a forma como o Plano foi apresentado criou uma série de distorções e deixou uma pré disposição ao tumulto, que é o que estamos vendo hoje” (CE, 15/16.06.1985, p. 9) e ainda acrescentou que já havia alertado Nelson Ribeiro acerca dessa possibilidade. Na mesma edição Flávio Derzi, presidente da Associação dos Criadores/MS dizia que o PNRA propiciava condições para criar no Brasil “[...] verdadeira indústria de conflitos, fabricada, coordenada e organizada pela CPT” (CE, 15/16.06.1985, p. 9).

É preciso atentar para a decisão de começar a RA, via desapropriação, pelos focos de conflito que, num primeiro momento pode parecer o mais acertado, mas que na prática se mostrou uma forma de acalmar ânimos, minimizando os efeitos das manifestações que, conforme vimos anteriormente, com o ocorrido com os brasiguaios que ocuparam a Fazenda Santa Idalina, resultou na ação de assentar parte das famílias em terras com baixa qualidade e com lotes menores do que o módulo fiscal²⁶⁷, como lembrado por Padre Adriano e corroborado pela Irmã Olga Manosso quando disse “que foram assentados num terra muito fraca e só receberam cinco hectares, pra tentar se livrar, foi só isso” (Entrevista. Olga Manosso. Assentamento Itamarati, 08.10.2014).

Outro exemplo desse contraditório de propostas é o documento elaborado pela CPT e divulgado para o governo e sociedade, em 10 de junho de 1985 no qual estão relacionados cinco pontos de vista para contribuir com o debate acerca da Proposta. O teor é bastante claro, manifesta o reconhecimento das limitações da Proposta e declaram entender que naquele momento a iniciativa era válida. Consideram ainda que a reação suscitada nos latifundiários, fartamente veiculada pela imprensa não os surpreendiam e avaliavam que essa posição tinha como objetivo “[...] semear o passionalismo e a confusão, impedindo dessa forma a discussão séria e profunda deste problema central da crise brasileira e o encaminhamento de soluções corajosas e democráticas.” (1985, p. 1).

Sobre essa preocupação Graziano da Silva diz que os representantes dos movimentos sociais

[...] emprestam seu apoio a vários pontos da proposta, ao mesmo tempo em que conclamam a união de todas as forças pró-reforma para garantir que o PNRA não sofra um esvaziamento nesse período em que estará aberto para discussões e sugestões.(1985, p. 19).

O autor discorre sobre os variados grupos²⁶⁸ que passaram a discutir e apoiar a Proposta e as sugestões que resultaram das discussões, tanto no sentido de alertar quanto de favorecer a operacionalização após a provação final, esperada para outubro de 1985, todos considerando que a proposição do governo era uma possibilidade positiva nos encaminhamentos para a resolução da questão agrária, via reforma. Os setores progressistas da Igreja chegaram a propor que fossem

²⁶⁷ Conforme Instrução Especial INCRA n.º 20/1980 o módulo fiscal para Nioaque/MS era de 50 hectares. Segundo Padre Adriano cada lote não deveria ter menos de 24 hectares.

²⁶⁸ Sob o item “Os ‘pró’” constam documentos de apoio dos: Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, o Movimento dos Sem Terra, a Associação Brasileira de Reforma Agrária, Trabalhadores Urbanos e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p.18-24)

desapropriados todos os latifúndios, improdutivos ou produtivos, sob a alegação que toda concentração de terras gerava problemas sociais, embora essa posição não tivesse unanimidade na Instituição, havia os que se posicionaram contra a reforma agrária da forma proposta (Idem, p. 20).

A Coordenação Nacional do MST organizou uma *Cartilha* para explicar os pontos da Proposta e ajudar os trabalhadores a entenderem o que estava sendo proposto. Esse material foi distribuído e discutido pelas lideranças e encaminhado a quem o solicitasse, por meio de pedidos enviados à Secretaria Nacional do MST, em São Paulo (JST, agosto/1985, nº 46, p.12)

Também a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), formada por defensores da RA, muitos dos quais compunham os Grupos de elaboração da proposta conforme atestado por Mendonça (2010), Silva (1987) e Medeiros (1994) se manifestou favorável e, em nota oficial, diziam que “É pela primeira vez que a desapropriação de terras por interesse social é apresentada como instrumento prioritário para implantar a Reforma Agrária” (Idem, p. 21), destacando que a participação dos trabalhadores do campo era primordial para que a política agrária fosse exitosa.

Na sequência dos discursos feitos no período e amplamente veiculados pela mídia nacional, pode-se perceber que as críticas feitas pelo presidente à grilagem de terras e a reafirmação do uso da desapropriação como instrumento que deveria viabilizar a reforma agrária, indicava a intenção de aplicar medidas duras para evitar a violência dos conflitos e anunciava que “[...] os coronéis serão enfrentados com dignidade e firmeza²⁶⁹.”

Na *Folha de São Paulo*, em matéria intitulada: “Projeto não depende do Congresso” o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, em seus esclarecimentos sobre a execução do PNRA, citou o artigo 5º, parágrafo 5, da Emenda Constitucional nº 10²⁷⁰, de 10 de novembro de 1964 que estabelece que “[...] os planos que envolvem a desapropriação para fins de reforma agrária serão aprovados por decretos do Poder Executivo.” (29.05.1985, p. 11). Sobre as razões que impediram que o ET fosse executado em 1964, Ribeiro esclareceu:

As reações que se esboçam hoje foram contundentes e violentas na época. Dentro do próprio governo havia quem lutasse contra. Mas hoje é diferente, pois o Estatuto da Terra será aplicado, após ouvida a sociedade, através de seus instrumentos de representação, principalmente o Congresso Nacional (Idem).

Embora o aparente otimismo do ministro Nelson Ribeiro sobre a aceitação da Proposta apresentada no IV CONTAG e ao Congresso Brasileiro,²⁷¹ a grande imprensa apresentava diversas matérias a respeito, dentre elas, a *Folha de São Paulo* publicou na íntegra a Proposta, na edição do dia 28 de maio de 1985 e a revista *Veja* editou matéria intitulada “O campo Retocado” informando o anúncio da Proposta, por José Sarney, no IV CONTAG na edição de 29 de maio de 1985. Em ambas as publicações havia a informação sobre o teor da Proposta e menção de possibilidade de confronto. Enquanto a *Folha de São Paulo* trazia, na mesma edição e página, a manifestação de preocupação e a crítica à Proposta, do presidente do conglomerado Bamerindus, que será analisado no item

²⁶⁹ *Jornal do Brasil*, 29/05/1985. In: Bruno, 2004, p. 291.

²⁷⁰ Proposta apresentada e aprovada pelo Congresso, na sessão de votação do Estatuto da Terra.

²⁷¹ O Presidente do Congresso José Fragelli, grande proprietário de terras em Mato Grosso do Sul, ao receber a visita do ministro Nelson Ribeiro afirmou que não haveria resistência a Proposta visto que “[...] o País chegou a um estágio em que é necessário tomar-se medidas para fixar o homem à terra” (FSP, 28 de maio de 1985).

sobre a correlação de forças, a revista *Veja* se referia à reforma agrária como um fantasma que rondou “[...] sobre pelo menos oito governos e esteve entre as causas da derrubada de um deles,” e numa provocação implícita dizia que “A ocasião para o anúncio foi escolhida a dedo: o encontro anual, em Brasília, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura” (29.05.1985).

Segundo Veiga, como se não bastasse o entendimento dos latifundiários no sentido de que a Proposta extrapolava o ET, sua preocupação foi ampliada pelo evento escolhido para sua apresentação, visto que “[...] pela primeira vez desde 1964, um presidente da República marcava presença num Congresso de Trabalhadores Rurais” (1990, p. 82).

Sobre a dubiedade do texto, criticada na Proposta pelos latifundiários, Veiga destacou a abertura do artigo de Said Fahart²⁷², publicado na *Folha de São Paulo*, sob o título “Ousadia e equilíbrio” que começava assim “Se tivesse conselhos a dar aos grandes proprietários rurais, insatisfeitos com as idéias contidas nas propostas do MIRAD, eu lhes sugeriria que fizessem três coisas. Primeiro, ler todo o texto, são só setenta páginas, não mata ninguém” (Idem, p. 83).

Essa demonstração feita por um empresário da área de comunicação mostra o clima de tensão provocado pela Proposta, mais uma vez reforçada pela visão egocêntrica dos latifundiários que se negavam a entender e atender o que o governo planejava para sanar as desigualdades do campo no Brasil.

Buscando a matéria citada, pudemos constatar que Said Fahart ainda dizia que muitos daqueles que se posicionavam contra a RA, estavam reproduzindo discurso, pois se tivessem lido o documento, na íntegra, constatariam que não representava perigo aos que produziam em suas terras, pois o MIRAD tinha três prioridades “[...] as áreas produtivas onde convivam o minifúndio ineficiente e o latifúndio improdutivo; as de conflitos; e as beneficiadas por obras públicas, inproveitadas, ou beneficiando apenas os anteriores grandes proprietários” (FSP, 14.06.1985, p. 4).

Diante dos três aspectos de prioridade da RA apontados, chega-se a conclusão que não havia realmente nenhuma intenção no projeto construído pelo o estado visando reordenar a estrutura agrária em seu todo, mas apenas resolver conflitos pontuais, de relações sociais decorrentes da histórica concentração de terras, num enfrentamento entre as forças produtivas e as relações de produção existentes no campo. Era surpreendente, tamanha discussão em relação a um plano que apenas propunha mudanças aqui e acolá e mais, que ainda traria benefícios indenizatórios para aqueles com terras ruins ou sem titulação, já que seriam ressarcidos pelas “perdas” decorrentes das desapropriações.

Mais uma vez reforçando o poder dos discursos que eram veiculados, na mesma edição e página da *Folha de São Paulo* e com maior destaque foi publicado o artigo de Miguel Realle²⁷³ tecendo severas críticas à apresentação da Proposta que suscitava tanta polêmica que, em sua opinião, devia-se “[...] menos ao conteúdo real das propostas formuladas do que ao modo espalhafatoso como foram colocados os dados de uma questão que exige clareza tanto na

²⁷² Ex-ministro de Comunicação Social (1979-1985), jornalista, dono da revista *Visão* (1965-1974), colaborador do jornal *Folha de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e da revista *Isto É*. Fonte: Diário do Poder, política e bastidores.

²⁷³ Jurista, doutor em Direito, membro da Academia de Letras do Brasil (1975), reitor da Universidade de São Paulo (1949-1953) e (1969-1973), Secretário de Justiça por duas vezes (1947 e 1963) ocupava em 1985 o cargo de conselheiro do Conselho Federal de Cultura (1974-1989). Fonte: site da Academia Brasileira de Letras.

apresentação dos fins quanto na do processo a ser seguido.” (FSP, 14.06.1985, p. 4), e para concluir declarou que acreditava que os propósitos daqueles que divulgaram a Proposta certamente não eram o de causar tumultos visto que era um documento para debates e sugestões, mas asseverava que “[...] não se pode deixar de atribuir o clima de insegurança criado ao feitio promocional do documento oferecido à opinião pública” (Idem).

Desta forma percebemos que havia entendimentos, os mais variados, acerca do teor da Proposta que, mesmo sendo um documento de poucas sessenta e nove páginas, provocou celeuma e desentendimentos entre os que se consideravam prejudicados pelo enfoque das permanências históricas que os fazia se sentirem lesados no direito de propriedade e àqueles que, motivados pelas mesmas permanências históricas, estavam alijados do direito de ter a terra para sobrevivência. Prevaleceu o lema *Terra para quem nela (não) trabalha*, aludindo à obra de Lenharo, utilizada na escrita do I capítulo desta tese, visto que houve mudança substancial na Proposta e quando o PNRA foi aprovado, as questões mais polêmicas haviam sido modificadas.

Bruno, ao analisar a reação dos proprietários de terras no Brasil, frente às intenções manifestadas pelo governo federal, esclarece que o enfrentamento estava declarado, contrariando as expectativas de Nelson Ribeiro e do presidente do Congresso, senador José Fragelli. Os *donos da terra* passaram a usar seu poder de fogo e, literalmente, pegaram em armas. Nesse sentido foram fundadas em quase todos os estados brasileiros associações de classe patronais, organizadas nos estados onde os conflitos eram mais frequentes e naqueles em as terras vinham sendo cotadas para desapropriação, tais como o Nordeste e Norte.

Destacamos a União Democrática Ruralista (UDR) que, segundo Leal, foi

[...] constituída em meio às discussões sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, teve sempre como objetivo se ocupar, principalmente, do combate à reforma agrária e se tornou a associação da burguesia agrária brasileira que mais radicalizou esta luta, defendendo e colocando em prática o confronto direto com os trabalhadores em luta pela terra (2003, p.53).

Sobre a discussão que buscava determinar as áreas prioritárias por onde a RA deveria começar, temos:

Essa discussão aconteceu durante os debates da “Proposta” do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), envolvendo, inclusive, a posição do falecido presidente Tancredo Neves. Numa clara posição diversionista, muitos terratenentes insistiam em que Tancredo Neves havia declarado que seu projeto de Reforma Agrária iria limitar-se à região nordestina (SILVA, 1987, p. 27).

Essa posição tinha o apoio daqueles que pretendiam proteger seus Estados, sob a intenção de evitar a desapropriação, considerada um desarranjo pelos defensores do latifúndio, ou de pelo menos tentar retardar o processo. Nessa direção apontamos a matéria que acompanhou a publicação da Proposta pela *Folha de São Paulo*, sob o título “No projeto, a prioridade é para a desconcentração fundiária nordestina”, considerando o nordeste como lugar onde persistia a concentração e distribuição fundiária do país, reforçando a intenção de Tancredo Neves, de iniciar a reforma agrária a partir daquela região, conforme discurso no Recife, pelo presidente eleito, proferido no dia 04 de janeiro de 1985, quando destacou a extrema pobreza rural existente “[...] 34,3% dos

imóveis rurais são constituídos de apenas 10 hectares o que significa a ocupação pelos minifúndios de apenas 1,4% da área total” (FSP, 28.05.1985, p. 10)).

Silva, na discussão que fez sobre a forma e conteúdo da Proposta, apresentou uma proposição que ia de encontro aos anseios dos movimentos populares da Zona da Mata do Nordeste que a “[...] reivindicaram insistentemente por ocasião da preparação do anteprojeto do ET” (1987, p.64) e que consistia em,

[...] antes de qualquer despejo ou desocupação judiciais incidentes em imóveis rurais, o INCRA, necessariamente, seja cientificado para manifestar interesse na desapropriação da área ou reassentamento dos ocupantes, hipótese em que suspender-se-á a instância pelo prazo que a Lei conceder ao INCRA para a viabilização de tais providências (Idem).

Essa medida visava minimizar os efeitos que poderiam advir da imediata desapropriação e despejos nas áreas onde havia predominância de relações de produção precárias e que viessem a causar pânico entre os atingidos, ocasionando um recuo e dificultando a aceitação da RA, afinal eram essas condições as mais atingidas pela questão agrária posta no país (SILVA, 1987, p.64).

O certo é que em todas as regiões brasileiras havia manifestação de forças dos movimentos sociais e da CPT para que fossem assentadas famílias de posseiros e parceiros que viviam em situação irregular, além dos sem terra. Tanto é que a UDR foi criada no eixo Goiás, Minas Gerais e São Paulo como pressão para impedir a RA nessas regiões. Cabia o ônus da RA para o nordeste brasileiro, como se apenas naquela região houvesse concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Vale ressaltar que lá havia terras com solos esgotados em suas potencialidades, devido ao manejo inadequado com antigas produções, diferente das características encontradas no centro sul brasileiro e, por isso, o valor das terras superava o praticado no nordeste.

Há que se salientar que o entendimento acerca de áreas prioritárias não teve respaldo das forças que se moviam, tanto em prol, quanto contra a RA, exemplo disso é o episódio de Londrina/PR, que colocou em cheque a atuação do presidente José Sarney e de seus ministérios, no interstício que antecedeu a aprovação do IPNRA.

O episódio resultou dos desdobramentos de um conflito pelo qual os índios Kaingang reivindicavam regularização de suas terras obtidas por doação no ano de 1859. O processo se arrastou por décadas e em 1955 o Estado do Paraná aprovou a medição de duas áreas descontínuas (4.914 hectares) e já ocupadas por posseiros. Em 1965 saiu decisão favorável aos indígenas com ordem de despejo para os posseiros que recorreram e a ação foi suspensa, aguardando a decisão definitiva. Em 1979 foi feita, por meios legais, a desocupação de 1.607 hectares e o restante da área permaneceu ocupada pelos posseiros e houve enfrentamento armado. Negociadores do FUNAI, INCRA e governo do Paraná conseguiram um prazo de 30 dias para resolver o conflito e obtiveram uma trégua. Para resolver o problema foi negociada com o dono, a fazenda Apucarantina (SILVA, 1987, p. 164).

No dia 03.07.1985 foram editados dois decretos, o n.º 91.390, declarando como prioritária para RA a área do município de Londrina e o de n.º 91.391 “[...] declarando de interesse social, para

fins de desapropriação, o imóvel denominado 'Apucarantina', situado naquele Município, de acordo com a Constituição, o Estatuto da Terra e legislação complementar" (FACHIN, 1985, p.9).

Mesmo sendo prática usual e legal²⁷⁴ que fossem editados dois decretos, o primeiro que declara a área prioritária e o segundo que desapropria a propriedade contida na área prioritária, a reação dos grandes proprietários de terras se fez conhecer imediatamente por meio da divulgação na mídia e ação dos representantes políticos da categoria.

O jornal a *Folha de São Paulo* sob o título "Inabilidade' de ministro faz governo intervir em Londrina", publicava já na primeira página, a declaração de Fernando César Mesquita, porta voz do Palácio do Planalto, informando que "O Presidente vai revogar esse ato. Isto é um absurdo. Está havendo uma revolta geral" (FSP, 04.07.1985, p.1). Na sequência, em várias paginas, foram divulgados comentários desairosos tais como o do Editorial "[...] o episódio da fixação do município de Londrina como área de intervenção governamental para a reforma agrária, é um verdadeiro desgoverno [...]" (Idem) e o de Ruy Lopes "O decreto de Londrina é folclórico e vai entrar para o anedotário político, mas, pelo mesmo caminho que esse passou, poderia ser encaminhada uma declaração de guerra aos Estados Unidos" (FSP, 04.07.1985, p.2).

Conforme anunciado na manchete, a página 8 foi totalmente dedicada a comentar e esclarecer, conforme o entendimento do jornal, o resultado da edição do Decreto n.º 91.390, anunciando o repúdio do presidente da Federação da Agricultura do PR "[...] essa atitude fere definitivamente (...) a confiança que as classes produtoras ainda depositavam no governo", informando ainda que "Toda a região de Londrina vive dia tenso" e que o "Planalto revoga decreto sobre reforma agrária no PR" (Idem, p. 8).

No mesmo tom a revista *Veja* em reportagem de seis páginas, sob o título "A máquina avariada" criticava severamente o que considerou um erro de Nelson Ribeiro "[...] um decreto megalomaniaco provocou a segunda explosão do ministério"²⁷⁵, e aludindo ao decreto que estabelecia a área prioritária afirmava,

Dentro da mais pura megalomania, frequente quando se trata de legislar com o patrimônio alheio, em vez de redigir um decreto delimitando apenas a área de que precisaria para a manobra fundiária, Ribeiro incluiu todo o município no ato presidencial.(Veja, 10.07.1985, p. 20).

Sobre a mesma questão o senador por Mato Grosso do Sul, Rachid Saldanha Derzi, usou de seu tempo regimental no Congresso Nacional para expor as inquietações que o episódio de Londrina havia provocado entre os produtores rurais de todo o país. Ele solicitou que fosse transcrito nos anais do Congresso Nacional o editorial do *Estado de São Paulo* "É o caos" que tratava dos dois decretos que tanto celeuma tinha criado. Para essa transcrição justificava que a notícia permitia que se verificasse "[...] o clima de insegurança e incerteza provocado pela ação irresponsável e imprudente do MIRAD no episódio da tentativa de desapropriação do município de Londrina" (*Diário*

²⁷⁴ A exigência de prévia declaração de área prioritária decorre do § 2º do Art.161 da Constituição Federal (1967) e não se restringia a um imóvel isoladamente, abrangia uma delimitação maior e dentro desta, era identificado/demarcado o imóvel, ou imóveis que seriam desapropriados (FACHIN, 1985, p.9).

²⁷⁵ Na mesma matéria é identificada como a primeira explosão do ministério a proposta de Francisco Dornelles, ministro da Fazenda, de cortes nos gastos públicos e aumento dos tributos.

do Congresso Nacional, 30.08.1985, Livro 10, p. 3015). Em seus comentários criticou a pressa excessiva com que vinha sendo posta em prática, por parte dos dirigentes da Nova República, medidas pouco debatidas e analisadas e que esse comportamento estaria pondo em jogo os interesses de todos os envolvidos e concluiu “Trata-se de uma advertência, de um alerta [...]” (Idem).

Em contrapartida Fachin, na revista Reforma Agrária, publicada pela ABRA, analisando pelo ponto de vista jurídico a concepção do IPNRA, tratou o episódio como primeira prova, um termômetro que mediu o grau de reprovação da RA e acrescentou que a reação teria sido a mesma se o decreto expropriatório fosse para qualquer outro município, no qual existisse conflito a ser intermediado e que a área determinada fosse próxima a centros urbanos com existência de obras públicas. Em sua opinião

A retificação já começou a deixar notório que a intervenção na estrutura agrária poderia ser tópica, pontual. Esse modo de agir, além de inviabilizar a Reforma Agrária efetiva e integral, contraria a legislação já mencionada, bem como até a própria experiência histórica da Velha República, que, nesse aspecto, teoricamente respeitava o ordenamento jurídico em vigor (1985, p. 7).

No estabelecimento das áreas prioritárias para os Estados, visto que cada um teria o seu Plano Regional da Reforma Agrária (PRRA), apareceu novamente essa questão, o que na opinião dos autores consultados só serviu para complicar o quadro já bastante desgastado da equipe de trabalho formada pelo MIRAD e INCRA. Ou seja, a defesa pelo modelo de RA organizado em áreas prioritárias indicava duas intenções: por um lado acenavam para o comprometimento do Estado com a RA, na medida em que para a demarcação e implantação de assentamentos, haveria identificação de terras improdutivas, meio que propiciaria o reconhecimento de uma estrutura concentradora e excludente; por outro lado, ao propor em cada estado brasileiro, apenas alguns locais de concentração de assentamentos, visualizava manter intocado o todo da estrutura agrária, preservando intactas áreas mais valorizadas ou de posse de pessoas com influência.

Contrariando a perspectiva de que não haveria resistência ao PNRA, vimos na mesma publicação do jornal *Folha de São Paulo*, a reprodução da fala de José Eduardo de Andrade Vieira, Presidente do Conglomerado Bamerindus, o terceiro maior banco privado brasileiro no período de 1981 a 1994 e que veio a ocupar, na esfera política os cargos de Senador da República pelo estado do Paraná (1991-1994), Ministro da Indústria, Comércio e Turismo ((1992-1993) e Ministro da Agricultura Abastecimento e Reforma Agrária (1995-1996), o que segundo Thulio Cícero Guimarães Pereira, permite inferir que em grande parte do período de ascensão do grupo teria sido “[...] um dos mais importantes líderes do conjunto das elites orgânicas do Brasil” (2006, p. 13).

No evento, no qual recebeu o título “Personalidade AECIC-84”, da Associação de Empresário da Cidade Industrial de Curitiba e reuniu cerca de mil empresários, em seu discurso se referiu a Proposta criticando a mera repartição de terras para pessoas sem condições de torna-la produtiva, o que, em sua opinião propiciaria “[...] o caos e agravaria o problema fundiário.” Na continuidade de sua fala afirmava que o ponto central da reforma agrária era a produtividade e que distribuir terras não tornava isso possível, por que era uma forma “[...] muito simplista de resolver o problema”, e o que resolveria de vez seria investir na educação do trabalhador do campo, “Com isso

acredito que poderemos duplicar ou triplicar a atual produção agrícola brasileira, sem mudar a estrutura agrária”, conclui (FSP, 28.05.1985, p. 05).

Observamos assim que reações se manifestaram em relação à Proposta e houve uma crítica implícita à forma como se pensava a reforma agrária, numa tentativa de depreciar o projeto. Nesse sentido é interessante analisar a fala do sojicultor²⁷⁶ paulista, Olacyr Francisco de Moraes, intencionando desqualificar²⁷⁷ os homens e mulheres do campo e evidenciar os equívocos do governo ao considerar a relevância de fazer a Reforma Agrária.

No dia 29 de maio de 1985, dois dias após a apresentação da Proposta, a revista *Veja* publicou matéria sobre o anúncio da Proposta da Reforma Agrária, na qual foi inserida a fala de Olacyr Francisco de Moraes, “Essa reforma agrária vai servir a propósitos partidários, pois pode render votos aos que a apoiam, mas duvido que beneficie a população com mais produção agrícola” (29.05.1985, p. 116), e foi além, afirmando que se o governo investisse na agricultura o que estava previsto para ser usado na reforma agrária “[...] nos tornaríamos o celeiro do mundo” (Idem).

A referência que Olacyr de Moraes faz acerca do Brasil vir a tornar-se *celeiro do mundo* com os investimentos aplicados na agricultura considerava apenas a produção em larga escala, nos moldes da sua própria produção, altamente tecnificada e financiada pelo sistema financeiro.

Em suas análises sobre as reações adversas suscitadas pelos grandes proprietários rurais no Brasil, no período em estudo, Silva desabafa:

Tentando, desabridamente, “mudar a estrutura agrária”, sobretudo através da desapropriação de latifúndios de propriedade privada; propondo acabar com os incentivos fiscais que irrigavam com dinheiro fácil e barato essas áreas de especulação imobiliárias [...] o que se poderia esperar de um latifundiário que se prezasse? (1987, p. 68).

Nas análises de Bruno sobre a forma como a elite agrária brasileira reagiu à Proposta, ela ressaltou a forma empregada por Olacyr Francisco de Moraes na tentativa de desqualificar os trabalhadores rurais e, portanto, a relevância da RA. Durante os debates que sucederam à Proposta, em matéria veiculada pelo *Jornal O Globo*, o empresário se reportou à tecnologia avançada, disponível para a produção agrícola e afirmou que era necessário, além da tradição com o manejo da terra, que os produtores estivessem familiarizados com a tecnologia aplicada na agricultura, o quê, em sua opinião, não ocorria com os homens e mulheres que reivindicavam terra por meio da reforma agrária. Olacyr Francisco de Moraes ainda acrescentou que essas pessoas não tinham capacidade para produzir além da garantia do seu próprio sustento e finalizou com o seguinte juízo de valor “Evidenciando aquela velha característica de caboclo: mulher maltrapilha, desdentada, rodeada de filhos, aquele desânimo total” (OG, 02.06.1985, p. 08).

Na continuidade das publicações acerca do tema consta que além da fazenda Itamarati com área aproximada de 50.000 hectares, na qual produzia soja o empresário possuía outra, também em Mato Grosso do Sul, com o dobro de área e que “[...] ainda não produz um único quilo de qualquer

²⁷⁶ Localizada no SMS, na cidade de Ponta Porã, em área anteriormente sob concessão à Cia Mate Laranjeira, era considerada a área de maior produção individual de soja do mundo (VEJA, 29.05.1985, p. 116/19.06.1985, p.25)

²⁷⁷ In: Bruno, 2003, p.286.

coisa.” Era uma área de reserva que começaria a produzir em 1992, ao que o empresário justificou “O governo confunde muitas vezes terra parada com terra improdutivo” (*Veja*, 19.06.1985, p. 25) e solicitou ainda que a conceituação de terra ociosa fosse mais clara.

Vemos, assim, que as políticas de modernização do campo que beneficiaram os grandes proprietários de terras, pela via dos financiamentos, atraíram para capitais de outros setores da economia, passando dessa forma à condição de alternativa de investimento. Tanto a prática quanto o entendimento de Olacyr de Moraes sobre o governo confundir *terra parada com terra improdutivo* pode ser exemplificado na seguinte argumentação de Palmeira sobre a modernização da agricultura e seus efeitos,

Grandes grupos econômicos entraram na produção agrícola ou agroindustrial e passaram a imobilizar capitais em terras, contando não apenas com a sua valorização, mas também com a perspectiva de captação de recursos públicos para a realização de aplicações financeiras mais vantajosas no momento (1989, p. 7).

Graziano da Silva conceitua essa prática como reserva de valor, que ocorre quando a terra se transforma em bem que não agrega valor de trabalho, apenas fica em *descanso* aguardando valorização, enquanto mercadoria. Nesse caso a terra deixa de ser um meio de produção (1982, p. 36).

Em suas análises sobre o avanço da agricultura na década de 1970 o autor resume a situação da terra como reserva de valor para além da especulação sobre a própria terra, a ela são atribuídos outros valores, quando passa a se constituir em “[...] importante meio de acesso a outras formas de riqueza, de que são exemplos típicos o crédito rural e os incentivos fiscais” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 77). É exatamente o que indicou a posição de Olacyr de Moraes em relação aos 50.000 hectares que passariam a produzir dali a sete anos, conforme informado.

A *Folha de Dourados*, em setembro de 1985 publicou matéria sobre a vinda de José Sarney para Mato Grosso do Sul e a visita de três horas que fez às instalações da fazenda Itamarati, num ato simbólico de apoio à iniciativa privada durante a qual afirmou que o governo iria apoiar a produção de alimentos e que “[...] jamais pode ter qualquer ingerência sobre quem a produz, como é o caso da referida fazenda [...]” (FD, 19.09.1985, p.7). A visita já havia sido anunciada em publicação do mesmo periódico, dias antes na qual se lia:

O presidente José Sarney fará sua primeira visita oficial ao Mato Grosso do Sul na próxima segunda-feira, quando, acompanhado de assessores, do governador Wilson Martins, prefeitos e políticos do Estado, vai conhecer as potencialidades da Fazenda Itamaraty, em Ponta Porã (FD, 16.09.1985, p. 5).

Contraditoriamente, a área de 25.508,0000 hectares da fazenda Itamarati foi desapropriada no ano 2000, na qual foram instaladas 1.145 famílias. A desapropriação foi finalizada em 2004, em mais uma área de 24.573,3970 hectares com a instalação de mais 1.692 famílias. Nesses 50.081,397 hectares nos quais era plantada soja, residem hoje 2.837 famílias, com uma população correspondente a 15.000 habitantes²⁷⁸.

²⁷⁸ Censo 2010.

Uma das razões que ocasionou a desapropriação da fazenda Itamarati²⁷⁹, segundo Terra, foi a dificuldade do grupo para honrar as dívidas assumidas e a restrição ao crédito a partir do Plano Real, que fez com que o preço das terras baixasse, levando ao endividamento do setor agrícola. Assim apenas dez anos após ter se manifestado sobre a impropriedade do PNRA, o sojicultor encontrou na venda²⁸⁰ para fins de reforma agrária uma saída vantajosa, para se livrar de um empreendimento que se tornara antieconômico devido à “[...] problemas gerenciais e à obsolescência da base tecnológica instalada há trinta anos” (TERRA, 2009, p. 120-121).

Feitas as considerações sobre os posicionamentos dos veículos de comunicação e de alguns representantes que julgamos pertinentes para nossas análises, retomamos a sequência dos acontecimentos em relação a implantação do IPNRA e destacamos que no caso de Mato Grosso do Sul, no dia 29 de maio, a *Folha de São Paulo* publicou matéria informando que o MIRAD já tinha definidas as áreas para iniciar a reforma. Foi apresentado um quantitativo de 385 propriedades rurais, envolvidas em conflitos ou áreas de tensões sociais, distribuídas pelos estados da federação, nas quais deveriam ser assentadas no primeiro quadriênio do PNRA, 73.561 famílias em área de 3.934.232 hectares (FSP, 29.05.1985, p.11). Na mesma reportagem foram identificadas as áreas destinadas à execução dessa proposta em Mato Grosso do Sul,

Doze focos, 900 famílias e 57.034 hectares. Áreas: Colônia Morrinho, (Nioaque), Patrimônio Municipal Nioaque (Nioaque), Morraria (Bodoquena), Colônia Nova (Nioaque), Fazenda Iporá (Sete Quedas) Fazenda Jequitibá (Naviraí) Taquaral/Tamarineiro (Corumbá), Recanto (Taquarussu), Copacabana (Sete Quedas), Santa Rita (Sete Quedas), São Jorge (Bodoquena) e Baía Negra/Marabá (Miranda). Morraria em Bodoquena é a maior área, 12.490 hectares (FSP, 29.05.1985, p. 11).

Comparando as áreas destinadas à reforma agrária constantes na matéria, com as áreas nas quais foram assentadas famílias em Mato Grosso do Sul, no interstício de 1985 a 2000²⁸¹, podemos constatar que a proposta não se efetivou nas áreas inicialmente planejadas. Dados da planilha Projetos de Assentamentos criados e/ou reconhecidos pelo INCRA/MS²⁸² levam a constatar que apenas nos municípios de Nioaque, Corumbá, Miranda e Bodoquena foram instalados assentamentos, sendo que em Bodoquena, a qual teria a maior área a desapropriar, a área destinada a assentamentos, de 1985 a 2000, foi 7.128,6452 hectares, representando 60% da inicialmente identificada (Unidade Avançada/INCRA/Dourados/MS, 2012).²⁸³ Em Sete Quedas e Naviraí não existem assentamentos, embora os levantamentos iniciais mostrassem, nesses municípios, áreas caracterizadas para desapropriação, o que evidencia a força da intervenção dos proprietários no intuito de inviabilizar a alteração na estrutura fundiária do estado.

²⁷⁹ Evidenciamos esses depoimentos do dono da Fazenda Itamarati, localizada no SMS, considerada a área de maior produção individual de soja no mundo, no ano de 1985, por se tratar da mesma área que será desapropriada e se tornará, no início da década de 2000, a vitrine da Reforma Agrária no Brasil.

²⁸⁰ Em 1996 metade da fazenda já havia sido entregue a Tajhire S/A Agropecuária, subsidiária do Banco Itaú, como garantia de pagamento de dívidas, mas a área continuou sob a administração de Olacyr de Moraes na forma de comodato (TERRA, 2009, p. 81).

²⁸¹ O II PNRA “Paz, produção e qualidade de vida no meio rural”, foi lançado em 2003.

²⁸² Fonte: Unidade Avançada do INCRA em Dourados (2010).

²⁸³ Na sequência desse estudo analisaremos esses dados em relação a quantidade de assentamentos, área e famílias assentadas.

Acompanhando a veiculação da mídia sobre a repercussão do tema, após a apresentação no IV CONTAG e no Congresso Brasileiro sobre Reforma Agrária, percebemos que a pressão foi extrema e levou a desdobramentos, também extremos de ambas as categorias envolvidas nos embates, homens e mulheres do campo e latifundiários.

Na vertente do processo de democratização da Nova República e movido pelos pactos sociais, o Estado introduziu a Proposta, que não alterou a forma em que fora assumida pelo capitalismo, ao tempo em que pretendeu recompor as relações entre as classes sociais, representadas pelos trabalhadores rurais e camponeses e os latifundiários, gerando controvérsias na sua aplicabilidade e operacionalização.

A Proposta do PNRA I trouxe em seu bojo as contradições que permeavam a correlação das forças que compunha o Estado, numa tentativa de atender aos interesses antagônicos expressos pelos movimentos sociais pela terra e dos latifundiários, representados pela União Democrática Rural – UDR.

O resultado não poderia ter sido diferente, conforme atesta Fernandes:

Em maio de 1985, um comitê de trabalhadores e intelectuais elaborou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, estabelecendo metas para a implantação de assentamentos. Ruralistas no congresso, com o aval do Sarney, conseguiram desfigurar o plano antes de ser assinado pelo presidente. Uma recomendação foi a formação de um novo ministério para cuidar reforma agrária, desvinculando o assunto da pasta do Ministério da Agricultura (MA) (2010, p. 18).

Segundo Bruno houve um recuo do governo federal logo após as reações dos latifundiários, momento em que Sarney, numa atitude que demonstrou preocupação “[...] frente a virulência da reação patronal” se desculpou pelo que considerou “[...] equívocos e mal-entendidos dos pronunciamentos oficiais e ambigüidades da Proposta do PNRA” (2004, p. 287-296), garantindo que seria respeitado o direito de propriedade a todo custo. Desta forma ficou subtendido que haveria uma reformulação da Proposta, atendendo aos interesses da elite agrária brasileira, o que realmente ocorreu.

Martins afirma que a sociedade brasileira guarda alguns atributos específicos de sua História e refere-se diretamente a espera pelo progresso, sempre postergado para o futuro, ao qual não se chega, pois ao avançarmos nas discussões descobrimos que o foco das necessidades mudou e tudo fica inconcluso (1994, p. 11). O mesmo ocorreu em relação ao momento da divulgação dos estudos sobre o PNRA de 1985, a reação virulenta e violenta dos latifundiários com que mais uma vez se configurasse a

História inacabada, o inacabado e o inacabável vão se revelando as determinações estruturais que demarcam o nosso trajeto, nosso nunca chegar ao ponto transitório da chegada; àquele que define uma realidade configurada, marcada por seu próprio tempo singular, seu modo de ser e interpretar-se (Idem).

E assim constatou-se, mais uma vez ressaltando nas permanências os traços que Bruno destaca como marcantes do perfil de classe dos grupos dominantes no campo, que defendiam sob quaisquer riscos e práticas aquilo que consideravam incontestável, seu direito absoluto à

propriedade como uma prática de classe. Nessa vertente, especificamente sobre as ações dos latifundiários organizados na Nova República, Bruno acrescenta,

Não se trata de um ato individual e esporádico; é uma violência ritualizada e institucionalizada, que implica a formação de milícias, a contratação de capangas, a lista dos marcados para morrer e os massacres. E nesse contexto, pouco se distingue o novo empresário do latifundiário tradicional, ou a voz "civilizada das urbes" da "rudeza dos grotões" (2004, p. 1).

Como se pode inferir esta é uma prática reincidente²⁸⁴ na reação a adoção de políticas públicas no país, que tenta minimizar as tensões sociais por meio de medidas paliativas que prometem melhorias mas que as condicionam a interesses mais amplos do que aqueles específicos das classes trabalhadoras envolvidas, podendo, portanto, ser explicado pela historiografia que busca nos aspectos novos e imprevistos da história, primordialmente, continuidades, raízes e permanências, como conceituado e caracterizado por Braudel (2005, p. 41-79).

E a manifestação não tardou e foi extremamente clara, evidenciando as reais intenções dos grandes proprietários frente a indignação provocada pela apresentação da Proposta no IV CONTAG, tanto pelo teor do documento quanto por ter sido apresentado num congresso de trabalhadores rurais²⁸⁵, suscitando compromisso do Governo Federal com a RA, confirmando que

A violência no campo, nos anos 80, revela-nos o conteúdo das relações de classe e expõe os componentes dos velhos padrões de conduta. A "saudade" do tempo em que "só a chibata podia manter os trabalhadores sob controle" e o "fazer justiça com as próprias mãos" são expressões que enunciam uma das dimensões fundantes do *habitus de classe da propriedade latifundista da terra no Brasil* (BRUNO, 2003, p. 305).

E mais uma vez houve um retrocesso no debate, frente à reação dos latifundiários brasileiros, reforçado pela participação da imprensa que,

[...] advogava que o discurso reformista era "anacrônico" e se tratava de um retrocesso e, ainda, que as medidas reformistas eram expressões da estatização do campo e do comunismo, procurando ainda desqualificar os maiores focos de resistência da estrutura fundiária que eram a Igreja Católica progressista e o Movimento dos Sem-Terra (MST). Mesmo sendo contra as idéias reformistas, a imprensa deixou aflorar os conflitos e deu voz aos trabalhadores, devido à acirrada luta pelo mercado (VIEIRA;GANDRA, 2007, p.9).

Nesse sentido é preciso determinar as noções que permeiam o processo da prática discursiva e que levam à produção de um saber, nesse caso pelo viés em que se concebeu socialmente a necessária revisão das políticas que engendram a reforma agrária, em ambas as categorias que se enfrentam diretamente envolvidas no debate, homens e mulheres do campo sem terra e latifundiários.

²⁸⁴ Há o reforço do conceito de *habitus*, segundo Bourdieu, no comportamento social dos grandes proprietários de terras que se asseguram para que todos os meios sejam válidos para garantir o direito à propriedade, assim como os governos, que seguem subservientes àqueles que consideram responsáveis pelo desenvolvimento da nação.

²⁸⁵ Houve críticas ao governo por não agir com firmeza em relação às ocupações dos sem terra e por ter apresentado o PNRA no IV CONTAG (BRUNO, 2003, p. 301).

A extensão da interferência desses discursos nos desdobramentos que culminaram na promulgação do PNRA, pode ser entendida a partir da apreensão de seus significados pelo presidente do INCRA, José Gomes da Silva, nomeado por José Sarney, em 09 de abril de 1985, quando fez a distinção entre o que chama de Proposta²⁸⁶, que consiste nos estudos que tem como produto o texto lido no IV CONTAG, do PNRA na forma como foi aprovado e promulgado, que “Quando muito, pode ser considerado a ‘Proposta’ conspurcada” (SILVA, 1987, p. 49).

Na obra “Caindo por Terra”, assevera que,

[...] “Proposta” é o documento preparado pelo grupo coordenado pelo autor e supervisionado pelo ministro Nelson Ribeiro, divulgado em maio de 1985, através de um documento oficial com as armas da república e todos os requisitos próprios de uma investidura para fazê-lo em nome do governo. Sarney recebeu em mãos esse documento em 27 de setembro [...] (Idem).

José Gomes da Silva, que presidia o INCRA e coordenava a equipe de trabalho de elaboração do plano, deixou claro que houve modificação ideológica e operacional que inviabilizaria a execução da Proposta e, assim, foi aprovado o texto modificado e posto em vigor no dia 10 de outubro de 1985²⁸⁷. Essas alterações foram fruto das manifestações e intermediações que ocorreram durante o período de maio a outubro, feitas pelos latifundiários e seus representantes no Congresso Nacional, Câmara Federal e na mídia, que, conforme Silva “conspurcaram” o texto original, desprezando o trabalho da equipe nomeada para esse fim. Em suas palavras

Resultou, conforme iremos verificar, de concessões a terratenentes, às suas entidades de todos os níveis, aos *lobbies* conservadores, aos grupos de pressão instalados na grande imprensa, na *mídia* televisada, na intimidade do Planalto e em posições decisivas dos três poderes” (SILVA, 1987, p. 50).

Após essa explanação de Silva, que viveu e descreveu as intervenções ocorridas no sentido de modificar a Proposta inicial do PNRA, na forma como havia sido elaborado em um trabalho de equipe, impossível não nos debruçarmos, ainda que de forma breve, nas manifestações de membros das categorias citadas pelo autor que causaram as alterações na Proposta.

4.4 Sem terras e latifundiários em movimento

Mato Grosso do Sul, em 1985, era governado por Wilson Barbosa Martins e segundo Bittar (2009, v. II, p. 233) a Câmara Federal estava composta pelos seguintes deputados, eleitos no pleito de 1982, para mandatos de quatro anos: Albino Coimbra (PDS/1983-1987) de profissão dentista, Harry Amorim Costa (PMDB/1983-1987), engenheiro civil membro titular da Comissão de Agricultura e Política Rural, titular em 1983, Levy Dias²⁸⁸ (PDS/1979-1987) advogado e empresário, membro titular na Comissão de Agricultura e Política Rural de 1979-1980 e 1983-1987, Plínio Barbosa

²⁸⁶ Conforme anunciado anteriormente neste estudo, adotamos a nomenclatura Proposta para o documento que foi discutido de maio à outubro de 1985 e IPNRA para o documento aprovado em 10.10.1985.

²⁸⁷ “O decreto 91.766 que o aprovou foi redigido numa sala do Conselho de Segurança Nacional, por um advogado de terratenentes, a pedido do Presidente da República [...]” (SILVA, 1987, p. 49).

²⁸⁸ Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na Legislatura 1983-1987, para tratar de Interesses particulares por 120 dias, a partir de 03 de outubro de 1985.

Martins (PMDB/1983-1991), advogado, Ruben Figueiró (PMDB/1979-1991), agropecuarista e advogado, Saulo Queiroz (PDS/1983-1999), bancário, Sérgio Cruz (PMDB/1983-1987) jornalista e radialista e Ubaldo Barém (PDS/1979-1987), advogado e promotor de justiça.

Eram senadores²⁸⁹ por Mato Grosso do Sul, com mandatos no ano de 1985, José Fragelli (PMDB/1980-1987), advogado e pecuarista, Marcelo Miranda (PMDB/1983-1987) engenheiro e pecuarista e Rachid Saldanha Derzi (PMDB/1971-1995) médico, jornalista e pecuarista.

Dentre essas representações, analisaremos os pronunciamentos dos deputados federais Plínio Barbosa Martins, Ruben Figueiró, Sérgio Cruz e do senador Rachid Saldanha Derzi, parlamentares que se destacaram em relação a reforma agrária, no interstício de junho a setembro de 1985, período determinado para os debates sobre a Proposta. Os pronunciamentos estão disponíveis no site do Congresso Nacional²⁹⁰ e nos Diários do Congresso Nacional, na forma física.

Os dados biográficos dos parlamentares foram obtidos nos sites do Congresso e da Câmara dos Deputados, na forma como estão divulgados pelos órgãos e por meio dos quais verificamos suas atividades imediatamente anteriores ao mandato e, desta forma, buscamos identificar suas posições sobre a Proposta, por afinidade de interesses e/ou da classe que os elegeu.

Após um mês da apresentação da Proposta, com o primeiro prazo para estudos e debates prestes a expirar a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, presidida por Flávio Augusto Derzi, filho do senador Rachid Saldanha Derzi, preparou uma caravana formada por latifundiários, a fim de participarem do 1º Congresso Nacional de Reforma Agrária, em Brasília, que propunha a discussão da implantação da Reforma Agrária pelos seus pares de todo o país. A intenção manifesta era levar a preocupação e os problemas enfrentados pela classe em Mato Grosso do Sul, em relação à Proposta aos representantes do governo federal.

O presidente do Sindicato Rural de Campo Grande, Eduardo Machado Metello também se manifestou confirmando a participação da classe dos pecuaristas que, segundo ele se encontrava bastante unida em defesa de seus interesses em Mato Grosso do Sul, tanto quanto a dos agricultores e usou como exemplo a presença “[...] ativa e maciça de todos na última sexta feira, quando o Sindicato promoveu uma reunião técnica que contou com a presença do Ministro Nelson Ribeiro” (*Diário da Serra*, 25.06.1985).

Na coluna Diálogo, do *Correio do Estado* é feita menção da presença de Nelson Ribeiro na reunião realizada no Sindicato Rural de Campo Grande, que teve ampla adesão dos latifundiários que “[...] aplaudiram de pé os seus representantes classistas e, com isso, deixaram muitos políticos de ‘orelha em pé’” (CE, 26.06.1985, p.6).

O *Jornal da Manhã*, afirmava que Nelson Ribeiro havia recebido duras críticas dos latifundiários de Mato Grosso do Sul em relação ao PNRA que propunha à nação brasileira e que, embora afirmasse que ouviria sugestões, não oferecia nenhum posicionamento mais objetivo para a “classe produtora” visto que a Proposta representava os interesses da Confederação Brasileira de Reforma Agrária e a CPT, que são “[...] os mentores intelectuais, espirituais e materiais do PNRA, e que já tem causado problemas, notadamente de invasão de terras” (JM, 26.06.1985, p. 2).

²⁸⁹ Fonte: <http://www.senado.leg.br>

²⁹⁰ Não consta pronunciamento dos demais parlamentares de Mato Grosso do Sul, sobre o tema, no site do Congresso Nacional.

Na mesma data o *Diário da Serra* publicou “Sindicatos de todo o Estado apóiam o PNRA” expondo a manifestação feita por representantes de mais de 20 sindicatos de trabalhadores rurais, no encontro ocorrido no dia anterior (DS, 25.06.1985) na sessão plenária da Assembleia Legislativa, em Campo Grande. O presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), Pedro Ramalho fez uso da palavra por 30 minutos e no manifesto pediu o apoio dos parlamentares ao PNRA, alegando haver uma ampla campanha, chefiada por reacionários e conservadores, com o intuito de confundir a opinião pública sobre a ação de desapropriação de terras, insidiosa, em sua opinião, visto que não apresentava nenhum perigo para os proprietários de terras produtivas de Mato Grosso do Sul. Acrescentou ainda que os latifundiários agiam à revelia da Constituição, “[...] numa clara subversão à ordem” (DS, 25.06.1985), e se organizavam formando milícias e grupos paramilitares em sua defesa. As demais lideranças se manifestaram dizendo que esse era um primeiro passo do Governo para resolver a questão da terra em Mato Grosso do Sul, e que a Proposta não atendia aos doze milhões de trabalhadores rurais sem terra cadastrados no país.

Sobre a participação dos latifundiários no congresso ocorrido em Brasília, que contou com aproximadamente quatro mil participantes e no qual a Proposta foi debatida com as autoridades governamentais, houve acompanhamento da mídia estadual e o *Correio do Estado* reproduziu texto da sucursal de Brasília informando sobre o encaminhamento das propostas das delegações dos participantes sob o título “Produtores debatem o PNRA num congresso em Brasília” no qual constava a delegação sul-mato-grossense, destacando a participação dos presidentes da Famasul, Otávio Hildebrand Ávila, da Agrisul, Flávio Augusto Derzi e do Sindicato Rural, Eduardo Machado Metello (CE, 28.06.1985, p. 5).

Na sequência, em primeiro de julho, Flávio Augusto Derzi deu entrevista esclarecendo que a participação dos representantes de Mato Grosso do Sul no evento, no qual estiveram representadas 94 entidades de classe foi de suma importância para aclarar os pontos de discussão da Proposta.

Afirmou ainda que o posicionamento dos latifundiários não era contra a Reforma Agrária e sim contra a Proposta e a forma como foi apresentada à sociedade e que não obteve confiança nos executores da Reforma Agrária, principalmente por ser José Eli da Veiga o segundo homem do INCRA. “Este homem, diz Derzi, foi o responsável pela Reforma em Portugal, e o fracasso também se deve a ele, somos contra os tecnocratas e José Eli não passa disso” (*Diário da Serra*, 02.07.1985).

A conclusão tirada do 1º Congresso Nacional de Reforma Agrária e exposta por Eduardo Machado Metello foi sobre ser imprescindível, que se estabelecesse uma política agrícola definida e estável, na qual estivesse inserida a política fundiária, e que atendesse aos pontos explicitados,

- 1) Os produtores rurais brasileiros manifestam-se, clara e inequivocamente, favoráveis ao contínuo aprimoramento da estrutura fundiária do País.
- 2) Consideram necessário, para tanto, proceder ao recadastramento geral de todos os imóveis rurais do País.
- 3) Condicionam o êxito dos esforços pelo aprimoramento da estrutura fundiária à eliminação das distorções econômicas e sociais existentes atualmente no campo.
- 4) Sugerem que o INCRA dê atendimento imediato aos parceiros atualmente assentados, bem como proceda simultaneamente a novos assentamentos em terras de sua propriedade.

- 5) Solicitam medidas imediatas de manutenção da ordem pública nas zonas de conflito.
- 6) Pleiteiam, nos termos da Lei em vigor (At. 3º, parágrafo único do Decreto Lei nº 582, de 16.05.1969) a criação do Conselho Nacional para a Reforma Agrária, composto paritariamente por representantes dos empresários rurais e dos trabalhadores rurais, presidido pelo Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

O Congresso Nacional de Reforma Agrária expressa, finalmente, reconhecimento dos produtores rurais ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pela extensão do prazo concedido para mais profícuo debate do 1º PNRA e sua confiança em que tal prazo será utilizado para obter-se uma fórmula que harmonize os legítimos interesses de ambas as classes sociais.

Ao analisarmos as proposições contidas no documento vemos que as considerações dos latifundiários foram pensadas de forma a garantir que os pontos da Proposta do PNRA que possibilitariam alterar a estrutura fundiária brasileira não se efetivassem, e solicitavam que fossem repensados pela ótica da sociologia da história lenta, conforme Martins, em que a interpretação dos acontecimentos permita “[...] fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva, a ativa de estruturas fundamentais do passado” (1994, p.14-15). Era dessa forma que se manifestavam favoráveis à RA, desde que fosse executada sem alterar a estrutura fundiária, sem mudanças ao seu modo de fazer uso da terra.

O pedido de recadastramento das terras mostrava a intenção inequívoca de atrasar o processo de implantação da RA, visto que isso implicava em um enorme dispêndio de tempo e de recursos humanos o que viria a favorecer os arranjos para que as terras que estivessem em condições irregulares, possivelmente griladas pelo latifúndio, prática usual ao longo da história do Brasil, fossem regularizadas e/ou negociadas com o próprio INCRA de forma vantajosa para os latifundiários, a exemplo do que ocorreu com a Fazenda Itamarati, desapropriada no interesse do latifundiário, para pagamento de dívidas, visto que as terras eram pagas com os Títulos da Dívida Agrária (TDAs²⁹¹).

E, finalmente, a solicitação de manutenção da ordem pública que deixa explícito a intenção de frear os movimentos sociais, enquanto a criação de milícias pelos latifundiários era considerada como defesa da propriedade. Mais uma vez, os “donos da terra” buscam o apoio do estado para tornar lícitas suas práticas e recolocá-lo a seu serviço.

Sobre a virulência com que os latifundiários se manifestaram frente à Proposta ressaltamos a manifestação da CPT,

A gritaria orquestrada contra o tímido PNRA do Governo Federal, revela que a classe dos latifundiários ficou a descoberta. Está isolada na tentativa de manter a qualquer custo – inclusive com a utilização de exércitos particulares – os seus privilégios. Os grandes senhores da terra foram cevados durante 20 anos de regime militar com uma política de incentivos fiscais e de crédito que favoreceu a concentração de terra e fortaleceu o seu poder político. Hoje se sentem com forças para desafiar a imensa maioria da nação, que exige uma Reforma Agrária imediata que modernize a propriedade rural no Brasil (CPT, 1985).

²⁹¹ Em junho de 1992, os TDAs deixaram de ser emitidos pelo INCRA e passaram para o Tesouro, com correção monetária e juros de 6% ao ano. Os TDAs também eram aceitos sem deságio no processo de privatização das empresas estatais (Fonte: PNRA, 10.10.1985)

Desta forma fica evidente que a intervenção da classe dos latifundiários de Mato Grosso do Sul se fez, foi para o embate e obteve a primeira vitória junto a seus pares a nível nacional, visto que o prazo inicial para os debates acerca da Proposta foi prorrogado, propiciando tempo para articulações políticas, considerando também que o IPNRA, quando aprovado, continha mudanças substanciais nos quesitos relacionados à desapropriação conforme indicado por Silva (1987), Veiga (1990) e Graziano da Silva (1985). Desta forma houve a manutenção da estrutura vigente, visto que os assentamentos foram criados, mas não no alcance pretendido.

Na divulgação, em maio de 1985, propunha-se que o Plano fosse discutido durante um mês e em agosto começariam as desapropriações, antes que os latifundiários tivessem tempo para alterar o valor das terras que, segundo o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, edição n.º 44, haviam sido declaradas abaixo do valor real (JST, junho/1985, p.10). Ainda no mês de junho o prazo foi adiado para agosto e em agosto foi adiado para 20 de setembro “Chegou 20 de setembro e adiaram, novamente, para meados de outubro, com modificações que transformam o Plano original numa mistura de Reforma Agrária com política agrícola, legislação agrária, etc., conforme noticiário da imprensa de 19 de setembro” (JST, setembro/1985, n.º 47, p. 2).

Os representantes políticos de Mato Grosso do Sul também se manifestaram sobre a Reforma Agrária, como podemos constatar pela reunião entre Nelson Ribeiro e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Gandi Jamil, em seu gabinete, em Campo Grande/MS, no dia 20 de junho de 1985, momento em que lhe foram entregues vários exemplares da Proposta. Segundo veiculado pela matéria, na oportunidade o ministro solicitou o envolvimento dos deputados no debate sobre o PNRA, proposto pelo governo federal, de forma a contribuir para seu aperfeiçoamento e o deputado, por sua vez, sugeriu que o governo cadastrasse as famílias sem terras antes de demarcar as terras ociosas no país (*Correio do Estado*, 20.06.1985, p. 7).

Além das manifestações amplamente exploradas pela imprensa, destacamos alguns discursos proferidos pelos representantes federais de Mato Grosso do Sul em seus pronunciamentos no parlamento. Conforme vimos tratando no decorrer desse estudo, há que se considerar os traços marcantes das oligarquias rurais que formaram a base de sustentação dos políticos no Brasil, desde a instauração da república. Em Mato Grosso do Sul, Bittar (2009) esclarece que foram as oligarquias rurais que estabeleceram as bases políticas, sustentadas por seus pares, alçados em posição de defender os seus interesses, seja por pertencimento ou por afinidade de grupos. Assim não é de surpreender que senadores e deputados federais de Mato Grosso do Sul se posicionaram reticentes e até mesmo contrários à aprovação da Proposta na forma como foi apresentada.

O senador Rachid Saldanha Derzi fez um pronunciamento no Congresso Nacional no qual criticava a pressa com que vinha sendo tratada a reforma agrária, alegava que a Nova República tinha muita pressa e com isso não estudava devidamente as medidas que tomava o que, em sua opinião, vinha somando erros e acrescentou:

Alertei ao Governo que o lançamento, da maneira como estava sendo feito, do plano de reforma agrária, do estudo inicial para um plano de reforma agrária iria trazer consequências graves a esta Nação, com invasão em todas as regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. Para surpresa minha elas forma menores do que eu previa. Mas alertei ao Governo que da maneira como se lançava esse plano nós

teríamos perturbação da ordem, como está aí (*Diário do Congresso Nacional*, 06.06.1985, p. 1649, Livro 7).

Na continuidade de seu pronunciamento, citou vários locais onde havia sido feita a colonização, tomando como exemplo e afirmando que em muitos desses lugares nos quais foram distribuídas terras, as famílias após receberem o título os trocaram “[...] por uma bicicleta” (Idem). Concluiu dizendo que se o governo quisesse, realmente, que distribísse terras improdutivas e devolutas apenas para o uso, sem titulá-las, evitando que quem a recebesse pudesse vendê-la.

Na fala do senador percebia-se o reforço das solicitações dos latifundiários de Mato Grosso do Sul, classe a qual pertencia, dando a entender que apoiavam a RA, desde que pudessem ditar as regras, mostrando com clareza na argumentação, o acerto dos autores que vimos estudando acerca do fator que determinara a insatisfação da classe dos latifundiários. Eles se sentiram preteridos em seus direitos por não terem sido os elaboradores da Proposta, se tivessem sido maioria nos Grupos de Trabalho, com certeza, traduziriam os interesses contrários aos despossuídos de terra do Brasil.

O deputado federal Ruben Figueiró também defendeu a classe dos latifundiários, entre os quais se incluía e usou seu tempo regulamentar no Congresso Nacional para se posicionar enfaticamente contra uma reforma agrária que não se “[...] assente nos devidos limites do Estatuto da Terra que já é uma revolução no campo [...]” (*Diário do Congresso Nacional*, 29.06.1985, p. 7205). Seu pronunciamento tratava da posição que os latifundiários tomaram frente à Proposta, sem radicalizações, tais quais as que vinham ocorrendo por parte das “[...] esquerdas e a ‘igreja progressista’, que tudo fazem para incompatibilizar o fazendeiro com a opinião pública ainda desinformada sobre os reais propósitos do PNRA” (*Diário do Congresso Nacional*, 29.06.1985, p. 7205). Ficou clara sua alusão ao alheamento da sociedade e da importância de esclarecê-los acerca da possibilidade de ser iniciada, via o PNRA, uma série de atos de violência no campo o que obstaculizaria a produção de alimentos. A mensagem trazia, subliminarmente, a visão do político conservador que se colocava na posição e no direito, conferido pelo voto, de pensar pela população e decidir o que fosse melhor pela sua ótica e, claramente, em defesa de seus interesses, da mesma forma que fez o senador Rachid Saldanha Derzi.

Nesse sentido Pomar, em artigo para o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, intitulado “Reforma Agrária: benefícios para todos” argumentou sobre como a Proposta foi interpretada pela sociedade naqueles meses que se sucederam a sua apresentação. Na sua argumentação ele diz que todos os trabalhadores do Brasil sabem por vivência ou por ouvir dos mais velhos sobre “[...] a opressão e a exploração a que são submetidos os que trabalham em terra alheia ou que têm pouca terra. Apesar disso, ainda não entenderam bem os benefícios de uma Reforma Agrária” (JST, setembro/1985, n.º 47, p.10). Como causa para essa situação aponta a divulgação maciça feita pela imprensa televisiva e impressa do que diziam os latifundiários. Espalhavam a ideia de que a RA iria tomar todas as propriedades, fossem elas grandes, médias ou pequenas, produtivas ou não. Essa sugestão incutia a incerteza e o medo naqueles que creram nessa inverdade, o que era de interesse da classe dos latifundiários. Além de espalhar o medo da perda de terras, fossem de que tamanho fossem, produzindo ou não,

Os latifundiários também espalham a ideia de que, com a Reforma Agrária, a produção vai ser afetada. Haveria escassez de alimentos na cidade, os preços subiriam e a fome se espalharia ainda mais isso amedronta o trabalhador urbano, cujo salário é quase todo consumido na alimentação. Na verdade se não ocorrer a Reforma Agrária é que as coisas vão piorar. E os preços ainda não subiram mais porque a produção vem, na maior parte, dos pequenos produtores. Se os alimentos fossem produzidos pelos grandes produtores, com custos equivalentes aos do mercado internacional, os preços já teriam estourado (JST, setembro/1985, n.º 47, p.10).

Desta forma os latifundiários de Mato Grosso do Sul, com o apoio dos políticos que os representavam, na época, fizeram parecer que a RA seria responsável por uma desestruturação dos meios de produção agrícola e não um instrumento capaz, embora com as limitações apontadas pelos movimentos sociais e seus apoiadores, de conduzir uma transformação que traria uma melhor distribuição de terras, com a desapropriação e redistribuição dos latifúndios improdutivos que somavam, segundo apontado por Pomar, aproximadamente 200 milhões de hectares no Brasil, suficientes para atender os doze milhões de sem terras existentes (JST, setembro/1985, n.º 47, p.10).

Necessário destacar a posição do deputado federal Sérgio Cruz²⁹² em defesa dos movimentos sociais e à Proposta e de Plínio Barbosa Martins apoiando e participando de Ato Público programado em Mato Grosso do Sul para debate, organizado pelos movimentos sociais de reivindicação a terra e organizações coletivas da sociedade civil de Mato Grosso do Sul.

A divulgação do evento foi feita pelo jornal *O Progresso*, momento em que publicou a força dos movimentos sociais como a FETAGRI, CONTAG, Unidade Sindical de Dourados e CPT, com apoio da Prefeitura de Dourados, informando que os organizadores da mobilização conseguiram que fosse disponibilizado transporte grátis dos bairros para levar os interessados até a praça Antonio João, no centro de Dourados/MS, onde ocorreria,

[...] o grande ato público pela reforma agrária, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com apoio da Fetagri/MS, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Unidade Sindical, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Prefeitura de Dourados e Secretaria do Trabalho e Estado (OP, 30.09.1985, p. 3).

O objetivo do ato era defender a imediata aplicação do PNRA e exercer pressão junto aos representantes políticos do Estado, “[...] visando comprometê-los com essa bandeira nacional, cujo principal objetivo é ‘sanar os graves problemas sociais que afetam o homem da cidade e do campo’” (Idem). A matéria informava ainda que os organizadores da mobilização confirmaram a presença de delegações de trabalhadores rurais dos municípios de Angélica, Ivinhema, Mundo Novo, Itaquiraí, Eldorado, Fátima do Sul, Bataguassu, Glória de Dourados e representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul e da Central Única dos trabalhadores – CUT. Também haviam assegurado presença o Secretário do Trabalho, advogado João José de Souza

²⁹² Diário do Congresso, 26.06.1985.

Leite e o deputado federal Plínio Barbosa Martins. As atrações do evento ficariam por conta da dupla sertaneja, Adão e Eva e do poeta Emmanuel Marinho, com seus poemas sobre reforma agrária²⁹³.

O jornal *Folha de Dourados* divulgou em meados de junho de 1985, matérias relacionadas a dois Atos Públicos pela RA, organizados pelos trabalhadores rurais que tinham por objetivo garantir a sua execução por meio da aprovação do PNRA: um primeiro marcado para o distrito de Vila Vargas²⁹⁴, em agosto e outro, marcado para setembro, na praça Antonio João, em Dourados (FD, 28.06.1985).

O *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, do mês de agosto do mesmo ano comunicou o lançamento, em 25 de julho, do Comitê de Apoio à Reforma Agrária de Campo Grande, o qual ocorreu em meio a uma manifestação de aproximadamente 600 lavradores e representantes dos partidos políticos PT, PDT e PC (JTST, agosto/1985, n.º 45, p. 13) e no mês de setembro, durante a Semana Nacional de Luta pela Reforma Agrária,²⁹⁵ os sem terra a FETAG-MS e a CPT organizaram três dias de manifestações, em Campo Grande, com a participação de lavradores e sindicalistas de 40 municípios de Mato Grosso do Sul,

No primeiro dia de manifestações em Campo Grande (MS), Brasiguaios e ex-arrendatários de Naviraí denunciaram policiais militares pelo roubo de seus alimentos e que os Cr\$ 3 bilhões enviados pelo INCRA não estão sendo repassados aos acampamentos. A noite participaram de um debate sobre Reforma Agrária na Câmara de Vereadores. No segundo dia, foram recebidos em audiência pelo governador Wilson Barbosa Martins (PMDB) e pelo secretário da Agricultura, João Câmara. No terceiro dia, foram a Universidade Federal local levar solidariedade à greve de professores e alunos; concentraram-se na sede do INAMPS exigindo mudanças no sistema previdenciário e se solidarizaram com a greve nacional dos bancários. As manifestações terminaram com uma avaliação: Reforma Agrária se faz na prática, com ocupações, acampamentos, unindo lavradores, trabalhadores da cidade e estudantes (JST, setembro/1985, n.º 47, p. 11).

Na mesma semana do Ato Público do qual participou em Dourados/MS e da entrega do IPNRA ao Presidente Sarney, Plínio Barbosa Martins fez um pronunciamento no Congresso Nacional no qual defendeu a política da reforma agrária, reforçando sua importância ao expor a situação fundiária de Mato Grosso do Sul e a necessidade da assistência do governo aos homens e mulheres do campo. Em sua argumentação relata,

Ouçó, constantemente, em meu Estado, quando prego a necessidade da reforma agrária, frases como esta: não vamos dar terra a esse cidadão, porque o primeiro fazendeiro rico que quiser comprar-lhe a terra, ele a venderá. Isto aconteceu em Dourados, em meu Estado. Getúlio Vargas cortou as ricas e maravilhosas matas de Dourados e as deu a milhares de lavradores. Eles produziram por algum tempo, mas não se sentiram capacitados a continuar proprietários e produtores dessas terras. Por quê? Porque lhes faltou assistência técnica, educacional e de saúde; faltou-lhes a comunicação, as estradas, o crédito, faltou-lhes, enfim, o amparo do Governo (*Diário do Congresso Nacional*, 26.09.1985, p. 10781).

²⁹³ Publicados no livro *Satírico*, por meio dos quais o poeta Emmanuel Marinho conta a história do Brasil de 1964-1994 (Informações do autor).

²⁹⁴ Compareceram cerca de 25000 pessoas na área central de Vila Vargas. Segundo a publicação, os participantes exigiram que o governo federal pusesse em prática o PNRA, com a participação dos trabalhadores rurais (FD, 27.08.1985, p. 1)

²⁹⁵ De 1º a 7 de setembro de 1985, promovida e organizada pelo MST e pela CUT. Fonte: JST, setembro/1985, n.º 47, p. 10.

No cenário de retomada democrática no Brasil, foi aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária, cinco meses após o lançamento da Proposta e na promulgação do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, foi possível perceber o tamanho do recuo do governo federal em relação às proposições iniciais. Nesse breve espaço de tempo a Proposta foi alterada 12 vezes e, do texto inicial, foram modificados capítulos importantes, tais como o que permitia a desapropriação por interesse social e o que determinava que os assentamentos seriam realizados em terras públicas.

Nesse panorama de desolação, em 18 de outubro de 1985, José Gomes da Silva pediu demissão, num ato de reconhecimento de que a RA não aconteceria como se pretendeu a princípio, de forma a transformar o campo brasileiro. A revista *Veja* noticiou a saída do presidente do INCRA sob o título “O presidente do INCRA volta para casa”, e nela atribuiu sua demissão aos cortes feitos na Proposta, considerados prudentes frente a radicalização do plano original, elaborado pelos 17 Grupos de Trabalho e coordenado por José Gomes da Silva e Nelson Ribeiro. Na matéria ainda constava que essa demissão já era esperada e até desejada pelo Governo, visto que “[...] vinha enfrentando oposição cerrada dos produtores rurais que, entre outras coisas, o acusaram de empregar no órgão pessoas ligadas aos partidos comunistas” (23.10.1985, p. 46).

Sobre sua demissão José Gomes da Silva assim se manifestou,

A minha proposta era diferente e usava outros instrumentos. Reforma Agrária “possível” e consensual não existe. O 1º PNRA é a repetição do que sempre foi feito no país. Os proprietários de terras e o governo negociam as piores fatias do latifúndio para o trabalhador rural, que permanece sem condições de cultivar a sua terra e produzir. Esta experiência revelou ser um fracasso. (*Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, suplemento da edição de out/nov, 1985, p. 1)

A verdadeira Reforma Agrária se escreve em caixa-alta. Vou lutar pela Reforma Agrária no mesmo campo em que ela foi destruída: na política. A Reforma Agrária não é feita por um cidadão e sim pelos trabalhadores rurais. (*Folha de São Paulo*, 19.10.1985, p. 8)

Reforma Agrária é um conceito tão absoluto quanto a virgindade, algo em que não existe meio-termo. Os parâmetros mínimos de uma reforma agrária acabaram excluídos do plano que foi assinado pelo presidente (*VEJA*, 23.10.1985, p. 46).

A decepção de José Gomes da Silva se explica pelos sucessivos golpes que sofreu a Proposta anunciada em maio de 1985. Para explicá-la basta que consideremos a sua assertiva sobre a impossibilidade de fazer RA de forma consensual em um país no qual a concentração de terras é crônica e histórica, onde terra é considerada como fonte de poder e não de trabalho como queriam os 17 Grupos de Trabalho que prepararam a Proposta.

Sabemos hoje que se não fosse a luta e os enfrentamentos ocorridos nas ocupações de terra, nada teria mudado no reordenamento de terras que estamos a estudar, que não seria possível haver consenso frente ao poderio econômico representado pelos latifundiários que se organizaram e fizeram o governo de José Sarney recuar e mudar as bases do PNRA, de forma que pudessem dispor das terras que não lhes interessavam, com vantagens financeiras, destinando à RA, como desabafou José Gomes da Silva, as piores terras, numa tentativa de desacreditar a RA, inviabilizando a permanência dos homens e mulheres que reivindicavam terras para trabalhar e viver.

Ao afirmar que RA é um conceito absoluto, José Gomes da Silva deixava claro que o I PNRA, na forma que foi aprovado não pretendia fazer RA, apenas acalmar ânimos e postergar a tão propalada mudança fundiária que traria um pouco mais de justiça para o campo brasileiro. No capítulo V, veremos como os latifundiários orquestraram os encaminhamentos da Constituinte de 1987 no sentido de garantir a inviolabilidade da propriedade, confundindo e/ou deturpando o conceito de improdutividade e da função social da terra.

Nessa esteira a execução do I PNRA promoveu o assentamento, entre 1985 e 1989, no contexto brasileiro, de 125.412 mil famílias, número considerado pequeno pelos órgãos reivindicadores dos movimentos que se formam desde então, visto que a previsão era para assentar 1,4 milhões de famílias até 1989 (MENEGAT, 2003, p. 21). Entre 1990 e 1994 os resultados se mostraram ainda menores, com apenas 23 mil famílias assentadas em terras desapropriadas, acirrando ainda mais os ânimos exaltados.

Nos mesmos períodos, no estado de Mato Grosso do Sul, foram assentadas 4.516 famílias (1985-1989) e 661 famílias (1990-1994)²⁹⁶, dados que serão evidenciados na sequência, quando faremos a discussão sobre número de famílias assentadas e a área especial destinada a instalação de assentamentos, sabendo-se que nas duas etapas referidas foram destinadas 130.376,932 ha e 18.375,783 ha, respectivamente²⁹⁷. Essas foram medidas adotadas que movimentaram a estrutura agrária brasileira e que em Mato Grosso do Sul, entre dilemas e possibilidades a reordenaram e, mesmo que timidamente, moveram a fronteira, reabrindo-a.

²⁹⁶ Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS (2010).

²⁹⁷ Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS (2010).

V CAPÍTULO

A REFORMA AGRÁRIA NO SMS: REORDENAMENTO DE TERRAS

Nesse capítulo analisamos, especificamente, como se deu o processo de reordenamento de terras por meio da reforma agrária, em Mato Grosso do Sul, dando ênfase ao território do SMS, visto que, como apresentamos na introdução desse trabalho, essa foi a região que definimos para a pesquisa e nela buscamos analisar o ordenamento e o reordenamento de terras.

Para interpretar as diferentes formas de contestação pela posse da terra no SMS e a sua real capacidade para transformação social dos assentados, foi necessário que fizéssemos uma reconstituição do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) no Estado de Mato Grosso do Sul, construído a partir do Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA I (1985), e das legislações que são consideradas aqui como a essência do seu arcabouço legal, tais como a Constituição de 1988, a Lei Agrária, nº 8.629/93 e a Lei Complementar, nº 76/1993, todas relacionadas a ação de desapropriação das terras.

Embora as contradições existentes no I PNRA, algumas das quais discutimos aqui, na determinação das áreas prioritárias em 1985, foram estabelecidas metas para a desapropriação e constituição de assentamentos em todos os estados do Brasil, embora não contrariasse o indicativo de que a RA se faria, de início, prioritariamente no Nordeste²⁹⁸ (NE).

Na publicação do IPNRA, foram determinadas as áreas para desapropriação e o levantamento de famílias que deveriam ocupar essas terras, no período de 1985 a 1989. Conforme podemos verificar na figura 10, em Mato Grosso do Sul, a previsão era de assentar 41.200 famílias em uma área de 14.800 hectares,

²⁹⁸ No Nordeste a área prevista para desapropriação era de 17.890.000 e o número de famílias a assentar era de 628.200, representando 44,8% do total de famílias/Brasil (JTST, out/nov 1985, p. 10). O jornal *O Globo* noticia “Nordestinos serão os principais beneficiados” e discorre sobre os quantitativos de beneficiários para fins de RA, no período de 1985/1989, por ordem decrescente: Nordeste (630.000) Sudeste (280.000 famílias), Centro-Oeste (210.000 famílias), Sul e Norte (140.000 cada) (OG, 11.10.1985, p. 37).

representaria para Mato Grosso do Sul a possibilidade de desapropriação de áreas em conflito, tal como a da região de fronteira com o Paraguai.

No Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR)³⁰¹, aprovado concomitantemente ao PNRA e apresentado por José Sarney como apoio à RA foi sugerido que a política agrícola fosse implementada “[...] na faixa de fronteira que vai desde o Estado de Mato Grosso do Sul até o território do Amapá [...]”(OG, 11.10.1985, p. 37). Sobre o PNDR, o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* afirmou que “[...] nada mais é do que uma versão de um documento já divulgado pela imprensa sob o nome de PONDERI³⁰² e atribuído ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), que fala numa RA contínua e ordenada” (JTST, n.º 48, ou/nov, 1985, p. 10).

Na continuidade da notícia foi afirmado que o terceiro documento aprovado junto com o PNRA, o I Plano de Desenvolvimento Agrário e Social (PNDAS), era uma estratégia para “[...] confundir os trabalhadores rurais, misturando RA com política agrícola e colonização para, no fim, não aplicar nenhum. Ou aplicar o pior de todos” (Idem).

Saliente-se que havia uma tácita reprovação à política de colonização adotada em décadas passadas, tais como as que estudamos no capítulo I e III desta tese, ocorridas nos governos de Getúlio Vargas (CAND e CMD) e do regime militar (PIC Sete Quedas). A preocupação dos trabalhadores rurais, expressa na matéria veiculada pelo *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, era acerca da possibilidade dessa forma de ocupação³⁰³ da terra se repetir, visto a ênfase que foi dada no IPNRA para que a RA ocorresse em terras públicas, com determinação de cadastramento dessas áreas em seis meses, desprezando as terras privadas aproveitáveis que estavam improdutivas e que somavam 426 milhões de hectares em território brasileiro (JTST, n.º 48, out/nov, 1985, p. 10) O jornalista dizia que terras públicas, em tese, pertenciam a toda a população brasileira e desta forma não havia por que desapropriar e finalizou afirmando “E mesmo porque as terras públicas estando quase todas no Norte (Amazônia) caracteriza-se um processo de colonização e não de Reforma Agrária” (Idem).

A responsabilidade da operacionalização da RA, em Mato Grosso do Sul, segundo Avelino Júnior, ficou a cargo do:

[...] primeiro Programa Regional de Reforma Agrária (PRRA), juntamente com o INCRA e com o Departamento de Terras de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), os quais passam a ser os responsáveis pelos projetos de Assentamento e Colonização no Estado (2004, p. 139).

Corroborando os dados apontados pelos jornais *O Globo* e dos *Trabalhadores Sem Terra* o autor confirma a meta para Mato Grosso do Sul, que previa 1.480.000 hectares para desapropriações com o assentamento de 41.200 famílias das quais foram cumpridas apenas 0,06% e 8,2%, respectivamente (Idem).

³⁰¹ Elaborado pelos Ministros da Agricultura (MA), Pedro Simon, do Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD), Nelson Ribeiro e do Planejamento (MP) João Sayad.

³⁰² Política Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado.

³⁰³ Segundo Fachin a fiscalização da colonização privada, que na Proposta tinha sido delimitada até 1987, não mais seria fiscalizada e sim acompanhada e sua extinção não foi reafirmada no I PNRA (1985, p.13).

Tomando como base o quadro informado pelo *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, numa distribuição ano a ano, para que fossem cumpridas as metas estabelecidas no I PNRA, seria necessário que os governos, federal e estadual, estivessem assentando famílias desde outubro de 1985, o que não estava ocorrendo. Em Mato Grosso do Sul, até outubro de 1985 havia sido desocupada área de 28.729,7620 hectares e assentadas 700 famílias nas áreas da Fazenda Conceição (Nioaque), Santa Luzia (Guia Lopes da Laguna) e Mimoso (Chapadão do Sul)³⁰⁴.

Para uma melhor visualização do proposto pelo I PNRA para o período de 1985/89, com o que foi executado, em Mato Grosso do Sul, podemos comparar os quadros 09 e 10 que apresentam, respectivamente, os dados obtidos e/ou aplicados.

Quadro 09 – Metas do PNRA para Mato Grosso do Sul

Ano	Área (ha)	Famílias (n.º)
1985/86	160.000	4.400
1987	320.000	8.900
1988	480.000	13.300
1989	520.000	14.600
TOTAL	1.480.000	41.200

Fonte: JTST, out/nov 1985, p. 10. (Org.) FACHIN, Viviane Scalon, 2014.

O quadro 09 foi elaborado a partir dos números pensados para Mato Grosso do Sul, tomando por base os levantamentos feitos pelos responsáveis em cada estado da federação, no caso específico pelo TERRASUL e INCRA/MS e o quadro 10 foi elaborado a partir dos números da planilha INCRA SR 16, Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS (2010), ano a ano conforme demonstrado no quadro.

Quadro 10 – MS – Área desapropriada e n.º de famílias assentadas

Ano	Área(ha)	Famílias (n.º)
1985/86	52.801,934	1.786
1987	43.661,7941	1.039
1988	9.613,1421	295
1989	19.940,0401	1.160
TOTAL	126.016,91	4.280

Fonte: Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS.(2010) (Org.) FACHIN, Viviane Scalon.

Comparando a meta para Mato Grosso do Sul estabelecida no I PNRA, de área desapropriada e famílias beneficiárias, respectivamente, verificamos que nos anos de 1985 e 1986 foram atingidos os percentuais de 33% e 40%, em 1987 os percentuais foram de 13% e 11%, em 1988, os percentuais ficaram em 2% e 2,2% e em finalmente em 1989 os percentuais foram de 3,8% e 8%.

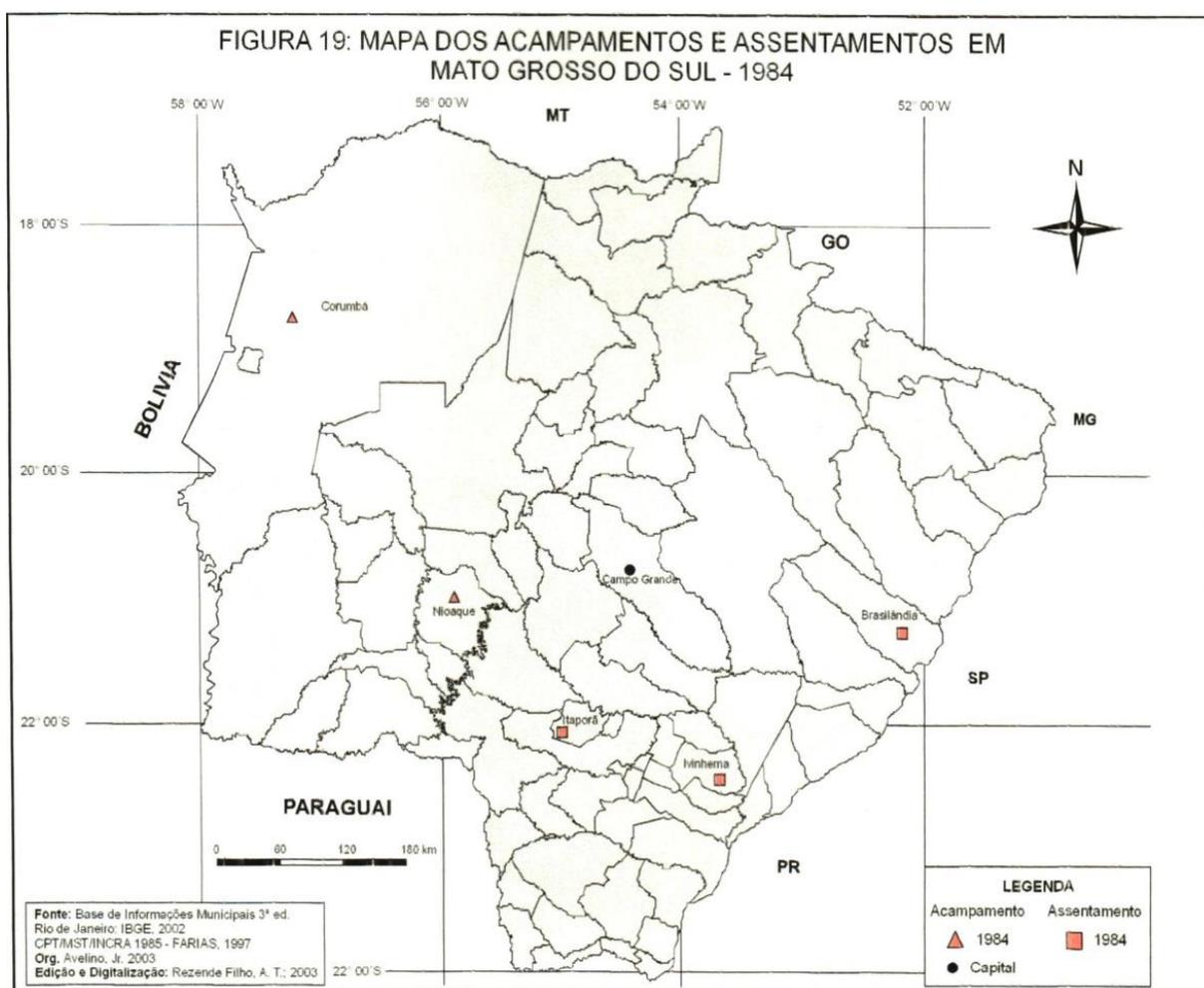
É nítida a constatação que o pior resultado foi no ano de 1988 e o melhor foi obtido entre os anos de 1985 e 1986, reafirmando que em 1985, 28.729,7620 hectares da área total dos

³⁰⁴ Fonte: Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS (2010).

52.801,934 hectares haviam sido desapropriadas anteriormente à aprovação do I PNRA e das 1.786 famílias, 700 famílias foram assentadas em período anterior ao IPNRA, o que equivaleria dizer que a área desapropriada pós RA é de 24.072,172 hectares e de famílias assentadas é 1.086 o que transforma o percentual de 33% e 40%, respectivamente, em 15% e 24%, mantendo ainda a classificação de melhor resultado.

Constatamos que as 4.280 famílias assentadas entre 1985-1989, conforme os números apresentados, o foram em razão da ação constante dos movimentos sociais da luta pela terra, em Mato Grosso do Sul representados majoritariamente pelo MST e CUT (rural), conforme podemos ver pelas ocupações que passaram a pressionar o governo pela RA, mesmo antes da aprovação pelo Presidente da República do Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso do Sul (PRRA/MS).

Figura 11 – Acampamentos e assentamentos em Mato Grosso do Sul/1984



Fonte: Avelino Júnior. 2004, p.142.

Quadro 11 – Municípios em que ocorreram acampamentos em Mato Grosso do Sul

1985	1986	1987*	1988	1989
Mundo Novo Sete Quedas Naviraí Rodovia Mundo Novo/Iguatemi Paranaíba Ivinhema	Brasilândia Bataiporã Taquarussu Amambai Caarapó Anastácio/Jateí Eldorado Dourados Sete Quedas Glória de Dourados Três Lagoas Bataguassu Ribas do Rio Pardo Nova Esperança Nova Andradina Itaquiraí		Selvíria	Itaquiraí Ivinhema Bonito Anastácio Naviraí Sete Quedas Bataiporã Jateí Eldorado Aquidauana Rodovia Ivinhema/Nova Andradina Sidrolândia Tacuru
TOTAL: 06	17	00	01	13

Fonte: Avelino Júnior, 2004, p. 153.

Fazendo uma análise da figura 11 percebemos que dos três acampamentos existentes em Mato Grosso do Sul no ano de 1984, dois estavam situados no SMS, em Itaporã e Ivinhema, o que torna mais difícil entender as razões que levaram à definição dos decretos que acompanharam o PRRA/MS e que iremos detalhar adiante. Na mesma visão inserimos o quadro 11 mostrando os municípios nos quais se encontravam acampamentos entre os anos de 1985 a 1989, no qual fica demonstrada, em 1985, a concentração desses acampamentos em municípios localizados no SMS, pois excetuando Paranaíba os demais fazem parte da área em questão. No ano de 1986 também se verifica essa concentração visto que dos 16 municípios identificados com ocorrência de acampamentos, 12 pertencem ao espaço que estamos a considerar como SMS. Em 1987³⁰⁵ não há registros de acampamentos e em 1989 há registro de ocorrência de 14 acampamentos, dos quais 11 também se concentram no SMS.

Assim vemos, mais uma vez, que houve incoerência e/ou ingerência na determinação das áreas prioritárias para Mato Grosso do Sul, deixando nas entrelinhas a possibilidade de constatar que os interesses em jogo pendiam para favorecer os latifundiários, lembrando que no período o Estado tinha representantes políticos membros dessa categoria, conforme podemos ver pelo quadro 12,

³⁰⁵ Ver: AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 153.

Quadro 12 – Políticos de Mato Grosso do Sul – proprietários de latifúndios.

NOME	PARTIDO	ÁREA(ha)	MUNICÍPIO
Rachid Saldanha Derzi	PMDB	11.341	Rio Brillhante, Bela Vista, Antônio João e Terenos.
Wilson Barbosa Martins	PMDB	5.097	Campo Grande, Rochedo e Jaraguari.
José Fragelli	PMDB	9.795	Campo Grande e Aquidauana.
Marcelo Miranda Soares	PL	5.549	Aparecida do Taboado.
Lúdio Martins Coelho	PSDB	31.692	Rio Brillhante, Terenos, Miranda, Sidrolândia, Bonito e Camapuã.
Pedro Pedrossian	PTB	9.763	Miranda e Bodoquena.
João Leite Schimidt	PDT	8.650	Coxim.
Ary Rigo	PDT	2.875	Dourados.
Londres Machado	PL	3.659	Fátima do Sul.
Levy Dias	PFL	5.469	Campo Grande e Nioaque.

Fonte: TERRASUL/TRE/MS, 1996 In: AVELINO JÚNIOR, p.54.

Os quatro primeiros nomes listados no quadro 15 são os representantes políticos que atuavam na Câmara Federal por ocasião da discussão da Proposta e aprovação do PNRA e dos PRRAs. Rachid Saldanha Derzi foi senador no período de 1979 a 1987; Wilson Barbosa Martins foi governador de Mato Grosso do Sul no período de 1983 a 1986, deixando o mandato de governador para disputar e posteriormente exercer o de senador, no pleito de 1986; José Fragelli foi senador da república de 1980 a 1987 e ocupou o cargo de presidente do Senado Federal, no período de 1985 a 1987 e Marcelo Miranda Soares foi governador de Mato Grosso do Sul, eleito em 1986 e senador da república no período de 1983 a 1991.

No editorial e demais notícias do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* n.º 48, em análise, há um item sob o título de “Conclusão”, que era um alerta sobre os acontecimentos que viriam a se desenrolar no período pós-aprovação do IPNRA e que antecederam a promulgação da Constituição de 1988, durante as tratativas para a formação da Comissão Constituinte (1987-1988):

O governo da Aliança Democrática não está interessado em fazer mudanças no campo e na política fundiária. Se depender dele, tudo continua como está. Os trabalhadores, para mudar isso, têm que fazer como tem acontecido nas últimas semanas: ocupações maciças (JTST, n.º 48, out/nov 1985, p.10).

Nesse contexto foi convocada e formada a Assembleia Nacional Constituinte que iria encaminhar, entre outras, a política agrícola que executaria a RA nos estados do Brasil e da qual faziam parte os parlamentares de Mato Grosso do Sul, deputados Gandi Jamil Georges (PMDB), Ivo Cersósimo (PFL), José Elias (PTB), Levy Dias (PFL), Plínio Barbosa Martins (PMDB), Ruben de Oliveira Figueiró (PMDB), Saulo Queirós (PFL) e Walter Pereira de Oliveira (PMDB)³⁰⁶ e os

³⁰⁶ Fonte: Câmara dos Deputados.

senadores, Mendes Canale (PSDB), Rachid Saldanha Derzi (PMDB) e Wilson Barbosa Martins (PMDB)³⁰⁷.

Como podemos constatar entre os políticos identificados como latifundiários no quadro 15, muitos ocuparam a posição de constituintes por Mato Grosso do Sul e alguns foram vinculados à UDR pelo *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* n.º 65, agosto, 1987, como veremos adiante.

Sobre os PRRAs Silva esclarece:

Se o Plano Nacional levou exatamente 136 dias para sair (de 27 de maio a 10 de outubro de 1985), os Planos Regionais de Reforma Agrária demoraram 203 dias, de 11 de outubro até 02 de maio de 1986 quando os sete primeiros foram decretados. Não ocorreu a prometida retomada das concessões havidas no PNRA, medida na escala do tempo, e a má vontade persistia (1987, p. 178).

Nesse período houve muita especulação sobre como seria conduzida a RA em nível nacional, com a saída de José Gomes da Silva da presidência do INCRA e a subsequente nomeação de Pedro Dantas³⁰⁸, confirmando a hipótese levantada pelo grupo que havia elaborado a Proposta inicial do PNRA sobre a militarização³⁰⁹ do órgão, em meio a um clima de incertezas e desconfiança. Segundo Veiga “Tudo indicava que a ideia era a de empurrar os planos regionais com a barriga até a inevitável reforma ministerial prevista para fevereiro/março de 86” (1990, p. 118). O autor afirma que a RA foi deixada de lado durante o primeiro semestre de 1986, pois a não definição das áreas prioritárias no I PNRA impedia que o processo avançasse.

A imprensa nacional se manifestava confundindo e atemorizando a sociedade na medida em que salientava as consequências das prorrogações para a aprovação do PRRAs. A *Folha de São Paulo* noticiou que desde março havia a expectativa da assinatura, mas que a demora se devia ao fato do presidente precisar ler, pessoalmente, os 26 planos regionais. O porta voz do Palácio do Planalto apresentou desmentido, quanto a José Sarney ter dito a empresários rurais que, neste momento, não poderia interferir no MIRAD e os ter aconselhado a usar sua influência para adiar a implantação dos PRRAs. (FSP, 09.04.1986, p. 12).

Na mesma matéria Nelson Ribeiro dizia que “[...] a tática dos produtores rurais é adiar a implantação dos planos regionais por mais um ano” (Idem), e que um adiamento de noventa dias já implicaria, em algumas regiões, na perda da época de plantio o que acarretaria ao governo federal gastos para sustentar 150 mil famílias por mais um ano, numa somatória de aproximadamente 900 pessoas que correspondia aos beneficiários da RA, para o ano de 1986/87.

O mesmo periódico trazia, no dia seguinte, matéria na qual, o porta voz do Palácio do Planalto informava que José Sarney havia solicitado que os planos regionais que lhes foram apresentados fossem reformulados sob a alegação de que “[...] não gostou da maneira como os planos regionais de reforma agrária (PRRAs) estão redigidos. Eles estão mal elaborados. Por isso mandou rever seu fundo e forma” (FSP, 10.04.1986, p. 20). Na ocasião da manifestação de José

³⁰⁷ Fonte: Câmara Federal.

³⁰⁸ Pedro Dantas era militar, Sargento reformado do Exército, tinha ligações com o PFL e foi indicado por Marco Maciel (PETER, 2001, p. 20).

³⁰⁹ Ver: Veiga, 1990, p. 120-121.

Sarney a revisão estava sendo feita por duas comissões, do Gabinete Civil da Presidência e do MIRAD (Idem).

Em Mato Grosso do Sul os jornais deram publicidade à sociedade sul-mato-grossense sobre os encaminhamentos nacionais que viabilizavam a assinatura dos PRRAs, focando na possibilidade de contemplar o Estado.

O *Correio do Estado* publicou, em 08 de abril de 1986, notícia na qual informava que José Sarney poderia assinar os PRRAs em Mato Grosso do Sul, na sua vinda ao estado, para participar da abertura da 48ª Exposição Agropecuária de Campo Grande, em 13 de abril de 1986. Segundo a publicação, havia rumores dessa possibilidade circulando no TERRASUL e INCRA, que não foi confirmada nem pelo presidente da Comissão de assuntos Fundiários do Estado, Aparício Rodrigues, nem pelo diretor regional do INCRA, Alberto Manna, visto que não haviam recebido nenhuma confirmação de Brasília, até a publicação.

Frente a essa possibilidade, continuava a matéria,

[...] o presidente da Fetagri/MS enviou telex a Brasília solicitando uma audiência com José Sarney, oportunidade em que os sem terra, bóias-frias, brasiguaios e pequenos produtores entregarão documentos sobre a situação em que vivem no Estado e também com várias reivindicações. (CE, 08.04.1986, s/p).

A matéria acrescentava que a Fetagri/MS havia convocado os sindicatos de todos os municípios a enviarem caravanas para recepcionar José Sarney no seu desembarque na Base Aérea de Campo Grande e registrava a expectativa com a vinda anunciada, sinalizando os anseios da sociedade sul-mato-grossense, mais especificamente dos movimentos e órgãos ligados a questão agrária no estado, frente a morosidade do processo da RA, que exigia para sua operacionalização a definição, em lei federal, das áreas prioritárias nos PRRAs de cada estado da federação.

Em 14 de abril, um dia após a visita de cinco horas do Presidente da República à Campo Grande, o *Jornal da Manhã* informou que José Sarney garantiu à imprensa que iria fazer a RA nos estados, que era apenas uma questão de dias para assinar os PRRAs. Na mesma matéria constou que embora tendo sido frustrada a expectativa da assinatura ocorrer em Campo Grande, o governador Wilson Barbosa Martins reafirmou a intenção do governo federal em assinar os planos nos próximos quinze dias e disse que nos estudos sobre a situação fundiária de Mato Grosso do Sul todos os setores tinham sido ouvidos. Enfim a assinatura dos planos regionais não ocorreu no evento, mas somente quarenta e quatro dias depois.

O *Jornal da Manhã*, em publicação subsequente informou “Começa hoje discussão sobre o PRRAs”, na sequência noticiava que estava sendo organizado, pelo INCRA, com apoio do governo do estado um encontro para tratar de projetos de assentamento com fins de subsidiar o PRRAs/MS. Dizia ainda que no encontro seria ouvida toda a comunidade interessada em debater o tema. Estaria presente no evento o diretor geral do TERRASUL que demonstrava preocupação com a morosidade dos processos de desapropriação em Mato Grosso do Sul e

[...] alerta para o perigo de Mato Grosso do Sul se transformar num depósito de bóias-frias, caso o Governo Federal não atenda à solicitação do governador Wilson

Barbosa Martins, que propõe que as terras só sejam ocupadas por sem-terra que comprovem moradia de dois anos no Estado (29.04.1986).

Na sequência da matéria foi dito que a demanda por terras em Mato Grosso do Sul não tinha sido atendida pelas desapropriações e que os acampados aumentavam dia a dia. Enumerava os municípios de Sete Quedas, Novo Horizonte, Naviraí e Bonito³¹⁰ como áreas que concentravam grande número de famílias acampadas sob o risco de ficarem sem alimentação num prazo de 10 dias, conforme informado pelo diretor do TERRASUL. Enquanto o PRRA/MS não era aprovado, dizia o jornal “[...] o Governo do Estado tem dado apoio à execução de planos de emergências, como a recente desapropriação da Fazenda São João do Guaraí, em Ivinhema, que está recebendo mais de cem famílias vindas de Naviraí e Sucuriú” (Idem)

Conforme esclarecimento de Silva sobre a aprovação dos PRRA, o de Mato Grosso do Sul estava entre os sete primeiros. Sob o n.º 92.621, o decreto foi assinado em 02 de maio de 1986 (1987, p. 19) com o seguinte preâmbulo “Declara a área rural do Estado de Mato Grosso do Sul como zona prioritária para efeito de execução e administração da reforma agrária, e dá outras providências.”³¹¹

No corpo do texto eram explicitados os seis artigos que disciplinavam a norma, estabelecendo o prazo de cinco anos para a execução e administração da RA na área total estipulada como zona rural de Mato Grosso do Sul e para as desapropriações dos latifúndios ou imóveis rurais explorados em desacordo com o interesse social, seria aplicada a legislação pertinente. A área não deveria ultrapassar a prevista no PRRA, anexo ao decreto que previa, por meio de sete decretos, a desapropriação de sete imóveis.

Dois decretos foram assinados em 27 de junho de 1986, sendo o primeiro, o Decreto n.º 92.834 que, no seu artigo 1º, determinava:

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "Fazenda São João", com a área de 2.996,5321ha (dois mil, novecentos e noventa e seis hectares, cinquenta e três ares e vinte um centiares), situado no Município de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Buscando na planilha Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS (dados de 2010), em Bonito/MS há apenas o registro do assentamento Guaicurus, implantado no imóvel Fazenda Marabá, onde foram assentadas em 1986, 129 famílias em uma área de 2.772,3164 hectares. Esse assentamento tem Ato de Criação com data anterior ao decreto em discussão, conforme registrado no documento INCRA/MS, sua criação ocorreu por meio da Resolução n.º 002, em 08 de janeiro de 1986.

O segundo decreto, assinado em 27 de junho de 1986, sob o n.º 92.835, em seu artigo 1º determinava:

³¹⁰ Dos municípios citados na notícia apenas Bonito não faz parte do SMS.

³¹¹ Fonte: Portal da Câmara dos Deputados.

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "Colônia Nova", com a área de 1.314,1405 ha (hum mil, trezentos e quatorze hectares, quatorze ares e cinco centiares), situado no Município de Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Esta área consta, na íntegra, no documento do INCRA/MS com registro em 03 de dezembro de 1987 e deu origem ao assentamento Colônia Nova, onde foram assentadas 88 famílias.

Em 27 de julho de 1986 foram assinados os demais decretos que finalizavam a definição das áreas prioritárias para Mato Grosso do Sul, acompanhando a decretação ocorrida em 02 de maio do mesmo ano. Na ordem de numeração temos o decreto n.º 93.039, que em seu artigo 1º determinava:

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "Fazenda Morraria", com a área de 1.248 ha (hum mil, duzentos e quarenta e oito hectares), situado no Município de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Não há indicação da desapropriação e criação de assentamento na área denominada no decreto nos registros do INCRA/MS. Importante constar que em Bonito, cidade turística, só consta instalação de um assentamento, conforme já descrito³¹².

Na sequência das publicações dos decretos com data de 27 de julho de 1985 temos o n.º 93.040 que determinava em seu artigo 1º:

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "Posse Mato Grande", com área de 1.352 ha (um mil, trezentos e cinquenta e dois hectares), situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

A área citada é registrada no documento INCRA/MS, assentamento Mato Grande, criado pela resolução n.º 576, de 13 de julho de 1987, com área de 1.264,3543 hectares, onde foram assentadas 50 famílias.

Os decretos n.º 93.041, n.º 93.042 e n.º 93.043, todos desapropriando áreas no município de Nova Andradina, em seus artigos 1ºs determinavam:

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado Fazenda Curitibaanos, com a área de 14.335,2800 ha (catorze mil, trezentos e trinta e cinco hectares, vinte e oito ares), situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986 (Decreto n.º 93.041).

³¹² Segundo dados da planilha: Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS (2010) a última produzida pelo Setor de Titulação INCRA SR-16/MS, conforme informado por Celso Menezes de Souza, Superintendente Regional Substituto, INCRA SR-16/MS.

É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado "Fazenda Douradinho", com área de 3.160 ha (três mil, cento e sessenta hectares), situado no Município de Nova Andradina, no estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986. (Decreto n.º 93.042).

É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "Fazenda Garota" com a área de 17.512,4413 ha (dezesete mil, quinhentos e doze hectares, quarenta e quatro ares e treze centiares), situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986 (Decreto n.º 93.043).

Sobre os imóveis nominados nos três decretos há registro no INCRA/MS da portaria n.º 393, de 22 de dezembro de 1987, que criou o assentamento Casa Verde, nas Fazendas Curitiba e Garota, com uma área total de 29.859.9889 hectares, menor, portanto, do que determinava a soma dos decretos n.º 93.041 e 93.043, que deveriam perfazer 31.847,7210 hectares. Sobre a Fazenda Douradinho não há indicação de nenhuma outra área em que tenha sido criado assentamento em Nova Andradina no período de cinco anos, como determinava o Decreto n.º 92.621.

Importante constar que nenhuma das áreas tidas como prioritárias no PRRA/MS contemplava o SMS, região de constantes conflitos, com ocupações e despejos violentos, conforme vimos no capítulo III desta tese e onde ocorreram enfrentamentos e mortes como veremos a seguir em tópico específico.

Essa situação foi corroborada pela publicação do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, ao informar que o INCRA/MS tinha o levantamento de áreas feito pela Comissão Municipal dos Sem Terra de Naviraí, no SMS, que ocupou o prédio do órgão em 17 de março de 1986 e entregou ao coordenador regional uma relação de 19 áreas aptas à desapropriação, por apresentarem grande número de arrendatários e conflitos. Todas estavam localizadas no SMS e nenhuma dessas áreas³¹³ constou dos decretos federais que estabeleceram as áreas prioritárias para Mato Grosso do Sul. Na mesma publicação constava que o INCRA foi instado a assinar um documento se comprometendo,

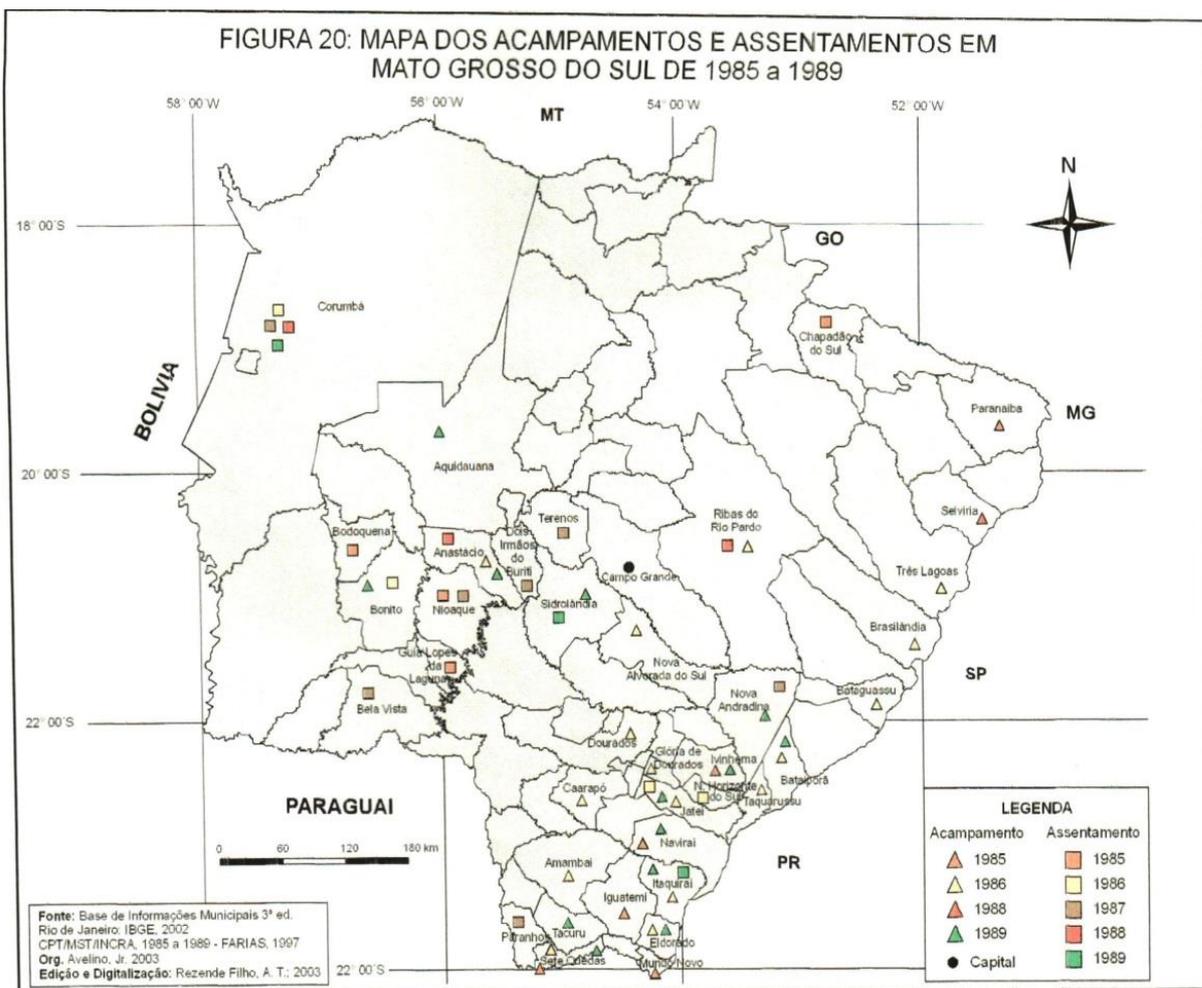
[...] a assentar, mesmo que provisoriamente, as 700 famílias de sem terras do município; mais 150 famílias de bóias-frias acampadas em Naviraí; 32 famílias de posseiros expulsas da fazenda Santa Rosa, também acampadas em Naviraí e, ainda, 500 famílias de bóias-frias acampadas no município de Eldorado (JTST, n.º 51, abril, 1986, p.09).

A figura 12 ilustra bem esse contraditório, na qual fica demonstrado que a maior parte dos acampamentos existentes em 1985, 1986, 1988 e 1989³¹⁴ se situava no SMS e que os assentamentos constituídos não seguiam a mesma logística.

³¹³ Fazendas: Nova Esperança, Santa Rita de Cássia, Gávea, Entre Rios, Belo Horizonte, Juncal, Porto Alegre, Santa Helena do Vasco, Vaca Branca, Bulle, Maragujipe, Capim Guaíba, Mestiço, Tamakavi, São José do Pica Fumo, Santa Lúcia, Ajuricaba e Rodeio.

³¹⁴ Em 1987 não há registro de acampamento. (AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 153).

Figura 12 – Acampamentos e assentamentos em Mato Grosso do Sul – 1985 a 1989.



Fonte: AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 155.

Assim, as áreas com maior ocorrência de acampamentos, localizadas no SMS, não foram priorizadas nos sete decretos que acompanham como anexos o PRRA/MS, apenas Nova Andradina foi contemplada e mesmo assim o Assentamento Casa Verde foi instalado em área menor do que havia sido estabelecido. Difícilmente podemos conceber um plano regional que não definisse o SMS como área prioritária, visto que nela estavam maior número de conflitos, mas que somente passa a ter essa atenção, quando do estabelecimento das áreas especiais definidas pela Portaria n.º 110, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de 06 de abril de 2000, que será detalhada em tópico específico neste capítulo.

5.1 A Assembleia Nacional Constituinte e a Reforma Agrária: discussão em Mato Grosso do Sul

Ainda durante o período de debates da Proposta que antecedeu I PNRA, em junho de 1985, o presidente José Sarney havia enviado mensagem ao Congresso convocando uma Assembleia

Nacional Constituinte³¹⁵, que deveria ser constituída por deputados e senadores eleitos em novembro de 1986 e pelos senadores no exercício do mandato.

Antes mesmo das eleições de 1986 já haviam começado a ser cogitadas as possibilidades de inserção de pauta sobre a RA pelos parlamentares de Mato Grosso do Sul e mais uma vez a imprensa se ocupou em divulgar os interesses dos latifundiários dando destaque aos discursos de seus defensores.

No jornal *O Progresso* de 22 de outubro de 1986 foi reproduzida a entrevista com Gandi Jamil Georges, candidato à Constituinte sob o título “Gandi quer garantias para o produtor rural”, cuja manchete já manifestava sua posição. Na edição de 29 de outubro, o mesmo periódico apresentava a notícia “As mulheres da UDR orientam a população”, segundo a qual as mulheres, membros da UDR/MS Regional Grande Dourados, faziam o trabalho de esclarecer o significado de constituição e constituinte “[...] o assunto que diz respeito a toda a população brasileira, está sendo discutido de casa em casa, de fazenda em fazenda e entre amigas, pelas mulheres da UDR.” Segundo a latifundiária Nilce Pozzi, o trabalho das mulheres ia além de orientação,

Elas estão ensinando também, como votar certo nas eleições de 15 de novembro, e, ao mesmo tempo, divulgando o programa dos seus candidatos. Ou seja, aqueles que comungam com os princípios da UDR, quais sejam: “Defesa firme e serena do direito da propriedade e da livre iniciativa privada, que através do trabalho e juntamente com os trabalhadores, constituem os alicerces da Democracia e Desenvolvimento Nacional” (OP, 28.10.1986, p. 3).

É possível depreender que votar certo na percepção dessas mulheres implicava em apoiar os candidatos que defendiam o direito à propriedade, mas o que ficava claro é que elas estavam trabalhando em prol dos candidatos que defenderiam os interesses dos latifundiários de Mato Grosso do Sul a partir da eleição de 1986, considerando o importante papel que, se eleitos, passariam a desempenhar nas comissões que foram formadas para a elaboração e sistematização da Constituição Federal de 1988.

No dia 1º de fevereiro de 1987, o Ministro José Carlos Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal, no ato solene de instalação da Constituinte fechou seu discurso afirmando que,

Na feitura de uma Constituição, as questões são múltiplas, e as dificuldades várias. Resolvê-las com prudência e sabedoria é o grande desafio que se apresenta a esta como a todas as Assembléias Constituintes. Os olhos conscientes da Nação estão cravados em vós. A missão que vos aguarda é tanto mais difícil quanto é certo que, nela, as virtudes pouco exaltam, porque esperadas, mas os erros, se fatais, estigmatizam.
Que Deus vos inspire (*Revista de Informação Legislativa*, 1987, p. 14.)

Essas palavras deveriam ter sido advertência suficiente para que os 559 constituintes, sob a presidência do deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB), se preparassem para dar uma resposta

³¹⁵ Para viabilizar o clamor por uma nova constituição, Tancredo Neves convidou Afonso Arinos para presidir uma comissão encarregada de fazer um anteprojeto. O chanceler Afrânio de Mello Franco, seu pai, presidiu a Comissão Constitucional de 1934, e Afonso Arinos foi unanimemente considerado o homem ideal para essa função. O presidente Sarney confirmou a escolha e nomeou os 50 membros da Comissão de Estudos Constitucionais. Fonte: www.josesarney.org

adequada à questão agrária, que se arrastava desde a promulgação do I PNRA, num compasso de espera. Enquanto isso o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, publicava lista de parlamentares eleitos no pleito de 1986, ligados à UDR, entre os quais destacamos os representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara Federal, deputados federais Gandi Jamil Georges (PFL), José Elias Moreira (PTB), Levy Dias (PFL), Ruben de Oliveira Figueiró (PMDB) e Walter Pereira de Oliveira (PMDB) e senador Rachid Saldanha Derzi (PMDB) (JTST, n.º 65, agosto, 1987).

Na edição de maio de 1987, o mesmo periódico, informava que Rachid Saldanha Derzi (PMDB) e Walter Pereira (PMDB) compunham a Comissão de Política Agrícola e Reforma Agrária (CPARA), responsável pela elaboração dos projetos de política e reforma agrária e subsequente apresentação para votação dos constituintes. Esses projetos, quando aprovados, eram inseridos na Constituição de 1988.

Salientamos que ambos os parlamentares de Mato Grosso do Sul que compunham a CPARA haviam sido identificados pelo JTST, com base nas informações coletadas nas bases de cada estado, como tendo sido apoiados ou serem diretamente vinculados à UDR.

Além da CPARA, era de grande importância a Comissão de Sistematização, cuja tarefa era ouvir e sistematizar as propostas de emendas populares que deveriam ser apresentadas por representantes dos movimentos e delegados de cada estado³¹⁶, acompanhadas pelos abaixo assinados que as referendavam perante a Comissão. Segundo o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* foram apresentadas duas emendas sobre a reforma agrária, uma que continha os vinte artigos exigidos pela base, com um milhão de assinaturas e outra elaborada pela Campanha Nacional de Reforma Agrária, contendo aproximadamente 500 mil assinaturas. O periódico dizia ainda que “[...] os dois projetos, que não apresentam diferenças significativas, conseguirão entre os trabalhadores rurais mais de um milhão de assinaturas a favor da Reforma Agrária” (JTST, n.º 65, agosto, 1987). Da Comissão de Sistematização participava por Mato Grosso do Sul, junto com mais 92 membros, o senador Wilson Barbosa Martins (PMDB), o mesmo que governava o Estado quando o IPNRA e o PRRA/MS³¹⁷ foram promulgados.

Na edição de outubro de 1987 o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* já sinalizava descrédito para com a Constituinte, dizendo que a Comissão de Sistematização, que inicialmente teria o prazo de dez dias para definir os artigos aprovados e incluídos na Constituição tinha levado mais de dez dias para votar apenas seis dos trezentos e trinta e oito artigos que existiam. Desta forma o prazo foi prorrogado por um mês causando um esvaziamento da Constituinte que já não funcionava mais priorizando as decisões dos partidos e sim de grupos de interesse (JTST, n.º 67, outubro, 1987).

É notável a decepção manifestada, à época, pelos trabalhadores rurais, por meio da publicação, levando em conta a existência dos 23 milhões³¹⁸ de trabalhadores na agricultura e

³¹⁶ Escolhidos entre as organizações: CUT, CPT, Pastorais Rurais, MST e do partido político PT (JTST, n.º 65, agosto, 1987).

³¹⁷ O PRRA/MS foi assinado em 02 de maio de 1986 e Wilson Barbosa Martins se afastou do governo em 15 de maio do mesmo ano, para concorrer a Deputado Federal. Fonte: <http://www.ms.gov.br>

³¹⁸ Dados do IBGE (Censo agropecuário de 1985).

pecuária no Brasil, contra um quantitativo de 120 mil³¹⁹ latifundiários, o que implicava em desconsiderar a importância de sua participação nas decisões a respeito da RA.

Resta claro que a Constituinte não ouviu, ou não levou em conta as argumentações dos trabalhadores rurais, nem dos órgãos e partidos políticos que os apoiavam e os artigos que trataram da RA na Constituição Federal de 1988, acabaram por atender aos interesses dos latifundiários. A Assembleia Nacional Constituinte obstaculizou a transformação que se esperava fazer com o projeto de RA e aprovou uma Constituição conservadora embora, pela primeira vez na história constitucional brasileira, a RA tenha tido um tratamento diferenciado com a inclusão de um capítulo³²⁰ específico para tratar da temática.

5.2 Movimentos em movimento: homens e mulheres, legislações, ocupações e violência em Mato Grosso do Sul

Em resposta aos encaminhamentos dados com a decretação do PRRA/MS, houve intensa movimentação dos movimentos sociais organizados em Mato Grosso do Sul, que passaram a reivindicar por meio de ocupações as terras que haviam sido identificadas como aptas para desapropriação. O enfrentamento entre os trabalhadores do campo que haviam, pacificamente, aguardado o desfecho dos atos federais para implantar a RA agora se fazia sentir e os latifundiários passaram a se armar no intuito de defender o que consideravam direito de propriedade.

Nesse ínterim foram tomadas atitudes extremas, por ambas as categorias, trabalhadores do campo e latifundiários que levaram o SMS a virar cenário de guerrilha conforme podemos constatar pelas matérias veiculadas pela mídia nacional e local.

Mais uma vez se fez necessário a mobilização das organizações e movimentos sociais sul-mato-grossenses em prol de políticas que afirmassem homens e mulheres no campo, garantindo, de forma digna sua sobrevivência e tentando impedir manifestações por meio de atos de violência. É forçoso constatar a necessidade de garantir a permanência das famílias no campo, com ênfase nos assentamentos, sem a qual, se esvazia a função de acesso, apregoada pela RA. Ao comparar as medidas adotadas em referência, percebe-se que existiam diferentes interesses em jogo.

As medidas que deveriam ser tomadas para desapropriar áreas já indicadas pelos movimentos como aptas a RA foram proteladas. Em nível nacional o JTST denunciava que, mesmo após a promulgação dos PRRAs, que foram assinados em dois momentos³²¹ a desapropriação esbarrava em aspectos legais, previstos no I PNRA que davam legitimidade aos sucessivos insucessos de desapropriação.

Enquanto isso as ocupações de terra, mesmo que em ritmo lento continuavam a ocorrer conforme se pode constatar pela visualização do quadro 13,

³¹⁹ Quantitativo informado pela UDR, em 1987.

³²⁰ CAPÍTULO III - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (arts. 184 a 191).

³²¹ Conforme Silva os PRRAs foram assinados em dois blocos. Os sete primeiros, em 02 de maio de 1986, entre os quais está incluído o estado de Mato Grosso do Sul e contemplava ainda os estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná e Pará. Os dezessete restantes foram assinados em 19 de maio de 1986 e contemplava o Acre, Amapá, Amazonas, Piauí, Pernambuco, Rondônia, Paraíba, Roraima, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais (1987, p. 19).

Quadro 13 – Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul – 1985-1989

ANO	NÚMERO	FAMÍLIAS
1985	02	*
1986	01	705
1987	*	*
1988	04	263
1989	*	*
TOTAL	07	968

Fonte: CPT, 1990. In: AVELINO JÚNIOR, 2004, p.152.

Em 1986, 705 famílias ocuparam terras para tentar garantir a implantação de assentamentos, Avelino Júnior diz que as ocupações de terras ocorridas no período de 1985 a 1989 deram origem a diversos acampamentos e assentamentos distribuídos pelos municípios de Mato Grosso do Sul (2004, p. 152)

Peter afirma que o decreto de aprovação do I PNRA, retirava, por omissão³²², “[...] o instrumento de que até agora o governo se pôde valer para realizar as desapropriações em caso de conflito” (2001, p.28) e, desta forma, “[...] o primeiro efeito do plano seria o de inviabilizar a desapropriação emergencial, que, para persistir, terá de encontrar outro arcabouço legal” (Idem).

Na esteira do pensamento de Peter foram promulgadas as legislações, Lei Complementar 76/93 e a Lei Agrária 8629/93, relacionadas à ação de desapropriação, consideradas parte do arcabouço legal da RA, que iremos analisar na sequência desse capítulo.

Nesse momento, entende-se que se acirraram os ânimos dos movimentos sociais e dos latifundiários. Ambas as categorias passaram a buscar meios de fazer valer a legislação e os enfrentamentos se tornam rotineiros. Veiga denunciou que, nesse ínterim, os latifundiários passaram a usar de subterfúgios para que suas terras, ao serem vistoriadas, não fossem identificadas como improdutivas. Uma estratégia utilizada pelos latifundiários com terras improdutivas era de emprestar gado, máquinas e implementos, colocando-os em suas terras para que no momento das verificações passassem a impressão de lugares com produtividade. E com o mesmo objetivo passaram a incluir falsos contratos de arrendamento, falsas fichas de vacinação de gado e falsas notas fiscais nos processos de desapropriação (1990, p. 147).

Segundo Peter, em Mato Grosso do Sul, foram concedidas, pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Otávio Galotti, três liminares favoráveis a mandados de segurança impetrados por latifundiários contra a desapropriação. Por meio desses subterfúgios o processo de RA foi retido e o precedente aberto pela decisão judicial possibilitou que muitos latifundiários do Estado se valessem desse procedimento, visto que a UDR organizava leilões para obter recursos.

³²² Em suas análises a autora esclarece que automática revogação do decreto 55.891/66 pela publicação do I PNRA, não previu a inclusão de artigo que trata das áreas prioritárias, com a possibilidade de desapropriação imediata, em caso de conflito. Ao final, no item que trata das desapropriações foi acrescentada a frase “negociação e o entendimento é o instrumento primeiro a ser tentado”. Esse artifício, na opinião de Peter, obstaculizou os processos de desapropriação em terras que já haviam sido identificadas no ato da vistoria (2001, p. 28-29).

Nessa conjuntura o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* noticiou a visita do presidente do MIRAD à Campo Grande/MS, na qual se reuniu com articuladores da UDR, por ocasião da nomeação da Comissão Agrária do Estado, da qual fizeram parte Flávio Derzi, Otair Ávila e Eduardo Metello. Durante o evento, o ministro teria afirmado que “esta pode ser a última oportunidade do Brasil fazer a RA pacífica.” Segundo o jornal nenhum dos três membros da Comissão, todos vinculados à Associação de Criadores do Estado assumiam publicamente articulação com a UDR. Na mesma visita o ministro se reuniu com a diretoria da FETAGRI, mas não foi permitida a participação dos doze representantes dos acampamentos, presentes em Campo Grande/MS, sob a alegação que “[...] acampamentos é uma forma meio perigosa de pressão” (JTST, n.º 55, 08.1986, p. 8).

Com essas estratégias poucos decretos de desapropriação foram transformados em emissão de posse em nome do INCRA, basta ver o número de assentamentos criados em Mato Grosso do Sul no período de 1986/1989, conforme discutido no item 4.4 desse capítulo.

Outro complicador para a operacionalização da RA foi a constante mudança dos dirigentes dos órgãos responsáveis pela sua execução. Entre os anos de 1985 até 1987 o Presidente do INCRA foi trocado três vezes. Após sete meses da demissão³²³ de José Gomes da Silva (abril/outubro1985) foi nomeado Pedro do Carmo Dantas (maio/junho1986), identificado pelo JTST como “Velho amigo do latifúndio” e com sua demissão, quinze dias após assumir³²⁴, foi nomeado Ruben Ilgenfritz da Silva (junho1986-outubro 1987) “[...] bem considerado entre os produtores rurais, aceito pelos fazendeiros e tido como correto entre a esquerda, além de se enquadrar no figurino ideal de ‘executivo’.” (JTST, n.º 54, 07.1986). A interpretação de “executivo”, segundo exposto pelo jornal, implicava em que não ficaria preso ao debate e poderia efetivar a RA.

Assim como houve substituição no INCRA, o MIRAD também passou por troca de ministro no mesmo período, após a demissão de Nelson Ribeiro (abril/ 1985-maio/1986) foi nomeado Dante de Oliveira (maio/1986-junho/1987), o deputado por Mato Grosso que havia apresentado a emenda das “Diretas Já”, em 1985. Após sua saída foi empossado Marcos Freire, que veio a falecer em setembro de 1987 e o sucedeu Jader Barbalho (setembro/1987-julho/1988). Com a saída de Jader Barbalho assumiu interinamente, por um mês, Leopoldo Pacheco Bessone que foi sucedido por Raul Jungmann (abril/1996-novembro/1999) já sob a designação de Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Raul Jungmann foi reconduzido ao cargo e ficou até abril de 2002 como ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com ele encerramos o período de nosso estudo, que tem como marco também, a promulgação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, que aconteceu no ano de 2003.

Verificamos, no período de 1985 a 1989, a implantação de vinte Projetos de Assentamento, dos quais apenas cinco estavam situados em municípios do SMS, embora tenha sido na época, a área de maior concentração de acampamentos, conforme já demonstrado no quadro 11. Em 1985 dos sete acampamentos existentes, cinco estavam localizados em municípios do SMS³²⁵. Em 1986,

³²³ Ver: JTST, n.º 53, 06/1986, p.15.

³²⁴ Ver: Veiga, 1990, p. 129.

³²⁵ Mundo Novo, Sete Quedas, Naviraí, Mundo Novo/Iguatemi, Ivinhema.

das áreas dos dezessete acampamentos existentes, onze faziam parte do SMS³²⁶, não há registros de acampamentos em 1987 e em 1988 só ocorreu um acampamento no norte de Mato Grosso do Sul e em 1989 dos doze acampamentos organizados dez o foram em terras do SMS³²⁷

Segundo Avelino Júnior essa estratégia se deve ao interesse dos latifundiários apoiados pelo governo estadual em promover o esvaziamento da luta organizada pelos movimentos sociais “[...] deslocando milhares de famílias de suas origens e ligações culturais” (2004, p. 154).

Em Mato Grosso do Sul, no período de 1985 a 2003, estiveram a frente da Superintendência Regional (INCRA/MS) Alberto Leonel de Paula e Manna (1985-1990), Eduardo Carrilho de Oliveira Lima (1990-1993), Jair Vicente de Oliveira (1993-1995), Carlos Alberto Ferreira de Miranda (1995-1996), Renato Osório Coimbra (1996-1998), Paulo Afonso Amato Condé (1998-2000), Petrus Emile Abi Abid (2000) e Celso Cestari Pinheiro (2000-2003).

Nessa breve retrospectiva pudemos observar que, tanto os órgãos, federal e estadual, quanto o ministério incumbidos de fazer a RA passaram por constantes mudanças, seja pelos vários presidentes, superintendentes e ministros, muitos dos quais ficaram na representação apenas um ano, seja pela alteração das atribuições dos ministérios, mas resta claro que por muito pouco tempo cumpriu com a responsabilidade de executar a “Reforma Agrária”.

Em 22 de outubro de 1987 o Decreto Lei n.º 2.363 extinguiu o INCRA³²⁸ e criou o Instituto Jurídico das Terras Rurais (INTER). No intervalo da extinção do órgão as atribuições que lhes cabiam foram passadas para o MIRAD. Importante constar que no mesmo decreto de extinção do INCRA foram incluídas várias medidas que inviabilizaram as desapropriações, o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* destacou algumas na matéria “Sarney dá golpe mortal na Reforma Agrária”, eram elas: a primeira medida apontada na notícia foi a proibição de desapropriação de qualquer área em produção, o que implicava que para provar produtividade bastava que o latifundiário tivesse umas poucas cabeças de gado para ser considerado produtor, não era mais necessário ter boa produção, apenas produzir, o mínimo que fosse (JTST, n.º 68, dezembro, 1987, p.3). É a fase da seguridade da propriedade improdutivo na equação da reserva de valor, apontada por Graziano da Silva (1982), de que falamos anteriormente.

Na sequência veio a decisão de desapropriação de apenas 75% do latifúndio, desapropriar apenas 75% quando o imóvel era considerado improdutivo dava direito ao latifundiário, conseqüentemente, de escolher a parte que iria ser desapropriada, nos 25% poderia concentrar as melhores terras, fontes de água e as benfeitorias que existissem. Com isso, a RA agrária foi transformada numa demanda que se configurou num grande negócio para os latifundiários detentores de terras com baixo potencial produtivo, sendo indenizados pela desapropriação, sem com isso perder as áreas com valor de mercado. O ônus das terras ruins ficou para a pequena

³²⁶ Bataiporã, Taquarussu, Amambai, Caarapó, Jateí, Eldorado, Dourados, Sete Quedas, Glória de Dourados, Nova Andradina e Itaquiraí.

³²⁷ Itaquiraí, Ivinhema, Naviraí, Sete Quedas, Bataiporã, Jateí, Eldorado, Ivinhema/Nova Andradina, Sidrolândia e Tacuru.

³²⁸ Dezessete meses depois de extinção do INCRA, o Decreto Legislativo nº 2, de 29 de março de 1989, rejeitou o texto do decreto-lei nº 2.363. O INCRA foi restabelecido pelo Decreto nº 97.886, de 28 de junho de 1989, com vigência a partir de 31 de março de 1989, mantendo sua estrutura anterior e sendo vinculado ao Ministério de Agricultura, ainda durante o governo de José Sarney. Fonte: Resumo das Atividades do INCRA – 1985/1994. Disponível em: www.incra.gov.br.

produção descapitalizada, que estava sendo criada com os assentamentos rurais. Citamos como exemplos os assentamentos Casa Verde, em Nova Andradina, Padroeira do Brasil, em Dois Irmãos do Buriti e outros que foram criados em Mato Grosso do Sul em áreas de solo impróprio para cultivo agrícola, atividade que caracteriza a demanda da pequena produção.

A matéria destacava, ainda, a possibilidade de perseguição que se sucederia sendo vizinhos, o assentado e o latifundiário, ou seja, não existiria nenhuma segurança para os futuros beneficiários da RA. E, por último, apontava o quesito Títulos da Dívida Agrária cujos recursos³²⁹ destinados inicialmente eram escassos visto que o INCRA já vinha pagando terras a preço de mercado, ignorando a decisão de pagar o preço declarado para fins de imposto de renda pelo latifundiário. Como se constatou ao final dos cinco primeiros anos, a análise feita pelo periódico se mostrou acertada, os recursos não foram suficientes.

Sobre a extinção do INCRA, em 1987, o *Correio do Estado* publicou “Inkra acaba. Reforma agrária muda” informando que os funcionários passaram a ser vinculados ao MIRAD e que foram alterados os critérios jurídicos para desapropriação de terras e o assentamento de trabalhadores rurais. Essa mudança acarretou, mais uma vez, a demora em fazer RA no SMS que se enquadra no decreto sob o impeditivo de desapropriar propriedades rurais de até mil hectares (CE, 22.10.1987).

Nesse período os jornais passaram a informar a sociedade sul-mato-grossense sobre os perigos trazidos pelos acampados que organizavam as ocupações nas áreas já identificadas pelos movimentos sociais como aptas à desapropriação.

Em decorrência de todas as articulações que vinham sendo feitas pelos latifundiários e seus representantes políticos em Mato Grosso do Sul as denúncias de violência contra os sem terra se tornaram cada vez mais frequentes. Tomando como objeto o arquivo constituído pela CPT/MS³³⁰ podemos verificar a incidência da violência praticada no período que sucede a assinatura do PRRA/MS. No período previsto para a execução do PRNA e PRRA/MS estão registrados 500 conflitos ocorridos no campo, em Mato Grosso do Sul, no período de 1984 a 2005. Para esse estudo retomamos os conflitos e/ou ocupações considerados emblemáticos para o MST, segundo a opinião de um de seus representantes, José de Oliveira, e também corroborados pelos documentos do acervo da CPT e do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*.

O *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, nas edições de 1986 a 2000, informou sobre os enfrentamentos ocorridos em Mato Grosso do Sul, destacando aqueles em que os acampados foram vítimas de violência, com participação do presidente do TERRASUL e polícia do Estado. Em uma das denúncias constava o ocorrido em Três Lagoas (1986), em frente à Catedral, local em que estavam acampadas 127 famílias que haviam sido despejadas dias antes do acampamento que ficava nas proximidades da Fazenda Beirada da Moeda, esses acampados foram cercados sob forte aparato policial e durante o cerco a alimentação foi recolhida e os barracos destruídos. Participou desse ato de violência o presidente do TERRASUL, que dias antes havia ordenado que fossem destruídos 150 barracos em Nova Andradina e sob seu comando mais de 300 policiais haviam

³²⁹ Na ordem de 212 bilhões de cruzados que deveria ser suficiente para indenizar 118,541 latifundiários e assentar um milhão de famílias. Na avaliação do jornal esse recurso só seria suficiente para assentar cem mil famílias, cumprindo consequentemente apenas 10% da meta estabelecida. (JTST, n.º 68, dezembro, 1987, p.3).

³³⁰ Ver: https://drive.google.com/folderview?id=0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00&usp=drive_web

destruído um acampamento de 120 famílias em Jateí e despejado “[...] arrendatários e bóias-frias que se juntaram no arrendamento da Fazenda Beluzzo em Caarapó” (JTST, n.º 53, 06.1986). Foi um período de caça aos sem terras, com destruição dos acampamentos, como um meio para eliminar o número de pessoas que demandavam terras em virtude da situação de exclusão em que viviam.

O mesmo jornal destacava a existência de mais de três mil famílias que se encontravam acampadas no SMS, aguardando a RA. Esse grupo era constituído por ex-possesores, arrendatários, meeiros, bóias frias e brasiguaios. (Idem). Multiplicava-se o número de demandantes de terra devido à existência de um modelo de estrutura agrária concentrador, que ora incluía determinadas categorias, ora as colocava para fora do processo produtivo agrícola.

O número expressivo de conflitos, levando em conta que em 1985 havia sido iniciado o processo de RA, com a aprovação do I PNRA e em 1986 já havia sido assinado o PRRA/MS é um demonstrativo do clima tenso que Mato Grosso do Sul vivia, naqueles tempos, em relação à questão fundiária. Nos anos de 1987, 1988 e 1989 somaram-se 52 conflitos³³¹ envolvendo famílias de sem terra, foi período em que se esperava que os enfrentamentos estivessem atenuados, mas devido a morosidade do processo de criação dos assentamentos, os atos de violência cometidos contra as famílias de sem terra recrudesceram, conforme podemos constatar pelo quadro 14,

Quadro 14 – Violência no campo contra a posse/propriedade em Mato Grosso do Sul

Formas de violência	1985	1986	1987	1988	1989	Total
N.º de conflitos	02	16	20	22	09	69
Hectares conflitos	-	417.298	75.307	346.181	14.850	853.636
Famílias envolvidas	-	34.971	41.332	27.195	-	103.498
Expulsão	-	-	-	150	-	150
Despejo judicial	-	08	135	270	-	413
Ameaça de expulsão	-	-	42	-	-	42
Tentativa de expulsão	-	-	-	08	-	08
Destruição de casas	-	150	70	-	-	220
Destruição de roças	-	-	42	01	-	43

Fonte: CPT, 1985/1989. In: AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 151.

Podemos verificar que os conflitos desencadearam variadas formas de violência, dos 69 conflitos contra posse e propriedade ocorridas no período previsto para a execução do I PNRA e PRRA/MS, foram envolvidas 103.498 famílias em uma área total de 853.636 hectares. Dessas famílias, 150 foram expulsas das terras que ocupavam, 413 sofreram despejo por ordem judicial, 08 foram vítimas de tentativa de expulsão, 42 sofreram ameaça de expulsão, 220 tiveram suas casas destruídas e 43 viram suas roças serem destruídas (AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 151).

Além dos atos de violência há que se considerar os assassinatos e tentativas de assassinatos ocorridos no período. Segundo Avelino Júnior, em 1986, quatro assassinatos envolveram pessoas em conflito no campo em Mato Grosso do Sul e em 1988 duas tentativas de assassinato. (Idem).

³³¹ Ver em: AVELINO JÚNIOR, p. 149.

5.3 A Constituição Federal (1988) e as leis agrárias complementares: comentários e considerações de aplicabilidade

Nesse ínterim foi promulgada a Constituição de 1988, na qual a bancada ruralista de Mato Grosso do Sul teve expressiva participação, não se furtando ao enfrentamento direto com os trabalhadores rurais nas regiões de conflito e garantindo a aprovação de seu programa no que se referia ao parágrafo em defesa da propriedade privada, com definição de indenização³³² justa e prévia, em dinheiro vivo, nos casos de existência de benfeitorias úteis e necessárias, nas desapropriações.

É justo lembrar que o índice que mede a produtividade³³³ da terra para fins de desapropriação foi estabelecido em 1979 e ainda permanece em vigor, embora os avanços tecnológicos inseridos ao longo das últimas décadas, na agricultura e pecuária brasileira. Desta forma,

Em 1988, com a elaboração da nova Constituição, a reforma agrária sofreu duro golpe da bancada ruralista. Embora tivesse sido aprovada na Constituição, necessitava, contudo, de lei complementar para a sua realização. Somente em 1993, com a aprovação da Lei 8629, passou a existir regulamentação para a desapropriação de terras. Todavia, mesmo com a existência desta nova Lei, os ruralistas conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos já assinados pelo presidente da República (FERNANDES, 2003, p. 17).

Importante destacar as legislações que são consideradas complementares à política agrária praticada no Brasil, a Lei n.º 8629, de 25 de fevereiro de 1993, mencionada por Fernandes, foi promulgada pelo Congresso Nacional e regulamentou as disposições relativas à reforma agrária, previstas na Constituição Federal de 1988 (art. 184 a 191). Entre as regras estabelecidas na Lei, estavam os critérios para seleção de famílias a serem assentadas e os que mediam a produtividade dos imóveis rurais.

Os critérios para seleção de beneficiários previa a exclusão, se

[...] for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações (Lei n.º 8629, 25.02.1993, art. 2º, § 7º).

³³² Medida Provisória n.º 2.183-56, de 24.08.2001:

Art. 12. Considera-se justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, aí incluídas as terras e acessões naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis.

§ 1º Verificado o preço atual de mercado da totalidade do imóvel, proceder-se-á à dedução do valor das benfeitorias indenizáveis a serem pagas em dinheiro, obtendo-se o preço da terra a ser indenizado em TDA.

³³³ Os índices de produtividade foram fixados com base nos dados do censo agropecuário de 1975 pelo grau de utilização da terra (GUT) e pelo grau de eficiência de exploração (GEE). Fonte: Política Social – Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2011, p. 233-234 (Disponível em www.ipea.gov.br).

Assim ficou impossibilitado de ser beneficiado, via RA, o candidato que participasse de ocupações, esse dispositivo foi incluído e detalhado na Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001, que criminalizou as ocupações de terras, impedindo-as de serem vistórias e desapropriadas por dois anos, em caso de invasão.

Destacamos os comentários dos procuradores da república, em publicação comentada a pedido do INCRA, a respeito do entendimento jurídico dado a esse parágrafo da legislação:

Com efeito, se a Constituição autoriza a desapropriação de imóveis rurais que não estejam cumprindo a sua função social, a conclusão lógica é que a propriedade da terra rural não aproveitada ou mal aproveitada é constitucionalmente sem valor à luz do direito e perde a proteção do sistema, ainda que não tenha sido efetivamente desapropriada.

Assim, se determinado imóvel vem a ser ocupado por trabalhadores rurais sem terra, seja com o intuito de nele se fixar e trabalhar de modo a transformá-lo em produtivo, ou tão apenas para manifestarem o seu inconformismo com a injusta distribuição de terras, e se ao proprietário faltar a posse nos termos da Constituição, pelo não-cumprimento da função social, não pareceria possível nem mesmo o ajuizamento de medidas possessórias usualmente pleiteadas, e ainda menos uma sanção de tamanha natureza contra um beneficiário ou pretense beneficiário da Reforma Agrária. Em outras palavras, não cumprindo a terra a função social, em tese não há razão para se obstar a desapropriação, nem mesmo para sancionar administrativamente eventual participante da ocupação por promover atos lícitos de manifestação pela posse da terra, para fins de ser distribuída de forma igualitária (Lei 8.629/93 *Comentada por Procuradores Federais*, 2011, p.47).

Em relação à desapropriação a mesma legislação determinava no seu artigo 2º “A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais.” (Idem). Segundo a publicação referida,

Tal dispositivo conferiu estrutura ao conceito de função social, deixando claro que o seu aperfeiçoamento reclama o atendimento simultâneo não somente de valores ligados à mera produtividade econômica, mas também ao meio ambiente, ao trabalho e ao bem-estar social. (Idem, p. 106).

Para cumprir a função social conforme discriminado no artigo, a propriedade rural deveria atender a requisitos específicos, em graus e critérios definidos, entre os quais o aproveitamento racional e adequado do imóvel, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, aludindo à garantia da sustentabilidade, visando os direitos das gerações presentes e futuras. Também determinava a observância das disposições que regulavam as relações de trabalho, o que implicava em respeitar os direitos e leis trabalhistas, traduzidos em contratos coletivos de trabalho, de arrendamento e parcerias rurais. Definia que a exploração da propriedade favorecesse o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores e “[...] que atenda as necessidades básicas dos que trabalham na terra, que observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos ou tensões sociais no imóvel” (Idem, p. 111).

No mesmo ano, foi promulgada a Lei Complementar n.º 76, em 06 de julho de 1993, com fins de regulamentar o processo de desapropriação para fins de reforma agrária, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 184 e seguinte e que estabeleceu, para tanto, um procedimento contraditório especial, de rito sumário.

Embora o vocábulo sumário corresponda a algo que foi realizado de forma breve e simplificada e que essa definição também valeu para a esfera jurídica, nem sempre a celeridade se faz presente, visto que esse ordenamento dividiu o procedimento de desapropriação em fases administrativa e judicial, fato que diminui a agilidade para fazer a RA, pois é necessário que se finde cada etapa para que outra se inicie.

O processo inicial que busca declarar um imóvel como suscetível de desapropriação e que ocorre na esfera administrativa pode ser marcado por muito conflito social e interesse político, sem contar a possibilidade de super ou ínfima valoração do bem. Com a declaração do imóvel como suscetível de desapropriação, inicia-se o procedimento judicial, o qual fluirá conforme o término do primeiro, conflituoso ou amigável. Passadas estas etapas existia aquela relativa a distribuição pelo INCRA, da terra expropriada aos beneficiários.

Importante destacar que durante todo o desenrolar do procedimento, seja na fase administrativa ou na fase judicial, existiam diversos expedientes recursivos para frear a realização do ato, sem contar os possíveis abusos e arbitrariedades que podiam ser cometidas, o que poderia ensejar nulidades.

Resta claro que com as legislações agrárias, complementares à Constituição de 1988, a RA perdeu a celeridade pretendida por ocasião das discussões que antecederam a promulgação do I PNRA e dos subsequentes PRRAs. Os trâmites legais obstaculizaram sua execução, dando oportunidade para que os latifundiários usassem de estratégias, legais e ilegais, para protelar a desapropriação ou reverter o processo a seu favor.

Retomando as análises sobre Mato Grosso do Sul, vemos que embora a legislação inibisse as ocupações, tal procedimento não ocorreu entre os anos de 1990 a 2000 conforme fica evidenciado pelo quadro 15 registrado pela CPT/MS,

Quadro 15 – Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul

ANO	NÚMERO	FAMÍLIAS
1990	03	291
1991	08	1.570
1992	04	767
1993	08	1.393
1994	13	1.859
1995	08	927
1996	25	3.489
1997	35	6.202
1998	67	11.294
1999	84	9.303
2000	68	10.812
TOTAL	323	47.907

Fonte: CPT 1990/2001.

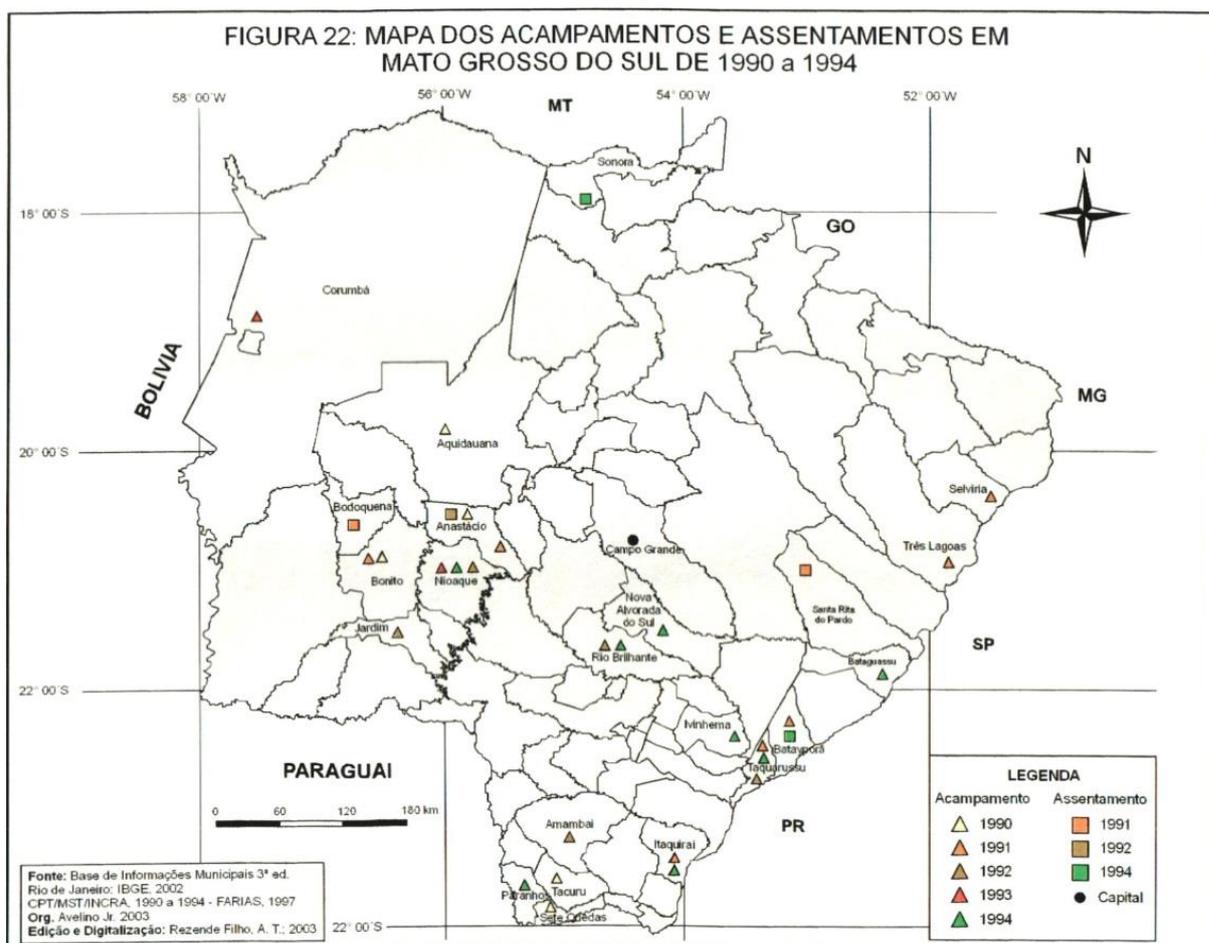
Podemos constatar que houve um aumento nas ocupações nos anos de 1991, 1993 e 1994 em relação aos anos previstos para a execução do I PNRA, nos quais ocorreram 07 ocupações

contra 31, nos cinco anos subsequentes. O aumento mais significativo se deu nos anos de 1998, 1999 e 2000, num percentual superior em relação aos anos anteriores de 500%. Em relação às ocupações nos anos finais da década de 2000 temos a acrescentar que pode ser atribuída ao nível de organização dos movimentos sociais de reivindicação da terra em Mato Grosso do Sul e a eleição de José Orcírio Miranda, Zeca do PT, que tinha como meta em seu programa de governo ampliar a RA no Estado.

No período de 1990 a 2000 foram criados 66 assentamentos em Mato Grosso do Sul, destes, 33 estavam situados em municípios do SMS. É possível constatar que em Mato Grosso do Sul, no período de 1990 a 2000 houve um aumento no número de famílias assentadas o que refletiu a organização da luta pela terra no estado apresentando um número aproximado de 8.392 famílias assentadas numa área de 237.863,349 hectares³³⁴. Conforme podemos observar nas figuras 13 e 14, o aumento mais significativo do número de assentamentos instalados no Estado se deu entre as décadas de 1995 a 2000, quando o aumento no número de famílias assentadas foi, de aproximadamente 7.700 famílias, ocupando uma área de 219.487.719 hectares, principalmente aqueles localizados em municípios do SMS, com um aumento de 05 e 01 para 61 e 32, respectivamente.

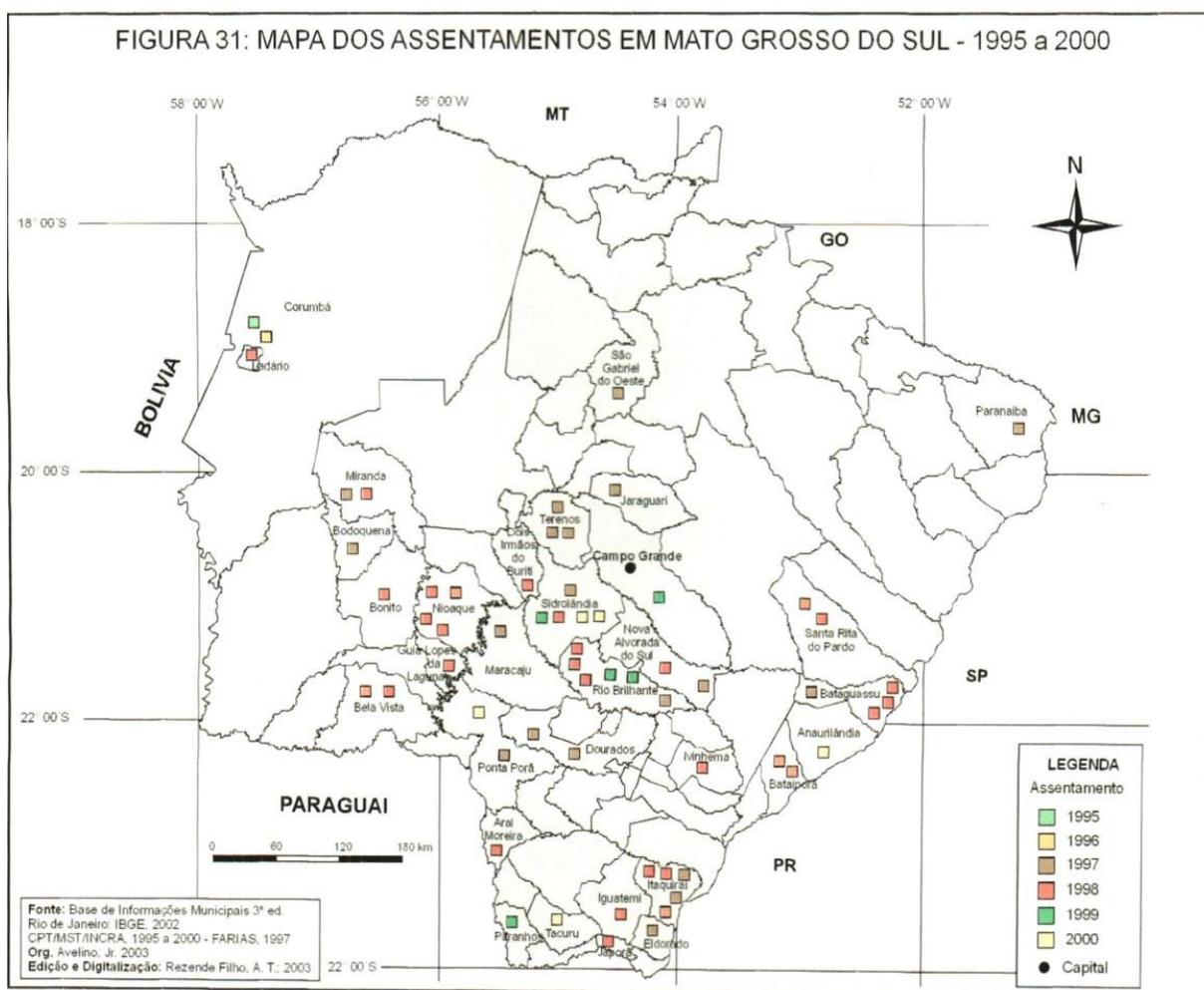
³³⁴ Fonte: Projetos de assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS (2010).

Figura 13 – Acampamentos e assentamentos em Mato Grosso do Sul – 1990 – 1994



Fonte: AVELINO JÚNIOR – 2004, p. 173.

Figura 14 – Assentamentos em Mato Grosso do Sul – 1995 – 2000



Fonte: AVELINO JÚNIOR – 2004, p. 201

A constatação do aumento dos assentamentos em relação aos acampamentos situados no SMS pode ser visualizada por meio da figura 14, o que demonstra que a partir de meados da década de 1990 as áreas dessa região passaram a ser vistoriadas e desapropriadas com maior agilidade e nela foram definidas áreas especiais para a RA.

5.4 As áreas especiais em Mato Grosso do Sul para instalação de assentamentos rurais no SMS

Em 1990, eleito pelo voto direto, Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência da República do Brasil. Segundo o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, sua eleição na disputa com Luiz Inácio Lula da Silva, em relação à RA, representava a posição e o discurso dos latifundiários. O editorial trazia a seguinte mensagem “[...] com relação à mobilização dos trabalhadores já ficou demonstrado na campanha como será o tratamento dispensado: repressão” e convocava o MST a se organizar para enfrentar os embates que, com certeza, aclamava, viriam pela frente (JTST, n.º 90, dezembro, 1989)

Em Mato Grosso do Sul, durante o curto período de governo de Fernando Collor (1990-1992³³⁵) e posteriormente de seu sucessor Itamar Franco³³⁶ (1992-1995), esteve à frente do governo estadual, Pedro Pedrossian. Nesse ínterim a RA teve os seguinte indicativos:

Quadro 16 – Assentamentos em Mato Grosso do Sul – 1990-1995

Denominação do Projeto	Município de Localização	Famílias	Área (ha)	Data de criação
Sumatra	Bodoquena	149	4.719,8113	11/07/1991
São Manoel	Anastácio	147	4.321,0281	18/05/1992
São Luiz*	Bataiporã	114	1.599,6128	22/07/1994
Tamarineiro II	Corumbá	319	10.621,0775	15/12/1995
TOTAL	-	729	21.262,2260	-

*O assentamento São Luiz foi constituído em duas etapas, em 1994 pela Portaria n.º 437 e em 2001, pela Resolução n.º 05 (cons.)

Fonte: Projetos de assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA/MS (2010) (Org.) FACHIN, Viviane Scalon.

Vimos que o desempenho da RA ficou aquém do pretendido pelos movimentos sociais que continuaram a se mobilizar com diversas manifestações, entre ocupações de órgãos públicos³³⁷, caminhadas, passeatas, atos públicos e trancamento de rodovias, ocorridos, em sua grande maioria, no SMS. Nesse período os assentamentos tiveram uma queda em relação ao período anterior, previsto para execução do I PNRA (1985-1989). Caíram de 20 para 04 os assentamentos, atendendo apenas 729 famílias assentadas em uma área de 21.262,2260 hectares, sabendo-se que no mesmo período foram feitas 36 ocupações envolvendo 5.880 famílias.³³⁸

Em 1994 voltou a ser eleito Wilson Barbosa Martins (1995-1998) e o período foi marcado por um acirramento nas ocupações e do quadro de violências. Enquanto no período anterior, de 1990 a 1994, foram registradas 36 ocupações, envolvendo 5.880 famílias, de 1995 a 1998 tivemos 135 ocupações que envolveram 21.912 famílias. (AVELINO JÚNIOR, 2004, p.171 e 195). Da mesma forma houve aumento considerável na violência que cresceu, ano a ano, somando entre os anos de 1995 a 1998, 149 conflitos envolvendo 26.362 famílias. (Idem, p. 194). Segundo o autor os homens e mulheres do campo, tentando fazer valer seu direito de acesso a terra, se organizaram progressivamente ocupando áreas consideradas griladas ou improdutivas. O aumento das ocupações sinalizava o grau de resistência desse contingente de excluídos que se mantinham firmes no propósito de corrigir a distorção fundiária presente em Mato Grosso do Sul, enquanto a violência

³³⁵ Foi o primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois de 25 anos de regime de exceção. Seu curto período de Governo foi marcado por escândalos de corrupção o que levou a Câmara dos Deputados a autorizar a abertura do processo de Impeachment em 02.10.1992 e Collor foi afastado do poder. Na sessão de julgamento, a 29.12.1992, o Presidente Fernando Collor, às doze horas e trinta minutos renunciou ao mandato para o qual fora eleito. Os Senadores aprovaram a inabilitação política de Fernando Collor por oito anos. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

³³⁶ Em 29.12.1992 é empossado formalmente, pelo Congresso Nacional em razão da vacância do cargo de Presidente da República, em sessão conjunta do Congresso Nacional. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

³³⁷ Destacamos a Ocupação do INCRA/MS por 380 pessoas (1991), Ato Público em Amambai, realizado pelos Brasiguaios (1992), Trancamento da rodovia 156 nos meses de junho e outubro, por cinco vezes (1992) (AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 176)

³³⁸ Ver em : AVELINO JÚNIOR, 2004, p.171.

grassava e se manifestava de formas diversas, ameaçando a vida e a sobrevivência dos homens e mulheres do campo e daqueles³³⁹ que lutavam em seu favor.

Em 1998 foi eleito governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda, Zeca do PT, um representante da esquerda que, segundo Schwengber “[...] sofreu forte oposição por ser acusado de ‘conivente com o MST’ pelo fato de não cumprir as liminares de reintegração de posse expedidas pela justiça” (2008, p. 135). A autora esclarece que o governo de José Orcírio Miranda foi responsabilizado, pela oposição, pelo crescimento do número de acampamentos, no ano de 1999, fato que atraiu a atenção da mídia nacional para Mato Grosso do Sul. Nos anos de 1998 e 1999 foram registrados, pela CPT, os maiores números de pessoas envolvidas em conflitos pela terra no Estado, 70.030 famílias e 64.775 famílias, respectivamente. As ocupações de terras no ano de 1999 tiveram o maior número registrado desde 1985, tendo 84 focos em área de 9.303 hectares³⁴⁰.

Para avaliar o grau de violência existente no período, destacamos os assassinatos de Silvio Rodrigues de Souza e Ronildo da Silva, em 30 de agosto de 2000, encontrados mortos, na região conhecida como Aroeira, na cidade de Rio Brilhante. Ambos eram militantes do MST e atuavam na região de Rio Brilhante, no SMS, na organização dos acampamentos Margarida Alves e Índio Galdino. Segundo consta no *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, edição de setembro/outubro de 2000, os militantes foram sequestrados sob o artifício de fazerem o reconhecimento da área do Engenho Novo, considerada improdutiva, foram presos, torturados e executados com três tiros na cabeça. O jornal *O Progresso* publicou notícia segundo a qual o principal acusado das mortes dos militantes do MST era um policial militar reformado, dono de uma empresa de segurança (OP, 05.09.2000, p. 7). Na mesma data o jornal *Folha de São Paulo* noticiou que a defesa do suspeito da execução dos dois militantes do MST alegava que a intenção era de assustar Silvio Rodrigues de Souza e Ronildo da Silva a mando de outro elemento que se encontrava infiltrado nos acampamentos (FSP, 05.09.2000, p.10). O caso ganhou repercussão nacional e a opinião pública culpou o INCRA pela morosidade nos processos de desapropriação o que gerava o clima de insegurança e violência no campo (*Folha do Povo*, 03.09.2000).

Em contrapartida, o aumento dos acampamentos em Mato Grosso do Sul, representado pela figura 15 é um indicativo da capacidade de organização e mobilização dos movimentos sociais no Estado e da atuação de José Orcírio Miranda que decidiu resolver os conflitos em relação à posse da terra, pela via da negociação, ao invés de fazer os despejos por meio de força policial, tentando atender aos sem terra, atento às forças sociais que o haviam alçado ao governo do Estado.

³³⁹ Em 1999 foi assassinada Dorcelina Folador, a prefeita de Mundo Novo. Esse crime abalou a sociedade sul-mato-grossense e teve repercussão nacional. Dorcelina Folador foi uma das fundadoras do PT, era militante, sempre envolvida nas organizações das ocupações de terra no SMS e forte apoiadora do MST em Mato Grosso do Sul.

³⁴⁰ Ver: AVELINO JÚNIOR, 2004, p. 195.

Figura 15 – Acampamentos em Mato Grosso do Sul – 2000



Fonte: AVELINO JÚNIOR, 2004, P. 202.

No início do ano de 2000 foi baixada a portaria 110/MDA objetivando, conforme exposto em seu texto, “[...] intensificar as ações em favor da consolidação dos assentamentos de reforma agrária [...]”, considerando a existência de regiões nas quais persistiam tensões sociais ocasionadas pelo conflito em relação à posse da terra. No artigo 1º definia os Estados e as respectivas áreas consideradas especiais para fins de RA, no inciso VII definia como área especial “parte do Estado de Mato Grosso do Sul” e determinava às Superintendências Regionais do INCRA, de cada estado contemplado, a tarefa de elaborar *Diagnóstico* e programar *Planos de Ação* com o intuito de superar os problemas diagnosticados. Tanto o *Diagnóstico* quanto o *Plano de Ação* deveriam ser construídos em parceria com os demais organismos³⁴¹ envolvidos na execução da determinação da Portaria, no prazo de noventa dias.

³⁴¹ Secretaria-Executiva estadual do PRONAF; Unidade Técnica estadual do Banco da Terra/Cédula da Terra; Órgão Fundiário do governo estadual; Outros órgãos estaduais envolvidos com o desenvolvimento agrário; Instituições Oficiais de Créditos que atuam na região respectiva; Federação Estadual de Trabalhadores Rurais na Agricultura; Movimentos Sociais atuantes na promoção do desenvolvimento agrário; Associações de municípios existentes. Esses órgãos estão listados na Portaria n.º 110/MDA como colaboradores.

O *Relatório de Atividades* (exercício de 1998), concluído e encaminhado ao governo do estado, pela Superintendência Regional do INCRA/MS, já apresentava um panorama da situação fundiária de Mato Grosso do Sul, com dados da realidade agrária do Estado, levantamento das dificuldades enfrentadas pelo órgão para fazer cumprir as metas estabelecidas e apresentando os avanços na instalação e acompanhamento de assentamentos em curso. Esse relatório serviu de base para os documentos que foram produzidos em consonância com a Portaria n.º 110, de 06 de abril de 2000/MDA, que criou as áreas especiais, notadamente concentradas no SMS.

O planejamento do estudo para atender ao estipulado buscou descrever,

[...] de forma resumida, os aspectos relevantes que caracterizam os cenários em que é desenvolvida a agricultura familiar, incluindo-se os Assentamentos Rurais em áreas reformadas e considerando os conflitos e tensão em função do uso e posse da terra, da área configurada como sendo área especial em Mato Gross do Sul (Diagnóstico, volume I, 2001, p. 5).

O documento elaborado é composto por duas partes e bastante detalhado, apresenta as principais características das áreas selecionadas e foi condensado no caderno *Programa de Reforma Agrária a ser implementada no Estado de Mato Grosso do Sul*, no qual constam as ações previstas para a efetivação da RA nas áreas especiais, situadas nos municípios de Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Corumbá, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Eldorado, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaquiraí, Ivinhema, Jardim, Japorã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sete Quedas, Sidrolândia e Tacuru. Dos 31 municípios selecionados, 25 compõem o SMS, conforme destacamos no quadro 17.

Quadro 17 – Características das áreas especiais de Mato Grosso do Sul – 2000

Município	População urbana	População rural	Área (ha)	Área produtiva (ha)	Área improdutivo ³⁴² (ha)
*Amambai	17.417	10.518	421.230	192.710,3	108.357,0
*Aneurilândia	3.286	3.782	340.540	156.915,1	40.449,8
*Angélica	6.302	1.913	127.650	71.784,6	13.873,0
*Antônio João	5.764	606	114.670	48.287,7	17.029,7
*Aral Moreira	3.148	4.233	166.030	83.143,3	30,121,3
Bataguassu	9.660	3.978	242.300	111.859,0	39.250,0
*Bataiporã	6.323	3.541	183.310	74.438,5	54.880,8
Bela Vista	17.767	2.670	490.820	237.437,0	104.700,5
*Caarapó	15.064	6.363	209.490	105.097,6	37.796,4
Corumbá	76.302	12.781	651.658	1.267.196,4	1.032.421,9
*Coronel Sapucaia	9.819	4.489	103.130	27.691,4	23.454,9
*Deodápolis	8.375	3.408	83.330	25.059,6	10.211,1
*Eldorado	7.723	2.831	102.040	50.867,0	14.566,2
Guia Lopes da Laguna	8.411	1.875	121.370	36.458,5	29.423,7
*Iguatemi	8.880	3.284	295.350	148.072,3	59.863,5
*Itaquiraí	5.351	6.696	206.710	116.421,3	31.848,7
*Ivinhema	15.546	6.246	201.490	76.927,0	19.599,6
Jardim	18.377	2.193	220.760	96.750,3	25.293,3
*Japorã	1.081	3.474	45.880	7.183,5	7.562,5
*Maracaju	19.689	4.932	531.290	288.017,9	165.057,8
*Mundo Novo	14.121	2.324	44.300	6.596,8	3.801,5
*Naviraí	29.365	5.305	317.290	186.453,6	9.115,0
Nioaque	5.938	8.249	393.450	179.646,8	84.566,3
*Nova Alvorada do Sul	4.514	2.414	402.990	117.490,8	84.028,0
*Nova Andradina	28.157	6.059	478.820	194.487,7	104.638,7
*Paranhos	5.608	4.624	130.510	42.170,9	31.801,8
*Ponta Porã	53.015	5.490	535.930	127.896,2	110.984,4
*Rio Brillhante	14.801	3.859	399.810	269.326,9	118.753,0
*Sete Quedas	10.232	7.019	82.780	44.009,2	9.857,1
*Sidrolândia	14.303	3.847	530.090	265.703,2	193.089,4
*Tacuru	3.817	3.461	178.950	91.439,4	69.280,3
TOTAL				4.747.539,0	2.685.677,2

*Municípios da área especial que compõem o SMS.

Fonte: Áreas Especiais em Mato Grosso do Sul - Diagnóstico e Plano de Ação, vol. I e II, 2000. (Org.) FACHIN, Viviane Scalon.

Considerando as áreas totais³⁴³ dos municípios selecionados, relacionando-as às áreas identificadas como produtivas e improdutivas, percebemos que as áreas improdutivas, consideradas aptas à desapropriação ou compra, apresentam um quantitativo superior a 50% da área produtiva. No documento *Diagnóstico*, volume I, é apresentado um quantitativo de 1.400.000,00 hectares para identificação com fins de desapropriação, visando à utilização para a RA, o que demandaria em torno de 310.000,00 hectares aproximadamente. Foi considerada também a possibilidade de aquisição de imóveis produtivos, num montante de 4.700.000,00 hectares para serem pesquisados e posteriormente obtidos por meio de aquisição.

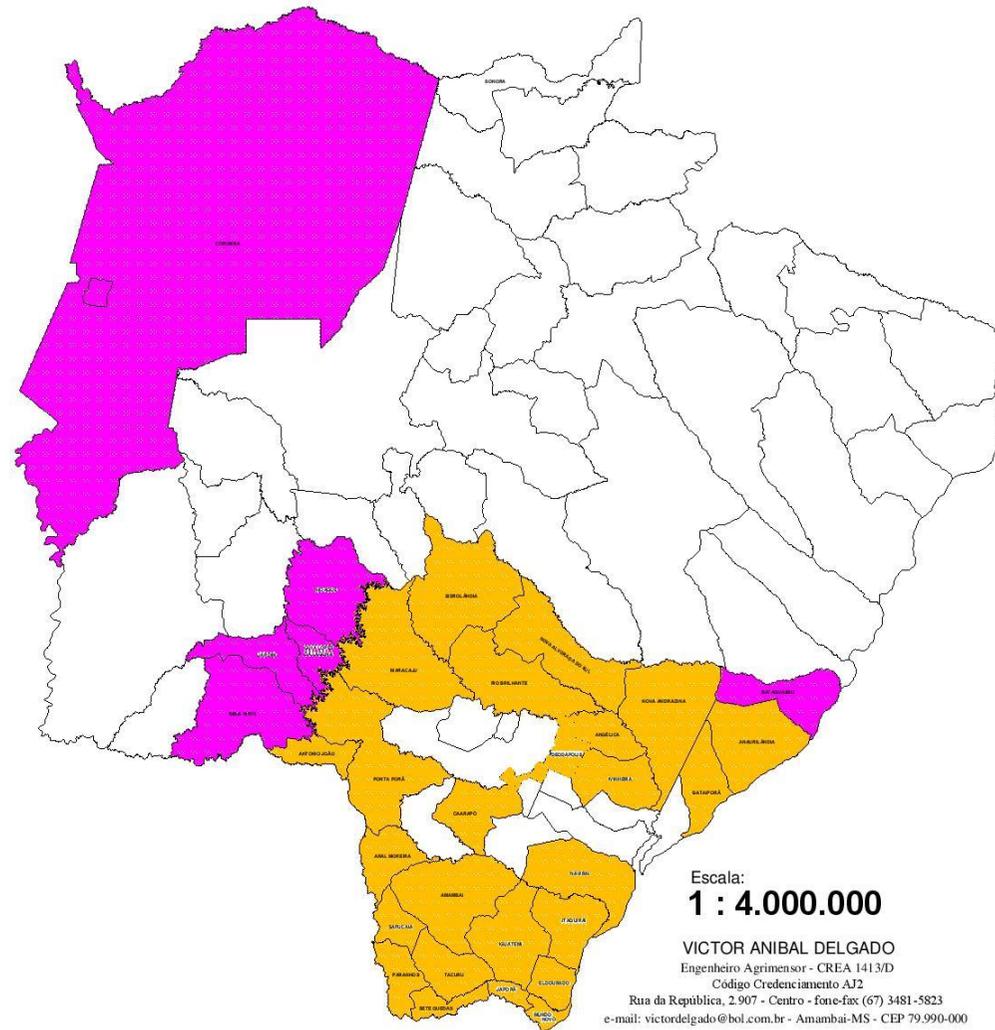
³⁴² A caracterização de improdutivo consta no documento Diagnóstico, volume I, sem informação sobre o critério adotado para cadastrar as áreas como improdutivas.

³⁴³ Importante salientar que a soma das áreas produtivas e improdutivas resulta na representação da área rural de cada município, a diferença da área total constante no quadro 19, configura o espaço territorial reservado à área urbana.

Na área correspondente ao SMS, área especial de Mato Grosso do Sul, temos um quantitativo de 1.359.796,4 hectares de áreas improdutivas, o que representava o percentual de 50,6% do total das áreas consideradas improdutivas pelo *Diagnóstico*, em condições de serem desapropriadas e destinadas à RA, no espaço de tempo previsto pelo Plano de Ação, quatro anos. Em contrapartida tínhamos, no SMS, determinadas como área especial, 2.793.133,4 hectares de terras produtivas, representando um percentual de 52% do total das áreas consideradas produtivas o que permite inferir que as terras localizadas no SMS estavam aptas à agricultura e a RA e que com a aplicação dos recursos previstos alcançariam as condições ideais para uma reforma agrária que propiciasse o desenvolvimento de pequenos lotes de RA em Mato Grosso do Sul.

Na figura 16 demarcamos a área especial selecionada para a criação de assentamentos da RA em Mato Grosso do Sul. A área colorida, nas duas cores, representa a totalidade dos 31 municípios beneficiários dessa política agrária. Nos campos em amarelo estão os municípios que, compondo a área selecionada, fazem parte do SMS, num total de 25. O que podemos inferir dessa visualização é que o SMS estava no foco das áreas selecionadas para a implantação dos assentamentos em Mato Grosso do Sul.

Figura 16 – Áreas especiais de Mato Grosso do Sul – 2000



Fonte: Diagnóstico e Plano de Ação de Mato Grosso do Sul.
(Org). FACHIN, Viviane Scalon.

A seleção desses municípios para compor a área estratégica definida para Mato Grosso do Sul foi feita em parceria com órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Movimentos Sociais, Federação da Agricultura e CNBB, num total de 21 Instituições³⁴⁴, sob a coordenação colegiada da Gerência Especial composta pela Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS (EMPAER), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS (FETAGRI), INCRA/MS, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/MS) e Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul (TERRASUL)³⁴⁵.

O representante do TERRASUL que atuou na elaboração dos documentos em 2000, o engenheiro agrônomo Ivan de Oliveira Santos, em entrevista³⁴⁶, respondeu que a criação da área especial em Mato Grosso do Sul foi o resultado da chegada ao governo estadual de um partido alinhado com a reforma agrária, durante o qual a ocupação de áreas teve um grande incremento. Segundo o entrevistado o que definiu a área foi o grande número de ocupações e famílias acampadas às margens das rodovias em Mato Grosso do Sul. Ainda esclareceu que os trâmites para a reforma agrária nas áreas especiais eram incumbência do INCRA e que não teve aplicação significativa na RA em Mato Grosso do Sul. O governo do estado, por meio do TERRASUL era responsável pela condução do PRRA/MS.

Segundo o *Diagnóstico*, volume I, o total de imóveis cadastrados na área especial era de 24.469, somando área total de 9.496.983,10 hectares distribuídos conforme demonstrado no quadro 17.

Quadro 18 – Total de imóveis rurais cadastrados (SNCR)/MS – Área especial

Classificação (n.º módulos fiscais)	Total de imóveis	Área total (ha)
Menos de 1 MF (Minifúndio)	10.936	185.102,70
De 1 a 4 MF (Pequena propriedade)	5.097	461.385,80
Mais de 4 a 15 MF (Média propriedade)	4.887	1.417.278,40
Mais de 15 MF (Grande propriedade)	3.549	7.433.216,20
TOTAL	24.469	9.496.983,10

Fonte: *Diagnóstico*, volume I, 2000, p. 98.

Importante ressaltar que os módulos fiscais são unidades de medida expressa em hectares, fixados para cada município, levando em conta os fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município

³⁴⁴ Superintendência Regional do INCRA/MS, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/MS), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundação Universidade Federal de MS, Delegacia Federal de Agricultura (DFA/MS), Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANCT), Secretaria de Estado de Produção e Desenvolvimento Sustentável (SEPRODES), Secretaria de Estado de Habitação e Infra-Estrutura (SEHINFRA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Superintendência do Banco do Brasil/MS, Secretaria Executiva do PRONAF/MS, Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS (EMPAER), Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS), Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste (CPAO-EMBRAPA/Dourados, Associação de Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS (FETAGRI), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/MS), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Oeste 1, Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) E Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais(DETR/CUT/MS)

³⁴⁵ Fonte: *Diagnóstico* – Volume I (Documento).

³⁴⁶ 16.12.2014.

que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar.

Pelos dados apresentados no quadro 18 percebemos que na área especial/MS o número das grandes propriedades representava aproximadamente um quinto do número dos minifúndios e pequenas propriedades, ocupando uma área de 78% do total das áreas. Enquanto 16.033 propriedades ocupavam área de 646.488,5 hectares, 3.549 grandes propriedades ocupavam 7.433.216,20 hectares e as médias propriedades ocupavam 1.417.278,40 hectares, evidenciando alta concentração do latifúndio.

Existiam na área especial 59 projetos de assentamento, numa área total de 238.233 hectares comportando 8.812 famílias. A área média dos assentamentos era de 4.037 hectares e o número médio de famílias assentadas por assentamento era de 149 famílias com área média de 27,09 hectares por assentamento. A ocorrência de acampamentos existentes na área especial era de 67, representando 65,4% do número de acampamentos existentes em Mato Grosso do Sul, que era de 103³⁴⁷. O total de famílias nos acampamentos era de aproximadamente 7.800, representando um percentual de 63,06% das famílias em acampamento no Estado, 13.000 aproximadamente.

Esses dados, constantes no *Diagnóstico* (volume I, 2000, p. 99, 128, 145), nos permitiram concluir que a definição da área especial em Mato Grosso do Sul se deu, realmente, pela existência de demanda por terras, representada pelos acampamentos em ocorrência na área e os conflitos conforme já apresentado. Salientamos que dos 67 acampamentos em Mato Grosso do Sul, 59 estavam situados no SMS o que respalda a assertiva que a RA que se pretendia fazer, prioritariamente no SMS, representava o reordenamento de terras que possibilitaria a transformação na produtividade e propriedade da terra, ocasionando uma transformação na estrutura fundiária do Estado.

Os recursos para cumprir as metas estabelecidas foram definidos nos programas que as subsidiariam, demonstrados no quadro 19.

³⁴⁷ Organizados pela CUT/MS (20), pelo MST (13), pela FETAGRI (70).

Quadro 19 – Programas e recursos de apoio à Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul

PROGRAMAS	RECURSOS
Apoio a Reforma Agrária	65.861.000,00
Desenvolvimento agropecuário	10.791.000,00
Programa de Agricultura Familiar	7.097.400,00
Banco do Povo	83.900,00
Programa de verticalização da pequena produção agropecuária	276.272,00
Programa de Desenvolvimento da matriz energética “Luz no campo”	11.794.800,00
Programa de Geração de Trabalho e Renda - FAT	8.372.200,00
*Programa de Irrigação	7.655.000,00
Fundo de aval	1.000.000,00
Cidadania no campo	203.839,00
Pesquisa agropecuária	748.721,00
Formação Técnica Rural	1.114.700,00
Fundo de Desenvolvimento Rodoviário de MS - Fundersul	120.040.300,00
Fundo de Desenvolvimento Sociais – FIS	36.300.000,00
Programa Bolsa Escola	12.997.300,00
Programa de Atendimento a Mulher	17.400,00

*Para os municípios de Bataiporã, Eldorado, Itaquiraí, Nioaque, Ponta Porã, Sidrolândia e Rio Brillhante.

Fonte: *Diagnóstico*, 2000, p. 77-83. (Org.) FACHIN, Viviane Scalon.

Pelo demonstrativo evidencia-se que a criação dos assentamentos pressupunha uma série de medidas para dar sustentabilidade, com a previsão orçamentária que lhes daria sustentação. Um dos principais e que mais recursos previa era justamente o que propiciaria, aos assentados, condições de escoarem suas produções e se deslocarem das áreas rurais para as sedes dos municípios para atendimento à saúde principalmente, visto que não havia sido previsto a instalação de postos de saúde nos assentamentos, nesse primeiro momento.

O *Diagnóstico* buscou evidenciar, com a definição da área especial e conseqüente seleção dos municípios onde a ação da RA deveria ocorrer, determinando os locais com maior presença de terras reivindicadas pelos movimentos sociais atuantes, por serem aptas à agricultura, com estrutura existente que tornasse possível a sobrevivência dos homens e mulheres que buscavam terra de trabalho.

O *Plano de Ação*, volume II, traçou o caminho a percorrer, com metas estabelecidas até 2003. Três metas estratégicas foram definidas: a reorganização fundiária com a obtenção de 300.000³⁴⁸ hectares de terras para o assentamento de 10.000 famílias de trabalhadores rurais, até o ano de 2003. A segunda meta era consolidação de assentamento em áreas reformadas, implantando 59 assentamentos e instalando 8.812 famílias³⁴⁹, até o ano de 2003 e a terceira meta era o

³⁴⁸ A obtenção das terras priorizaria os trabalhadores rurais acampados, inscritos e cadastrados como pretensos beneficiários da reforma agrária e os imóveis pretendidos deveriam estar situados em áreas previamente selecionadas pelo INCRA. Fonte: *Plano de Ação*, volume II, 2000, p. 14.

³⁴⁹ Previa a consolidação dos projetos de assentamento já existentes e identificados no *Diagnóstico*, volume I, 2000, p.99.

desenvolvimento da agricultura familiar. No documento há o detalhamento das metas, ano a ano, para cada um dos 31 municípios da área especial selecionada em Mato Grosso do Sul.

No caderno *Programa de Reforma Agrária a ser implementado no Estado de Mato Grosso do Sul*, que faz um condensado das ações, consta como objetivo geral tático,

Desenvolver um conjunto de ações, que permitam direcionar a missão do INCRA/MDA dentro do Estado de Mato Grosso do Sul de modo a contribuir com a implementação das políticas públicas do Governo Estadual, a partir da identificação dos cenários situacionais e propostas estratégicas elencadas no documento *Cenários e Estratégias de Longo Prazo MS 2020* (2000, p. 10)

O documento "*Cenários e Estratégias de Longo Prazo MS 2020*" (MS2020) é o resultado do trabalho de uma equipe técnica que, sob a supervisão geral da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul e coordenação geral da Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia/MS³⁵⁰, elaborou um Plano de Estado que apontava as potencialidades do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da construção de cenários de possibilidades.

No texto apresentava "[...] uma relação de macro prioridades e objetivos estratégicos, retratando as necessidades reais de Mato Grosso do Sul" (MS2020, 1999, p. 13). No detalhamento do plano constam vários itens entre eles: Opções Estratégicas, Macro prioridades, Objetivos estratégicos que previa na dimensão social, ações de curto prazo 2000-2004 "Assentar os trabalhadores rurais sem-terra" (Idem, 63) na sequência para médio prazo, 2005-2010, relacionava ação que contemplaria a questão agrária ao priorizar "[...] eliminar os focos de conflito pela posse e uso da terra [...]" (Idem, p. 64) e para longo prazo, 2011-2020, determinava "Consolidar estrutura agrária equilibrada no estado" (Idem, p. 65). O MS2020 prevê, na forma de cenários o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul para um período de 20 anos.

Bittar destaca entre os projetos importantes articuladas pelo governador José Orcírio Miranda, o MS 2020, coordenado por Fausto Matto Grosso e constata que o plano que previa cenários possíveis para Mato Grosso do Sul não prosperou (2009, p. 335). Assim como a área especial para assentamentos, ambos os projetos foram planejados em documentos, mas não efetivados na prática e os movimentos sociais continuaram identificando possíveis áreas ao longo do território de Mato Grosso do Sul, para assentamento de pessoas acampadas.

Segundo dados do INCRA/MS (2010) no ano de 2000, foram criados 20 assentamentos em uma área de 73.203,9417 hectares ocupada por 2.752 famílias. Em 2001 foram criados 09 assentamentos, em uma área 19.636,8945 hectares, com a instalação de 780 famílias e em 2002 foram criados apenas 2 assentamentos, em área de 29.496,2115 hectares, beneficiando 1206 famílias. Em 2003 não foi criado nenhum assentamento.

Em entrevista³⁵¹ com José Orcírio Miranda, Zeca do PT, durante o período de sua campanha para deputado federal, em 2014³⁵², obtivemos informações acerca da efetividade da aplicação da Portaria/MDA n.º 110, de 06.04.2000. Segundo o entrevistado a RA é atribuição

³⁵⁰ Esteve a frente da coordenação dos trabalhos do MS 2020, Francisco Fausto Matto Grosso Pereira.

³⁵¹ Dourados/MS, 06.09.2014.

³⁵² Foi eleito com 160.556 votos, obtendo o maior número de votos para deputado federal por Mato Grosso do Sul. Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/MS.

principal do Governo Federal, e as atribuições que o estado pode desenvolver são, prioritariamente, suplementares. Em suas constatações realça que quando se tem vontade política é possível dotar os assentamentos de infraestrutura que efetivamente os levem a produzir, partindo de uma premissa básica, que assentamento e RA não podem ser entendidos meramente como uma distribuição de terras, é preciso que o primeiro passo após o acesso aos lotes seja o acompanhamento de políticas públicas, que efetivamente promovam desenvolvimento enquanto e como unidades produtivas.

José Orcírio Miranda dos Santos afirmou que foi esse entendimento que marcou a vida dos assentados da RA durante seu governo, com a viabilização de estradas, casa, água, escola e saúde para que essas condições básicas de vida dentro dos lotes fossem, ao final, cercadas por uma política de assistência técnica, que hoje, em sua opinião, é precária e conclui “[...] a tendência, se continuarmos assim é transformarmos o assentamento em favela rural” (Dourados/MS, 06.09.2014).

Sobre a atuação do seu governo durante o período determinado para a execução da RA na área especial em Mato Grosso do Sul, esclareceu,

Nós nos guiamos muito por aquilo que passa pelo diagnóstico que a luta social faz e te cito um exemplo, a Fazenda Itamarati, eu estava no governo, segundo ou terceiro ano, quando numa tarde dessas recebi um telefonema dos componentes do MST me informando de que o Olacyr de Moraes estaria negociando com o Banco Itaú pra entregar metade da fazenda Itamarati, 25.000 hectares, como compensação de dívidas do grupo Itamarati. Eu levantei essas informações, procediam e eu liguei para o presidente Fernando Henrique e disse “presidente, tá acontecendo isso e o senhor pode muito bem fazer dessa questão uma grande alavanca do seu governo aqui no Estado”. Ele me perguntou como, ao que eu respondi, fazendo uma triangulação: pega os 25.000 hectares e acerta a dívida do grupo Itamarati através de impostos que necessariamente o banco tem que pagar pro governo central. O Fernando Henrique não é bobo, entendeu isso e se originou ali a primeira grande propriedade, altamente produtiva pra reforma agrária (Entrevista, 06.09.2014, Dourados/MS)

Como exemplo dado pelo ex-governador das ações empreendidas pelo estado de Mato Grosso do Sul, no período de seu governo, destacou a criação do PA Itamarati I. Na continuidade de seu depoimento, esclareceu que logo no início do governo, instituiu políticas e programas de inclusão que deram garantias para que as famílias pudessem continuar lutando pela RA e cita o programa de transferência de renda, chamado de Segurança Alimentar³⁵³, que beneficiava todas as famílias acampadas cadastradas na luta pela reforma agrária. Atendiam com esse benefício às famílias depois de assentadas durante um ano, de forma a garantir sua alimentação, até que pudessem consolidar o seu projeto de produção.

Na sequência, o ex-governador afirmou que viabilizou a implantação de estradas e a construção das casas por meio de convênios com o INCRA e que o estado de Mato Grosso do Sul recuperou os 69 pivôs de irrigação existentes na área da Itamarati, que se encontravam desativados e pagou por um ano e meio a energia para fazê-los funcionar.

José Orcírio Miranda dos Santos também disse que foi determinado na execução do plano MS2020, que as famílias assentadas passassem a ter ajuda do estado para que pudessem produzir e o governo, nesse período, passou a distribuir vacas³⁵⁴ de leite para cada família beneficiária da

³⁵³ Era feita a distribuição de alimentos na forma de cestas básicas.

³⁵⁴ As vacas eram adquiridas com cria para garantir o fornecimento de leite imediato à família.

RA. O ex-governador fez questão de esclarecer que em seu governo, foi adotado um novo comportamento em relação à reforma agrária, que buscou entender a legitimidade da luta pela terra como instrumento de democratização de acesso a terra, dizendo que essa foi a premissa expressa no documento *MS2020* e que durante os oito anos em que governou Mato Grosso do Sul o plano de RA foi executado, embora os números não confirmem essa situação.

Constatamos que o número de assentamentos instalados em Mato Grosso do Sul, de área ocupada e de famílias beneficiárias pela RA, no período determinado para execução das áreas especiais, ficou muito aquém do planejado, corroborando a informação de Ivan de Oliveira Santos de que a duração dos trabalhos em atendimento a Portaria MDA teve uma duração de apenas 15 meses, sem aplicação significativa na reforma agrária no Estado.

São essas constatações que nos levaram a entender que a reforma agrária em Mato Grosso do Sul, na forma como vem sendo conduzida, continua sendo prioridade para estabelecer a transformação das forças produtivas e da estrutura fundiária, em continuidade ao processo de reordenamento iniciado em 1985.

Para concluir, é preciso destacar que em Mato Grosso do Sul, no período de 2001 a 2010³⁵⁵, segundo dados obtidos na Unidade Avançada de Dourados do INCRA, foram assentadas 14.002³⁵⁶ famílias em assentamentos criados pelo órgão e 694 famílias em assentamentos criados pelo Estado.³⁵⁷ A área perfaz um total de 663.182,9201 hectares e 14.400,8050 hectares, respectivamente. Ainda de acordo com a mesma fonte atualmente existem em Mato Grosso do Sul, 30.585 famílias assentadas pelo INCRA, desde 1984, totalizando a área de 671.860, 9074 hectares, além de outros 08 assentamentos criados pelo Estado de 1996 à 2004, somando área de 14.440,8050 hectares.

São 179 assentamentos distribuídos por todo o território de Mato Grosso do Sul, em municípios que compõem as oito micro regiões que o constituem. É uma população significativa em um estado com uma das mais baixas densidades demográficas³⁵⁸ do Brasil e que representa territorialmente 4,2%³⁵⁹ da área total do território brasileiro e no qual os assentamentos da Reforma Agrária representam 1,88% do seu território com uma área total de 6.718,6 km².

Sobre o assunto é necessário salientar que a representação na densidade demográfica dos assentamentos da Reforma Agrária é significativa, ao considerarmos os dados disponíveis. A população de Mato Grosso do Sul é de 2.449,024 habitantes (IBGE 2010) e a dos assentamentos, tomando como critério o número de famílias assentadas multiplicado por cinco membros³⁶⁰, obtivemos o número de 149.455 habitantes nos assentamentos da Reforma Agrária, apenas em Mato Grosso do Sul.

Enfim, no transcorrer deste estudo foi possível perceber que os programas aqui referenciados, executados em Mato Grosso do Sul, tiveram momentos de identificação, a partir das

³⁵⁵ Posterior a *faixa* de tempo definida para nossa pesquisa.

³⁵⁶ Os números registrados referem-se a data de criação.

³⁵⁷ A última atualização dos dados pelo INCRA/MS ocorreu em 2010, conforme informado por Celso Menezes de Souza, Superintendente Regional Substituto – INCRA SR-16/MS, em 06.12.2014.

³⁵⁸ 6,85 hab./km² (IBGE/2010).

³⁵⁹ Considerando: Brasil área total de 8.515.767 km² e MS 357.145,53km².

³⁶⁰ Critério adotado pelo DATALUTA.

políticas adotadas “[...] houve a transferência dos problemas das regiões ‘velhas’, ampliando-se as contradições, também, nestas ‘novas’ regiões, manifestadas através dos conflitos de terras aí existentes [...]” (FABRINI, 2008, p. 71). Nessa esteira, no SMS ocorreu o ordenamento por meio da instalação da CAND e da CMD, de 1943 a 1960 com a abertura das fronteiras agrícolas e ocorreu o fechamento e latência dessas mesmas fronteiras no período da chamada modernização da agricultura, entre as décadas de 1970 e 1980 que embora tenha ampliado as fronteiras agrícolas trouxe a expropriação dos meios de produção aos arrendatários e parceiros que aqui viviam e produziam seu sustento.

Posteriormente se deu o reordenamento com a instalação dos Assentamentos da Reforma Agrária que ocorreu de forma tímida, visto que a área reordenada não chega a 2% da área total de Mato Grosso do Sul, o que significa entender que o processo de reordenamento ainda se encontra na fase inicial, embora passados 30 anos. Por essa razão os movimentos sociais, especialmente o MST tem encaminhado a demanda de um novo plano nacional de reforma agrária sob o lema *Reforma Agrária Popular*, visando um projeto da sociedade para a sociedade.

Constatamos que após o período inicial, tanto no ESMT, quanto no SMS nos dois processos, de ordenamento e de reordenamento de terras, houve uma intensificação das práticas que expulsam os pequenos produtores de suas terras, seja pelo avanço da modernização, o que ocorreu com a CAND e CMD, seja pela ausência de um conjunto de fatores que viabilizem permanência das pessoas nos novos lugares, o que pode vir a ocorrer com a RA.

Considerando que o reordenamento representado pela implantação de assentamentos da reforma agrária no SMS teve uma representação de 56% dos assentamentos³⁶¹ instalados em Mato Grosso do Sul, no período de 1984³⁶² à 2003³⁶³, faixa de tempo que estamos considerando como de reordenamento de terras para essa tese, podemos concluir que o processo foi e continua sendo significativo e, embora ainda persista a concentração de terras em latifúndios na região do SMS, a paisagem vem mudando e onde havia apenas áreas de pastagens extensivas e de monoculturas é possível ver que cederam lugar à agricultura e pecuária intensivas, praticadas pelos assentados numa área de 2.763.674,872 hectares trabalhados, gerando emprego e renda e principalmente uma vida mais digna para as 10.615³⁶⁴ famílias instaladas.³⁶⁵

³⁶¹ Considerando 62 assentamentos criados no SMS pelo INCRA e 04 pelo Governo do Estado do total de 110 PAs criados em outras regiões de MS, no período em foco.

³⁶² O Tamarineiro é considerado como PA da Reforma Agrária, o incluímos no quantitativo geral dos PAs criados entre 1984 a 2003,

³⁶³ Ano do lançamento do II PNRA.

³⁶⁴ 10.577 famílias instaladas em PAs/INCRA e 38 instaladas em assentamentos do Governo do Estado.

³⁶⁵ Fonte: Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS. (2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procedemos à pesquisa e análises sobre a questão agrária da região sul-mato-grossense, correlacionando-a com o contexto brasileiro, tendo como marco temporal o período que compreende as décadas de 1940 a 2003, as quais traduzem dois importantes momentos: o da colonização dirigida e do PNRA. O objetivo central da pesquisa foi investigar de que forma foi organizado o modelo agrário na região, as forças que o mantinham, bem como os movimentos direcionados a questionarem e encaminharem alterações em sua estrutura.

Os dados coletados durante a pesquisa possibilitaram concluir que nela ocorreram dois processos que promoveram mudanças na composição do espaço em pauta, os quais denominamos de ordenamento e de reordenamento nas terras da região do ESMT, atual SMS, lugar de nossa pesquisa. O primeiro, iniciando pela Marcha para o Oeste, quando da colonização dirigida pelo governo federal, que visava demarcar áreas, adentrando na fase da frente pioneira, da década de 1970, que concentrou terras e atrelou a produção ao mercado externo, fechando a fronteira. Na segunda fase, ainda no processo de ordenamento, ocorreu a intensificação na formação e na organização de movimentos sociais, produzindo as bases para a emergência de questionamentos e de conflitos agrários, que por meio de suas organizações pautaram demandas em relação ao modelo agrário da região, gestando as condições para um novo processo de transformação na estrutura agrária, no que denominamos de reordenamento de terras, efetuado por meio do I PNRA, criado em meados da década de 1980.

A revisão bibliográfica das obras voltadas ao tema, aliado a realização de entrevistas com representantes de movimentos sociais e de órgãos governamentais, associada a pesquisa de informações em textos de jornais e pronunciamentos dos parlamentares de Mato Grosso do Sul, reunindo e analisando fontes diversas, dentre elas Decretos, documentos do INCRA/MS, dos movimentos sociais e do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, possibilitaram compreender os encaminhamentos para o ordenamento e o reordenamento de terras, e dessa forma substanciar a investigação nos desdobramentos que produziram no ESMT, hoje SMS. Salientamos que o espaço que selecionamos para nosso estudo se constituiu em um novo estado da federação, o que nos levou a trata-lo por duas identificações, ESMT, de 1940 a 1977, e SMS, após 1977.

Os resultados da pesquisa nos levam a reconhecer que em meados do século XX foram encaminhados novos elementos para a questão agrária da região de nossa pesquisa, configurados, especialmente, por uma geopolítica idealizada e posta em prática pelo governo federal quando instituiu a Marcha para o Oeste, uma política assentada no propósito nacionalista, que tinha como meta principal ocupar as faixas de fronteira, povoando-as e com isso expandindo a área de agricultura. Essa decisão estava ligada ao processo de industrialização que foi iniciado no Brasil após o término da Primeira Guerra Mundial, numa conjuntura econômica que determinou novos rumos para a produção agrícola, direcionando-a para atender o projeto industrial em curso.

Como resultado dessa política ocorreu a sobra da força de trabalho no campo, e desta, emergiu o movimento de homens e mulheres do campo que impulsionados pela premissa desenvolvimentista, e diante de um quadro de escassez de espaços, se deslocaram para diversas

áreas do Brasil, entre elas o ESMT, onde buscavam terras para produzir e viver. A ocupação desses espaços deu início ao movimento de ordenamento de terras na região de nossa pesquisa, movida pela colonização dirigida que trazia outras intenções, especialmente aquela que intentava assegurar fronteiras, demarcando-as por meio da ocupação de espaços considerados vazios, caso do ESMT, lugar que apresentava baixa densidade demográfica e grande concentração fundiária.

A forma como foi conduzida a política de colonização trouxe a ampliação da área de agricultura e de pecuária, com a instalação de colonos, como no caso da CAND e da CMD, localizadas no espaço em estudo, que propiciaram elementos para o desenvolvimento da região e a criação de muitas cidades.

Após duas décadas desse primeiro movimento de colonização, especialmente nos anos de 1970 e 1980 com o desenvolvimento tecnológico, a mecanização foi intensificada no campo, propiciando a ampliação das áreas plantadas e substituindo trabalhadores por equipamentos tais como os tratores, colheitadeiras e implementos diversos. Esse avanço tecnológico, contrariando a lógica da inclusão, os excluiu do processo produtivo, promovendo nova migração de boias frias, arrendatários, parceiros, assalariados e mesmo de pequenos proprietários, especialmente daqueles que viviam relações de trabalho intermitentes e sazonais, em virtude de não deterem a posse da terra.

O primeiro movimento, que compreendeu o tempo de quatro décadas (1940-1980), e que entendemos como ordenamento de terras, e foi o que trouxe, num primeiro momento, trabalhadores do campo para as terras do ESMT, em áreas inexploradas pelas forças produtivas capitalistas, lugar em que a força de trabalho era fundamental, porque se constituía no meio usado com o objetivo de abrir as fronteiras brasileiras, fato determinante para um primeiro momento de ocupação do antigo ESMT. No entanto, num segundo momento, com a introdução da tecnologia, que embora tenha expandido a área de cultivo, com a prática da agropecuária extensiva, gerou os elementos para concentração da terra e expulsou os trabalhadores rurais, fechando a fronteira, só vindo a reabri-la, embora parcialmente, com a criação dos Projetos Integrados de Colonização, como o PIC Sete Quedas, em meados da década de 1970. Esse movimento que se fez em ESMT, acarretou, a médio e longo prazo, desdobramentos que culminaram em conflitos e luta pela posse da terra, tanto dos sem terras, como dos indígenas e quilombolas, populações as quais não tratamos nesse estudo, mas que foram ignoradas como habitantes da região na época da colonização em seus dois momentos, a de 1940 e a 1980. Esses elementos criaram as bases que levariam ao reordenamento de terras por meio da reforma Agrária, em meados da década de 1980.

No movimento de exclusão e inclusão no campo do ESMT, famílias migraram para o Paraguai, entre as décadas de 1950 e 1970, movidas pela escassez de terras nas regiões onde viviam, só retornando ao Brasil a partir da década de 1980, usando a fronteira com o atual Mato Grosso do Sul, um caminho acessível em um estado novo, alimentados pela esperança da abertura política, na possibilidade de efetivação da reforma agrária brasileira. Desta forma, passaram a se instalar provisoriamente em acampamentos em várias cidades do SMS, região com terras propícias para a pequena produção familiar, e nelas a existência de áreas devolutas, iniciando os

questionamentos sobre a viabilidade da reforma agrária, que havia sido acenada em 1964, quando da promulgação do Estatuto da Terra.

O processo de expulsão do campo, motivado pelo avanço tecnológico e pela concentração da terra, gerou um exército de pessoas excluídas da produção agrícola brasileira, e na região em pauta, junto aos brasiguaios que retornaram ao Brasil na década de 1980, passaram a se organizar em movimentos coletivos, criando a CPT, e posteriormente o MST, bem como sindicatos rurais, que se configuraram em instituições fundamentais para a reivindicação e o encaminhamento de demandas por mudança do modelo agrário vigente.

Nesse percurso pudemos constatar os embates que ocorreram entre trabalhadores do campo e latifundiários, num jogo de forças que determinou a discussão e posteriormente a criação do I PNRA e dos PRRAs. Foi com a emergência dos conflitos no SMS, com enfrentamentos que resultaram até em mortes, bem como com as pressões que os conflitos suscitaram na sociedade, apresentados pela mídia e defendidos por alguns representantes políticos de Mato Grosso do Sul, na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, que se concretizou política da reforma agrária, reordenando, mesmo que timidamente, o campo do SMS.

Em Mato Grosso do Sul, a manifestação sobre a nova política agrária, representada pelo I PNRA trouxe reflexos imediatos, especialmente no SMS, lugar de conflitos de terras, motivados pela exclusão de pessoas do processo produtivo, associado ao retorno de migrantes, especialmente os brasiguaios, via Mato Grosso do Sul e também lugar de terras de qualidade para o cultivo agrícola, bem como da existência de terras devolutas. Essas características da região, dentre outras, abrigaram inúmeros acampamentos de demandantes de terra e motivaram a criação de uma área especial destinada a RA no SMS.

O resultado da reforma agrária, num movimento de desapropriação de terras e instalação de assentamentos, configurou-se no processo de reordenamento do SMS e, conforme os números que mostramos ao longo do trabalho, referentes a criação de assentamentos rurais durante o I PNRA, que se estendeu de 1985 a 2003, no estado de Mato Grosso do Sul ocorreu a instalação de 109³⁶⁶ assentamentos, dos quais 63 o foram no SMS, sendo 09 criados entre os anos de 2001 e 2003, período que excede nosso recorte temporal mas que apresentam dados significativos para identificar a reconfiguração territorial do SMS, no período imediatamente anterior ao lançamento do II PNRA.

Salientamos que no ano de 2003 foi instituído o II Plano Nacional de Reforma Agrária, período do qual não nos detivemos para esse nosso estudo, mas só a título de informação, o mesmo representou a continuidade na divisão de terras, instalado outros assentamentos rurais, sendo 68 em Mato Grosso do Sul e 39 no SMS.

A reconstrução histórica e interpretativa que fizemos sobre os movimentos de ocupação, aqui tratados, nos permitiram constatar que o ordenamento, via colonização e o reordenamento, via RA promoveram transformações na estrutura agrária nas terras do ESMT. No estudo do processo histórico de ocupação deste território pudemos identificar, por meio de análises como foi construído o I PNRA, pensado enquanto medida de reordenamento das terras na região do SMS, resultante, em

³⁶⁶ Não incluímos o PA Tamarineiro que tem Ato de Criação em 1984.

grande parte, das forças sociais, especialmente dos movimentos sociais que propiciaram a emergência e a constituição do I PNRA e de como essa política pública reordenou o SMS.

É preciso destacar que o SMS, mesmo com a instalação de número expressivo de famílias em áreas de assentamentos de reforma agrária, é, ainda, um lugar de constantes conflitos, decorrentes do modelo de estrutura agrária que persiste. Tais enfrentamentos ocorrem entre latifundiários e sem-terra, parte ocupando acampamentos a beira de diversas estradas da região, mas a esses demandantes emergiram outros, especialmente as comunidades indígenas, que na região sempre estiveram presentes, antes mesmo do ordenamento e do reordenamento de suas terras, mas que pela condição social que lhes foi atribuída, não explicitavam tensões quanto a posse da terra. No entanto, nos dias atuais tem se organizado e encaminhado essa demanda, que associada aos dos grupos de sem terras e quilombolas evidenciam que a posse das terras no SMS, contem elementos antigos, de processos históricos e que não foram resolvidos, fazendo com que os conflitos em relação a essa demanda não se findem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Silvana de. Ocupação, Racionalização e Consolidação do Centro-Oeste Brasileiro: O espaço Mato-Grossense e a Integração Nacional. In: *História, Região e Identidades*. Editora UFMS, Campo Grande, 2008.
- _____. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense*. Contexto, propósitos e contradições. Tese (Doutorado em Geografia). USP, São Paulo, 2001.
- ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Ervais em queda: transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)*. Dourados, 2013.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Manual da História Oral*. São Paulo; FGV Editora, 2004.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Fronteiras Revista de História, vol. 10, nº 17, 2008, p.55-67.
- _____. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 1. ed. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 1999. v. 2000.
- _____. A dimensão retórica da historiografia. In: *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Editora UFMS, Campo Grande, 2008.
- AMADO, J; FERREIRA, M. M. (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no nordeste*. Ática, São Paulo. 1986.
- _____. *Abolição e reforma agrária*. Ática, São Paulo. 1986a.
- ANTUNES Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho, as múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 83, Dezembro 2008.
- ARAUJO, Flávia Camargo de. *Reforma Agrária e Gestão ambiental: encontros e desencontros*. Dissertação de mestrado. UnB, Brasília. 2006.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira*. Londrina: Editora UEL, 1997.
- AVELINO JÚNIOR, Francisco José; MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. A questão agrária/agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul: relações de trabalho e luta pela terra. *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, 2009.
- AVELINO JÚNIOR, Francisco José. *A Questão da terra em Mato Grosso do Sul: Posse/Usos e conflitos*. Tese. FFLCH, USP, 2004.
- _____. A geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul. In: *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.
- BALLER, Leandro. *Fronteira e Fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios. (1954-2014)*. Tese. UFGD, Dourados, 2014.
- BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. Memórias e fragmentos: o sonho da reforma agrária e o INCRA, In: *Memória INCRA: 35 anos*. Brasília : MDA : Incra, 2006. (Nead Especial ; 2)
- BERGER, Christa. *O Caso Aracruz*. Do fato ao acontecimento jornalístico (um outro, o mesmo). UNl revista - Vol. 1, nº 3 : (julho 2006), p. 1-3.
- BIANCHI, Álvaro. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 16, Curitiba, junho 2001.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul a construção de um estado*. Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. vol. I. Campo Grande: UFMS, 2009.
- _____. *Mato Grosso do Sul a construção de um estado*. Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. vol. II. Campo Grande: UFMS, 2009.

- _____. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 1998.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.
- BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP, Butantã*: Annablume, 2010.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: *Escritos sobre a História*, 2005.
- BRUNO, Regina Ângela Landin. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*. Porto Alegre, Jul-Dez, p. 284-310. 2003.
- _____. Guardiões da Reforma Agrária. Servidores públicos e técnicos em defesa de uma Reforma Agrária durante a ditadura militar no Brasil. *Tempos Históricos*. V. 16, 2º Semestre, 2012.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CÂMARA, Antônio. A atualidade da Reforma Agrária, de Canudos aos Sem-Terra: a utopia pela Terra. In: *Olho da História*. Revista de História Contemporânea. Salvador: UFBA, n.º 3, dez. 1996.
- CARDIM, Silvia Elisabeth de C. S.; VIEIRA, Paulo de Tarso Loguércio.; VIÉGAS, José Leopoldo Ribeiro. Análise da estrutura fundiária brasileira. *COBRAC 98 – Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário*. UFSC, Florianópolis, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: *CHEVITARESE, André Leonardo. O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002
- CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados: Editora da UFGD, 2008.
- _____. A colônia agrícola municipal de dourados: povoamento e colonização (1946-1953). In: *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina*, 2005.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a Questão Agrária. Alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964. In: *PAIVA, V (Org.). Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- _____. (Coord.) Memória do 1º PNRA da Nova República. Série. Núcleo de pesquisa, documentação e referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no campo. CPDA/UFRRJ. 2010. Disponível em: http://www.eduardoferrao.com.br/nucleo/acervo/Serie_MP.pdf. Acesso em : 10.01.2014.
- CARVALHO, Livia Fernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. In: *Revista IDEAS*, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010.
- CASTRO, Hebe Maria de Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa, Bertrand Brasil, 1993.
- CICONELLO, Alexandre. A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil. *From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World*, Oxfam International 2008. Disponível em: www.cdes.gov.br/. Acesso em 01.03.2013.
- COELHO, Fabiano. Para além do espiritual: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980). In: *Revista Angelus Novus – nº3 – maio de 2012*.
- _____. *A Prática da Mística e a Luta pela Terra no MST*. Dissertação de mestrado – História. Dourados, MS: UFGD, 2010.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 2005.
- CORRÊA, Lucas Mariani. Diretrizes políticas, empreendimentos privados: A atuação da Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso (1908-1943). In: *Outros Tempos*, vol. 09, n.14, 2012.

CORRÊA, Lúcia Salsa, História e fronteira: o Sul de Mato Grosso, 1870-1920. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.

CORREIA, Diogo Cristófari. Os protagonistas nos processos de confinamento de indígenas sul-mato-grossenses. Anais do III Encontro Nacional do GT História das religiosidades – ANPUH. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, v. III, n. 9, jan/2011. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 25.01.2012.

COSTA, Jessica Ausier da. As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”. *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.56-71, jul. 2009. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 20.05.2013.

CUNHA FILHO, Sérgio de Britto. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária*. Dissertação. PUC, Rio de Janeiro, 2007.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Populações rurais brasileiras. In: *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1973.

DOSSE, François. *A história a prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo, UNESP, 2001.

_____. *A história*. Tradução por Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, EDUSC, 2000.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Estado*. Petrópolis: Vozes, 2006.

ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito Machado de Formas de aproximação, geopolítica e a lógica capitalista na aventura dos brasileiros no Paraguai. *História: Debates e Tendências*, v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, Publicado. no 2º sem. 2011.

FACHIN, Luiz Edson. O Direito e o avesso na Reforma Agrária da Nova República. In: *Revista da associação brasileira de reforma agrária – ABRA*, n.º 3, agosto/dezembro, 1985. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/revistas/lista-dos-summarios-das-revistas-da-abra-1971-2007>. Acesso em: 25.05.2012.

FACHIN, Viviane Scalon. *A gênese dos assentados e sua relação com o desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul*. Projeto 071/03, protocolo 494/02 – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT – Relatório Técnico, 2006.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Editora UFMS, Campo Grande, 2008.

FALCHI, Edna de. *Na luta por um pedaço de chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul*. Dissertação. UFGD, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Acampamento América Rodrigues da Silva*. Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: FIC MS, 2006.

_____. A vivência da reforma agrária nos assentamentos. In: *Estudos de Sociologia Agrícola*. Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, 2006:162-168.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2ª Ed. Lisboa: Ed. Presença, 1989.

FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento camponês rebelde – a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. *Análsis*. Maio/agosto, 2003.

_____. *Enumerando a Reforma Agrária*. Entrevista. Disponível em: <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/bernardoenumerando.htm> Acesso em: 31.04.2006.

_____. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: *Debates: O MST e as reformas agrárias no Brasil*. Año IX Nº 24 - Outubro de 2008.

- _____. III PNRA: A Reforma Agrária como desenvolvimento territorial. In: *Boletim DataLuta*. NERA. Artigo DataLuta: dezembro 2010.
- _____. *20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula*. 2004. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em: 25.10.2012.
- _____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Revista de Cultura Vozes*. 2000. Disponível na página <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>. Acesso em: 12.10.2012.
- FERNANDES; Bernardo Maçano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elenai Constatino. *Debates sobre políticas fundiárias e usos da terra no Brasil*. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2010.pdf. Acesso em: 25.01.2012.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural: ideologia e realidade. In: *Perspectivas*. Unesp, v. 1, 1976.
- FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano. *Constituição Vinte Anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas)*. Desenvolvimento rural, capítulo 3. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/boletim-ipea-no-17-2009-desenvolvimento-agrario>. Acesso em: 20.01.2013.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Ed. 7. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- _____. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94,nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geo-econômica da atividade ervateira*. Tese. UNESP. Presidente Prudente, 1968.
- _____. O Extremo-Sul de Mato Grosso. In: *Guia de excursões*: organizado pela AGB de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 1972, p. 47.
- FIORENTIN, Marta Izabel. *A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)* Dissertação de mestrado, UFPR, 2010.
- FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GARCIA JR. Afrânio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GASPAR, Jorge. O novo ordenamento do território – Geografia e Valores. *Scripta Vetera*, Edición Eletrónica de trabajos sobre geografia y ciencias sociales, Lisboa. (1995). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sv-39.htm>. Acesso em 22.05.2014.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa. In: *V Simpósio Internacional de Geografia Agrária. A questão da (reforma) agrária na América Latina: balanços e perspectivas*. Niterói: Anais V SINGA, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, M. G. *Movimentos Sociais no início do século XXI antigos e novos atores sociais*. São Paulo: Vozes, 2003.
- _____. *História dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.
- GRAHAM, Douglas H. e HOLANDA FILHO, Sergio Buarque de. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. (org.). *Migração Interna: Textos Selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 1980. V.2. p. 733-778.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O que é Questão Agrária*, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- GUERRA, Raïssa Miriam Nascimento. *É possível Atingir a Sustentabilidade nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia Legal? O caso do PDS São Salvador no estado do Acre*. Dissertação de Mestrado. Universidade Brasília – DF: julho/2002.
- GUIDOLIN, Silvia Maria. *Expansão da cadeia agroindustrial no Centro-Oeste: uma análise com base em microrregiões geográficas*. Monografia. Unesp: novembro/2003.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HAMMES, Roque. *Igreja Católica, Sindicatos e Movimentos Sociais*. Quarenta anos de história projetando luzes para a defesa e a promoção da vida na região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- HOBBSAWN, Eric. *Sobre a história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Otávio. *Colonização e reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- JUY, Rafael Bustillo; VANDERLINDE, Tarcísio. A mediação religiosa nos conflitos de Itaipu (1975-1985). In: *Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre, 2010, p. 1-10.
- LEAL, Giuliana Franco. O poder dos donos da terra: um balanço das organizações de proprietários e empresários rurais na década de 90. *Raízes*. v. 22, n.º 02, jul-dez, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- _____. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- LEITE, Sérgio.; HEREDIA, Beatriz.; MEDEIROS, Leonilde. [et al.] *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. NEAD, São Paulo: Unesp, 2004.
- LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6 nº 12, mar/ago 1986.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LINS, Claudia Maisa Dias. *Evolução e influência do petróleo na economia brasileira*. Monografia. Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”. Presidente Prudente, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o Impossível Diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hicitec, 2004.
- _____. *O sujeito oculto (Ordem e transgressão na reforma agrária)*. 1. ed. Porto Alegre (RS): Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- _____. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Tempo da vida e tempo da história no mundo camponês*. São Paulo: s.e., 1992.
- _____. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, V (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985a.
- _____. Na revolta das formigas. In: *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT, dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *A militarização da Questão Agrária no Brasil*. (Terra e poder: O problema da Terra na Crise Política) Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1983.
- _____. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- MARIN, Jérri Roberto. A interatividade étnica e cultural nas fronteiras entre Brasil, Paraguai e Bolívia. *INTERAÇÕES*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 5, n. 8, Mar. 2004.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: *O camponato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

- _____. Reforma agrária: Concepções, controvérsias e questões. *Fórum Alternativas para a agricultura brasileira - Rede Interamericana Agricultura e Democracia* (Cadernos Temáticos). Rio de Janeiro, 1994.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo, Contexto, 2007.
- MEIHY, J. C. S. B. (Org). *(Re) Introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do pantanal: assentados na lama e na areia. As contradições entre os Projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral – MS*. Dourados: Editoras UEMS e UFGD. 2009.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Ed Expressão Popular, 2010.
- MENDONÇA, Daniel de. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários *Veja* e *Isto É*. In: *Revista ALCEU* - v.5 - n.10 - p. 164 a 185 - jan./jun. 2005.
- MENEZES, Ana Paula. Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): o trabalho dos migrantes e a intensificação da agricultura no antigo sul de Mato Grosso. In: *IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. Universidade de São Paulo, outubro de 2012.
- _____. Marcha para o Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1950-1970). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, USP, São Paulo, julho de 2011*.
- MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. *Cad. CRH* vol.20 no.50 Salvador May/Aug. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792007000200010>. Acesso: 23.10.2013.
- MINC, Carlos. *A reconquista da Terra*. Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. Igreja, campesinato e luta pela terra no Brasil. In: *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica ,II Semestre 2011 , pp. 1-14
- _____. A geografia dos documentos eclesiais: o envolvimento da Igreja Católica com a questão agrária brasileira. *Revista Crítica Histórica*. Ano 1, nº 1, Junho/ 2010, pp. 252-253. <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/60/A%20Geografia%20dos%20Documentos%20Eclesiais.pdf> Acesso em 20/04/2013.
- MONDARDO, Marco Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. *Revista Okara: Geografia em debate*, v.1, n.2, 2007.
- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969. In: *A questão agrária no Brasil*. V. 4. Expressão Popular: São Paulo, 2006.
- MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*. EdUFMT, Cuiabá, 2007.
- MOREIRA, Frei Gilvander Luís. *Santa a Aracruz? Malditas as mulheres?* Documento eletrônico. Disponível em www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd+539. Acesso em 25 nov.2006.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MST. *MST: Lutas e Conquistas*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>. Acesso em: 05.03.2013.

- MOTTA, Márcia, ESTEVES Carlos Leandro. LIGAS CAMPONESAS: história de uma luta (des)conhecida. In: *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. Vol. II, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.
- NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, 1943-1960*. Dissertação de mestrado. UFGD, Dourados, 2007.
- NOVAES, Regina Célia R. A questão agrária e o papel da Igreja. In: PAIVA, V (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo: conflitos e violência movimentos sociais e resistência os “sem-terra” e o neoliberalismo*. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: *SciELO. Estudos avançados*, v. 15, n. 43. São Paulo: 2001.
- _____. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *O Campo no Século XXI - Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- OLIVEIRA, Benicia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. Dissertação. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 1999.
- PAIVA, Marlucia Menezes. *Igreja e renovação: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)*. Tese. PUC/São Paulo, 1992.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. In: *Estudos avançados*. vol.3, nº 7, São Paulo, set/dez, 1989.
- PARKER, Phyllis R. *O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 141 p.
- PEIXOTO, Marcus. *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Textos para discussão*. nº. 48. Brasília: Gráfica Senado Federal, 2008.
- PEREIRA, Thulio Cícero Guimarães. Bancos e banqueiros, sociedade de política: José Eduardo de Andrade Vieira e o Bamerindus. (1981-1994). *V workshop empresa, empresários e sociedade: O mundo empresarial e a questão social* Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006.
- PERONI, Cláudio. Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos. In: *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT, dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PESSANHA NEVES, Delma. (Org.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: Formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- PETER, Cynthia. *Ecos da terra: uma jornalista retratando o poder e a luta pela terra*. Brasília: Thesaurus, 2001.
- PETRY, Cássio André. *A atuação da bancada ruralista nas votações de projetos relacionados ao novo Código Florestal Brasileiro durante o governo Dilma*. Monografia (Ciências Sociais). UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- POLETO, I. As Contradições Sociais e a Pastoral da Terra. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- _____. A CPT, a Igreja e os Camponeses. In: *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT, dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PRIORI, Angelo; KLAUCK, Roberto Carlos. O retorno dos brasiguaios. *Revista Espaço Acadêmico*, junho 2010.

- PROST, Catherine. Forças Armadas, Geopolítica e Amazônia. In: *Paper do Naea 156*, dezembro, 2000. Disponível em: www.ufpa.br/naea/pdf_tcc.php?id=68. Acesso em 22.02.2013.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira e seus fluxos mercantis (1891-1902) In: III Congreso Latinoamericano de Historia Económica y XXIII Jornadas de Historia Económica, San Carlos de Bariloche, 23 al 27 de Octubre de 2012 – Disponível em: <http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/Jornadas/iii-cladhe-xxiii-jhe/>
- _____. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX) In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org): *Transportes e Políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Ed. UFGD, Dourados, 2008.
- _____. Temores e esperanças: O antigo Sul-de-Mato-Grosso e o Estado Nacional brasileiro. In: *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- _____. Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1985. *Revista de Geografia*. UFMS. Ano IV, n.º 8, julho-dezembro. 1998.
- RAMOS, Carolina. *O estatuto da terra e as Federações da agricultura do sul e sudeste do Brasil*. Jornada – apresentação de trabalho, 2005. Disponível em: www.fee.tcche.br/sitefee/download/jornadas/2/h10-8.pdf. Acesso em: 20.01.2012.
- REGINA, Jesus Eurico Miranda; KUDLAVICZ, Mieczeslau; JESUS, Sebastiana Almire. *Lutas dos trabalhadores rurais em mato grosso do sul (1978-1992). A participação da comissão pastoral da terra (CPT)*. Campo Grande, MS, 1994.
- RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina, FRASSÃO, Adair José Frasson. Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da usina hidroelétrica itaipu binacional e seus reflexos na produção do espaço. *XIII Jornada do Trabalho*. Anais. Presidente Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de 2012.
- RODRIGUES, Mônica dos Santos; ROLLO, Paula de Andrade. *Estudo de caso: o mercado de terras rurais na região da zona da mata de Pernambuco, Brasil*. Santiago do Chile: Naciones Unidas. 2000.
- ROSATI, Bianca Juliana. *A política de colonização no sul de mato grosso: A cidade de Sete Quedas (1973-1980)*. Monografia. Amambai, UEMS, 2007.
- SANTANA JÚNIOR, Jaime Ribeiro de. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. *Geografia*, v.00, n.0, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.
- SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos Santos. Os irrigantes do projeto jaíba: da produção de subsistência à agricultura moderna. *Cadernos do Desenvolvimento*. vol. 5 (7), outubro 2010.
- SANTOS, Claudete Soares de Andrade. *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*. Dissertação de mestrado. Dourados: UFGD, 2007.
- SANTOS, Milton. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Pulo: Record, 2001.
- _____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et alii. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das ações coletivas às redes de Movimentos Sociais. In: *Caderno. CRH*. Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008. 505.
- _____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Dossiê: Movimentos Sociais. In: *Sociedade e Estado*. Vol.21, nº 1. Brasília, jan/apr. 2006.
- _____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola. 2005.
- _____. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização: diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHWENGBER, Isabela. *Quando o MST é notícia*. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

- SILVA, Elias. Formação territorial, urbanização e modernização agrária, num panorama sobre Mato Grosso. *4º Encontro nacional de grupos de pesquisa - ENGRUP*, São Paulo, pp. 632-655, 2008.
Disponível em:
http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%204%C2%BAENGRUP/trabalhos/silva_e.pdf . Acesso em: 20.10.2012.
- SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz, comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Rosa de Bassi Gráfica e Editora: Curitiba, 2006.
- SILVA, Tânia Paula da. *As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados do município de Batayporã/MS*. Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: UNESP, 2004.
- SILVA, Walter Guedes da. A integração do mercado brasileiro na era Vargas e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. In: *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL, 2011, Costa Rica. II Semestre 2011.
- SILVA, José Gomes da. *Caindo por terra*. Crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca vida. 1987.
- SIQUEIRA, José do Carmo Alves. *Reforma agrária: promessa constitucional (o conflito e a função social da propriedade)*. Prêmio Direito Agrário, 2007. Disponível em pt.scribd.com/doc/56237884/REFORMA-AGRARIA-Promessa-Constitucional. Acesso em 20.01.2012.
- SOBRINHO, Almiro Pinto. *Amambai, memórias e história de nossa gente*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.
- SOUZA, Eduarda Ramos de. *O conflito de terras entre brasiguaios e paraguaios: um estudo de caso sobre a violação de direitos humanos dos brasiguaios na região da fronteira*. Monografia em Relações Internacionais. Florianópolis, UFSC, 2013.
- SOUZA, Edson Belo Clemente. Contextualização política da construção da barragem de Itaipu. In: *Perspectiva Geográfica*. Unioeste, ano 2005, nº 01.
- SOUZA, Ismara Izepe de, O rigor da intolerância: a seleção dos imigrantes espanhóis realizada pelos Ministério das relações Exteriores e pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1950-1960). In: *Revista UFG* / Dezembro 2010 / Ano XII nº 9.
- SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira.; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: perspectivas e desafios. In: *V Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*, 2011, Campinas. V Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2011.
- SPRANDEL, Marcia Anita. *Brasiguaios: conflitos e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação. UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- TAVARES DOS SANTOS, José. *Matuchos exclusão e luta do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TEIXEIRA, Jodenir Calixto. *A inserção do estado de mato grosso do sul na modernização da agricultura brasileira*, CPNA/UFMS, Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, SINGA 2009.
- TERRA, Ademir. *Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porá – MS: “o pivô da questão”*. Dissertação de doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2009.
- VAINFAS, Ronaldo, CARDOSO, Ciro Flamarion (coord.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VARGAS. *Getúlio. A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed, 1938
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. Dissertação. Universidade Estadual Paulista, Assis, 1986.
- VASCONCELOS, Maria Madalena Noronha de. *Reforma Agrária: dos antecedentes do PRNA à Produção e gestão do espaço no Projeto de assentamento amaralina Vitória da Conquista*. Dissertação (Geografia). UFBA, 2007.

VASCONCELOS, Luiz de. Quadros da Produção Agrícola Brasileira (1940-1950). *Revista brasileira de Economia* (1950). Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/.../2516. Acesso em: 10. 07.2011.

VIEIRA, Jean Henrique; GANDRA, Edgar Ávila. A Reforma Agrária no Brasil (1985-2002): um estudo de revisão. *Revista eletrônica Latu Sensu*, ano 2, Julho de 2007.

ZAMBERLAM, Jurandir. *O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização*. Porto Alegre : Pallotti, 2004. Disponível em: <http://www.net11.com.br/radiorosario/R%20E1dio%20Migrantes/Publicacoes/O%20Processo%20migrat%20F3rio%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 18.10.2012.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira : uma democracia tutelada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 162-178, out. 1994.

FONTES

Entrevistas realizadas pela autora:

Adriano Vau de Ven. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

Almiro Pinto Sobrinho. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de questionário. (2013-2014).

Donevil Alves. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

Ivan de Oliveira Santos. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio eletrônico. (2014).

José de Oliveira. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

José Orcírio Miranda. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

Olga Manosso. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

Oswaldo Fincato. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

Evaristo Rodrigues da Silva. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

Eva Pinheiro Neves da Silva. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

João Vicente da Silva. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

Marli Picler. Entrevista concedida a Viviane Scalon Fachin. Realizada por meio de filmagem. (2014).

Entrevistas de autora citada:

Luiz Vieira, Sete Quedas, 10.06.2007. Entrevista concedida a Bianca Juliana Rosati. In: ROSATI, 2007, p. 30.

Dirson Aparecido Guilhen, Sete Quedas, 01.05.2007. Entrevista concedida a Bianca Juliana Rosati. In: ROSATI, 2007, p. 44.

Periódicos:

Edições do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, entre os anos de 1985 e 1987. No desenvolvimento do texto, os números do jornal foram citados, conforme os procedimentos exigidos pelo PPGH/UFGD.

Edições do *Diário da Serra*. 1985. Acervo do MST/Campo Grande. No desenvolvimento do texto, as datas e páginas do jornal foram citadas, conforme os procedimentos exigidos pelo PPGH/UFGD.

Edições da *Folha de Dourados*, 1985. No desenvolvimento do texto, as datas e páginas do jornal foram citadas, conforme os procedimentos exigidos pelo PPGH/UFGD. Acervo do Centro de Documentação da UFGD. Dourados/MS.

Edições do *Jornal da Manhã*, 1985. Acervo do MST/Campo Grande. No desenvolvimento do texto, as datas e páginas do jornal foram citadas, conforme os procedimentos exigidos pelo PPGH/UFGD. Acervo do MST/Campo Grande.

Edições do jornal *O Progresso*, entre os anos de 1985 e 2000. No desenvolvimento do texto, as datas e páginas do jornal foram citadas, conforme os procedimentos exigidos pelo PPGH/UFGD. Acervo do Centro de Documentação da UFGD. Dourados/MS.

Edições do jornal *O Correio do Estado*, entre os anos de 1985 e 1987. No desenvolvimento do texto, as datas e páginas do jornal foram citadas, conforme os procedimentos exigidos pelo PPGH/UFGD. Acervo do MST/Campo Grande.

Edições da *Folha de São Paulo*, entre os anos de 1985 e 2000. No desenvolvimento do texto, as datas e páginas do jornal foram citadas, conforme os procedimentos exigidos pelo PPGH/UFGD. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/> Acessos em: 05.07.2014, 23.07.2014, 29.07.2014, 13.08.2014 e 02.10.2014.

Edição do jornal *O Globo*, 11.10.1985. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=1980198505>. Acesso em: 14.11.1956. (Assinado).

Revista VEJA, 29.05.1985 – 19.06.1985 – 10.07.1985 – 23.10.1985. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/> Acesso em: 11.06.2014.

Edição do *Jornal Terragente*: publicação do Grupo de Estudos Agrários, n.º 17 – Porto Alegre – RS (maio-junho 82, p.11, p. 08) Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PTEGERS051982017.pdf> Acesso em: 09.05.2013.

Documentos diversos:

Acervo CAND, registrado como “Memória do Mundo” em 04 de dezembro de 2012, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Comissão Pastoral da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária. Carta. Goiânia, 10 de junho de 1985. Acervo da CPT/MS.

Áreas Especiais em Mato Grosso do Sul - Diagnóstico e Plano de Ação, vol. I e II, 2000.

Ato Institucional N.º 05. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 05.01.2013.

Caderno Comemorativo dos 28 anos de Amambai (1976) do jornal A notícia – Destaque para a área demarcada como Cidade Sete Quedas. Organização Unicenter – Projeto, Topografia e Procuções. Acervo de Ursina Peña Delgado. Particular.

Discurso: No limiar do Ano de 1938, Saudação aos Brasileiros, Pronunciado no Palácio Guanabara e Irradiada Para Todo o País, à Meia-Noite de 31 de Dezembro de 1937. Getúlio Vargas.

CENÁRIOS E ESTRATÉGIAS DE LONGO PRAZO. MS2020. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. 2000.

CNBB. *Igreja e Problemas da Terra*. Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB/Itaici-SP, 14 de fevereiro de 1980. Disponível em: www.cnbb.org.br/. Acesso em: 31 março de 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Departamento de Pesquisas Judiciárias. *Relatório sobre a situação dos Conflitos Fundiários Rurais no Brasil (2008)*. Agosto, 2010.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946). Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 20.01.2012.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 16 de julho de 1934) Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 20.01.2012.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em: 15.06.2013.

Contrato de Concessão a Matte Laranjeira, de 14 de março de 1893. Acervo Museu José Alves Cavalheiro. Amambai/MS.

DECRETO n.º 92.621, de 02 de maio de 1986. Declara a área rural do Estado de Mato Grosso do Sul como zona prioritária para efeito de execução e administração da Reforma Agrária, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1986-05-02;92621>. Acesso em: 10.06.2014.

DECRETO n.º 92.834, de 27 de junho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Fazenda São João", situado no Município de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92834-27-junho-1986-443032-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10.06.2014.

DECRETO N.º 92.835, de 27 de junho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Colônia Nova", situado no Município de Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92835-27-junho-1986-443035-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10.06.2014.

DECRETO n.º 93.039, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Fazenda Morraria", situado no Município de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93039-27-julho-1986-443017-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10.06.2014.

DECRETO n.º 93.040, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Posse Mato Grande", situado no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93040-27-julho-1986-443020-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10.06.2014.

DECRETO N.º 93.042, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado "Fazenda Douradinho", situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixado pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93042-27-julho-1986-443026-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10.06.2014.

DECRETO n.º 93.043, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Fazenda Garota", situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93043-27-julho-1986-443030-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10.06.1986.

DECRETO n.º 93.041, de 27 de julho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Fazenda Curitibanos", situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93041-27-julho-1986-443023-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10.06.2014.

DECRETO Nº 91766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agraria - Pnra, e da Outras Providencias. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos.

DECRETO LEI n.º 5941, de 28 de outubro de 1943. Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29.02.2012.

DECRETO LEI n.º 3059, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30.05.2011.

DECRETO LEI n.º. 406, de 04 de maio de 1938. Senado Federal. Subsecretaria de informações. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12803>. Acesso em: 18.10.2012.

DECRETO n.º520, de 23 de junho de 1890. Acervo Museu José Alves Cavalheiro. Amambai/MS.

DECRETO n.º 9692, de 31 de dezembro de 1886. Acervo Museu José Alves Cavalheiro. Amambai/MS.

DECRETO n.º 8799, de 09 de dezembro de 1882. Acervo Museu José Alves Cavalheiro. Amambai/MS.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

Diário do Congresso Nacional, 26.09.1985.

Diário do Congresso Nacional, 30.08.1985, Livro 10.

Diário do Congresso Nacional, 29.06.1985.

Diário do Congresso, 26.06.1985.

Diário do Congresso Nacional (seção II) n.º 0350, 22.03.1985.

Histórico do Movimento Sem Terra – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Secretaria Regional Mato Grosso do Sul, 2014.

Histórico do Projeto Integrado de Colonização Sete Quedas (PICSQ), de 26.04.1977, de autoria de Telmo Marciano Jimenez - Executor Substituto do PICSQ. Acervo Cartório de Ofício de Sete Quedas.

INCRA SR-16. Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS.(2010). Documento INCRA/MS.

LEI Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos.

LEI Nº 4.214, de 02 de março de 1963. Estatuto do Trabalhador Rural. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos.

Lei n.º 73, de 12 de maio de 1980. Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, n.º 337, p.1. Acervo Museu José Alves Cavalheiro, Amambai/MS.

Memória do 1º PNRA da Nova República. Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo CPDA/EFRRJ. Disponível em: http://www.eduardoferrao.com.br/nucleo/acervo/Serie_MP.pdf. Acesso em 30.12.2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*, 2003.

MST: Lutas e conquistas. Disponível em:

<http://antigo.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf> Acesso em: 05.03.2012.

POMAR, Wladimir. Reforma Agrária: benefícios para todos. In: *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. Setembro/1985, n.º 47, p. 10. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=273&pesq=>, Acesso em : 10.06.2014.

PORTARIA/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, n.º 110, de 06 de abril de 2000.

PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA A SER IMPLEMENTADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. INCRA/MS. 2000.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. 1998.

RESOLUÇÃO n.º 103. Concessão de terras a Matte Laranjeira. Acervo Museu José Alves Cavalheiro. Amambai/MS.

RESOLUÇÃO n.º 76. Concessão de terras a Matte Laranjeira. Acervo Museu José Alves Cavalheiro. Amambai/MS.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA – ABRA, n.º 1,2 e 3. Jan/dez. 1998 – jan/ago. 1999. Disponível em:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/revistas/lista-dos-summarios-das-revistas-da-abra-1971-2007>. Acesso em: 27.08.2013.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA – ABRA, n.º 3, agosto/dezembro, 1985. Disponível em:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/revistas/lista-dos-summarios-das-revistas-da-abra-1971-2007>. Acesso em: 25.05.2012.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA – ABRA, n.º 2. Maio/junho, 1985. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/revistas/lista-dos-summarios-das-revistas-da-abra-1971-2007>. Acesso em: 25.05.2012.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA – ABRA, v. 15, n.º 1, jan/fev/mar/abril, 1985. Disponível em:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/revistas/lista-dos-summarios-das-revistas-da-abra-1971-2007>. Acesso em: 25.05.2012.

Revista de Informação Legislativa, 1987.

UNESCO. *Relatório sobre os Crimes do Latifúndio*. Centro de Direitos Humanos Evandro Lins e Silva. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Instituto Carioca de Criminologia. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Agost/06. Disponível em:

<http://brasil.indymedia.org/content/2003/09/263634.shtml>. Acesso em 10.10.2006.

URUGUAY. *Declaracion de los Presidentes de América*. Reunion de jefes de estado americanos.

Punta del Este, Uruguay, 12 al 14 de abril de 1967. Disponível em: www.summit-americas.org/decaracion%20presidentes-1967-span.htm. Acesso em: 20.01.2012.

2º Relatório Nacional do Estado Brasileiro apresentado no mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas–2012. Disponível em>

http://www.sedh.gov.br/cooperacao/revisao-periodicauniversal/Relatorio%20Nacional_RPU_Brasil_port_VERSaO_FINAL.pdf. Acesso em: 01.03.2012.

Sites

<http://aguasdobrasil.org/>

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm

<http://incra.gov.br>

<http://www2.camara.leg.br/>

<http://www.mst.org.br/>

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>

<http://www.incra.gov.br/perguntas>

http://www.incra.gov.br/media/procuradoria/publicacoes/livro_lei_8629_publicacao_procuradoria.pdf

<http://www.ipea.gov.br>

<http://www.diariodopoder.com.br>

<http://www.ms.gov.br>

<http://www.josesarney.org>

<http://ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Comicio-Diretas-Ja-no-Rio-de-Janeiro-completa-29-anos.aspx>

https://drive.google.com/folderview?id=0Byo7P47EvrO9UUhtY0VzMzcxbWM&usp=drive_web&tid=0Byo7P47EvrO9ZU1BdHpMUFVNN00

www.tre-ms.jus.br/

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/outros-relatorios/relatividades_85-94.pdf

<http://www.senado.gov.br/>

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/stroessner_alfredo.htm

<http://www.senado.leg.br/senadores/dinamico/paginst/senador47a.asp>

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

<http://maisondemarie.free.fr/wordpress/paraguay-mapa.gif>

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 20 de fevereiro de 2015.



Viviane Scalon Fachin

ANEXOS

A T E S T A D O

Pelo presente atestamos que conhecemos o Sr. João Domingos Barbosa de longa data e que sabemos que o referido Senhor não possui propriedade rural, industrial ou comercial, bem como o referido Senhor somente se dedica aos lides da lavoura e que está apto financeiramente a trabalhar o lote que requer.

Dourados,



22 de julho de 1954

João Alves Arruda
Argemiro Rodrigues

Reconheço verdadeiras as firmas supra de
João Alves Arruda e
Argemiro Rodrigues.

que dou fé.-

Em testemunho *João* da verdade
Dourados, 22 de julho de 1954

O Tabelião
Francisco
Esc. aut.

RECONHECER NO
TABELIONATO
Rua S. Bento, 41 - S. Paulo
VEIGA



MMMMM

Exmo Snr

Dr. Tácito Pace

M.D. Administrador do Núcleo Colonial de Dourados

Séde

Os signatários abaixo, todos colonos residentes na 2ª Zona deste Núcleo, veem mui respeitosamente solicitar de v.s., providências no sentido de resolver a questão existente entre os senhores Espedito Leite, e Crispim Eusebio dos Santos, deixando o lote em questão para o Snr Crispim Eusébio dos Santos, pois o mesmo é um homem de bons costumes, trabalhador, e honrado, providenciando também a transferência desta zona do Snr Espedito Leite, pois o mesmo é um homem de maus - costumes, vivendo sempre alcoolizado, perturbando todos seus vizinhos, e a ordem deste Núcleo.

Certos de que v.s. não deixará de nos atender deixamos aqui nossos agradecimentos, prontificando-nos caso seja necessário, a comparecer em presença de v.s. para prestarmos nossos depoimentos pessoalmente.

Núcleo Colonial de Dourados, 16 de Abril de 1956

Atenciosamente

José Gonçalves da Silva

José das Bastardes de Souza

Antônio Pereira

José Manoel de Oliveira

José Dimas de Jesus

Manoel Manoel Ramos

Lima Trindade

Leandro Trindade

José Manoel da Silva

Anexo 03



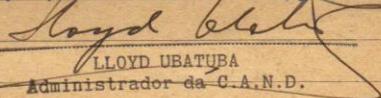
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL
DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO
COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL "DOURADOS"

Sr. Diretor

Esta Administração acaba de tomar conhecimento de um fato que contraria o critério adotado nos serviços.

Em vista da informação, observo que o abandono do lote por Ulisses Jacinto Pacheco acarreta uma situação irregular já que, não encontra apoio em regulamento, pela inexistência deste. Desta forma, fatos semelhantes têm sido resolvidos consoante uma praxe, que manda cassar os lotes em abandono. No caso vertente, os ocupantes se revezaram à revelia desta Administração. À Diretoria, incumbe dar solução à presente lacuna, regulamentando este serviço, conforme já foi solicitado em ofício nº 244, de 22-10-1951.

Em, 17 de Novembro de 1951


LLOYD UBATUBA
Administrador da C.A.N.D.

Anexo 04

TÉRMO PROVISÓRIO DE OCUPAÇÃO
PROJETO OU NÚCLEO FIC.....
PARCELA Nº56.....

O Sr. ... PEDRO NABARRO
tendo sido classificado como parceleiro a ser assentado na área do Proj.
Inter. da Colon. SÍTIA NOVOAS ... fica-lhe assegurado pela Administração
Central do INCRA o direito de ocupar a parcela acima referida, de acôrdo
com a prioridade estabelecida pelas Normas em vigor, obrigando-se, a
partir de seu assentamento, a:

- a) residir com sua família na parcela;
- b) cultivar a parcela com sua família;
- c) observar, com vistas à sua plena capacitação profissional, as diretrizes técnicas, econômicas e sociais do Projeto;
- d) reflorestar, de acôrdo com a orientação técnica do INCRA, as áreas proventura desmatadas de forma prejudicial;
- e) fazer seguro temporário de vida;
- f) pagar as taxas de melhoria por serviços assistenciais que lhe forem prestados pelo INCRA, objetivando o aumento da produtividade;
- g) não ceder, arrendar, hipotecar ou alienar de qualquer forma a parcela, antes de decorridos 5 anos do registro em cartório do Título Definitivo de Domínio, salvo se houver prévia anuência do INCRA, ressalvadas as operações de crédito garantidas por penhor agrícola de culturas, bens móveis ou semoventes;
- h) pagar pontualmente as prestações estipuladas no contrato;
- i) não fracionar o imóvel, mesmo em casos de herança;
- j) não mudar a destinação do imóvel, salvo se houver perdido sua condição de exploração agrícola, à juízo do INCRA;
- l) não se tornar elemento de perturbação, por má conduta ou inadaptação à vida comunitária

INCRA 331.1/2

- O INCRA, na forma da legislação em vigor, obrigar-se-á a:
- a) fornecer o Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda, limitado ao prazo máximo de 20 anos, com dois de carência;
 - b) outorgar o Título Definitivo da Propriedade, quando liquidado integralmente o valor do débito;
 - c) garantir assistência para o início das atividades agropecuárias na parcela;
 - d) diligenciar no sentido de obter financiamento para o parceleiro pelo Sistema Nacional de Crédito Rural;
 - e) garantir o exercício pleno das suas atividades agropecuárias.

O INCRA desde que o parceleiro não cumpra as cláusulas contratuais e não observe os preceitos legais, poderá promover o cancelamento do presente termo.

O parceleiro poderá desistir da parcela em qualquer tempo.

.....
 Local Data

Ass. *Nelson Cardoso de Avila*

Nome NELSON CARDOSO DE AVILA

Cargo Enc. do GARC

De acordo

Pedro Navarro

 Parceleiro



NO 1757



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
 COMARCA DE AMAMBÁI (MS)
 REGISTROS - TESTAMENTOS - FIDELICOMISSÃO
 Maria Aparecida H. Muller Oficial
 Hamilton Oliveira Nogueira Subst.ª

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA

TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE 4(13)91.03/231

TÍTULO DEFINITIVO mediante condição resolutiva outorgado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA ao Sr. NELSON OLIVEIRA DA ROSA, abaixo qualificado (Anuência CSN/CEFF através Of. 1366/5ª SC/2527/79).

Pelo presente TÍTULO DEFINITIVO mediante condição resolutiva, o INCRA — INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, por seu Presidente e tendo em vista as disposições dos artigos 25 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, arts. 25, alínea «g» e 51 do Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971, aliena ao Sr. NELSON OLIVEIRA DA ROSA, brasileiro, casado, agricultor.

o lote nº 109 da Gleba nº 03 do Projeto Integrado de Colonização DE SETE QUEDAS, localizado no município de Amambai-MS.....

O imóvel tem a área de 43.7802 ha (Quarenta e tres hectares, setenta e oito ares e dois centiares.....

.....), com os limites e confrontações seguintes:
 Lado MP1-MP2 com 188,60 m, Az. 74º26'00"; MP2-MP3 com.....
 2.091,50 m, Az. 163º43'20"; MP3-MP4 com 495,00 m, Az. 186º..
 17'00"; MP4-MP1 com 2.551,00m, Az. 343º53'20". Ao Norte: Es
 tra e Lote 3/110; Ao Leste: Lote 3/110 e Fazenda Paraíso; Ao
 Sul: Lote 3/108; Ao Oeste: Lote 3/108.....

.....
 cuja planta e memorial descritivo integram este Título, conforme Processo Administrativo nº FFD/MT 015 / 79, e mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA — é senhor e legítimo possuidor da área integrante do Projeto supra-mencionado conforme transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de AMAMBÁI MS..... sob o nº 6.346 às fls. 143 do Livro 3-D...

CLÁUSULA SEGUNDA — O preço do lote é de Cr\$ 13.436,31 (Treze mil, quatrocentos e trinta e seis cruzeiros e trinta e um centavos.....), pagável em 06(Seis) prestações anuais e sucessivas de Cr\$ 2.577,77 (Dois mil, quinhentos e setenta e sete cruzeiros e setenta e sete centavos.....), já incluídos os juros de 6% a.a., aplicados ainda os dispositivos previstos na legislação em vigor, devendo ser paga a primeira prestação até 15-07-1983 e as demais no mesmo dia e mês dos anos subsequentes, com prazo de 10 (dez) anos.

50

PROTÓCOLO N.º 9080 MATRÍCULA N.º 5.480
1 em 29/12/80 1 2 29/12/80

Assinado em 29 de dezembro de 1980

Blaciel

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O preço a que se refere esta cláusula compreende:

- a) valor da terra nua — Cr\$ 11.063,25 (Onze mil e sessenta e tres cruzeiros e vinte e cinco centavos.....);
- b) demarcação — Cr\$
- c) benfeitorias — Cr\$

PARÁGRAFO SEGUNDO — Sobre a prestação vencida incidirão juros de mora, à taxa de 12% a. a., computáveis somente nos atrasos superiores a 30 (trinta) dias e em um máximo de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA — Fica preservada a destinação da área com obrigatoriedade do OUTORGADO cumprir as exigências estipuladas neste Título, sendo-lhe vedada a alienação sem prévia anuência do INCRA, sob pena de nulidade absoluta.

CLÁUSULA QUARTA — O INCRA autoriza a constituição de hipoteca em garantia de financiamentos concedidos por entidades oficiais de Crédito para exploração e melhoria do imóvel, hipótese em que, constituída a hipoteca, assegura-se ao INCRA a condição de segundo credor hipotecário para a satisfação dos seus créditos, após a liquidação dos créditos das entidades já referidas.

CLÁUSULA QUINTA — Após decorrido o prazo de carência é facultado ao adquirente liquidar seu débito para com o INCRA, sem prejuízo das demais obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA — O não cumprimento de qualquer disposição legal aplicável à espécie, bem como das condições estipuladas neste Título, autoriza a adjudicação do imóvel pelo INCRA, mediante pagamento das benfeitorias realizadas pelo Outorgado, com resilição de pleno direito do domínio ressalvados os créditos hipotecários.

O presente Título é firmado em 3 (três) vias, aceitando o OUTORGADO, expressamente, as cláusulas e condições dele integrantes, eleito o foro de BRASÍLIA DF....., com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões que resultarem deste.

DOURADOS (MS), em 04 de Fevereiro de 1980

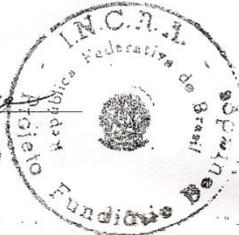
Paulo Pitaluga Costa e Silva
PRESIDENTE DO INCRA

Paulo Pitaluga Costa e Silva
Coordenador Regional CR-13
Estrada INCRA/369 de 27/06/79

Paulo Pitaluga Costa e Silva
OUTORGADO
C P F 177059591 - 00

M. Brando
Testemunha

E. Castelão
Testemunha

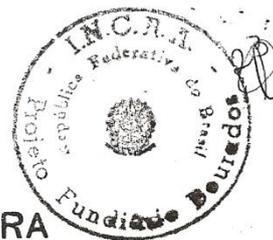


A 2ª via deste Título, acompanhada da planta e memorial descritivo da área, constituirá Folha de Livro Fundiário da Divisão de Terras Públicas do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA.

Título Definitivo.
Dourados - MS, / 19.....

Este Título Definitivo foi registrado em
008 do Livro Fundiário N.º 11-B
do Projeto Fundiário Dourados INCRA
onde se acha arquivada a 2ª via Publ.
BS N.º 52 de 11/10/79

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
COMARCA DE AMAMBAI (MS)
REGISTROS - PROTESTOS - FUNDIÁRIO
Maria Aparecida M. Müller Oficial
Hamilton Carvalho Afonso Subst.º



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

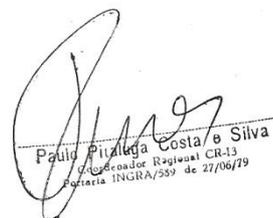
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA
COORDENADORIA REGIONAL DE MATO GROSSO — CR/13
PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO DE SETE QUEDAS - CR-13-T-03-PC

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Projeto Integrado de Colonização de Sete Quedas
Gleba: 3 - Pirajuí Lote: 3/109 Área: 43,7802 Ha.
Município: Amambai Estado: Mato Grosso do Sul

CONFRONTAÇÕES:

Norte: Estrada e Lote 3/110
Leste: Lote 3/110 e Fazenda Paraíso
Sul: Lote 3/108
Oeste: Lote 3/108

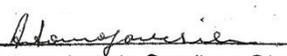
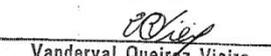

Paulo Pivulga Costa e Silva
Coordenador Regional CR-13
Portaria INGRA/559 de 27/06/79

LIMITES:

O MPI encontra-se cravado divisando com o lote 3/108 e à margem da estrada vicinal; deste por uma linha seca margeando a estrada, numa distância de 188,60m e azimute verdadeiro de 74º26'00" até o MP2; deste por uma linha seca divisória com o lote 3/110, numa distância de 2.091,50m e azimute verdadeiro de 163º53'20", até o MP3; deste por uma linha seca divisória com a Fazenda Paraíso, numa distância de 495,00m e azimute verdadeiro de 186º17'00", até o MP4; deste por uma linha seca divisória com o lote 3/108; numa distância de 2.551,00m e azimute verdadeiro de 343º53'00", até o MPI marco inicial deste perímetro.

ELEMENTOS DO PERÍMETRO

Lados	Comprimentos	Azimutes	Observações
MP1 - MP2	188,60 m	74°26'00"	
MP2 - MP3	2.091,50 m	163°53'20"	
MP3 - MP4	495,00 m	186°17'00"	
MP4 - MP1	2.551,00 m	343°53'20"	

GT-2  JORGE LUIZ CARDOSO AUX. Adm. Sub-Encarregado GT-2	GT  Antonio José de Carvalho e Silva Eng.º Agr.º CREA 38.430 e.º R.O. Resp. Grupo Técnico PICS	EXECUTOR  Vanderval Queiroz Vieira Executor PIC - Sete Quedas Portaria 208 de 13/03/78
--	--	--